

U

-

T

T



Livro 4

Pré-vestibular História

SISTEMA DE ENSINO
POLIEDRO

Autoria: Gilberto Elias Salomão.

Diretor executivo: Nicolau Arbex Sarkis.

Gerência editorial: João Carlos Puglisi.

Coordenação de edição técnica: Marília L. dos Santos C. Ribeiro.

Edição técnica: Equipe de editores técnicos da Editora Poliedro.

Coordenação de produção editorial: Livia Scherrer dos Santos.

Analista de produção editorial: Claudia Moreno Fernandes.

Coordenação de edição: Michelle Silva da Mata e Vivian Plascak Jorge.

Edição: Equipes de edição da Editora Poliedro.

Coordenação de revisão: Mariana Castelo Queiroz.

Revisão: Equipe de revisão da Editora Poliedro.

Coordenação de arte: Antonio Domingues e Kleber S. Portela.

Diagramação: Equipe de arte da Editora Poliedro.

Ilustrações: Equipes de ilustração e de arte da Editora Poliedro.

Coordenação de licenciamento: Ana Rute A. M. Perugini.

Licenciamento: Equipe de licenciamento da Editora Poliedro.

Projeto gráfico: Alexandre Moreira Lemes e Kleber S. Portela.

Projeto gráfico da capa: Bruno Torres e Varão Monteiro Junior.

Coordenador de PCP: Anderson Flávio Correia.

Impressão e acabamento: nywgraf Editora Gráfica Ltda.

Créditos: capa e frontispício James Steidl/Shutterstock 5 Rosane Marinho/Folhapress
• Reprodução • Nelson Almeida/Pulsar Imagens 79 Sue Ream/Wikimedia Commons
• Department of Defense. Department of the Army. Office of the Deputy Chief of Staff for Operations. U.S. Army Audiovisual Center/National Archives • RIA NOVOSTI/SCIENCE PHOTO LIBRARY/SPL DC/Latinstock **contracapa** Canicula/Shutterstock.

A Editora Poliedro pesquisou junto às fontes apropriadas a existência de eventuais detentores dos direitos de todos os textos e de todas as obras de artes plásticas presentes nesta obra, sendo que sobre alguns nenhuma referência foi encontrada. Em caso de omissão, involuntária, de quaisquer créditos faltantes, estes serão incluídos nas futuras edições, estando, ainda, reservados os direitos referidos nos arts. 28 e 29 da lei 9.610/98.

SISTEMA DE ENSINO
POLIEDRO

São José dos Campos - SP
ISBN: 978-85-7901-064-4
Telefax: (12) 3924-1616
editora@sistemapoliedro.com.br
www.sistemapoliedro.com.br

Copyright © 2015
Todos os direitos de edição reservados à Editora Poliedro

SUMÁRIO

Frente 1

10	A redemocratização (1945-1964)	06
	Aspectos gerais do período.....	07
	O governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).....	07
	O segundo governo Vargas (1951-1954).....	08
	O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961).....	10
	O governo Jânio Quadros (1961).....	11
	O governo João Goulart (1961-1964).....	12
	Revisando	14
	Exercícios propostos	15
	Textos complementares.....	20
	Exercícios complementares	25
11	O regime militar (1964-1985)	29
	O governo Castelo Branco (1964-1967).....	30
	O governo Costa e Silva (1967-1969).....	31
	O governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).....	34
	O governo Ernesto Geisel (1974-1979).....	35
	O governo João Figueiredo (1979-1985).....	37
	Revisando	40
	Exercícios propostos	41
	Texto complementar	47
	Exercícios complementares	52
12	O Brasil contemporâneo (1985-2010)	56
	O governo José Sarney (1985-1990).....	57
	O governo Fernando Collor de Mello (1990-1992).....	59
	O governo Itamar Franco (1992-1995).....	61
	O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).....	62
	O governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).....	65
	Revisando	69
	Exercícios propostos	70
	Textos complementares.....	74
	Exercícios complementares	76

Frente 2

10	O período Entreguerras	80
	A Revolução Russa.....	81
	O pós-Primeira Guerra, a crise de 1929 e a Depressão da década de 1930.....	86
	Os Estados totalitários	89
	Revisando	94
	Exercícios propostos.....	95
	Texto complementar.....	100
	Exercícios complementares.....	103
11	A Segunda Guerra Mundial e o mundo pós-guerra	106
	A Segunda Guerra Mundial (1939-1945).....	107
	A Guerra Fria.....	111
	A descolonização afro-asiática.....	115
	A Revolução Chinesa.....	119
	A Guerra da Coreia.....	122
	A Revolução Cubana.....	123
	A Guerra do Vietnã.....	124
	O Oriente Médio.....	126
	As relações internacionais a partir da década de 1960.....	129
	O fim da Guerra Fria	132
	Revisando	134
	Exercícios propostos.....	136
	Textos complementares.....	147
	Exercícios complementares.....	149
	Gabarito	156

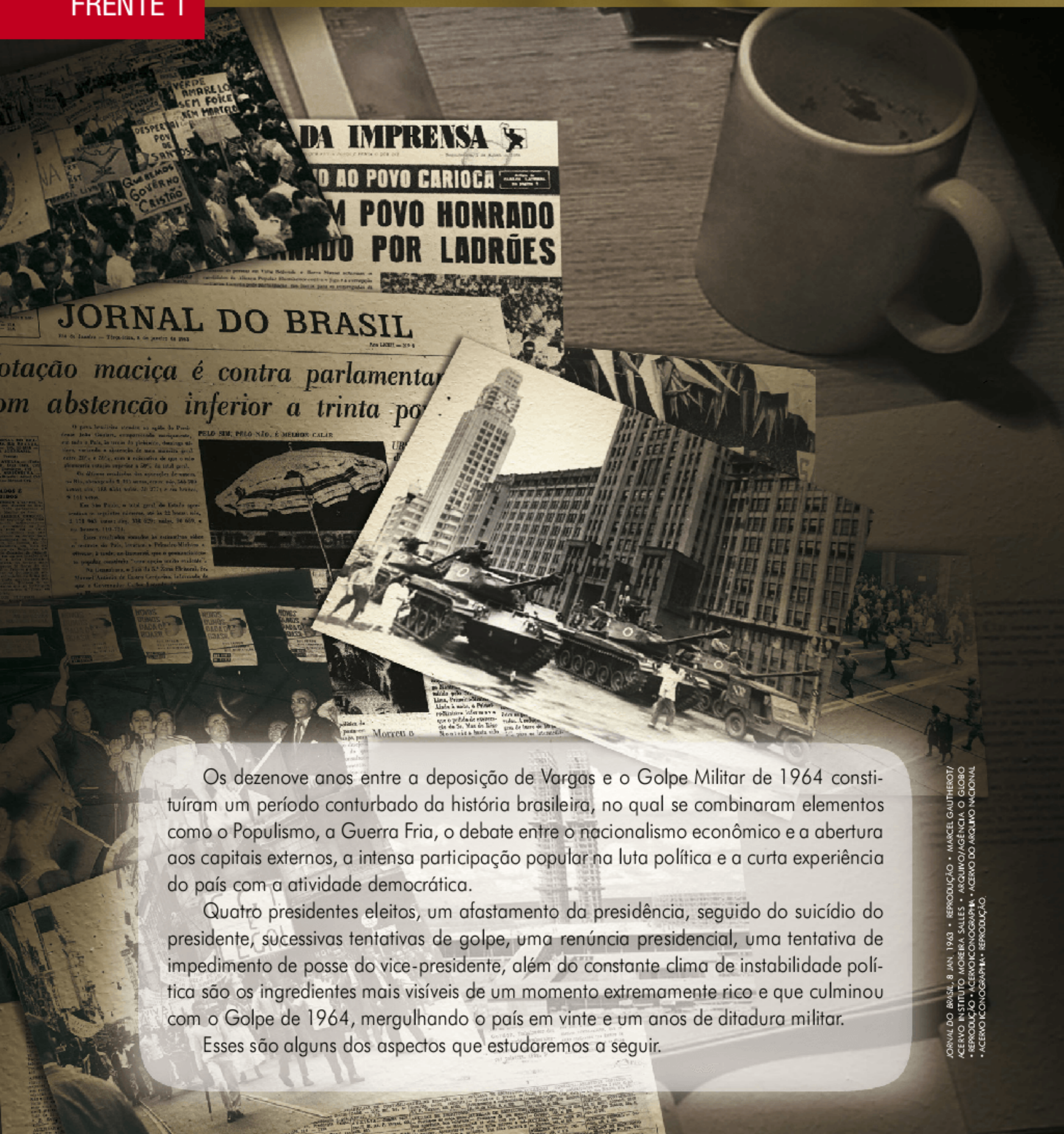


Frente 1

10

FRENTE 1

A redemocratização (1945-1964)



JORNAL DO BRASIL
114 de Junho — Terça-feira, 8 de Junho de 1964

*otação maciça é contra parlamentar
om abstenção inferior a trinta po*

Os parlamentares eleitos no âmbito do Pacto Democrático, comprometido internacionalmente, em todo o País, a serem de natureza democrática, votando a abstenção de sua maioria por cerca de 20% a 25%, com a expectativa de que o novo governo votaria superior a 50% do total geral.

Os diversos resultados das operações de votação, no Rio, abrangendo 8.353 votos, foram: 348.284 votos sim, 188.831 votos não, 27.271 e na maioria, 9.151 votos.

Em São Paulo, o total geral de Estado apresentou-se seguinte: 22.800 votos sim, 12.178 votos não, 318.029 votos sim, 14.609 e na maioria, 110.771.

Esses resultados mostram as reações sobre o sistema de País, levando a Câmara Municipal a votar, à tarde, no dia seguinte, que a constituinte se compoza somente "com o povo eleito".

No Congresso, o Senador José Sarney, do Maranhão, e o Senador Getúlio, do Rio Grande do Sul, foram os primeiros a votar a favor do sistema de País.

PELO SIM, PELO NÃO, É MELHOR CALAR



Os dezenove anos entre a deposição de Vargas e o Golpe Militar de 1964 constituíram um período conturbado da história brasileira, no qual se combinaram elementos como o Populismo, a Guerra Fria, o debate entre o nacionalismo econômico e a abertura aos capitais externos, a intensa participação popular na luta política e a curta experiência do país com a atividade democrática.

Quatro presidentes eleitos, um afastamento da presidência, seguido do suicídio do presidente, sucessivas tentativas de golpe, uma renúncia presidencial, uma tentativa de impedimento de posse do vice-presidente, além do constante clima de instabilidade política são os ingredientes mais visíveis de um momento extremamente rico e que culminou com o Golpe de 1964, mergulhando o país em vinte e um anos de ditadura militar.

Esses são alguns dos aspectos que estudaremos a seguir.

JORNAL DO BRASIL, 8 JAN. 1963 • REPRODUÇÃO • MARCEL GAULTHEROT
ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES • ARQUIVO/AGÊNCIA O GLOBO
• REPRODUÇÃO • ACERVO ICONOGRAFIA • ACERVO DO ARQUIVO NACIONAL
• ACERVO ICONOGRAFIA • REPRODUÇÃO

Aspectos gerais do período

A queda de Getúlio Vargas coincidiu com o fim da Segunda Guerra Mundial, período que traz uma série de elementos internacionais que serão decisivos para a compreensão desse momento da vida brasileira.

Em primeiro lugar, deve ser frisado que a grande vencedora da guerra na Europa foi a União Soviética. Não apenas por ter sido a responsável direta pela derrota nazista (a primeira derrota militar nazista em terra foi na Batalha de Stalingrado – o Exército Vermelho derrotou os nazistas em solo russo, detendo a escalada de conquistas de Hitler –, além disso, o exército da União Soviética ocupou Berlim, levando a Alemanha à rendição), mas por ter saído da guerra como a única potência, de fato, em toda a Europa, uma vez que a Alemanha estava destruída e França e Inglaterra já não mais possuíam sequer a sombra do antigo poder.

Dessa forma, criava-se um cinturão de países na Europa Oriental sob a direta influência soviética, países socialistas que estabeleciam uma aliança militar e econômica contra o bloco capitalista. Mais que isso, a própria consolidação da imagem da União Soviética como a grande responsável pela derrota do nazifascismo, ampliou, em muito, sua condição de liderança para os setores liberais, democráticos e socialistas de todo mundo, incluindo as populações miseráveis da América Latina.

Além disso, o declínio da França e da Inglaterra, potências que possuíam um enorme número de colônias, abriu para estas a possibilidade de obterem a independência. Entretanto, essas colônias necessitavam, obviamente, de apoio internacional, e viam a União Soviética como a aliada natural. Assim, abria-se para a União Soviética a perspectiva de um enorme fortalecimento na Ásia e na África, junto às antigas colônias.

Em segundo lugar, a guerra consolidou definitivamente o papel dos EUA como grande potência capitalista, colocando os dois países frente a frente, em uma disputa pelo poderio mundial. Estavam lançadas as bases da Guerra Fria, o confronto diplomático, ideológico, político e, por vezes, indiretamente, militar entre as duas superpotências, incluindo a corrida armamentista, a busca de aliados internacionais e o radicalismo ideológico que caracterizaram o período.

Além disso, no plano interno, o final da Era Vargas havia sido marcado por um crescimento das ideias democráticas no país, as quais não poderiam ser ignoradas pelo novo momento histórico, pois havia um processo de industrialização em curso, trazendo consigo o crescimento da classe operária e o aumento das concentrações urbanas, o que tornava impossível ignorar as demandas dos setores populares.

Entretanto, não havia no Brasil a tradição de se organizar uma política sólida em defesa dos trabalhadores. Dentre os partidos operários, o único com alguma penetração era o Partido Comunista, mesmo assim somente após sua legalidade. Além disso, a própria atuação do Partido Comunista mantinha-se fiel aos ditames de Moscou, procurando por todas as formas impedir a intensificação da luta social no Brasil, atrelando-se sempre às lideranças burguesas. Tal fato abria espaço para a penetração dessas lideranças junto ao movimento operário, as quais extraíam seu poder do apoio que recebiam dos trabalhadores e, em troca, atendiam algumas das demandas dessa classe, desde que sob seu estrito controle. Esse é o mecanismo de atuação

política, conhecido como Populismo, o qual teve em Vargas seu primeiro grande nome, mas que se constituiu na grande característica do período entre sua queda e o Golpe Militar de 1964.

Por isso, essa fase da história brasileira também é conhecida como período do Populismo. Este foi um momento no qual toda a tensão social contida ao longo da Era Vargas veio à tona, em um quadro no qual a normalidade democrática, rara em nossa história, abria espaços para a discussão política, para o surgimento de organizações populares, em um processo que tendia a transbordar os limites impostos pelo regime burguês.



Fig. 1 O Populismo não foi um fenômeno brasileiro, mas latino-americano. Na foto, Evita e Perón, da Argentina.

No entanto, entre 1945 e 1964, o chamado desenvolvimentismo econômico e o apelo democrático justificaram-se pelas consequências da Segunda Guerra Mundial. Era impensável, ao menos neste primeiro momento, o estabelecimento de um regime autoritário. Assim, o novo regime criado no Brasil era um refém do momento histórico, tendo que conviver com as ideias democráticas que a luta antifascista trouxera.

O governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)

As eleições de 2 de dezembro de 1945 escolheram, além do presidente, os deputados para a Assembleia Constituinte que colocaria fim ao regime do Estado Novo. Nessas eleições, concorreram **Dutra**, pela coligação PSD/PTB, **Eduardo Gomes**, pela UDN, e **Yedo Fiúza**, pelo PCB.



Fig. 2 Comício da candidatura de Dutra à presidência.

A aliança que sustentava Dutra era imbatível, reunindo os caciques políticos do PSD e a estrutura sindical herdada do varguismo. No entanto, havia um fato incômodo para essa aliança: a expressiva votação ao PCB, que conseguiu eleger 15 deputados para a Constituinte e mais um senador, o próprio Luis Carlos Prestes.

No início de 1946, foi promulgada a quinta Constituição brasileira, que tinha características muito diferentes das de 1937. Conhecida como a “constituição liberal”, ela retomava a autonomia regional e a forma federativa, associando vinte estados e cinco territórios. Estabelecia eleições diretas para o Executivo e para o Legislativo; igualdade perante a lei; liberdade de pensamento; inviolabilidade do sigilo de correspondência; liberdade de associação; garantia de ampla defesa aos judicialmente acusados e o direito de propriedade. Cabe lembrar também suas limitações, como as restrições ao direito de greve, a presença do Estado na organização sindical e o estabelecimento de indenizações imediatas para qualquer caso de desapropriação, o que, na prática, inviabilizava qualquer projeto de reforma agrária.

No contexto da Guerra Fria, o engajamento brasileiro ao lado dos Estados Unidos acabou determinando as principais e mais marcantes características da atuação desse governo. No âmbito econômico, Dutra desenvolveu uma política de aproximação brasileira em relação aos EUA, marcada pela abertura do país às exportações. Com isso, as reservas econômicas acumuladas durante a guerra foram rapidamente gastas em importações de gêneros supérfluos, ao mesmo tempo em que a indústria brasileira, sofrendo os efeitos da entrada maciça de produtos importados, apresentava seu pior desempenho desde antes da Era Vargas.



Fig. 3 Charge que satiriza os efeitos da política econômica de Dutra.

A mesma aliança com os Estados Unidos determinou a política externa brasileira. Em 1946, o Brasil rompeu relações com a União Soviética (na época, nem os Estados Unidos romperam com tal país). Além disso, em 1947, o registro do PCB foi caçado, sob a alegação de que não se tratava de um partido brasileiro, mas sim de um representante da União Soviética. O pretexto alegado foi uma declaração de Prestes, na qual ele afirmava que ficaria contra seu país se houvesse uma guerra

entre o Brasil e a URSS. Na verdade, a razão real era o incômodo representado pelo crescimento dos comunistas e a própria pressão dos EUA. Vale lembrar que em vários países da América Latina os partidos comunistas foram colocados na ilegalidade no mesmo período. No Brasil, a decisão de colocar o PCB na ilegalidade foi acompanhada pelo início da intervenção do governo nos sindicatos, assinalando uma postura de endurecimento em relação ao movimento popular.

Seguindo ainda os desígnios norte-americanos, em agosto de 1949, formou-se a Escola Superior de Guerra. Ela seria responsável pela elaboração da Teoria da Segurança Nacional, que ultrapassava a pretensão de defender fronteiras. Na teoria, estava implícito que a defesa do território, supostamente ameaçado por uma provável invasão comunista, só seria eficaz se aliada a um decisivo combate ideológico e militar aos “inimigos” internos, pois estes seriam aliados em potencial dos “inimigos” externos.

A partir de 1947, o governo procurou rever sua linha econômica. Surgiu o plano SALTE, marcado por uma iniciativa do governo nos campos da saúde, alimentação, transporte e energia. Entretanto, o projeto econômico do governo jamais foi alcançado. Embora o país tivesse mantido um ritmo de crescimento próximo dos 6% ao ano, vários elementos como o endividamento externo, a inflação, o desemprego e o desperdício das reservas do país demonstraram o fracasso do plano e abriram possibilidade para o crescimento de um debate político entre o **Liberalismo** e o **Nacionalismo**, o qual foi a tônica dos discursos sobre política econômica no período.

O segundo governo Vargas (1951-1954)

A campanha pela sucessão de Dutra trouxe alguns elementos novos e surpreendentes. Os 15 anos da Era Vargas, com todo o personalismo político do ex-ditador, não apenas haviam sepultado as velhas lideranças políticas da República Velha, como também haviam impedido o aparecimento de novos líderes. Não por acaso, a sucessão de Vargas foi marcada pela disputa entre militares (Dutra e Eduardo Gomes) e um político desconhecido (Yedo Fiúza). Agora o quadro repetia-se. O PSD lançava a candidatura de um desconhecido, o mineiro **Cristiano Machado**, ao passo que a UDN insistia no nome de **Eduardo Gomes**. Contudo, o dado surpreendente era o retorno do velho ditador Getúlio Vargas à cena política.

Após sua queda, Vargas havia sido eleito deputado e senador, mas exercera pouco a vida pública. Preferira manter-se em sua fazenda em São Borja, recebendo políticos e angariando apoios para sua volta. Contava ainda com a imagem deixada pela propaganda política da época de seu regime, com a falta de novos expoentes políticos, bem como com a desastrosa política econômica de Dutra.

Em 1949, Vargas lançou sua candidatura pelo PTB. Ao mesmo tempo, procurava fortalecer-se junto aos caciques do PSD, prometendo a participação do partido em seu governo. Além desses fatores, a grande vitória política de Vargas foi a aliança com o paulista Adhemar de Barros, líder do PSP e um nome praticamente imbatível em São Paulo. Adhemar apoiaria Vargas nas eleições de 1950, em troca de apoio na eleição seguinte.

ACERVO ICONOGRAFIA



Fig. 4 Presidente Getúlio Vargas em carreata, acompanhado por seu vice, Café Filho (à direita, de terno branco), e de seu chefe de segurança, Gregório Fortunato (de terno e chapéu, caminhando à direita do carro).

Escudado por essa composição de forças, Vargas tornava-se um nome imbatível. Venceu as eleições com 48% dos votos, enquanto Eduardo Gomes recebeu 29% e Cristiano Machado, abandonado pelas próprias lideranças de seu partido comprometidas com a aliança de Vargas, ficou com apenas 21%.

A campanha do ex-ditador veio revestida de um tom nacionalista marcante. Nela, ele adiantava suas intenções, avançando o *slogan* “O petróleo é nosso”. Diante do alinhamento de Dutra à política norte-americana, que, economicamente, não resolvia a situação interna de crise, o apelo nacionalista foi bem recebido pela população. Por outro lado, sua aliança com o PSD obrigava-o, ao menos em um primeiro momento, a um tom conciliatório na defesa do capital nacional. Falava em abertura para os capitais externos, “em associação aos capitais nacionais, desde que não firam os interesses políticos fundamentais de nosso país”. A UDN, porém, reagia visceralmente contra Vargas por meio da imprensa, assim como viria a fazer depois da eleição.

Dessa forma, a política desenvolvimentista estava na ordem do dia. Ela foi executada por meio dos velhos métodos propostos por Vargas: a intervenção do Estado, agora ganhando o tom da defesa nacional; o monopólio estatal do petróleo foi efetivado com a criação da Petrobras, totalmente fechada à participação de estrangeiros; a Siderúrgica de Volta Redonda foi expandida, assim como a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso.

Getúlio avançou na política de aproximação com os assalariados, fixando o salário-mínimo. João Goulart era Ministro do Trabalho e adquiriu grande prestígio com os sindicatos. No entanto, a inflação continuava a corroer o salário e, devido a esse fator, a insatisfação popular não tardou em se transformar em pressão sobre o presidente.

BANCO DE IMAGENS PETROBRAS



Fig. 5 Getúlio Vargas, em 1953, faz gesto simbólico que marcou a inauguração da Petrobras sob o lema “O petróleo é nosso”.

Havia um risco inerente na política de Vargas. O crescimento dos setores ligados à UDN era muito maior do que era possível suportar até ali. Escudados em pesados interesses externos, os políticos da UDN representavam uma violenta oposição ao tom nacionalista com que Vargas conduzia sua política econômica. Mais que isso, ao descontentar os setores ligados ao grande capital, Vargas tinha forçosamente que buscar ampliar sua base de apoio junto aos trabalhadores, o que representava mais um foco de intensa desaprovação por parte da oposição udenista.

A oposição ao governo de Getúlio aumentava diariamente e esta chegou a acusá-lo de tentar criar no Brasil uma “república de sindicatos”. O líder da UDN, Carlos Lacerda, era jornalista da *Tribuna da Imprensa* no Rio de Janeiro e atacava o presidente violentamente. A quase totalidade das Forças Armadas, alinhada com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e partidária da aproximação com os Estados Unidos, indispunha-se com o sentido nacionalista do governo.

Ao mesmo tempo, a oposição procurava criar um clima de repulsa ao governo, acusando-o de patrocinar negociatas de todo tipo. O nome de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, era constantemente associado ao tráfico de influência e a negócios escusos, com os quais o presidente seria no mínimo conivente.

A crítica feroz ao governo, tendo em Carlos Lacerda seu grande arauto, jogava exatamente com a combinação de alguns elementos: colocava no mesmo plano a “esquerdização” do governo e a corrupção. Expressões como “mar de lama” e “república dos sindicatos” eram frequentemente utilizadas como forma de atacar o governo. Nem a demissão de João Goulart amenizou a pressão da UDN e das Forças Armadas.

Os episódios finais da contenda se aproximavam. Em 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda foi vítima de um atentado que apenas o feriu, mas matou um oficial da Força Aérea Brasileira, o major Rubem Vaz. Responsabilizava-se o chefe da segurança de Getúlio, Gregório Fortunato, pelo crime e dava-se assim um golpe fatal sobre o governo em crise.



Fig. 6 Campanha de Carlos Lacerda pelo jornal *Tribuna da Imprensa*.

A tensão cresceu no país inteiro, a oposição soube capitalizar o atentado em proveito próprio. As manifestações de repúdio ao governo vinham de todos os lados, inclusive de setores populares, habilmente manipulados pelo discurso lacerdistista.

Isolado, Getúlio licenciou-se da presidência na noite de 24 de agosto. Nessa mesma noite, suicidou-se em seus aposentos com um tiro no peito.

O suicídio de Vargas, mais do que um gesto de desespero e motivado por dramas pessoais, pode ser visto como o último ato de um estadista. Ele conseguiu com sua morte o que jamais conseguiria em vida: neutralizou a oposição e ampliou de forma intensa o prestígio de seus seguidores. Sua carta-testamento, no tópico referente aos textos e documentos, demonstra bem esse propósito. Com esse ato, Vargas conseguia reverter a situação e transformar a indignação popular contra seu governo em uma violenta reação contra os culpados por sua morte. Em várias cidades brasileiras, a revolta social explodiu em manifestações contra tudo o que pudesse ser associado à oposição política frente a Getúlio, incluindo o capital internacional, a UDN e as Forças Armadas.



Fig. 7 Comoção gerada pela morte de Vargas.

Essa reação de revolta impediu que as forças mais reacionárias tomassem de imediato o poder, frustrando assim o golpe que se armava por trás da oposição aparentemente legalista a Vargas. Como bem disse um político da UDN, “tínhamos todo o banquete preparado. O suicídio de Vargas nos puxou a toalha”.

Nesse quadro de profunda tensão e de indefinição política, o vice-presidente **João Café Filho** assumiu a presidência, completando o mandato inacabado de Vargas.

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)

O período da presidência de Café Filho, embora curto, foi rico não apenas no aspecto da indefinição política e do clima de golpe que persistia desde a luta contra Vargas, mas também pelo início de um processo econômico que seria a característica mais marcante do período seguinte.

A velha discussão entre nacionalismo e liberalismo parecia, a despeito da comoção gerada pelo suicídio de Vargas, fadada a ser vencida pelos partidários da abertura do país ao capital internacional. Esta foi a política do Ministro da Fazenda **Eugênio Gudin** e do presidente da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito, um embrião do Banco Central) **Otávio Gouveia de Bulhões**.

Já em 1955, era publicada a **Instrução 113 da Sumoc**, a qual estabelecia facilidades para que empresas estrangeiras importassem máquinas e equipamentos. Tal prática, apresentada como um estímulo à industrialização interna, representava, na verdade, o ponto alto de uma política de submissão ao grande capital internacional, uma vez que permitia a transferência de tecnologia obsoleta para o Brasil, inclusive com preços superestimados e sob as bênçãos do governo.

Entretanto, o ponto alto do período Café Filho foi a sucessão presidencial. O governador de Minas Gerais, **Juscelino Kubitschek** foi o primeiro candidato para as eleições, lançado pelo PSD. Ao mesmo tempo, o PTB tinha como candidato natural o herdeiro de Vargas, **João Goulart**, evidentemente, a indicação de seu nome despertava forte oposição entre os setores mais conservadores, em especial as Forças Armadas. Assim, o PTB buscou aproximar-se do PSD, estabelecendo uma chapa na qual o governador mineiro seria o candidato à presidência e o ex-Ministro do Trabalho de Vargas seria o candidato a vice.

A UDN, por sua vez, lançou a candidatura de **Juarez Távora**, consolidando sua tendência de, cada vez mais, buscar a aproximação com as lideranças militares. Uma quarta candidatura, a de Adhemar de Barros, lançada pelo PSP paulista, ficou inevitavelmente esvaziada com o a morte de Vargas.

A campanha eleitoral centrou-se no discurso desenvolvimentista de Juscelino, ao passo que Távora insistia apenas no chavão da moralização da vida política. Entretanto, os acontecimentos posteriores deixariam claro que, por trás deste discurso, armava-se a perspectiva de um golpe udenista, apoiado pelas Forças Armadas.

Neste clima, as eleições foram realizadas e deram vitória à chapa Juscelino – João Goulart com cerca de 36% dos votos, contra 30% de Juarez e 26% de Ademar. O próprio resultado das eleições já deixava claro o efeito da propaganda udenista, fazendo com que as condições para um golpe fossem cada vez mais propícias.



Fig. 8 Manifestação após a vitória de Juscelino.

A mesma campanha usada contra Vargas, associando comunismo e corrupção, era agora utilizada contra a chapa eleita. Os ataques vinham dos mesmos setores, tendo Carlos Lacerda como porta-voz mais forte.

Os acontecimentos precipitaram-se quando, em novembro de 1955, um coronel da Escola Superior de Guerra pronunciou um violento discurso contra os candidatos eleitos. Estranhamente, o presidente Café Filho, a quem caberia punir o coronel, foi imediatamente afastado da presidência sob alegação de um suposto ataque cardíaco.

Assumiu a presidência o mineiro **Carlos Luz**. Este, embora do PSD, apresentava posturas muito próximas às da UDN e negou-se a punir o coronel Mamede pelo discurso. Com isso, esvaziava a autoridade do então Ministro da Guerra, marechal Lott, o qual se mostrou, desde o princípio, favorável à legalidade, ou seja, à posse do presidente e do vice eleitos. Ficava clara também a postura do presidente Carlos Luz em favor dos golpistas.

Assim, antes que o golpe udenista fosse consumado, Lott deu um golpe preventivo. Em 10 de novembro, colocou as tropas sob seu comando nas ruas, depondo Carlos Luz e impedindo o retorno de Café Filho, este subitamente curado do ataque cardíaco.

Com isso, o presidente do Senado, **Nereu Ramos**, assumiu a presidência por um curtíssimo período, apenas para garantir a posse de Juscelino em 31 de janeiro do ano seguinte.

Desenvolvimentismo, inflação e endividamento

O governo JK vinha para realizar **50 anos em 5**. Seu **Plano de Metas** falava em recuperar o tempo perdido e levar o Brasil à modernidade industrial. O “desenvolvimento” continuava na ordem do dia, mas a política de Juscelino, radicalmente diferente da de Getúlio, conheceu melhores resultados.

O período foi marcado por uma grande expansão industrial aberta aos capitais estrangeiros. O Brasil se abriu para as empresas multinacionais, formando verdadeiros parques industriais com a forte presença do capital externo, notadamente norte-americano. Como consequência, novos empregos foram gerados, formando um grande contingente de operários.



Fig. 9 Linha de montagem da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, 1958.

Paralelamente, o plano de metas previa a construção de uma estrutura adequada para um país industrial. Isso significava a abertura de novas estradas que comportassem o amplo consumo e utilização de automóveis e a modernização da rede de transportes. As obras garantiam a absorção de mão de obra na construção civil.

Nesse sentido, a construção de uma nova capital para a República, Brasília, contribuiu imensamente para garantir emprego aos trabalhadores não especializados.



Fig. 10 Construção de Brasília, um dos grandes marcos dos anos JK.

Juscelino governou por meio de negociações. Contemporiçou com os setores mais conservadores, chegando a fechar sindicatos rebeldes. Negociou com o Congresso e com os governos estaduais. Lidou com a oposição dos trabalhadores rurais organizados pelas Ligas Camponesas e com importantes líderes políticos que se destacavam no Rio de Janeiro (Leonel Brizola) e em São Paulo (Jânio Quadros). Seu governo era garantido pelos bons resultados da política desenvolvimentista que deixava, no entanto, um preço alto a ser pago: dívida externa e inflação.

Assim, estabeleciam-se limites à política econômica de Juscelino. Uma delas foi a queda dos preços do café no mercado internacional, fato que agravava ainda mais as condições da balança de pagamentos. Assim, o endividamento crescia, obrigando o governo a cada vez mais recorrer a empréstimos externos. Com isso, ele tornava o país mais vulnerável às pressões do grande capital internacional, o qual já contava com um órgão de administração dos investimentos e do crédito aos países mais pobres, o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O governo Jânio Quadros (1961)

A campanha pela sucessão de Juscelino foi marcada pelo aparecimento de uma das figuras mais contraditórias e controversas da política brasileira, **Jânio da Silva Quadros**. Político de ascensão meteórica em São Paulo, onde conseguiu derrubar velhos caciques da política paulista, como Adhemar de Barros; Jânio lançava sua candidatura como uma alternativa supostamente “independente” aos velhos partidos. Ante o crescimento do seu prestígio, obteve o apoio da UDN a qual buscava uma alternativa à velha aliança PSD/PTB, que havia lançado a candidatura do marechal Lott à presidência e João Goulart como vice.



Fig. 11 Presidente Jânio Quadros, 1959.

Jânio venceu a eleição com 48% dos votos, a mais expressiva vitória eleitoral até aquele momento na história do Brasil. Entretanto, a estranha legislação eleitoral, que permitia a eleição separada do presidente e do vice, levou João Goulart à vice-presidência.

Jânio apresentava um discurso moralizador. Seu emblema, a vassoura, simbolizava a

promessa de “varrer a inflação”, herdada dos governos anteriores e ampliada por Juscelino. Tal como havia feito em São Paulo, o presidente prometia, então, o saneamento da administração pública. Para isso, contava com a UDN e os setores mais conservadores no que se referia ao trato com os trabalhadores.

Por outro lado, as contradições de sua personalidade política manifestavam-se em vários aspectos. Era um político alinhado às forças mais conservadoras da política interna, entretanto sua política externa tentou manter uma posição independente com relação aos Estados Unidos, buscando novos parceiros internacionais, principalmente os novos países independentes da África e inclusive países socialistas.

Em um gesto extremamente ousado, condecorou Ernesto Che Guevara, um dos líderes da então recém-ocorrida Revolução Cubana, despertando a ira dos setores mais conservadores. Cabe lembrar aqui que Che Guevara estava em visita oficial ao Brasil, representando um governo com o qual o Brasil mantinha relações diplomáticas. Condecorações, nesses casos, fazem parte da prática habitual. Entretanto, o governo cubano de Fidel Castro havia derrubado um títere dos EUA em Cuba, Fulgêncio Batista, além de já apresentar naquele momento uma clara tendência à esquerda, colocando em polvorosa os setores das Forças Armadas diretamente subservientes aos ditames da política norte-americana.



Fig. 12 Jânio condecora Che Guevara, o que provocou polêmica entre os militares.

A política excêntrica de Quadros levou-o ao choque frontal com o Congresso. Suas atitudes independentes descontentavam os setores que o apoiaram, basicamente a UDN, retirando-lhe as bases de sustentação política. Ante um Congresso que lhe era cada vez mais hostil, a personalidade oscilante e instável de Jânio levou-o a articular uma saída que só pode ser entendida como uma tentativa de golpe.

Em 25 de agosto de 1961, menos de sete meses após sua posse, Jânio encaminhava ao Congresso sua carta-renúncia. Contudo, ao lado desta, redigiu uma Carta Aberta ao povo brasileiro, explicando, de forma inconsistente e contraditória, seu ato. Para vários historiadores, corroborados pelo testemunho de alguns dos personagens desse momento, seu plano era de que a Carta Aberta fosse encaminhada ao Congresso antes da carta-renúncia, dando o tempo para a criação de um clima de enorme comoção social em favor de Jânio.

A própria Carta Aberta procurava flertar com elementos do varguismo, constituindo-se, em vários momentos, em um plágio da carta-testamento de Vargas. A ideia parece clara: criar um clima de comoção social antes que a renúncia fosse aceita pelo Congresso. Até porque o vice-presidente, João Goulart, despertava uma insatisfação entre os militares, os quais, julgava Jânio, ante a perspectiva de sua posse, prefeririam conceder-lhe o poder absoluto a ver o vice-presidente empossado.

Entretanto, não foi o que ocorreu. As duas cartas foram apresentadas ao mesmo tempo, sendo a renúncia votada antes que surgisse qualquer repercussão social. Assim, pouco depois das nove horas da manhã do dia 25 de agosto, a presidência era declarada vaga pelo Congresso, gerando um impasse constitucional acerca da posse ou não de João Goulart.

Assumiu o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, em um quadro marcado por extrema conturbação, até porque João Goulart estava em viagem, chefiando uma delegação comercial brasileira à China.

O governo João Goulart (1961-1964)

A posse de João Goulart na presidência da República não foi feita de forma tranquila. Contra ela, levantavam-se os velhos setores conservadores, aliados às Forças Armadas, alegando o risco da esquerdização representado pelo herdeiro do varguismo e líder da estrutura sindical. Assim, o Exército, temendo pela “segurança nacional”, tentou impedir a posse de Jango.

Em contrapartida, os setores democráticos e de esquerda procuravam se articular para garantir o respeito à Constituição. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, cunhado de Jango e simpatizante do varguismo, organizava a Campanha da Legalidade, pregando até mesmo a insurreição armada como forma de impedir um golpe e de garantir o retorno de Jango ao Brasil.

Com o país na iminência de uma guerra civil, foi encontrada uma saída conciliatória, bem ao gosto do PSD. O presidente assumiria, mas uma emenda constitucional tornaria o Brasil uma república parlamentarista. Nesse ínterim, Jango procurava voltar ao país, seguindo uma rota estranha, na qual não sobrevoou, em momento algum, o espaço aéreo brasileiro. Temia, obviamente, que seu avião fosse abatido em pleno ar, ante a histeria militar contra sua posse. Assim, seu último estágio antes de adentrar o território brasileiro foi Montevidéu, de onde viria através do Rio Grande do Sul, contando com a proteção do cunhado Brizola.

Foi em Montevidéu que Jango recebeu do deputado do PSD, Tancredo Neves, ex-Ministro da Justiça de Vargas, a proposta de que assumiria a presidência, mas com poderes reduzidos pela emenda parlamentarista. Com sua concordância, foi empossado em setembro de 1961, alguns dias após a aprovação

da Emenda Constitucional. A mesma emenda previa um plebiscito, em dezembro de 1962, no qual a população optaria entre o parlamentarismo e a volta do presidencialismo.



Fig. 13 Manifestação em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, comemorando a chegada de João Goulart.

Assim, entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, o Brasil viveu seu único período de República Parlamentar. Entretanto, a crise política do período seguia cada vez mais intensa. Em pouco mais de 15 meses de parlamentarismo, houve três primeiros-ministros, sem que os problemas mais sérios do país, tais como o endividamento, o aumento da inflação, a instabilidade política, fossem combatidos a contento.

Nessa conjuntura, Jango, imobilizado pelo Parlamentarismo, tinha como única saída ampliar suas bases de apoio popular. Assim, mostrava-se cada vez mais próximo das reivindicações populares, sutilmente criando a impressão de que sua falta de poder decisório impedia que as reformas, tão necessárias ao povo, fossem realizadas.

Criava-se, desse modo, o clima necessário para a aprovação do retorno ao presidencialismo no plebiscito do final de 1962.



Fig. 14 Manchete do *Jornal do Brasil* anunciando a vitória esmagadora do presidencialismo.

Com a aprovação da proposta presidencialista, Jango iniciava, em 1963, seu governo de fato. Formou um ministério composto por figuras notáveis da vida política e intelectual brasileira, como **Celso Furtado**, ministro extraordinário para a Reforma Administrativa, e **San Tiago Dantas**, Ministro da Fazenda.

Foi lançado o **Plano Trienal**, contendo os objetivos para o que seria o final de seu governo, buscando atingir dois pontos

centrais: o combate à inflação e a retomada do crescimento industrial. Ao mesmo tempo, seu compromisso com os setores populares impunham-lhe um projeto ainda mais ousado, o qual se consubstanciou na proposta das **Reformas de Base** (agrária, tributária, financeira e administrativa).

Obviamente, a trajetória do governo Goulart descontentava os setores mais conservadores, além do que impedia que os capitais externos, necessários ao seu projeto de crescimento econômico, chegassem ao país. Por outro lado, as previsões dos militares eram confirmadas. Sem apoio das tradicionais elites econômicas, Jango procurava apoiar-se cada vez mais nos sindicatos, que se sentiam à vontade para pressionar um presidente tão familiar e logo passaram a exigir as “Reformas de Base”.



Fig. 15 Manifestação de trabalhadores em julho de 1962.

Com isso, Jango via-se refém do apoio popular, indispondo-se cada vez mais com as elites. Assim, seu discurso necessariamente radicalizava-se cada vez mais, acabando, por sua vez, por alimentar a radicalização popular. Perspectivas até então impensáveis abriam-se no país, como a ação das Ligas Camponesas, no Nordeste, lideradas por Francisco Julião, as quais procuravam realizar pela força o projeto governista de reforma agrária. Surgia a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), uma central sindical que passou a coordenar as greves cada vez mais constantes no país.

Sempre sob pressão, Goulart não cessava de assinar decretos. Em março de 1964, em um comício monumental no Rio de Janeiro, ele nacionalizou as refinarias de petróleo e, visando à reforma agrária, desapropriou grandes propriedades próximas de rodovias ou ferrovias federais.



Fig. 16 O comício da Central do Brasil; Jango defende as reformas de base e provoca definitivamente a reação militar.

Ao mesmo tempo, articulava-se a reação ao seu governo. No mesmo mês, em São Paulo, 500 mil pessoas tomaram as ruas na “Marcha da família com Deus pela liberdade”, organizada pela Igreja, pelo empresariado e por setores da classe média paulista, tentando interromper o curso adotado pelo Governo Federal. Essa marcha também reuniu milhares de pessoas em outras regiões do país, demonstrando a insatisfação de setores conservadores com o governo Jango. No Exército, a crise já prevista provocou fortes reações, as quais partiam da Escola Superior de Guerra e tinham em Humberto de Alencar Castello Branco, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, seu principal líder. Desnecessário frisar que essa reação dos militares e da classe média era amplamente apoiada pelas elites tradicionais, pelas velhas lideranças políticas e, principalmente, pelo governo norte-americano. Este designara seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, como o articulador das relações entre o governo dos EUA e os golpistas.

ACERVO DO ARQUIVO PROVINCIAL DOS CARNELETAS DE BAMBERG/FREI JERONIMO BROCKA, O CARNA.



Fig. 17 “Marcha da família com Deus pela liberdade” contra o governo Jango, ocorrido às vésperas do golpe de 1964, em Paranavaí (PR).

Em 30 de março, começava o golpe com as tropas de Minas Gerais deslocando-se para o Rio de Janeiro. A articulação contava com o apoio do governador mineiro (Magalhães Pinto), o fluminense (Carlos Lacerda), além de lideranças

paulistas como Adhemar de Barros, que acusavam o presidente de subversivo. Convém lembrar que o então governador de São Paulo, Carvalho Pinto, ficou, em um primeiro momento, ao lado das forças legalistas, cedendo, mais tarde, entretanto, às pressões militares.

As forças navais norte-americanas haviam organizado a operação *Brother Sam*, deslocando o porta-aviões Forrestal, destróieres e outras naves de apoio para o litoral brasileiro. Se fosse necessário, a operação estava montada para apoiar militarmente o golpe.

Contudo, só no Rio Grande do Sul, sob a liderança de Brizola, foi organizada uma resistência ao golpe militar, concretizado não em 31 de março, mas em 1º de abril. Qualquer recusa de Jango a entregar seu cargo implicaria em enfrentamento armado com franca desvantagem, levando seus apoiadores a uma derrota sangrenta. Além disso, o próprio Congresso mostrava sua subserviência aos golpistas, declarando vaga a presidência enquanto João Goulart ainda estava em território brasileiro.

Assim, sem condições de resistir, Jango partiu para o Uruguai em 4 de abril, deixando o Brasil nas mãos do Exército, alimentado pela doutrina da “segurança nacional”.



ACERVO ICONOGRAFIA

Fig. 18 Em Porto Alegre, Exército reprime manifestação popular contra o golpe militar.

Revisando

1 Que condições possibilitaram o aparecimento do Populismo no Brasil e no restante da América Latina?

2 Mencione três aspectos nos quais a política de Dutra pode ser caracterizada como de aproximação aos interesses dos EUA.

3 O nacionalismo econômico foi a grande bandeira do segundo governo Vargas. Qual foi o maior símbolo desse nacionalismo econômico?

4 Qual seria o papel do Estado na visão desenvolvimentista que caracterizou o governo JK?

5 Todas as análises sobre a renúncia de Jânio Quadros fazem referência de que seu objetivo seria, na verdade, um golpe de Estado. Em que consistiria esse golpe, levando em consideração as condições analisadas na teoria deste capítulo?

6 O governo Jango, bem como seu final melancólico, marcou o colapso do Populismo como forma de governo. Tendo por base o que foi estudado ao longo deste capítulo, avalie quais as razões que impossibilitaram a continuidade dessa forma de governo.

Exercícios propostos

1 Na América Latina, a partir de 1930, surgem regimes populistas que vigoram até as décadas de 1960 e 1970. Para caracterizar o citado regime, julgue os itens.

- As oligarquias tradicionais perdem a hegemonia política para o Estado, que passa por um processo de fortalecimento.
- Ocorreu a manipulação das aspirações populares pelo Estado autoritário e paternalista, tendo a intermediação dos sindicatos que se encontram atrelados ao governo.
- Foi utilizado um discurso anti-imperialista que responsabilizava a espoliação internacional pelas contradições internas e justificava a maior participação do Estado nas atividades econômicas.
- O Estado adotou uma posição de não alinhamento, formando um bloco independente do liderado pelos Estados Unidos e do liderado pela União Soviética, ou seja, o Terceiro Mundo.
- Surgiram movimentos, como o Tenentismo, que defenderam a importância dos militares na vida política do país.

2 No Brasil, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que procurou arregimentar os sindicatos e os trabalhadores, e o PSD (Partido Social Democrático), que reunia os setores mais conservadores da sociedade, foram criados:

- (a) por decreto, durante a vigência do Regime controlado pelos militares.

- (b) após a decretação da anistia política, no final do governo de João Figueiredo.
- (c) no período em que vigorou o Regime parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros.
- (d) pelos trabalhadores, logo após o movimento popular pelas eleições diretas.
- (e) nos momentos finais do Estado Novo sob a inspiração direta de Getúlio Vargas.

3 O Populismo manifesta-se já no fim da ditadura e permanecerá uma constante no processo político até 1964.

Francisco Weffort. *O populismo no Brasil*.

O fenômeno político conhecido sob o nome de Populismo no Brasil e na América Latina caracterizou-se:

- (a) como fenômeno político desvinculado do processo de urbanização e industrialização.
- (b) como um poder político das massas e suas reivindicações.
- (c) por movimento de massas sem lideranças carismáticas.
- (d) por grupos políticos identificados exclusivamente com as elites econômicas.
- (e) como um estilo de governo sempre sensível às pressões populares, principalmente as rurais.

4 Para grande parte da América Latina, o período que começa em 1944, 1945 ou 1946 (dependendo do país em questão) [...] caracterizou-se por três fenômenos distintos, mas inter-relacionados: democratização, tendência à esquerda e militância trabalhista.

Leslie Bethell e Ian Roxborough (Org.). *A América Latina*.

O principal fator externo responsável por essa nova situação foi a:

- (a) ação norte-americana através do “Corolário Roosevelt”.
- (b) ação dos países componentes do eixo.
- (c) ação da doutrina americana do “Destino Manifesto”.
- (d) militância das esquerdas latino-americanas.
- (e) vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

5 O regime democrático em formação no Brasil não avança sem recuos e distorções. Amplos segmentos da realidade econômico-social, política, jurídica, educacional etc. ou não foram atingidos pelos requisitos democráticos de vida ou o foram de modo incompleto, às vezes distorcidos. Os próprios fundamentos da democracia, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, não se achavam ainda suficientemente estruturados e em funcionamento consentâneo com os processos do sistema. Em 1954, 1961 e 1964, todo o sistema político sofreu abalos e retrocessos.

Otávio Ianni. *Política e Revolução Social no Brasil*.

Caracterize, de maneira sumária, os “abalos e retrocessos” a que se refere o texto.

6 Nos governos latino-americanos caracterizados como populistas, [...] os humilhados e ofendidos, os homens simples, ou LOS OLVIDADOS no sistema oligárquico, adquirem alguns direitos. Esses direitos expressam o limite da participação política desses homens trabalhadores nas lutas relativas tanto quanto aos problemas de classe quanto às questões nacionais.

- a) Defina Populismo.
- b) Identifique os direitos adquiridos pelos trabalhadores nos governos populistas latino-americanos.
- c) Explique por que, apesar dos direitos adquiridos, os trabalhadores encontraram limitações à sua participação política nos governos populistas.

7 No Brasil, o Populismo, fenômeno político latino-americano do período pós-Segunda Guerra Mundial que consiste na manipulação pelo Estado das camadas urbanas e suas reivindicações, é marcante no período compreendido entre:

- (a) a queda do Estado Novo e a deposição de João Goulart.
- (b) ascensão de Campos Sales e o final da chamada República Velha.
- (c) a vitória de Getúlio Vargas, em 1930, e o seu suicídio, em 1954.
- (d) a queda do Estado Novo e a renúncia de Jânio Quadros.
- (e) a vitória de Getúlio Vargas, em 1930, e a vitória da Revolução de 1964.

8 Sabemos que o Populismo não se constitui em um fenômeno brasileiro, mas latino-americano como um todo. Enumere algumas razões que explicam o aparecimento desse tipo de regime na América Latina, levando em consideração a realidade econômica, social e política da região, particularmente no período após a Segunda Guerra Mundial.

9 Na pequena cidade de São Borja, Getúlio Vargas, que havia assistido o paulatino naufrágio do governo Dutra, poderia ler no começo de outubro de 1950 uma faixa extremamente elucidativa do comportamento popular: “No senhor, nós votaremos. Em quem o senhor manda, nunca mais”.

Antônio A. Faria e Edgard L. de Barros. *Getúlio Vargas e sua época*. p.69.

Todas as alternativas abaixo justificam o comportamento popular e a faixa escrita para Getúlio, exceto:

- (a) Getúlio apoiou a candidatura de Dutra e chegou a declarar que ficaria ao lado do povo contra o presidente, se ele não cumprisse as promessas.
- (b) ao final do governo Dutra, a situação do Brasil no plano financeiro era favorável, por causa do aumento das exportações e da seleção de produtos a serem importados.
- (c) o governo Dutra esgotou as reservas econômicas com a importação de supérfluos, sem preocupar-se com a importação dos bens de produção necessários ao desenvolvimento industrial.
- (d) com o poder aquisitivo do salário-mínimo reduzido à metade, a moeda desvalorizada e os índices inflacionários crescendo, os trabalhadores assalariados eram os mais insatisfeitos com o governo Dutra.

10 Em sua edição de 28 de janeiro de 1946, o jornal *O Globo* noticiava: realizou-se ontem em Petrópolis, na capela da residência do empresário Pedro Brando, missa em ação de graças pela vitória de Dutra nas recentes eleições. Após a cerimônia, o general conferenciou com Nereu Ramos, que será o líder do governo na Constituinte.

A respeito do governo Dutra, é correto afirmar que:

- (a) teve de governar por meio de uma política de conciliação que incluísse todas as correntes políticas, inclusive buscando apoio do PCB, já que o candidato desse partido nas eleições, Yedo Fiúza, obteve 10% dos votos.
- (b) obteve importantes realizações na área da política social com a implantação do Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia).
- (c) assumiu como objetivo da política econômica aprofundar a intervenção do Estado na economia iniciada com a ditadura getulista.
- (d) adotou uma política cambial rígida, com o intuito de preservar as reservas de divisas que o Brasil acumulou no exterior com as exportações nos anos de guerra.
- (e) favoreceu a elite industrial nascente por meio de uma política de arrocho salarial em relação à classe operária e por Decreto-Lei que regulamentava o direito de greve que, de tão abrangente, dizia-se à época, só permitiria greves em perfumarias.

11 O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) sofreu numerosas críticas, especialmente em decorrência:

- (a) de suas constantes violações à Constituição de 1946, a qual ele praticamente ignorou.
- (b) de sua tolerância com os grupos de esquerda, permitindo que fosse oficializado o Partido Comunista Brasileiro.
- (c) da passividade com que enfrentou certos desregramentos da burguesia, em particular os jogos de azar.

- (d) dos gastos das reservas do Tesouro Nacional, com a importação de bens de consumo.
- (e) do apoio dado ao ministro Pereira Lima que, na pasta da Justiça, criou severa legislação contra os imigrantes ligados ao anarquismo.

12 A política econômica do governo Dutra opunha-se à praticada no Estado Novo por Vargas, na medida em que:

- (a) anulava todas as conquistas trabalhistas da Era Vargas.
- (b) impunha um rigoroso intervencionismo alfandegário, ao contrário da política liberal de Vargas.
- (c) praticava um protecionismo alfandegário para desenvolver a indústria de base, área esquecida pelo governo Vargas.
- (d) adotava uma política liberal, facilidades alfandegárias, esgotando as reservas acumuladas durante o Estado Novo.
- (e) defendia o nacionalismo econômico, rejeitando a entrada de capital estrangeiro.

13 Na década de 1950, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954), setores da sociedade brasileira mobilizaram-se em uma campanha:

- (a) por uma política externa independente, que fez com que o presidente criasse, sem a ajuda de capitais estrangeiros, a Companhia Siderúrgica Nacional.
- (b) pela nacionalização da pesquisa, exploração e refino do petróleo, que culminou com a criação da Petrobras, símbolo do nacionalismo econômico.
- (c) que exigia reformas de base, forçando o Congresso a votar leis que permitissem a reforma agrária e nacionalização das empresas estrangeiras.
- (d) pela entrada sem restrições do capital estrangeiro no país, que culminou com a formação, por setores governamentais, do Plano de Metas.
- (e) pela modernização tecnológica do país, que resultou no investimento estatal em novas fontes de energia e na criação de usinas nucleares.

14 Após exercer o poder desde 1930, Getúlio Vargas foi deposto em 1945. Cinco anos depois, em 1950, foi eleito com 48,7% dos votos do povo para o novo mandato. Sobre esse novo período de Getúlio Vargas, é correto afirmar que:

- 01 foi um período de absoluta centralização do poder, prescindindo do Congresso Nacional.
- 02 caracterizou-se pelo nacionalismo e pelo populismo. Ideologicamente, buscava-se associar os interesses da burguesia com os de todo o povo.
- 04 a estratégia política e econômica não exigia o rompimento com o capital internacional.
- 08 a industrialização voltou a ser a meta fundamental do Estado e a “política de massas” foi o maior instrumento político de Getúlio.
- 16 a campanha “O petróleo é nosso” e a criação da Petrobras exemplificam o nacionalismo econômico desse período.

Soma =

15 Getúlio Vargas, em seus dois governos, caracterizou-se por um estilo autoritário e nacionalista, no qual um Estado centralizador, corporativista e populista seria o principal promotor do desenvolvimento. Importantes obras de infraestrutura econômica foram realizadas em seus dois governos. As duas obras de Vargas, uma do Estado Novo e a outra de seu segundo governo, são:

- (a) abertura da Transamazônica e ampliação do Porto de Santos.
- (b) criação da Zona Franca de Manaus e da Petrobras.
- (c) inauguração da Siderúrgica de Volta Redonda e criação da Petrobras.
- (d) criação da Zona Franca de Manaus e início das obras da Siderúrgica de Volta Redonda.
- (e) criação do Porto de Sepetiba e ampliação da hidroelétrica de Itaipu.

16 Leia o texto

O presidente Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no coração às 8:30 h, quando se encontrava em seus aposentos no terceiro andar do Palácio do Catete. [...] O presidente Getúlio Vargas ainda agonizava ao ser solicitada, com a máxima urgência, uma ambulância. Quando, porém, esta chegava ao palácio o Sr. Getúlio já havia expirado.

Folha da Manhã, 25 ago. 1954.

Os fatos descritos foram provocados pela violenta crise de agosto de 1954, cujas características foram:

- (a) o presidente Vargas, que já era pressionado pelo capital estrangeiro e setores conservadores, viu-se envolvido no atentado da Rua Toneleros, cuja responsabilidade como mandante foi atribuída ao chefe de sua guarda pessoal.
- (b) Vargas sofria séria oposição dos sindicatos e setores nacionalistas, insatisfeitos com seu governo.
- (c) o jornal *Última Hora* fazia sistemática campanha contra o presidente, acusado de favorecer o jornal *Tribuna da Imprensa*, do jornalista Carlos Lacerda, seu principal aliado.
- (d) o Exército manteve-se ao lado do presidente em toda a crise, abstendo-se das pressões.
- (e) a UDN, partido do presidente, combatia o liberalismo do PTB, principal partido de oposição.

17 [...] *Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. [...]*

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida.

Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Getúlio Vargas. *Carta-testamento.*

- a) Por que Getúlio Vargas associa “liberdade nacional” à criação da Petrobras?
- b) Identifique no texto elementos que caracterizam o populismo de Vargas.

18 O governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1956-1960, responsável pelo Plano de Metas e pela máxima “50 anos em 5”, deu ênfase:

- 01 à expansão do setor de bens de consumo duráveis.
- 02 ao combate à inflação, arrocho salarial.
- 04 aos investimentos maciços no setor público, como a construção de estradas de rodagem e a expansão energética.
- 08 à desnacionalização da economia brasileira, por meio da associação de empresários nacionais com o capital estrangeiro.
- 16 à isenção de cobertura cambial para importação de máquinas e equipamentos.

Soma =

19 A política desenvolvimentista, associada ao governo Juscelino Kubitschek, pode ser representada pela:

- (a) mudança da capital para o interior como ação de interação econômica e política.
- (b) criação do estado do Acre e incentivo à construção de rodovias e crescimento da indústria automobilística.
- (c) ampliação do poder do Legislativo por meio da descentralização política com a votação do voto distrital.
- (d) modernização do interior do Brasil por meio da criação de incentivos ao desenvolvimento industrial e à integração dos mercados do sul por intermédio da construção de ferrovias.
- (e) expansão do Poder Executivo, com a instauração das salvaguardas constitucionais.

20 O desenvolvimento foi um dos elementos de maior importância nos debates políticos e intelectuais ocorridos no Brasil, a partir da década de 40, sendo também a preocupação das políticas governamentais do período.

Assinale a opção que não expressa uma política governamental no período.

- (a) O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) imprimiu um caráter nacional ao desenvolvimento com restrições ao capital estrangeiro e criação de empresas estatais.
- (b) Os “50 anos em 5”, *slogan* do Programa de Metas de JK, caracterizado por um rápido crescimento industrial, foi facilitado pela atração de capitais estrangeiros.
- (c) A política desenvolvimentista, em todas as suas etapas, foi acompanhada por crescente interferência do Estado no domínio econômico por meio da formulação de planos, da criação de agências de financiamento e de empresas estatais.
- (d) A abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, a partir do Estado Novo, com a participação dos Estados Unidos no desenvolvimento da siderurgia, foi o principal fator de estímulo ao desenvolvimento brasileiro.
- (e) As empresas estatais de grande porte criadas no período, como a Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobras e a Eletrobras, colocavam sob o controle do governo setores de base considerados estratégicos, que exigiam vultosos investimentos.

21 Leia os textos.

- I. *A orientação fundamental do governo resume-se no propósito de fortalecer a economia nacional. Esta diretriz condiciona a posição do Brasil no panorama internacional, que se tem pautado em intuítos pacíficos e amistosos em relação aos outros países. Sem sacrifícios desses intuítos, temos procurado libertar o país de influências incompatíveis com seus interesses, único modo de progredir realmente, porque, enquanto dependentes, estaremos sempre sujeitos a retrocessos.*

Getúlio Vargas. *Mensagem ao Congresso Nacional*, 1954.

- II. *Ainda no que toca à política geral, outra medida a que o governo atribui grande importância, refere-se à atração dos empresários estrangeiros que, com sua técnica e seu capital, poderão prestar valiosa ajuda na construção do nosso parque industrial. [...] Fato de grande importância ocorrido em 1956 foi o renascimento do interesse dos capitalistas estrangeiros pelo desenvolvimento industrial do país. Esse renascimento deve-se principalmente ao clima de confiança que o novo governo conseguiu estabelecer no Exterior.*

Juscelino Kubitschek. *Mensagem ao Congresso Nacional*, 1957.

Essas duas mensagens ao Congresso Nacional revelam que os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek não tinham o mesmo ponto de vista sobre a questão da participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. Como as diferentes visões sobre esse tema são apresentadas nessas mensagens?

22 O período em que Juscelino Kubitschek governou o Brasil é um dos mais estudados da história recente do país. Das alternativas a seguir, indique aquela que não caracteriza o período governado por JK.

- (a) Expansão do setor de bens de consumo duráveis, facilitada por medida que franqueava ao capital estrangeiro a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.
- (b) Período de grande efervescência cultural, no qual surgem vários movimentos artísticos, tais como a Bossa Nova, o Cinema Novo e a Poesia Concreta.
- (c) Período em que se verifica o declínio radical das desigualdades sociais, decorrente da adoção, pelo governo, de políticas de pleno emprego, que possibilitavam aos trabalhadores o acesso aos bens produzidos pela indústria moderna.
- (d) Período marcado pelo pluripartidarismo, onde o PSD aparece como um dos partidos de maior expressão, bem como a UDN e o PTB.

23 Em 1961, o presidente do Brasil, Jânio Quadros, concedeu a Ernesto “Che” Guevara a mais alta condecoração do Estado brasileiro, a Ordem do Mérito do Cruzeiro do Sul. Esse ato pode ser explicado como:

- (a) apoio do governo brasileiro ao movimento de expansão do socialismo na América Latina.
- (b) evidência do militarismo como política governamental no seu curto mandato presidencial.

- (c) afirmação da política independente do Brasil diante da hegemonia estadunidense no continente.
- (d) sinal da influência do vice-presidente João Goulart na elaboração da política econômica do governo brasileiro.

24 Uece 2008 No dia 14 de novembro de 1961, realizou-se a primeira reunião de um gabinete parlamentarista na história republicana brasileira. Sobre o período parlamentarista brasileiro, são feitas as seguintes afirmações.

- I. A experiência parlamentarista brasileira durou de setembro de 1961 a janeiro de 1963, quando foi recusada pelo povo brasileiro através de um plebiscito.
- II. Tancredo Neves foi o primeiro e único primeiro-ministro durante o período em que ocorreu o Parlamentarismo brasileiro.
- III. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, João Goulart, o vice-presidente, deveria assumir a Presidência. A emenda parlamentarista objetivava restringir os poderes de Goulart.

Assinale o correto.

- (a) Apenas as afirmações II e III são verdadeiras.
- (b) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- (c) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.
- (d) Todas as afirmações são verdadeiras.

25 No governo João Goulart, as chamadas reformas de base foram motivo de muitas discussões. Dentre elas, a mais polêmica foi a reforma agrária, que não estava intimamente ligada:

- (a) à falta de correspondência entre desenvolvimento econômico e estrutura da propriedade da terra.
- (b) ao favorecimento do desenvolvimento capitalista nacional, com o aumento das áreas cultivadas no país e da ampliação do mercado interno que daí resultaria.
- (c) à redistribuição da propriedade da terra, compromisso assumido pelo governo com os trabalhadores rurais.
- (d) à justiça social no campo com a defesa dos interesses dos camponeses no acesso à propriedade de terras.
- (e) à transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados, com a consequente elevação da produtividade agrícola e dos investimentos no setor.

26 O golpe que derrubou o presidente João Goulart, em 1964, representou a culminância de uma crise iniciada no final da década anterior. Assinale a opção que não apresenta um elemento dessa crise.

- (a) O apoio da maioria conservadora do Congresso Nacional ao programa de Reformas de Base.
- (b) As resistências à posse de João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros.
- (c) O agravamento do quadro econômico com a ascensão da inflação.
- (d) A polinização crescente de vários movimentos sociais, como as Ligas Camponesas.
- (e) Os movimentos de indisciplina militar de marinheiros e sargentos.

27 A crise gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros foi temporariamente controlada em 1961 por meio:

- (a) das reformas de base com vistas à modernização do país.
- (b) do Ato Institucional nº 5 e o fechamento total do regime.
- (c) da emenda parlamentarista, que possibilitou a posse de João Goulart, conciliando os setores em confronto.
- (d) do golpe militar, impedindo a posse de João Goulart.
- (e) da convocação de eleições, desfazendo o clima de acirrada disputa entre esquerda e direita.

28 O Populismo no Brasil, tendência política ligada ao processo de desenvolvimento industrial, a partir da década de 1930, tem seu momento mais crítico e seu fim com a:

- (a) morte de Getúlio Vargas em 1954.
- (b) eleição de Juscelino Kubitschek em 1956.
- (c) renúncia de Jânio Quadros em 1961.
- (d) deposição de João Goulart em 1964.
- (e) edição do AI-5 em 1968.

29 No nordeste do Brasil, desde 1955, a luta pela terra assumiu a importância da luta política. Nesse ano, surgiu, no município de Vitória de Santo Antão, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores, mais tarde denominada Ligas Camponesas. Estas constituíram, sob a liderança de Francisco Julião, o centro de mobilização popular no campo.

Buscando solucionar o problema agrário, o governo João Goulart tomou, a partir de 1963, algumas medidas concretas.

- a) Apresente uma das medidas adotadas pelo governo de João Goulart que visava amenizar o problema agrário do Brasil.
- b) Cite duas dificuldades encontradas pelo governo na implementação dessas medidas.
- c) Apresente a posição das Ligas Camponesas quanto às medidas adotadas pelo governo João Goulart para resolver o problema agrário no Brasil.

30 Em março de 1964, os militares derrubam o governo e o general Castelo Branco assume a presidência da República. Sobre o movimento de 1964, é correto afirmar que:

- (a) antes da tomada de poder pelos militares houve um plebiscito em que foi amplamente vitorioso o Parlamentarismo, contra o Presidencialismo.
- (b) o presidente deposto foi Jânio Quadros, tido por muitos como emocionalmente instável.
- (c) o movimento militar de 1964 teve como um dos principais objetivos conter o avanço do comunismo no Brasil, naquela fase do auge da “Guerra Fria”.
- (d) com a vitória do Parlamentarismo no plebiscito, Tancredo Neves foi eleito Primeiro-Ministro.

31 Assim, a tragédia do governo Goulart evidenciava-se na luta pela reforma agrária, onde o prosseguimento de uma política de desenvolvimento, com o alargar, simultâneo, do mercado interno e da cidadania política, esbarrava em óbices institucionais, cuja superação dependia de uma posição de força que não possuía.

Francisco Carlos Teixeira da Silva.

A Reforma Agrária é uma questão recorrente na história recente do Brasil, causa de impasses e tragédias na frágil democracia brasileira. Um dos motivos da luta pela Reforma Agrária nos anos que antecederam o Golpe Militar de 1964 foi:

- (a) o objetivo de promover uma revolução socialista, distribuindo toda a terra produtiva para as ligas camponesas e cooperativas rurais.
- (b) a busca de condições para o surgimento de projetos agropecuários voltados para a exportação, conforme o slogan “exportar é o que importa”.
- (c) a intenção de garantir o predomínio político do Partido Social Democrático, varguista e janguista, com a criação de novos currais eleitorais.
- (d) a intenção de construir um capitalismo autossustentado ampliando o mercado interno e, assim, romper com a dependência ao capital estrangeiro.

32 Embora o período compreendido entre 1945 e 1964 no Brasil seja apresentado como um período de redemocratização e estabilidade, ele é marcado por uma série de crises políticas e econômicas. Sobre tal período, marque a alternativa incorreta.

- (a) Dos presidentes eleitos no período indicado, dois não chegaram ao final de seus mandatos: Getúlio Vargas e Jânio Quadros.
- (b) A instabilidade do período pode ser observada desde o início, com o golpe militar que conduziu o general Eurico Gaspar Dutra ao poder.
- (c) A instabilidade econômica pode ser observada durante o governo Dutra, que, apesar de inicialmente ter pretendido reduzir a participação do Estado na economia, terminou por adotar medidas de controle do câmbio e de valorização da moeda.
- (d) Após o anúncio do aumento de 100% do salário-mínimo no segundo governo Vargas, o Ministro do Trabalho, João Goulart, diante da pressão da oposição, renunciou, mas o aumento acabaria sendo decretado três meses depois.
- (e) Apesar de ter sido um dos momentos mais estáveis do período, o governo de Juscelino Kubitschek também teve seus “altos e baixos”, como se verifica na crise que marcou sua posse e nos altos índices de inflação, que acabaram levando o Brasil a romper com o Fundo Monetário Internacional.

33 Com base nos documentos a seguir, assinale a alternativa correta.

I. *Excelentíssimo Sr. Deputado Ranieri Mazzilli.*

DD. Presidente da República em exercício.

Senhor Presidente:

Em face da próxima chegada do Sr. Doutor João Belchior Marques Goulart a Brasília, com o fito de prestar compromisso perante o Congresso Nacional e indicar à aprovação dele o nome do Presidente do Conselho e a composição do Primeiro Conselho de Ministros, bem como para receber em sessão do Congresso Nacional posse, juntamente com aquele Conselho e o seu Presidente, tudo nos termos do Artigo 21, parágrafo único da Emenda Constitucional nº 4 (Ato Adicional de 02/09/1961), venho, na minha condição de Presidente do Congresso, solicitar de V. Excia as indispensáveis garantias ao desembarque, permanência em Brasília e investidura na Presidência da República do Senhor Doutor João Goulart [...]

Auro de Moura Andrade, Presidente do Congresso Nacional, 3 set. 1961.

II. *Excelentíssimo Senhor Senador Auro de Moura Andrade:*

Senhor Presidente:

Nos termos e para os efeitos do Ato Adicional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência e ao Congresso Nacional que indico para o Cargo de Primeiro-Ministro o Senhor Tancredo de Almeida Neves, que, por meu intermédio, submete à patriótica consideração desse plenário o seguinte Gabinete: (segue-se a lista dos Ministros) [...].

João Belchior Marques Goulart, Presidente da República, 8 set. 1961.

- (a) Os dois documentos contêm indícios que revelam ser presidencialista o sistema de governo na ocasião.
- (b) Esses documentos não contêm informações que permitam saber se o sistema de governo, na ocasião, era o Presidencialismo ou o Parlamentarismo.
- (c) O primeiro documento – e somente ele – revela que era parlamentarista o sistema de governo na ocasião.
- (d) Os dois documentos contêm informações que revelam ser parlamentarista o sistema de governo na ocasião.
- (e) O segundo documento – e somente ele – revela que era parlamentarista o sistema de governo na ocasião.

TEXTOS COMPLEMENTARES

Carta-testamento de Getúlio Vargas

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente desencadeiam-se sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao

Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário-mínimo desencadearam-se os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores de

trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue.

Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por

vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória.

Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida.

Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Getúlio Vargas.

Declaração da extinção dos mandatos comunistas

Ato da Mesa da Câmara dos Deputados (10 de janeiro de 1948)

A Mesa da Câmara dos Deputados, em face do disposto no art. 23 da Lei nº 211, de 7 de corrente, e tendo em vista o Ofício nº PR 0-88, de ontem, em que o Tribunal Superior Eleitoral, nos termos do parágrafo único do citado artigo da lei, lhe comunica haver cassado, pela Resolução desse Tribunal de 7 de maio de 1947, o registro do Partido Comunista do Brasil.

Declara extintos os mandatos dos deputados e suplentes eleitos sob a legenda desse partido.

São os seguintes os deputados e suplentes eleitos sob a legenda do Partido Comunista do Brasil: Carlos Marighela, Francisco Gomes, João Amazonas de Sousa Pedroso, Maurício Grabois, Agostinho Dias de Oliveira, Alcedo de Moraes Coutinho, Gregório Lourenço Bezerra, Abílio Fernandes, Claudino José da Silva, Henrique Cordeiro Oest, Gervásio Gomes de Azevedo, Jorge Amado, José Maria Crispim, Osvaldo Pacheco da Silva.

Sala das Reuniões da Mesa da Câmara dos Deputados,
10 de janeiro de 1948. Samuel Duarte – Munhoz da Rocha –
Getúlio Moura – Jonas Correia.

Impedimento de Café Filho

Decisão no Congresso Nacional (21 e 22 de novembro 1955)

Senhor presidente, ao retirar-me do Hospital dos Servidores do Estado, onde me recolhera em virtude das minhas condições de saúde, e no momento em que inicio na Clínica de Repouso de São Vicente um período de convalescença e recuperação, venho trazer à Câmara dos Deputados, por intermédio de V. Ex^a., os meus agradecimentos pelos votos de restabelecimento manifestados por esse órgão do Congresso Nacional, através das honrosas e gratas visitas que me fizeram as comissões para isso designadas e constituídas dos ilustres Líderes e Sublíderes de todos os Partidos.

Renovo a V. Ex^a. protestos de elevada consideração e estima.
João Café Filho.

Esse documento é datado de 16 do corrente, mas só nesta data veio ao conhecimento da Mesa.

O segundo, datado de hoje, 21 de novembro de 1955, está assim formulado:

Senhor presidente, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a. que acabo de dirigir ao Em.^{mo} Sr. Doutor Nereu Ramos, vice-presidente do Senado Federal no exercício da Presidência da República, a seguinte comunicação:

“Tendo cessado os motivos de impedimento que me levaram a afastar-me do exercício da Presidência da República, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a. que nesta data e a partir do momento em que lhe faço esta comunicação, reassumo, para os devidos fins, o exercício daquela função. Nesta oportunidade, reitero-lhe os protestos de minha consideração e estima”.

Queira V. Ex^a. receber a expressão do meu alto apreço.

João Café Filho.

Antes de chegar à Casa esta comunicação do Sr. Café Filho, a Mesa recebeu, assinado por 127 Senhores Deputados, o seguinte documento:

A Câmara dos Deputados,

Considerando que, por deliberação tomada na sessão da Câmara de 11 do corrente e na mesma data homologada pelo Senado, reconheceu o Congresso Nacional a existência do impedimento previsto no artigo 79, § 1º, da Constituição Federal, e apontou a solução do chamamento ao exercício da Presidência da República do vice-presidente do Senado Federal;

Considerando que, assim agindo, à vista de fato criado pelos graves acontecimentos desenrolados no país, exercitou o Congresso Nacional poder político que lhe é irrecusável, o de decidir, na presente emergência, sobre os impedimentos quer do então presidente da Câmara dos Deputados, quer do vice-presidente da República, este por ter sido envolvido pelos mesmos acontecimentos, sob o imperativo de condições notoriamente irremovíveis de ordem pública e institucional, sem possibilidade de reassumir o pleno exercício do cargo, assegurando a sobrevivência do Regime e, em consequência, a tranquilidade da Nação;

Considerando que, tendo convocado ao exercício da suprema magistratura do país o vice-presidente do Senado Federal, por

reconhecer o impedimento ocorrido com as autoridades anteriormente referidas, só ao Congresso cabe soberanamente resolver sobre a cessação de tal impedimento;

Considerando que ao Congresso Nacional cabe o dever institucional de preservar o Regime, agora, como antes, ameaçado, resolve declarar que permanece o impedimento anteriormente reconhecido até deliberação em contrário do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 21 nov. 1955. Vieira de Melo (PSD), Hugo Napoleão (PSD), Armando Falcão (PSD), Arnaldo Cerdeira (PSD), José Maria Alkmin (PSD), Fernando Ferrari (PTB). [Seguem-se mais de 122 assinaturas de deputados].

Discurso de posse do presidente Getúlio Vargas

Brasileiros!

Ao deixar o recinto do Congresso Nacional, onde ao lado do ilustre Vice-Presidente da República, Sr. Café Filho, meu companheiro de chapa e de governo, prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao povo para participar do seu contentamento e comungar das suas esperanças. Eleito a 3 de outubro como o candidato do povo, aspiro e espero governar como o Presidente do Povo.

Ordenastes e eu obedeci. Deus é testemunha das minhas relutâncias íntimas em participar de uma campanha que pudesse agravar os vossos sofrimentos e fomentar discórdias e ansiedades entre os brasileiros.

Não temia os riscos, os ônus e as vicissitudes de luta política, nem me enfraqueciam o ânimo as ameaças e as provocações diretas ou veladas. Mesmo assim não me decidi a disputar o pleito sem antes esgotar todos os recursos de conciliação e harmonia das forças políticas. O insucesso dos meus esforços e o malogro das minhas esperanças não abriram outro horizonte que não fosse o da luta que procuramos manter em termos de isenção e elevação. Os profetas de calamidades, como aves agoureiras, andaram anunciando a aproximação das horas de cataclismo. Outros, como falsos pastores, pretendiam assumir uma espécie de curatela da opinião popular porque ainda não estávamos amadurecidos e preparados para os prélios cívicos e os embates ideológicos que fortalecem e vivificam o exercício e a prática da democracia.

Os seus prognósticos lúgubres e as suas previsões funestas não se confirmaram. A eleição de 3 de outubro desmentiu os seus presságios e também os argumentos engendrados que apenas escondiam os receios duma competição livre que permitisse ao povo exprimir a escolha e a preferência. A ordem não foi perturbada. Os poderes públicos permaneceram nos limites constitucionais e não precisaram extravasar para os recursos das medidas de exceção. A Nação não interrompeu o ritmo dos seus trabalhos e atividades. O Governo Federal, os órgãos da magistratura e as Forças Armadas merecem louvores pela sua contribuição para a lisura, a liberdade e a tranquilidade da propaganda e do pleito.

Os profissionais da desordem, os conspiradores impenitentes e os inimigos da paz social não encontraram ambiente propício para a aventura, o terror, a violência ou a demagogia. O povo brasileiro ofereceu um exemplo vivo de maturidade política, cultura cívica e

aprimoramento coletivo. Não reagiu às provocações nem se deixou emaranhar nas ciladas da traição. Não se deixou vencer pelo engodo das promessas ou pelas tentações da corrupção. Não perdeu por um só momento a calma, a confiança, as virtudes da fé e a convicção serena de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado. Não valeriam contra a sua vontade nem prevaleceriam contra a sua decisão os sofismas, as maquinações, as intrujices, as chicanas e as rabulices jurídicas dos que andaram tentando fraudar e perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida e proclamada como a mais livre e honesta da nossa história republicana. Aos partidos, aliados ou adversários, e aos ilustres candidatos, que disputaram comigo os sufrágios e as preferências do povo, quero deixar registrado o testemunho da minha admiração e respeito pela elevação, dignidade e cortesia com que se conduziram, honrando os padrões e as conquistas da nossa civilização política.

A eleição de 3 de outubro não representa para mim apenas a designação da estima pública ou o coroamento duma carreira devotada aos interesses, às aspirações e ao serviço da comunidade nacional e das populações ignoradas e esquecidas. Eu a recolhi como um julgamento e com a força dum veredito irrecorrível. Ao deixar o governo, o apodo, as invectivas e a calúnia fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. Malsinaram atos, intenções e propósitos e desfiguraram a verdade ao sabor das suas prevenções e malignidades. Nunca ditei uma palavra de amargor e sufoquei sempre as penas e as mágoas que me causavam a fúria e a impiedade das suas setas envenenadas. As mensagens de solidariedade, as palavras de conforto, as numerosas provas de gratidão e bondade, partidas da gente anônima e obscura e que chegaram diariamente ao meu retiro, tiveram o efeito dum bálsamo consolador e ao mesmo tempo reavivaram as crenças nas virtudes do povo brasileiro e no dever que me competia de continuar pugnando pelos seus direitos e pelas suas causas.

A minha candidatura não nasceu, por isso, das injunções da política ou das combinações dos Partidos. Ela veio diretamente do povo, dos seus apelos e dos seus clamores. Por isso vos escolhi, intrépido e valoroso povo carioca, para serdes o intérprete da minha imensa gratidão. Serei fiel ao mandato, às responsabilidades e aos deveres que me impusestes numa alentadora renovação de apoio e confiança.

Não venho semear ilusões, nem deveis esperar de mim os prodígios e os milagres de um messianismo retardatário. Não vos aceno com a idade da plenitude e da abundância como um fabricante de sortilégios. Não vos quero enganar com projetos

ambiciosos e programas grandiosos, imaginativos e irrealizáveis. Tendes direito a uma vida melhor e a uma participação gradual e equitativa nos produtos do trabalho, na comunhão da riqueza e nos frutos e benefícios do progresso, do conforto e as amenidades da existência. A todos sem exceções odiosas e discriminações irritantes devem ser assegurados a igualdade das oportunidades, o acesso das facilidades educacionais, a participação efetiva nos conselhos da administração pública, a remuneração compensadora do trabalho, os cuidados e os desvelos do Estado nas horas do infortúnio, a segurança econômica, o bem-estar coletivo e a justiça social.

A economia popular, fruto do trabalho, será defendida e protegida. É ao próprio povo, em primeiro lugar, que cabe a vigilância do mais sagrado dos direitos, que é o direito da necessidade. Os especuladores dos lucros ilícitos, os exploradores da pobreza, os mercadores da miséria alheia ficam advertidos de que a lei não os cerca de imunidades nem a justiça popular reconhece os seus foros de impunidade.

O governo não é uma entidade abstrata, um instrumento de coerção ou uma força extrínseca da comunidade nacional. Não é um

agente de partidos, grupos, classes ou interesses. É a própria imagem refletida da pátria na soma das suas aspirações e no conjunto das suas afinidades. É a emanção do povo e como tal servo da sua vontade, provador de suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da cooperação e da harmonia das classes e dos interesses.

Brasileiros!

A jornada eleitoral foi encerrada e podeis estar orgulhosos da página de glória com que enriquecestes os anais da nossa vida política. Precisamos agora amortecer as paixões, esquecer os dissabores, aplacar os espíritos e apagar as cicatrizes da batalha. Temos diante de nós uma imensa tarefa de recuperação e consolidação a realizar e para ela, sem exclusões partidárias, convoco a boa vontade, a inteligência e o patriotismo dos brasileiros. Estou certo de vossa ajuda e conto com a vossa cooperação porque assim estaremos servindo não ao efêmero dum governo, mas à perenidade, à perpetuidade e à grandeza da nação brasileira.

Getúlio Vargas. *Discurso do presidente Getúlio Vargas*, 31 jan. 1951.

Manifesto à Nação de Jânio Quadros (25 de agosto de 1961)

Fui vencido pela reação e assim deixo o Governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta Nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração.

Se permanecesse, não manteria confiança e tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Encerro assim com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do Governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios para todos e de todos para cada um.

Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos da nossa herança e da nossa predestinação cristã.

Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir esta Pátria.

Jânio Quadros. Brasília, 25 ago. 1961.

Ofício ao Congresso Nacional (25 de agosto de 1961)

Ao Congresso Nacional:

Nesta data e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República.

Jânio Quadros. Brasília, 25 ago. 1961.

Manifesto do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (26 de agosto de 1961)

Ao Rio Grande e ao Brasil.

O Governo do Estado do Rio Grande cumpre o dever que lhe cabe nesta hora grave da vida do país.

Cumpre-nos reafirmar nossa inalterável posição ao lado da Legalidade Constitucional. Não pactuamos com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra a liberdade pública. Se a atual Constituição não satisfaz, em muitos dos seus aspectos,

desejamos o seu aprimoramento e não sua supressão, o que representaria uma regressão ao obscurantismo.

[...]

A renúncia de S. Ex^a. o Presidente Jânio Quadros, veio surpreender a todos nós. A mensagem que S. Ex^a. dirigiu ao povo brasileiro contém graves denúncias sobre pressões de grupos, inclusive do exterior, que indispensavelmente precisam ser esclarecidas.

Uma Nação que preza a sua soberania não pode se conformar pacificamente com a renúncia do seu mais alto magistrado sem uma completa elucidação desses fatos. [...]

A comunicação do Sr. Ministro apenas notifica o governo do Estado da renúncia do Sr. Presidente da República. Por motivo dos acontecimentos, como se impunha, o governo deste Estado dirigiu-se à S. Ex^ª. o Sr. Vice-Presidente da República, Dr. João Goulart, pedindo o regresso urgente ao país, o que deverá ocorrer nas próximas horas. [...]

Manifesto de João Goulart (1º de abril 1964)

Da Capital da República, numa noite em que forças reacionárias desencadeiam mais uma vez o golpe contra as instituições democráticas, e contra a libertação econômica da Pátria, na plenitude dos meus poderes constitucionais, que o povo me outorgou, que o povo ratificou, em pronunciamentos memoráveis, reafirmo a minha inabalável decisão de defender intransigentemente, numa luta sem tréguas, esse mesmo povo contra as arremetidas da prepotência da pressão do poder econômico.

Sei que o povo ignora o verdadeiro significado das pressões a que meu Governo está sendo submetido, desde que, para salvar os mais legítimos interesses da Nação, tive que adotar no plano internacional uma política externa independente e, no plano interno, medidas inadiáveis de proteção à sua espoliada economia, arrastei a fúria insensata e odienta dos impatrióticos interesses contrariados. Não acreditavam que fosse capaz de regulamentar a Lei de Remessa de Lucros. Fui ameaçado e intimidado. Não cedi e não cederei na sua rigorosa aplicação. Preguei a Reforma Agrária, quando ela estava vitoriosa na consciência do espírito do povo. Negaram-me os meios legais para efetivá-la. Apelei então para as minhas atribuições constitucionais. E o decreto da Supra, que possibilitou o acesso à terra a todos que dela carecem, para a sua sobrevivência, embora não consubstanciasse uma reforma agrária verdadeira, ou a reforma reclamada pelos princípios cristãos de justiça social, determinou o recrudescimento de ódios e de paixões. O monopólio de importação do óleo cru, a encampação das refinarias, como desdobramento indispensável da nossa política petrolífera, conquista definitiva da vontade e consciência soberana de nosso povo, tantas vezes adiada por governos que me antecederam, foram atos que pratiquei, com serena coragem, na certeza de que servia ao Brasil, mas na certeza também de que outro poder, na frente de luta, se abria diante de mim. Quando meu Governo se impunha, vitoriosamente, na repressão à ganância

O ambiente no Estado é de ordem. O governo do Estado, atento a essa grave urgência, vem tomando todas as medidas de sua responsabilidade, mantendo-se inclusive em contato e entendimento com as autoridades militares e federais.

[...]

O povo gaúcho tem imorredouras tradições de amor à Pátria comum e de defesa dos direitos humanos. E seu governo, instituído pelo voto popular – confiem os rio-grandenses e os nossos irmãos de todo o Brasil –, não desmentirá essas tradições e saberá cumprir o seu dever.

Leonel Brizola.

dos exploradores da economia popular, quando meu Governo se levantou contra a exploração dos preços, da distribuição dos gêneros de primeira necessidade, quando se levantou em defesa do povo, tabelando medicamentos, fixando aluguéis, assisti mancomunarem-se contra mim, numa ação insidiosa dos que sempre se locupletaram com a miséria do nosso povo. Quando a inflação, pela qual não se pode responsabilizar o meu Governo, que tudo tem feito para debelá-la, procurando inclusive atacar suas causas estruturais, através das reformas de base, quando essa inflação corroía salário e vencimentos e ampliava a área de miséria entre as famílias da classe média, busquei recompor, na justa remuneração do trabalho, enviando ao Congresso mensagem solicitando a escala móvel de salários. Levantou-se a grita da incompreensão e do egoísmo, do capitalismo intolerante, desumano e anticristão.

Tais medidas, e tudo o mais consubstanciados na política autenticamente popular, decorrente da minha fidelidade ao ideário de Vargas e aos compromissos do meu passado, em lutas nacionalistas, somaram-se forças políticas e econômicas desavindas entre si, mas que se uniam entretanto na impatriótica tentativa de impedir que ao povo brasileiro fosse assegurado melhores padrões de cultura, de segurança econômica e de bem-estar social. Espero no sentimento religioso, como se meu Governo não fosse daqueles que na história da República mais se empenharam em cerca de prestígio, de conciliação e de respeito os dignitários do episcopado, do clero da Igreja Católica e dos demais credos religiosos. Mistificam com a supervalorização do perigo comunista, como se não fôssemos uma democracia plantada irremovivelmente no coração de nossa gente. Estou firme na defesa e ao lado do povo. Do povo, em que acredito e em quem deposito a certeza da vitória da nossa causa. Não recuarei, não me intimidarão. Reagirei aos golpes dos reacionários, contando com a lealdade, a bravura e a honra das forças militares, e com a sustentação das forças populares do nosso País.

João Goulart.

RESUMINDO

Os dezenove anos entre a deposição de Getúlio Vargas e o Golpe Militar de 1964 constituíram um dos momentos mais ricos da história brasileira. Dentro desse período, alguns elementos ganharam uma dimensão acentuada, o que contribuiu para o aspecto dramático, em alguns momentos, dos eventos históricos que o marcaram.

O primeiro desses elementos é o Populismo, com seu caráter popular e com o princípio da mobilização de massas como instrumento de sustentação política. Personagens como os presidentes Jânio Quadros, João Goulart e, principalmente, Getúlio Vargas constituíram-se

em figuras públicas, populares, muito distantes da insipidez e do distanciamento que marcaram, por exemplo, os presidentes da República Velha. Com isso, os eventos que os envolveram tiveram, necessariamente, um tom mais dramático e mais candente do que em qualquer outro momento da vida política brasileira.

Outro aspecto a ser considerado é o tom intenso dos debates políticos do período. Questões como o nacionalismo econômico ou o combate à corrupção assumiram uma dimensão grandiosa, capaz de eleger ou depor presidentes, de mobilizar a opinião pública de determinada forma que a política brasileira jamais havia registrado. Foi a era dos grandes comícios, das grandes performances de políticos, dos grandes debates, das grandes disputas pela imprensa.

Por trás de tudo isso, dando o significado histórico ao momento, duas questões sintetizaram a essência dos debates que marcaram a vida política do país. A primeira delas é o Populismo, com todas as contradições inerentes à sua própria natureza. Lideranças de elite tornando-se reféns do apoio popular, pois esta classe visava concessões que iam muito além dos limites permissíveis para essas lideranças, estas chegaram ao começo da década de 1960 em seu limite máximo de atuação e de possibilidade de sustentação. A outra questão foi a Guerra Fria. Em seu caráter de extrema polarização, tornava cada tema, como nacionalismo ou abertura aos capitais externos, um debate acima de tudo ideológico.

O golpe de 1964 representou um ponto final nesse debate. A opção foi pelo Estado forte, capaz de implantar uma política e de suprimir qualquer foco de reação a ela. A abertura ao capital externo venceu o nacionalismo econômico; a repressão aos movimentos sociais venceu o debate; os decretos venceram o diálogo. Enfim, após dezenove anos de derrotas, a UDN chegou ao poder como tentou desde 1945, pela via do golpe militar.

■ QUER SABER MAIS?



FILMES

- *Cabra marcado para morrer*. Direção de Eduardo Coutinho. Brasil, 1964/1984. Duração: 119 min. O filme aborda a vida de João Pedro Teixeira, líder camponês, por meio de relatos.
- *Jânio a 24 Quadros*. Direção de Luiz Alberto Pereira. Brasil, 1981. Duração: 85 minutos.
- *Os anos JK – Uma Trajetória Política*. Direção de Silvio Tendler. Brasil, 1980. Duração: 110 minutos.

Exercícios complementares

1 UEL O Populismo no Brasil, do ponto de vista da camada dirigente, pode ser caracterizado como:

- (a) o estabelecimento de alianças entre os operários e os camponeses no plano de representação política urbana e rural.
- (b) a forma assumida pelo Estado para dar conta dos anseios populares e, simultaneamente, elaborar mecanismos de seu controle.
- (c) uma política de clientelismo em que o coronel monopoliza a liderança política regional.
- (d) um movimento de representatividade das elites intelectuais locais.
- (e) o compadrismo entre os partidos políticos que buscavam estabelecer coligações.

2 UFPR *A nova democracia brasileira difere radicalmente do modelo registrado na tradição. E a diferença mais notável está em que, nesta democracia de massas, o Estado se apresenta de maneira direta a todos os cidadãos. Com efeito, todas as organizações importantes que se apresentam como mediação entre o Estado e o indivíduo são, em verdade, antes anexos do próprio Estado que órgãos efetivamente autônomos [...]. O sistema partidário, por outro lado, tem base nos dois agrupamentos (PSD e*

PTB) criados por Getúlio e, em larga medida, dependentes do seu prestígio pessoal [...]. Neste quadro político – em que o Estado, através dos líderes populistas, se põe em contato direto com as massas – não há lugar de destaque para as ideologias. Os aspectos decisivos da luta política – as formas de aquisição e preservação do poder – estão vinculados a uma luta entre personalidades.

E Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Considerando o período da história do Brasil situado entre 1946 e 1964, é correto afirmar que:

- 01 a democracia brasileira, no período em questão, foi sustentada mais por lideranças carismáticas do que por partidos fortes, amparados em ideologias claras.
- 02 no período histórico mencionado, as oligarquias agrárias de São Paulo e Minas Gerais organizaram um sistema partidário que buscava, acima de tudo, a inclusão da classe trabalhadora na vida política.
- 04 no Populismo, a estrutura política brasileira afastou-se do modelo tradicional de democracia, na medida em que o Estado procurava manter as massas sob seu controle.
- 08 nos anos 1950, teve destaque a participação da Ação Integralista Brasileira como a principal organização política mediadora das relações entre Estado e trabalhadores.

- 16 a tentativa de domínio político das massas pelo governo tornou-se manifesta em 1947, quando o Partido Comunista do Brasil foi novamente colocado na ilegalidade.
- 32 a época mencionada no texto refere-se à complexa conjuntura produzida pela crise do governo do General Dutra, líder de um regime militar cujo fim proporcionou a reorganização partidária em torno de lideranças de esquerda.

Soma =

3 Cesgranrio Durante a presidência de Harry Truman (1945-1953), criou-se a Doutrina de Segurança Nacional, cujo objetivo era conter o avanço do comunismo no mundo. Na Europa, adotou-se o Plano Marshall. Na América Latina, os Estados Unidos buscaram uma política de alianças, cuja expressão foi o (a):

- (a) Pacto Andino.
- (b) Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.
- (c) Tratado de Bryan-Chamorro.
- (d) Tratado de Guadalupe-Hidalgo.
- (e) Primeira Conferência Pan-Americana.

4 Mackenzie 2009 O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) foi influenciado pelos acontecimentos internacionais que marcaram o pós-guerra. A política econômica adotada em seu governo tinha como principal objetivo:

- (a) o aumento da intervenção do Estado, que passou a controlar as importações, diminuindo as tarifas alfandegárias.
- (b) a manutenção de uma política de confisco para combater a inflação que, entretanto, não prejudicou os ajustes salariais dos trabalhadores.
- (c) a liberalização do câmbio, aumentando as importações de produtos supérfluos, sem adotar uma política de seleção nas importações.
- (d) a adoção de uma política liberal e nacionalista, favorável aos negócios das empresas nacionais.
- (e) a manutenção das condições favoráveis à acumulação de capital, por meio de uma política social democrática e nacionalista.

5 Ufpel 2007 Com base nas seguintes declarações:

Decretar e promulgar a Constituição é um ato de grandíssima importância. É um ato grave. Mas cumpri-la é que é o supremo dever.

Gustavo Capanema. Partido Social Democrata – PSD, maior bancada.

A promulgação da nova Constituição representa o mais profundo anseio do povo brasileiro, torturado durante mais de oito anos pela infâmia do Estado Novo.

Edgard de Arruda. União Democrática Nacional – UDN.

A carta que acaba de ser promulgada constitui um dos grandes documentos da história do Brasil.

Marcondes Filho. Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

O Brasil ingressa hoje em um novo período de sua história. O PCB, que discutiu e votou a Constituição, está disposto a lutar para que ela seja cumprida em seus preceitos democráticos.

Jorge Amado. Partido Comunista Brasileiro – PCB.

É correto afirmar, historicamente, que a constituição referida é a de:

- (a) 1988
- (b) 1967
- (c) 1934
- (d) 1937
- (e) 1946

6 Unifesp 2009 O período da chamada “redemocratização” brasileira (1945-1964) contou com:

- (a) eleições diretas para presidente e elaboração de nova Constituição.
- (b) alternância política na Presidência e intensa radicalização ideológica.
- (c) supressão de direitos políticos dos adversários do regime e ampla liberdade de imprensa.
- (d) inexistência de mobilizações de massa e fragilidade do poder judiciário.
- (e) pluralidade de organização sindical e plena liberdade de organização partidária.

7 UFPR [...] *Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário-mínimo se desencadeiam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder. Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida [...]*

Extraído da carta-testamento de Getúlio Vargas. 24 ago. 1954.

A respeito das tensões políticas e sociais acima descritas, é correto afirmar:

- Getúlio Vargas identificava a si próprio como defensor dos direitos dos trabalhadores brasileiros e arquiteto da soberania nacional.
- Getúlio Vargas tentava minimizar a importância do desenvolvimento industrial, defendendo reiteradamente o predomínio da cafeicultura.
- Getúlio Vargas havia optado pelo investimento dos recursos do Estado nas indústrias de base como forma de garantir a independência econômica nacional.

- Getúlio Vargas reconhecia a sua responsabilidade na instauração da ditadura do Estado Novo (1937-1945), fazendo uma autocrítica dos abusos perpetrados pela repressão policial naquele período.
- Getúlio Vargas criticava os setores empresariais que não concordavam com sua política trabalhista.
- Getúlio Vargas defendia a privatização das empresas estatais, como a Eletrobras e a Petrobras, tidas por ele como ineficientes e atrasadas, principais responsáveis pelo déficit público e pela inflação.

8 Mackenzie A crise do segundo governo Vargas, em agosto de 1954, foi desencadeada, dentre outros fatos, porque:

- (a) a eleição de Vargas fora impugnada pelo Supremo Tribunal.
- (b) o governo populista de Vargas não tinha apoio e controle das massas urbanas.
- (c) o projeto do governo chocava-se com os interesses do capital estrangeiro e setores da burguesia nacional.
- (d) a política externa brasileira, totalmente alinhada aos EUA, gerava forte oposição interna.
- (e) a UDN, partido do governo, era pressionada pela aliança PTB e PSD, em virtude de suas propostas nacionalistas.

9 Unesp Tendo sido bem treinado na escola política do PSD de Minas Gerais, Kubitschek estava pouco inclinado a influir no sistema de propriedade rural existente.

Thomas E. Skidmore. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco*.

A fim de explicitar o significado do texto, discorra sobre as prioridades setoriais atendidas com a execução do Plano de Metas do Governo JK.

10 Fuvest 2009 A construção de Brasília foi um marco no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

- a) Relacione a construção de Brasília com as metas do governo JK.
- b) Indique algumas decorrências da mudança da capital federal para o interior do país.

11 UFRJ 2008 Em 1950, candidato pelo PTB, Vargas retornou à Presidência. Resolvido a diferenciar-se do ditador estadonovista, o novo presidente retomaria o trabalhismo. [...] Na sua plataforma estavam os ideais do desenvolvimento, nacionalismo e distributivismo, elementos que cativaram diversos segmentos da sociedade.

Fernando Teixeira da Silva & Antônio Luigi Negro. *Trabalhadores, sindicatos e política, 1945-1964*.

Indique uma medida adotada pelo segundo governo Vargas (1950-1954) e explicita sua relação com um dos ideais referidos no texto.

12 FGV 2007 Nas campanhas eleitorais e mesmo em discursos, é bastante comum a referência, por parte de candidatos, de parlamentares e até de presidentes, a Juscelino Kubitschek. Tal lembrança pode ser justificada pelo fato de que seu mandato (1956-1961)

- (a) caracterizou-se pela estabilidade política, graças à sua habilidade, à aproximação com os militares e à aliança UDN-PTB, que garantiu maioria no Congresso.

- (b) correspondeu aos “anos dourados” da economia, devido aos aumentos salariais, à redução da inflação, ao apoio do FMI e à implantação da indústria automobilística no Brasil.
- (c) atraiu o apoio da população rural, com a extensão da legislação trabalhista ao campo e com a proposta de reforma agrária, objetivo principal do Plano de Metas.
- (d) foi um período de otimismo, marcado por grandes obras, pelo crescimento do PIB e pela efervescência cultural, com o início da “Bossa Nova” e do “Cinema Novo”.
- (e) reatou relações diplomáticas com os países do bloco socialista e reconheceu o governo da República Popular da China, desenvolvendo uma política externa inovadora.

13 Uerj



Jânio e os bilhetinhos

Maria Victoria de Mesquita Benevides. *O Governo Jânio Quadros*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

A política dos bilhetinhos é uma das características do governo Jânio Quadros (1961), que foi marcado por uma:

- (a) forma descentralizada de governo, concretizada pela delegação de poderes.
- (b) aliança com grupos de esquerda, exemplificada pela condecoração de Che Guevara.
- (c) integração ao projeto populista de governo, apoiada pelos partidos getulistas PSD e PTB.
- (d) ação moralizadora de combate à corrupção, acrescida do estilo personalista do presidente.

14 Mackenzie A democracia populista durante o governo Goulart apoiou várias reivindicações populares que assustaram os setores conservadores, terminando por acelerar o golpe de 1964. Dentre elas citamos:

- (a) as reformas de base.
- (b) a extinção dos partidos políticos.
- (c) o fim da política externa independente.
- (d) o monopólio estatal sobre os meios de comunicação.
- (e) a preservação da estrutura fundiária do país.

15 Mackenzie A Campanha da Legalidade em agosto de 1961, desencadeada pelo governo do Rio Grande do Sul logo após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, resultou:

- (a) no impedimento do Presidente João Goulart, que não assumiu a presidência da República.
- (b) na emenda parlamentarista e posse do Presidente João Goulart com poderes limitados.
- (c) na convocação de novas eleições para solução do impasse político.
- (d) no golpe militar que depôs João Goulart.
- (e) na guerra civil que impediu o retorno do Populismo ao poder.

Ao Rio Grande e ao Brasil

O governo do Estado do Rio Grande do Sul cumpre o dever de assumir o papel que lhe cabe nesta hora grave da vida do país.

Cumpre-nos reafirmar nossa inalterável posição ao lado da Legalidade Constitucional. Não pactuamos com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra as liberdades públicas. Se o atual regime não satisfaz, em muitos dos seus aspectos, desejamos é o seu aprimoramento e não sua supressão, o que representaria uma regressão e o obscurantismo.

A renúncia da S. Exa., o presidente Jânio Quadros, veio surpreender a todos nós. A mensagem que S. Exa. dirigiu ao povo brasileiro contém graves denúncias sobre pressões de grupos, inclusive do exterior, que indispensavelmente precisam ser esclarecidas. [...]

Por motivos dos acontecimentos, como se impunha, o governador deste Estado dirigiu-se à S. Exa., o Sr. Vice-Presidente da República, Dr. João Goulart, pedindo seu regresso urgente ao país, o que deverá ocorrer nas próximas horas. [...]

O povo gaúcho tem imorredouras tradições de amor à Pátria comum e de defesa dos direitos humanos. E seu governo, instituído pelo voto popular – confiem os rio-grandenses e os nossos irmãos de todo Brasil – não desmentirá estas tradições e saberá cumprir o seu dever.

Leonel Brizola. Governador do Estado.

J. Felizardo. *A legalidade: o último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1988. p. 20.

Considere as seguintes afirmações acerca do documento e do contexto histórico em que ele foi produzido.

- I. O documento refere-se aos eventos relacionados com o Golpe de 1964, que impôs o regime militar.
- II. O documento refere-se a eventos relacionados com a renúncia de Jânio Quadros.
- III. A Campanha da Legalidade visava garantir a permanência de Jânio Quadros na presidência do Brasil.
- IV. A volta do Vice-Presidente ao país ocorreu imediatamente após a renúncia de Jânio Quadros.
- V. A posição manifestada no documento mostra o conteúdo constitucionalista do movimento liderado pelo governador Brizola.
- VI. A Campanha da Legalidade, em 1961, impediu a consumação do golpe contra João Goulart.

Quais estão corretas?

- (a) Apenas II, IV e VI.
- (b) Apenas II, V e VI.
- (c) Apenas I, III, IV e V.
- (d) Apenas I, IV, V e VI.
- (e) Apenas II, III, V e VI.

17 PUC-SP 2007 O suicídio de Vargas não interrompeu um possível golpe udenista, tanto que Café Filho assumiu a Presidência da República e governou com um ministério conservador. A grande derrota da direita, aí sim, foi em outubro de 1955, quando Juscelino Kubitschek venceu as eleições presidenciais em aliança com João Goulart. A crise de 1961 acabou fortalecendo a democracia como valor fundamental da República.

Marco Antonio Vila. *Jango. Um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004. p. 240.

A frase:

- (a) “O suicídio de Vargas não interrompeu um possível golpe udenista” indica que o autor acredita que o suicídio do Presidente, em agosto de 1954, não impediu a ascensão política da direita.
- (b) “A grande derrota da direita, aí sim, foi em outubro de 1955” indica que o autor acredita que a vitória eleitoral de Juscelino Kubitschek tenha sido um histórico triunfo político dos comunistas brasileiros.
- (c) “A crise de 1961 acabou fortalecendo a democracia como valor fundamental da República” indica que o autor acredita que, após a renúncia de Jânio Quadros, o Brasil se tornou definitivamente uma democracia.
- (d) “Café Filho assumiu a Presidência da República e governou com um ministério conservador” indica que o autor acredita que a direita conseguiu impor seu projeto de governo de 1954 em diante.
- (e) “Juscelino Kubitschek venceu as eleições presidenciais em aliança com João Goulart” indica que o autor acredita que não havia, em 1955, qualquer risco para a continuidade da hegemonia política do varguismo.

18 Fatec 2009 Considere o texto.

A posse de João Goulart na presidência significava a volta do esquema populista, em um contexto de mobilizações e pressões sociais muito maiores do que no período Vargas. Os ideólogos do governo e os dirigentes sindicais trataram de fortalecer o esquema. [...] O Estado seria o eixo articulador dessa aliança, cuja ideologia básica era o nacionalismo e as reformas sociopolíticas denominadas de reformas de base.

Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1996. p. 447.

As reformas de base a que o texto se refere tinham como objetivo, entre outros,

- (a) garantir o acesso de trabalhadores do campo à propriedade, atendendo a parte das reivindicações de sindicatos rurais.
- (b) realizar uma ampla reforma tributária, ampliando as taxas de juros dos bancos privados nacionais e internacionais.
- (c) vender aos trustes e cartéis internacionais algumas empresas nacionais como forma de obter receita para o Estado brasileiro.
- (d) conceder aos fazendeiros os títulos de propriedade de terras que estavam ocupadas há muito tempo pelos posseiros.
- (e) mudar a legislação eleitoral com o objetivo de restringir a candidatura dos analfabetos aos cargos do Poder Executivo.

O regime militar (1964-1985)

11

FRENTE 1



Este capítulo abordará os vinte e um anos nos quais o Brasil viveu sob uma ditadura militar. Embora não tão brutal quanto em outros países da América do Sul, como Argentina e Chile, a ditadura brasileira foi mais branda em alguns momentos, mais violenta e repressiva em outros. Ela pautou-se sempre pela supressão das liberdades civis, pela perseguição aos opositores, pela censura, pela repressão e por uma política econômica que beneficiou sempre o grande capital em detrimento dos trabalhadores. É importante notar que sua sustentação foi possível enquanto a economia viveu momentos de crescimento. A crise mundial a partir do final da primeira metade da década de 1970 tomou inviável ao regime sua manutenção, levando a medidas que apontaram para seu final.

O governo Castelo Branco (1964-1967)

A primeira medida adotada pelos autores do golpe foi a criação do **Supremo Comando Revolucionário**, formado pelo general Arthur da Costa e Silva, pelo brigadeiro Francisco Correia de Mello e pelo vice-almirante Augusto Rademaker.

Esse comando aprovou o primeiro Ato Institucional (**AI-1**), prática que se tornaria constante durante os governos militares e que, na prática, substituía qualquer texto constitucional. O AI-1 dava aos militares o poder de suspender por dez anos mandatos legislativos, juízes e funcionários públicos sem o direito de apelar à Justiça. Como consequência, desde a sua expedição em abril até o mês de dezembro de 1964, foram suspensos 50 congressistas, 43 deputados estaduais, 10 vereadores, 49 juízes, 1408 funcionários civis e 1200 funcionários militares.

Centenas de sindicatos de trabalhadores sofreram intervenção e seus principais dirigentes foram presos. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) foi extinta. As Ligas Camponesas foram colocadas na ilegalidade seguida da prisão de seus líderes. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro foi invadida, incendiada e destruída e as principais universidades do país sofreram invasões, seguidas do afastamento dos professores contrários ao golpe. Estima-se que cerca de 50 mil pessoas tenham sido presas durante os primeiros meses do governo militar.

Fazia-se necessário indicar um nome para o exercício da Presidência e, dentro do Comando, não havia consenso para essa indicação. Já naquele momento, Costa e Silva pretendia assumir o cargo, mas não contava com o apoio das outras alas do Exército. Optou-se, finalmente, pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco, que havia sido chefe do Estado Maior das Forças Armadas durante o governo João Goulart e, nessa função, ajudou a preparar o golpe.



Fig. 1 Cerimônia de posse de Castelo Branco à presidência. UDN e militares cercam o novo presidente.

A derrota de Costa e Silva adiou por alguns anos o recrudescimento do regime militar. Ele representava um segmento das Forças Armadas que ficou conhecido como “linha dura”. Esse grupo era favorável a um número ainda maior de prisões, ao estabelecimento de uma ditadura totalmente centralizada, e à censura prévia da imprensa. Eram acusados de “pensar com os fuzis”, pois pretendiam governar o país com a rígida disciplina aprendida no Exército.

Castelo Branco, por sua vez, alinhava-se ao grupo liderado por Golbery do Couto e Silva, reconhecido por sua formação

intelectual mais sofisticada. Com isso, tinham um plano de mais fôlego, definindo funções de longo prazo para o regime militar. Acreditavam que, em um primeiro momento, a ação dos militares era necessária; mas, depois de abater todos os focos oposicionistas, seria necessário entregar o poder aos civis, ou melhor, para os grupos de civis confiáveis, basicamente aqueles que se alinhavam às posições da UDN. Estes últimos, em sua opinião, deveriam integrar o país na ordem internacional, possibilitando o desenvolvimento por meio de investimentos estrangeiros em larga escala.

Portanto, em 15 de abril de 1964, a posse de Castelo indicava a vitória da segunda linha militar aqui descrita.

Uma de suas primeiras medidas foi a criação do SNI (Serviço Nacional de Informações), idealizado e criado por Golbery do Couto e Silva. Esse órgão, chefiado pelo presidente, tinha a função de **municiar** o governo com informações de todas as ordens sobre os amigos e os inimigos do regime, formando uma poderosa rede de informações.

Roberto Campos, no Ministério do Planejamento, e Otávio Gouveia de Bulhões, no Ministério da Fazenda, deveriam tratar da crise econômica que se arrastava desde o fim dos anos 1950. Elaboraram o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) para implantar um conjunto de medidas previstas para duas fases. A primeira delas deveria eliminar a inflação e normalizar as relações com o sistema financeiro internacional e a segunda trataria do estímulo ao crescimento econômico.

A primeira fase do plano correspondeu a medidas de contenção bastante duras. Campos e Bulhões cortaram gastos e subsídios visando diminuir o déficit público. Impuseram uma política monetária rígida e uma reforma tributária, centralizando a arrecadação rigidamente nas mãos do governo central.

Paralelamente, os salários foram sensivelmente reduzidos por meio de reajustes anuais inferiores à inflação e pagamento parcial dos ganhos de produtividade. O regime de estabilidade no emprego foi substituído pelo regime do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o que possibilitou uma enorme rotatividade da mão de obra e a manutenção da baixa dos salários. Para garantir a concretização dessas medidas, os sindicatos permaneceram sob um rígido controle do governo e uma lei federal só permitia greves previamente autorizadas, sob o risco de intervenção e prisão.

Os resultados dessa primeira fase da PAEG foram aqueles previstos inicialmente. A inflação caiu de 73,11% no final de 1964 para 24,3% em fins de 1967. No entanto, essa queda foi acompanhada pela recessão que gerava desemprego e perda do poder aquisitivo para os assalariados. Essa era a hora de estrear a segunda parte do plano.

A manutenção dos salários baixos foi acompanhada da revogação da lei que restringia a remessa de lucros para o exterior, e assim, procurava-se atrair os investimentos estrangeiros. Com o mesmo objetivo, o governo facilitou a formação de oligopólios mediante algumas garantias legais que possibilitavam altas taxas de lucro. Ao mesmo tempo, o Brasil reatou com o FMI e atendeu suas exigências para a estabilização econômica.

Municiar

Prover de munição; prover do que é necessário; abastecer, guarnecer.

Paralelamente a essa ação econômica, toda uma luta política travava-se dentro dos próprios meios militares. A chamada “linha dura” ainda viria a se manifestar. O primeiro desentendimento apareceu já em 1965, quando o governo manteve as eleições previstas para governadores dos Estados, cumprindo sua meta de devolver, gradualmente, aos civis confiáveis um Estado reformado. Realizadas as eleições, constatava-se que os vencedores nos principais centros do país eram do PSD, partido não totalmente identificado com o golpe. A ala liderada por Costa e Silva pressionou o governo para que os eleitos não tomassem posse, mas não teve sucesso em sua atividade.

O conflito entre as duas alas militares resolveu-se por meio de um acordo para as próximas eleições, pois o presidente editou o AI-2 (Ato Institucional nº 2), definindo que o próximo pleito nos Estados se daria de forma indireta. O mesmo Ato extinguiu os partidos políticos existentes, autorizando a existência de dois novos: a Arena (Aliança Renovadora Nacional), que agrupou a UDN, parcela do PSD e do PSP, tomando-se a representação partidária do governo militar, e, na oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), incorporando o PTB e parte do PSD e PCB.

As medidas agradaram os militares da “linha dura”, mas frustraram as expectativas dos civis de diversos partidos. Carlos Lacerda (UDN) e Adhemar de Barros (PSP), por exemplo, manifestaram seu desacordo e a sensação de terem sido traídos. Contudo, a linha adotada foi reforçada quando, em fevereiro de 1966, o AI-3 deu aos governadores o direito de indicar os prefeitos das capitais, eliminando as eleições previstas para preencher esses cargos.

Já em 1964, havia sido aprovada a emenda constitucional que prorrogava o mandato de Castelo Branco até 1967. Essa prorrogação servia para dar tempo para articulações nos meios militares para a indicação do próximo presidente. A possibilidade de uma rápida volta aos quartéis foi frustrada, com a vitória da linha dura nesta questão. O consolidar do recrudescimento do regime militar completou-se com a indicação de Costa e Silva para suceder Castelo Branco na presidência quando expirasse o seu mandato. Frustravam-se, assim, os planos idealizados por Castelo e Golbery para um retorno do poder aos civis, porém deixavam como herança ao governo Costa e Silva uma Constituição, divulgada em janeiro de 1967. Ela conciliava partes desconexas: o texto relativamente democrático de 1946 e os três Atos Institucionais aprovados por Castelo Branco.

O governo Costa e Silva (1967-1969)

Costa e Silva governou entre março de 1967 e agosto de 1969. Rompendo com o governo anterior, substituiu Golbery do Couto e Silva pelo general Emílio Garrastazu Médici no comando do SNI, e o coronel Jarbas Passarinho e Antonio Delfim Neto passariam a cuidar da área econômica.

O endurecimento do regime progredia, inviabilizando qualquer oposição parlamentar. Essa postura empurrou para a oposição inclusive alguns políticos que apoiaram originalmente o golpe. Mais que isso, conseguiu unir antigos inimigos como Magalhães Pinto, Kubitschek e João Goulart (ainda no exílio) em uma frente contra o regime. No entanto, o rígido controle político obtido pelos Atos Institucionais impedia qualquer oposição eficiente. As atividades da chamada “Frente Ampla” que os congregava foram

formalmente proibidas e a imprensa, sob censura, estava impedida de dar qualquer notícia sobre o movimento.



Fig. 2 Reunião do Conselho de Segurança Nacional, em 1968.

No plano econômico, o governo Costa e Silva criou o PDE (Plano de Desenvolvimento Econômico), buscando dar continuidade ao antigo PAEG; entretanto, corrigindo-o ao dar ênfase aos investimentos externos.

No entanto, o aspecto mais visível do período de governo de Costa e Silva foi a intensa luta política vivida pelo país naqueles anos. Não se pode dissociar essa luta política das condições internacionais extremamente ricas e conturbadas do período. Era o final dos anos 1960, os quais traziam um clima de contestação que se revelou em todos os campos da manifestação social e cultural, explodindo no movimento *hippie* que ganhava a cena mundial. Mais que isso, em Paris, os estudantes tomavam a Universidade de Nanterre, seguidos de manifestações semelhantes em Berkeley, nos EUA. Um amplo movimento de contestação à ordem e ao *establishment* articulava-se no mundo todo, ramificando-se inclusive para a Europa Oriental. Na Tchecoslováquia, uma luta política intensa por um socialismo democrático desafiava o poderio de Moscou, fazendo com que a “Primavera de Praga” despertasse os sonhos de democracia também do outro lado da “Cortina de Ferro”.

As manifestações mundiais contra a Guerra do Vietnã traziam consigo um conteúdo muito mais profundo, de contestação ao modelo político em sua escala global, negando os valores ditados pela Guerra Fria e acenando com ideias libertárias um peso que a humanidade jamais havia conhecido.



Fig. 3 Choque entre polícia e estudantes na Universidade de Nanterre, França.

No Brasil, esse processo foi amplamente acentuado por uma ditadura cada vez mais repressiva, além das profundas desigualdades sociais bem como um modelo de ensino altamente elitista, que privava a maioria da população do acesso ao ensino superior.

Não por acaso, os estudantes foram o setor mais visível do amplo movimento de contestação ao regime, ganhando corpo a partir de 1967, intensificando-se ao limite em 1968. A UNE (União Nacional dos Estudantes), formalmente proibida, preparava amplas manifestações contra o regime, as quais atingem seu ápice quando o estudante secundarista Edson Luís Lima Souto foi assassinado pela polícia, que reprimia uma manifestação no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro.



Fig. 4 Manchete do *Jornal do Brasil* sobre a morte de Edson Luís.

Às atitudes de repúdio por seu assassinato, seguiram-se amplas manifestações de massa, culminando com a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, uma ampla demonstração da reação social contra os rumos que o regime trilhava.

Foi também durante o ano de 1968 que o movimento sindical esboçou uma reação ao regime militar. Em julho, os operários de Osasco-SP tomaram o controle das principais fábricas da região e, contrariando a lei, retomaram a prática grevista. Isso custou uma intervenção federal no sindicato e a prisão da diretoria. Em outubro, outra greve foi decretada durante quatro dias em Contagem-MG e o mesmo procedimento foi adotado quanto ao sindicato e sua diretoria pelo governo federal.



Fig. 5 Polícia e Exército prendem operários em greve e a liderança do sindicato em Osasco.

Além disso, os estudantes, organizados na proscrita UNE, tentavam estruturar seu congresso de forma clandestina em Ibiúna, no estado de São Paulo. Esse congresso foi brutalmente reprimido, com a prisão de mais de mil líderes estudantis, em um episódio que assinala um marco na ampliação da escalada repressiva do regime.



Fig. 6 Exército invade o Congresso da UNE em Ibiúna. Todos os estudantes foram presos.

Obviamente, os setores militares articulavam-se contra o que sua concepção enxergava como influência do comunismo internacional. O próprio Costa e Silva passava a ser visto como conivente com a mobilização social, hesitando em tomar medidas mais duras para contê-la. A pressão dos grupos mais violentos dentro das Forças Armadas, tendo como expressão mais visível o chefe do SNI, general Emílio Garrastazu Médici, obrigou o presidente a ter uma postura mais dura.

Nesse contexto, um discurso do deputado Márcio Moreira Alves foi o pretexto para a medida que completaria o endurecimento do regime. O citado parlamentar, eleito pela Guanabara, criticou, da tribuna da Câmara, os métodos violentos utilizados pelos militares. Altos oficiais do Exército reagiram, exigindo uma punição para Moreira Alves, mas ele estava protegido pela imunidade parlamentar. Pressionado por esses oficiais, o governo pediu ao Congresso a licença para processar o deputado. Em uma sessão histórica, em 12 de dezembro, o Congresso negou a licença. Como consequência, no dia seguinte, 13 de dezembro, decretava-se o **AI-5**: com o fechamento do Congresso Nacional até setembro de 1969, bem como o fechamento das Assembleias estaduais e da Câmara de vereadores. Foram cassados os mandatos de 51 parlamentares do MDB e 37 da Arena. Os direitos políticos e as garantias constitucionais foram suspensos, decretava-se a intervenção federal em estados e municípios e prisões poderiam ser efetuadas sem mandato judicial.

Estava consumada a ditadura, respaldada em uma capa cingidamente institucional. Vale frisar a atitude omissa e subserviente de nomes até então vistos como um freio ao endurecimento do regime, como o então ministro da Educação, Jarbas Passarinho. A sua fala, na cerimônia de assinatura do **AI-5** – [...] *às favas, senhor presidente, com os escrúpulos de ordem moral!* – era um perfeito indicativo da postura política que prevaleceria no país a partir de então.

LEITURA

AI-5 Ato Institucional nº 5

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;

[...]

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

[...]

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que sustentem sua destruição;
Resolve editar o seguinte

Ato institucional

[...]

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

[...]

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

[...]

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos efetivos federais, estaduais e municipais.

[...]

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

[...]

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

[...]

SÃO PAULO (Estado). Ato Institucional nº 5, de 13 de Dezembro de 1968. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgãos, emite a Portaria da administração direta e das autarquias do Estado e dá providências correlatas. Lex-Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo, 1968.



Fig. 7 O presidente Costa e Silva sentado em um Congresso vazio. Um símbolo da vida política do país após o AI-5.

O AI-5 provocou inúmeros protestos sempre seguidos de medidas governamentais cada vez mais duras. A imprensa continuava sob censura rígida e todos os intelectuais de vulto que se posicionaram contra a medida foram afastados das universidades onde lecionavam. Juízes considerados como excessivamente tolerantes perderam os seus cargos e o Judiciário perdeu suas garantias. Para completar as medidas, decretou-se o estado de sítio.

Costa e Silva solicitou, então, a redação de uma nova Constituição que preparasse a transição para a “normalidade”. Ele pretendia, tal como havia tentado Castelo, deixar para o seu sucessor as regras para o funcionamento do Estado. Isso, porém, reduziria os poderes excepcionais adquiridos pelo Exército e os apoiadores do presidente reagiram. Costa e Silva manteve seus propósitos, anunciando a Constituição para 7 de setembro de 1969, um dia antes da reabertura do Congresso. No entanto, em 28 de agosto, o presidente teve um derrame e foi afastado de suas funções.

O vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, foi impedido pelos militares de assumir a presidência. Assumiu uma Junta Militar, formada pelos ministros militares: general Augusto Lira Tavares, do Exército, almirante Augusto Rademaker, da Marinha, e o “marechal do ar” Márcio de Souza Melo, da Aeronáutica.



Fig. 8 A Junta Militar.

Esse foi o momento da organização da luta armada por diversos agrupamentos da esquerda. Basicamente composto por jovens, esses pequenos partidos tentaram uma resistência clandestina à violência repressiva e visavam derrubar os militares do poder, utilizando a luta armada como recurso. O sequestro de representantes de governos estrangeiros foi uma das formas de divulgar a luta e de obter atendimento de suas reivindicações. É nesse período que o embaixador dos EUA foi sequestrado, agravando o conflito político.

Ao mesmo tempo, a Junta Militar considerou extinto o mandato de Costa e Silva, indicando para presidente o chefe do SNI, Emílio Garrastazu Médici.

O governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)

O governo Médici atingiria o grau máximo na escala repressiva e no controle de todas as instituições políticas.

No entanto, é também dessa fase a realização do “milagre econômico”: o mais expressivo ciclo de crescimento econômico depois do governo JK. O modelo desenvolvimentista usado por Juscelino foi mantido na essência: o Estado responsabilizava-se pela infraestrutura necessária à indústria; o capital estrangeiro era investido nos setores mais dinâmicos e o capital nacional cumpria uma função complementar.

As inovações econômicas aperfeiçoaram o plano. Agora, estimulava-se também a formação de grandes bancos livres para a negociação internacional, para a captação de recursos e criação de liquidez. Mantinha-se o controle dos salários já introduzido no início dos governos militares. Por fim, iniciava-se a grande importação de máquinas e equipamentos para a modernização da produção.

Como resultado, entre 1969 e 1973, o PIB cresceu a uma taxa média de 11,4% ao ano. No entanto, como nos outros períodos de crescimento, a dívida externa acompanhou o ritmo do desenvolvimento. O “milagre” na economia preparava uma explosão da dívida reservada para o final dos anos 1970.

Paralelamente a isso, a luta política atingia níveis dramáticos, os quais jamais chegaram ao conhecimento da maioria da população, em função da feroz censura imposta aos meios de comunicação.

A luta armada, que já se esboçava desde o final de 1967, atingia seu ápice. Três focos guerrilheiros desenvolviam-se no país: na serra do Caparaó, em Minas Gerais; no Vale do Ribeira, em São Paulo; e na região do Araguaia, no Pará.

Mais que isso, crescia a guerrilha urbana sob a liderança da Aliança Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. Se a prática para conter a guerrilha rural foi a organização militar pura e simples, em contrapartida, ela era inútil contra práticas urbanas. Assim, o governo adotou a política de fazer crescer os órgãos de informação. Os famosos organismos repressivos especializados em perseguição e tortura (OBAN, DOI-CODI, DOPS) foram montados nesse período. Além deles, surgia também o CIEx (Centro de Informação do Exército), o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e o Cisa (Centro de Informação Social do Exército).



Fig. 9 Cartaz comum durante a ditadura de Médici.

O SNI ampliava em muito sua importância, passando a estar diretamente subordinado à Presidência da República.

A ideologia de que todos os meios seriam justificáveis no combate à subversão abriu caminho à tortura, que se tornou uma prática institucional do regime.

Contudo, a política econômica baseada nos resultados espetaculares do “milagre econômico” já apresentava suas primeiras fissuras. O crescimento da produção industrial teria, necessariamente, que ser acompanhado por um crescimento do consumo. Esse crescimento, entretanto, encontrava seu primeiro obstáculo na própria política do regime, comprometido com um achatamento sem precedentes nos salários, o que reduzia em muito o mercado interno.

Externamente, as exportações, que seriam a única saída lógica, esbarravam no início de um processo recessivo internacional e no próprio atraso tecnológico brasileiro, gerando uma indústria sem maiores condições de competitividade.

Ao mesmo tempo, como um reflexo natural de toda e qualquer ditadura, o Estado inchava até o limite, passando não mais à condição de gerenciador da vida econômica, mas de participante ativo, com o surgimento de várias empresas estatais, atuando nos ramos mais variados da economia.

De qualquer forma, a política econômica do regime e o forte processo de urbanização e investimentos no setor industrial geravam uma classe média enriquecida, facilmente manipulável pela propaganda política do regime. Essa propaganda, incorporando ensinamentos do nazismo e do varguismo, procurava associar os conceitos de Estado e Nação, tornando-os um só. Assim, *slogans* como *Brasil, ame-o ou deixe-o*, *Ninguém segura este país*, *Este é um país que vai para a frente* e outros, tomaram-se comuns nas rádios e televisões, de resto totalmente submetidas à censura e às imposições do regime ou coniventes com ele. Cabe lembrar que a propaganda do regime foi exacerbada por conquistas no campo esportivo, como a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970 e as vitórias de Eder Jofre, no boxe, e de Emerson Fittipaldi, no automobilismo, habilmente utilizadas como instrumentos de propaganda de um regime que se colocava como o condutor do “país que vai para a frente”.

 **BRASIL**
AME-O OU DEIXE-O



Fig. 10 Adesivo e cartaz da propaganda do regime.

A máquina de propaganda tinha que ser alavancada por eventos que apregoassem a grandeza do regime; nisso, a ditadura de Médici foi pródiga em obras faraônicas e de resultados práticos inexistentes, como a construção da Transamazônica, apresentada como a rodovia da integração nacional, ou a Hidrelétrica de Itaipu, para muitos mais um artefato militar do que propriamente uma usina geradora de energia.

Entretanto, já no início de 1973, o “milagre” mostraria sua base frágil. A guerra no Oriente Médio, na qual os países árabes procuraram aplicar uma sanção ao mundo ocidental, que era favorável a Israel, fez com que os preços do petróleo fossem brutalmente ampliados; com isso, cresceu de forma intensa o endividamento externo, reduzindo a capacidade industrial, francamente dependente do petróleo importado.



Fig. 11 Copa do Mundo de 1970: Pelé levanta a Taça Jules Rimet conquistada no México. Ao lado, o presidente Emílio Garrastazu Médici.

Mais que isso, a violenta concentração de renda imposta pela política econômica do regime gerava reações mais difíceis de serem controladas. A fórmula da “linha dura” encontrava uma resistência cada vez maior dentro das Forças Armadas, até pelo medo de que os mecanismos de repressão escapassem ao controle, fato que já começava a ocorrer. Reforçava-se assim a posição da ala castelista dentro das Forças Armadas, pressionando pela indicação do presidente da Petrobras, Ernesto Geisel, como o sucessor de Médici na Presidência.

O governo Ernesto Geisel (1974-1979)

A herança recebida por Ernesto Geisel incorporava os dois elementos: crise econômica, com o colapso do “milagre econômico”, e um início de enfraquecimento do regime, com o crescimento, embora ainda tímido, da oposição.



Fig. 23 Imprensa sob censura divulga a eleição de Geisel.

Mesmo dentro dos limites impostos pela censura, a oposição articulou-se em um processo meramente propagandístico, que foi a candidatura à presidência de Ulysses Guimarães, pelo MDB. Essa candidatura, obviamente, não tinha a menor possibilidade de vitória. As eleições seriam indiretas, com o presidente sendo “eleito” por um Congresso que oscilava entre o amordaçamento e a conivência. Daí ter sido habilmente chamada de “anticandidatura”, cujo papel seria apenas o de aproveitar o espaço aberto pela eleição para denunciar a violência política do regime.



Fig. 12 Ulysses Guimarães em entrevista durante sua “anticampanha” eleitoral.

Com isso, Geisel representava o retorno ao poder da ala do Exército, apoiada por Golbery do Couto e Silva. O novo chefe de Estado tinha consciência das dificuldades em manter as taxas de crescimento alcançadas no governo anterior, bem como das dificuldades políticas que a crise econômica agravaria.

Geisel assumiu falando da economia em uma “abertura lenta, gradual e segura”, uma distensão política, ao mesmo tempo em que elaborava um plano econômico que continha dois objetivos: ampliar a base do sistema industrial, aumentando a produção de insumos básicos (ferro, aço, alumínio, celulose, produtos petroquímicos etc.) e incentivar a produção de bens de capital para evitar a importação de máquinas. Tal política dependeria, no entanto, de crédito internacional abundante e mercado para os produtos brasileiros no exterior.

Algumas mudanças na política interna dos Estados Unidos, porém, dificultaram o contínuo aumento da dívida. Para ressarcir sua dívida pública, o governo americano fez aumentar os juros cobrados sobre os empréstimos e eles passariam a corresponder às taxas do dia de vencimento. Assim, o pagamento dos juros excedia muito o pagamento da própria dívida. Por exemplo, no final de 1979, a dívida externa brasileira havia crescido 13,6%, ao passo que o pagamento dos juros aumentou 48% em um ano.

A partir de 1973, sentiam-se os efeitos do “milagre”. O governo Geisel tentou dar-lhe uma sobrevida e manter os objetivos iniciais de seu governo. Para isso, manteve o endividamento e esforçou-se para manter as exportações. No entanto, fracassou em sua tentativa, conseguindo apenas empurrar para a década de 1980 o desabamento econômico do país.

Politicamente, Geisel retomou o projeto castelista, principalmente porque o colapso do milagre tornava difícil a sustentação dos militares por muito tempo no poder, pois o próprio apoio internacional diminuía. Pensava-se que a associação “crise econômica” e “repressão política” poderia criar um clima instável para qualquer investimento econômico. Assim, passar gradualmente o poder aos civis, tomou-se um dos objetivos desse penúltimo governo militar.

Golbery do Couto e Silva elaborou a estratégia da abertura do regime. O primeiro desafio colocava-se diante das eleições legislativas marcadas para novembro de 1974. Candidatos da Arena e do MDB apresentaram-se na televisão para realizar campanha e, para surpresa dos militares, o partido da oposição obteve a esmagadora maioria dos votos. Com a participação de dois partidos, as eleições equivaleram a um plebiscito e a população havia dito não ao governo. O resultado das eleições, com a incontestável vitória do MDB, mostrava a insatisfação da população com o governo, expressando-se pelo único canal que lhe era possível, a velha “oposição consentida”, criada pelo AI-2.



Fig. 24 Revista *Veja* noticiando, mesmo que timidamente, a derrota do governo militar em 1974.

Os números da vitória do MDB alarmaram os setores militares, que temiam a perda do controle sobre o processo de abertura. Assim, setores da velha “linha dura” voltam ao centro dos acontecimentos. Intensificou-se a Operação Bandeirante (Oban) no combate à “subversão”, notadamente na área do II Exército, chefiado pelo então general Ednardo D’Avilla Mello. Foi nas dependências do DOI-CODI (Departamento de Operações Especiais – Comando de Operações de Defesa Interna) que foram assassinados o operário Manuel Fiel Filho e o jornalista Vladimir Herzog.

Geisel via-se entre dois fogos. De um lado a pressão da chamada linha dura, articulada dentro do seu governo pela presença do ministro do Exército, general Sylvio Frota. De outro lado, a ampla reação social às duas mortes, notadamente à de Herzog não podia ser deixada de lado.

A atitude de Geisel foi ambígua, assim como foram a maioria de suas decisões. Demitiu o general Ednardo, nomeando em seu lugar um general da ala castelista, Dilermando Gomes Monteiro. Ao mesmo tempo, recuava em seu discurso em favor da abertura, procurando com isso reduzir a pressão da linha dura.

Esta ala ainda seria contemplada com o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha, o qual previa, mascarado por uma série de cláusulas, a compra pelo Brasil de tecnologia nuclear, que seria o primeiro passo para que o Exército brasileiro pudesse ter seu tão sonhado símbolo de definitivo engajamento na luta mundial contra o comunismo, a bomba atômica.

LEITURA

Manuel Fiel Filho era operário da empresa Metal Arte. Às 9 da manhã do dia 16 de janeiro de 1976, Manuel saiu da empresa acompanhado por dois agentes do Dops, que à tarde do mesmo dia o conduziram até sua casa, onde ocorreu uma revista e, posteriormente, os agentes levaram-no.

Dias depois, segundo a versão oficial, sob a alegação de que Fiel Filho tinha ligações com o Partido Comunista (em documento confidencial, encontrado nos arquivos do antigo Dops/SP, seu crime seria receber o jornal *Voz Operária*), enforcou-se na cela com um par de meias.

Vladimir Herzog era jornalista, professor da USP (Universidade de São Paulo) e teatrólogo.

Na noite do dia 24 de outubro de 1975, o jornalista apresentou-se na sede do DOI/CODI (Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna), em São Paulo, para prestar esclarecimentos sobre suas ligações com o PCB (Partido Comunista Brasileiro).

No dia seguinte, ele foi encontrado morto em sua cela.

Segundo a versão oficial da época, ele teria se enforcado com o cinto do macacão de presidiário. Porém, de acordo com os testemunhos de Jorge Benigno Jathay Duque Estrada e Rodolfo Konder, jornalistas presos na mesma época no DOI/CODI, Vladimir teria sido assassinado sob torturas.

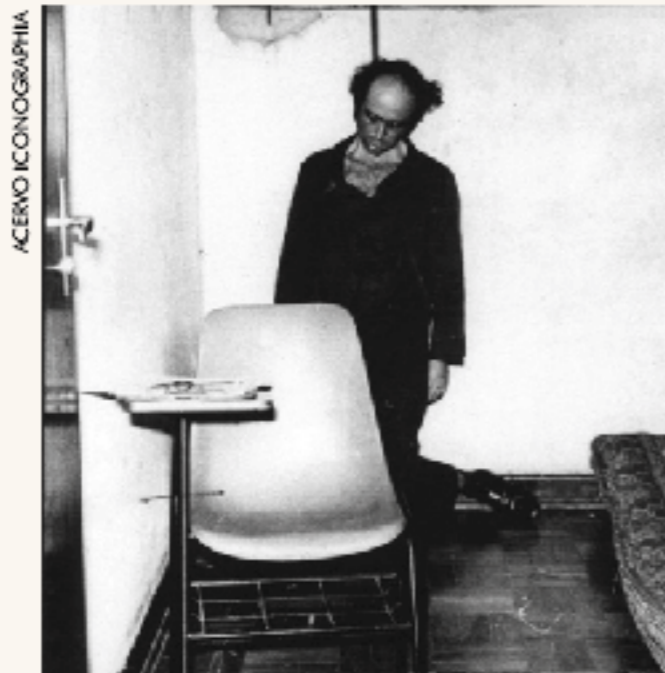


Fig. 13 Corpo de Vladimir Herzog, no DOI/CODI, em São Paulo.



Fig. 14 Usina nuclear em Angra dos Reis, Rio de Janeiro.

Além disso, o resultado eleitoral de 1974 não se poderia repetir, sob pena de todo o projeto político de Geisel naufragar. Assim, preparando-se para as eleições de 1978, Geisel, em abril de 1977, recorreu ao AI-5, fechou o Congresso e outorgou o “**Pacote de Abril**”. Este estabelecia que o Congresso poderia

alterar a Constituição com maioria simples, e não mais com dois terços dos votos. Isso porque a simples maioria era o máximo que a Arena poderia obter. O pacote determinava, também, que as eleições para governadores seriam feitas indiretamente. Além disso, um terço dos senadores passava a ser indicado pelo Executivo, nascendo a figura ironicamente chamada de “senador biônico”. O presidente seria eleito de forma indireta por um colégio eleitoral, formado pelo Congresso e representantes das Assembleias Legislativas Estaduais. Por fim, a regulamentação eleitoral se completou com a “Lei Falcão” (homenagem a Armando Falcão, Ministro da Justiça) que proibia a propaganda eleitoral na televisão.



Fig. 15 Charge publicada em 1974. A imprensa começava a testar os limites da censura.

Ao mesmo tempo em que baixava esse “pacote” altamente autoritário, Geisel indispunha-se com a “linha dura”. O general Sylvio Frota articulou sua própria candidatura contra o projeto de Geisel de fixar-se em um general menos identificado com as posições mais autoritárias como Dilermando Gomes Monteiro. Em uma prova de força, Geisel demitiu-o, enfraquecendo seu setor e garantindo o controle do processo de transição.

Simultaneamente, a economia dava sinais de franco esgotamento. A combinação empresas estatais – autoritarismo político – e obras faraônicas levava a uma situação de ineficiência que só podia ser compensada com uma ampla política de emissão de papel-moeda. Desse modo, a inflação disparou no período, deixando uma pesada herança para seu sucessor, o chefe do SNI do tempo de Médici, João Batista de Oliveira Figueiredo.

O governo João Figueiredo (1979-1985)

Os últimos anos do regime militar tiveram na figura, por vezes folclórica, de João Figueiredo como seu último presidente. Ele assumia em um quadro que prenunciava uma intensa crise econômica, ao mesmo tempo em que as manifestações de massa pela abertura política começavam, mesmo que timidamente, a serem retomadas.



Fig. 16 Figueiredo deixa-se fotografar de sunga na Granja do Torto, uma tentativa de se mostrar um presidente moderno e popular. “Quem for contra a abertura eu prendo, eu arrebento”, dizia.

Já ao final do governo Geisel, as greves do ABC paulista contra a política econômica de arrocho salarial, encerravam o longo ciclo de total amordaçamento do movimento sindical. Paralelamente, desde 1975 o movimento estudantil buscava reconstruir-se, levando, já em 1977, a uma série de passeatas e manifestações de massa que culminaram com a reconstrução da UNE, em 1978. Entretanto, durante esse período, os estudantes foram o principal instrumento de denúncia da violência do regime, violência que ainda se manifestava de forma intensa, como na invasão da Pontifícia Universidade Católica, em São Paulo, ainda em 1977.

A cúpula militar sabia da impossibilidade de manter o regime ante a crise que se agravava. Assim, Figueiredo, outrora fiel membro dos setores mais autoritários das Forças Armadas, tornava-se o presidente da “abertura”, o homem que dizia que iria “prender e arrebentar” quem fosse contra a restauração do processo democrático.

No plano político, seu governo revogou o AI-5, símbolo maior do endurecimento nos “anos de chumbo”. Além disso, ainda em 1979, foi aprovada a Lei da Anistia, que permitia o retorno ao país de vários exilados pelo regime, como Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, além de libertar vários prisioneiros políticos. O governo mostrava seu comprometimento com os velhos setores da “linha dura”, uma vez que o projeto aprovado não beneficiava aqueles que tivessem praticado atos terroristas ou que tivessem participado da luta armada contra o governo, ao mesmo tempo em que anistiava os militares envolvidos com a tortura e a violência que caracterizaram a repressão.



Fig. 17 Figueiredo assina a Lei da Anistia.

No mesmo ano, o Congresso aprovou a lei de reformulação partidária: o bipartidarismo fora extinto. Alguns historiadores veem nisso uma manobra para esvaziar o MDB, então no auge de seu poderio, constituindo-se uma frente de oposições que poderia facilmente derrotar o partido governista.

De qualquer forma, a antiga Arena transformava-se em PDS (Partido Democrático Social). Não se deve esperar qualquer significado ideológico na sigla, uma vez que a política desempenhada pela velha UDN jamais tivera qualquer compromisso real com a democracia ou com as realizações sociais pois congregava os herdeiros civis da ditadura, políticos e tecnocratas que haviam crescido e ou sobrevivido às expensas do regime militar. Dela faziam parte velhos políticos udenistas, burocratas da ditadura, militares reformados, bem como uma nova geração de políticos forjados no regime de arbítrio, como Paulo Salim Maluf, cuja

trajetória política começou com sua nomeação para prefeito de São Paulo pelo regime militar, ou Fernando Collor de Mello, de igual passado na prefeitura de Maceió.

Uma primeira dissidência surgiu na antiga Arena. Políticos sempre ligados ao grande capital, como o ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal, banqueiro, criaram o PP (Partido Popular), outro nome que entra para o anedotário das designações partidárias no Brasil, tanto que este ficou conhecido como o “partido dos banqueiros”.

O velho MDB deu origem a três partidos. O bloco hegemônico do antigo partido deu origem ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), tendo a liderança de Ulysses Guimarães e contando com nomes como o mineiro Tancredo Neves, o paulista Franco Montoro, além de estrelas ascendentes como Orestes Quécia, que havia imposto, em 1974, a maior derrota eleitoral ao regime militar ao bater o candidato da Arena, Carvalho Pinto, na eleição para o Senado.

Outro partido, surgido de quadros políticos pertencentes ao MDB, foi o PDT (Partido Democrático Trabalhista). Este reivindicava a herança do velho trabalhismo varguista, tendo à frente o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, recém-chegado do exílio. A mesma tradição varguista era usada por outro partido, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), fundado pela sobrinha de Vargas, Ivete Vargas, mas que guardava pouquíssima semelhança com o partido fundado em 1944.

O PT (Partido dos Trabalhadores) formou-se em outubro de 1979, à margem desse processo oficial. Surgiu basicamente da iniciativa de líderes sindicais do ABC paulista, onde as indústrias de instalação mais recentes haviam se fixado. Além disso, o partido reuniu desde o início setores dissidentes do antigo MDB, comunidades de bairro organizadas pela Igreja e importantes intelectuais que teorizavam sobre a necessidade de organização política dos trabalhadores. O PT reunia nomes ligados ao movimento sindical, tendo como líder máximo o metalúrgico Luiz Inácio da Silva, conhecido como Lula, mas o partido também apresentava uma imensa capacidade de atração a setores intelectuais já descrentes da política tradicional.



Fig. 18 Lula discursa para metalúrgicos em 1979. Foi das lutas do ABC que nasceu o Partido dos Trabalhadores.

Em outubro de 1980, foram restauradas as eleições diretas para governadores, marcadas para 1982. A oposição conseguiu eleger os governadores de importantes estados, mas o PDS obteve a maioria dos votos para a Câmara e para o Senado garantindo, aparentemente, a maioria no Colégio Eleitoral para a sucessão presidencial.

Claro que a “linha dura” militar ainda surgia, por vezes, no cenário político. Esvaziada de sua ação repressiva “oficial”, ela passou a adotar práticas terroristas, como o ataque a bancas de jornais que vendiam periódicos de partidos de esquerda, ataques a bomba a entidades representativas da luta pela democracia, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), entre outros. O episódio mais dramático, nesse contexto, foi um “acidente de trabalho”, envolvendo um sargento e um oficial do Exército; uma bomba por eles transportada e que supostamente seria utilizada em um atentado de um grande evento explodiu dentro do carro que utilizavam, no estacionamento do Riocentro, Centro de Convenções no Rio de Janeiro, no momento em que se realizava o *show* de primeiro de maio com a presença de milhares de pessoas. Vale frisar a completa omissão do governo em apurar a responsabilidade efetiva por qualquer um destes atos criminosos.



Fig. 19 O carro dos dois militares depois da explosão no estacionamento do Riocentro com a bomba que seria colocada em um show no dia primeiro de maio.

Em meio a isso, a crise econômica acentuava-se e o violento aumento dos juros internacionais elevou drasticamente a dívida externa. A única saída, uma vez que o governo já não tinha recursos sequer para pagar os juros da dívida, era obter recursos com as exportações. Para isso, a política do então ministro do Planejamento, Delfim Netto, foi a de ampliar ao máximo as exportações, tomando medidas como a desvalorização cambial e dando incentivos fiscais ao setor exportador. Se, de um lado, essa política foi bem-sucedida, com o país atingindo altíssimos saldos na balança de pagamentos, seus efeitos, por outro, foram altamente duvidosos. Os recursos gerados pela exportação eram canalizados para o governo, que repassava seu valor em moeda brasileira aos empresários. Todos os dólares eram novamente remetidos ao exterior para o pagamento da dívida, ao mesmo tempo em que o governo emitia gigantescas quantidades de moeda brasileira (o finado Cruzeiro) para repassar aos empresários. Com isso, alimentava uma espiral inflacionária que só crescera durante o período, ao mesmo tempo em que mantinha uma política de arrocho salarial com vistas a reprimir o mercado interno e manter as exportações em nível elevado.

Tal política econômica certamente teria seu custo político. Greves sucediam-se, contando com apoio cada vez maior de setores até então beneficiados pela economia do regime militar, como as classes médias urbanas. Ao mesmo tempo, crescia a insatisfação com o regime.

Com isso, vislumbrava-se uma saída. Uma ampla campanha nacional iniciava-se, propondo que o Congresso aprovasse

a Emenda Dante de Oliveira, que restaurava as eleições diretas para a Presidência da República. Era a campanha das Diretas Já, que marcou uma mobilização social sem precedentes desde que a ditadura se instalara.

Por todo o país sucederam-se comícios pela aprovação da emenda. Havia, na visão de Tancredo Neves, um certo caráter lírico na campanha, que via as eleições diretas como a solução para todos os problemas do país. Mais que isso, era o anseio de democracia, após 20 anos de ditadura militar, que vinha à tona. Entretanto, as possibilidades reais de aprovação da emenda eram mínimas dado que os setores governistas, principalmente o PDS, ainda mantinham a hegemonia no Congresso.



Fig. 20 Comício pelas Diretas Já em São Paulo.

Mesmo assim, a votação da emenda, em 25 de abril de 1984, foi realizada sob um forte esquema repressivo. Tropas do Exército, comandadas pelo general Nilton Cruz, ocuparam a frente do Congresso, visando impedir qualquer manifestação que pudesse coagir os parlamentares, como se a presença do Exército nas ruas não fosse a maior forma de coação e violência política.

Derrotada a emenda, a oposição passou a se articular para as eleições indiretas. O PMDB fechou em torno do nome de Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, como seu candidato. Argumentavam os caciques do partido que o nome de Tancredo seria mais aceitável aos militares do que o nome de Ulysses Guimarães, identificado com uma oposição muito mais agressiva do que o estilo conciliador do velho político mineiro.

Tancredo parecia ser o nome que uniria as oposições, à exceção do PT, que decidiu não participar das eleições no Colégio Eleitoral.

O agravamento da crise abria fissuras dentro do próprio partido governista. O candidato mais provável, em princípio, era o ex-ministro dos Transportes de Médici, Mário Andreazza, que contava com o apoio das velhas lideranças do partido e inclusive dos militares. Entretanto, um nome surgia com força para disputar a candidatura pelo PDS: Paulo Maluf, governador e ex-prefeito de São Paulo. Com os mesmos métodos que usou para derrotar Laudo Natel na convenção da antiga Arena, que indicaria o candidato do partido ao governo do Estado, métodos de promessa e aliciamento de convencionais do Partido

(particularmente eficazes em uma agremiação partidária que sempre pautou sua atuação pelo mais deslavado fisiologismo), Maluf tinha um crescimento cada vez maior, dando mostras de que fatalmente venceria a convenção do PDS.

Velhos políticos do PDS, habituados aos tempos da ditadura e tendo já seu terreno político demarcado, jamais veriam em Maluf uma figura do seu meio. Mais que isso, a rejeição a Maluf certamente intimidaria setores do partido governista, tornando assim possível a vitória de Tancredo Neves. Assim, toda uma facção do PDS, logo após a vitória de Maluf na convenção, deixa o partido, fundando a Frente Liberal, liderada pelo ex-presidente da Arena, o maranhense José Sarney, e contando com nomes como Antonio Carlos Magalhães, Aureliano Chaves, Marco Maciel e outros expoentes políticos do regime militar.

A única saída lógica para a Frente Liberal (que daria origem ao PFL atual DEM – Democratas) era uma aproximação com o PMDB. Nascia assim a chapa que teria Tancredo Neves como candidato a presidente e José Sarney como vice.

No dia 15 de janeiro de 1985, reuniu-se o Colégio Eleitoral que elegeu **Tancredo Neves**, com ampla margem sobre Paulo Maluf.



Fig. 21 Tancredo discursa após sua eleição no Colégio Eleitoral.

O fim do regime militar traria ainda uma nota dramática. Na véspera da posse, Tancredo Neves foi hospitalizado com uma grave doença intestinal. Assim, **José Sarney** era empossado,

em 15 de março de 1985, como o primeiro presidente civil após 21 anos de domínio militar.

Quanto ao presidente que encerrava seu mandato, João Figueiredo, sua saída pela porta dos fundos do palácio sem transferir a posse ao seu sucessor era uma metáfora da forma melancólica como se encerrava o regime militar.

Os 37 dias que se seguiram foram marcados pela intensa comoção social em torno da doença de Tancredo, que acabou por falecer em 21 de abril. O velho cacique da Arena, José Sarney, era efetivado na presidência, com a missão de reconduzir o país à normalidade democrática.



Fig. 22 O país chora a morte de Tancredo Neves.

Revisando

1 Foi dito ao longo do capítulo que havia ao menos duas correntes de pensamento dentro das Forças Armadas quanto ao rumo que o regime deveria trilhar. Quais seriam essas duas correntes?

2 O que representou, dentro do contexto do período final do governo Costa e Silva, o impedimento da posse do vice-presidente, Pedro Aleixo, quando de seu afastamento da presidência?

3 De que forma as obras faraônicas, como a Transamazônica e a construção de Itaipu, fizeram parte dos mecanismos de sustentação do governo Médici?

4 Qual a relação entre a crise econômica que se abre a partir de 1974, com a crise mundial gerada pela alta dos preços do petróleo, e o projeto de abertura política defendido por Geisel?

5 A campanha das Diretas Já, a maior mobilização de massas no país desde o Golpe de 1964, foi, após sua derrota, definida como “lírica”, por Tancredo Neves. Com base no que foi estudado ao longo deste capítulo, o que significaria essa expressão?

Exercícios propostos

1 O golpe político-militar de 1964 acarretou transformações na economia brasileira originadas das mudanças nas relações de trabalho, das novas necessidades do desenvolvimento capitalista no país e das mudanças na conjuntura internacional. Todas as alternativas apresentam indicadores corretos das transformações na economia brasileira pós-64, exceto:

- (a) a abertura do país às empresas multinacionais a partir da abolição das restrições à remessa de lucros para o exterior.
- (b) a adoção de uma nova política salarial e a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), substituindo o sistema de estabilidade no emprego.
- (c) a consolidação do setor industrial nacional por meio da elevação dos salários urbanos e do aumento da oferta e do consumo de bens não duráveis.
- (d) a elevação do volume de impostos e a consequente falência de um grande número de pequenas e médias empresas.
- (e) a expansão das indústrias petroquímica, siderúrgica e do alumínio, realizada sob o patrocínio do Estado, com a participação de conglomerados nacionais e estrangeiros.

2 *Um dos fatos mais importantes destes anos da década de 70 foi, sem dúvida, uma tragédia: a insurreição militar que em 11 de setembro de 1973 derrubou o governo democrático de Salvador Allende e mergulhou o Chile num banho de sangue.*

Eduardo Galeano. *As veias abertas da América Latina*.

Esse acontecimento relaciona-se:

- (a) aos golpes de Estado promovidos pelos militares em países latino-americanos, com o apoio dos Estados Unidos, na defesa de seus privilégios econômicos no continente.
- (b) ao projeto de integração latino-americana, promovido pela OEA, que possuía o direito de intervenção nos países onde o governo favorecesse interferências norte-americanas na economia.

- (c) à política de militarização dos países da América Latina, que visava promover a integração econômica por meio da Alalc e impedir a internacionalização socialista de Cuba.
- (d) à política de Direitos Humanos dos Estados Unidos, que auxiliava os setores militares latino-americanos a incrementar a indústria nacional e promover reformas sociais nas áreas mais carentes do continente.
- (e) às ditaduras militares impostas por intermédio de golpes de Estado em países latino-americanos, que visavam impedir a interferência de potências estrangeiras e nacionalizar a economia.

3 Com o Golpe de 1964, o governo militar que tomou o poder extinguiu os partidos políticos e cancelou seus registros. Um mês e meio depois, o próprio governo criou, por decreto, dois novos partidos. Esses partidos denominavam-se:

- (a) Aliança Liberal e Movimento Democrático Brasileiro.
- (b) Partido Democrático Nacional e União Renovadora Brasileira.
- (c) Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro.
- (d) Movimento Brasileiro Democrático e Partido Progressista Nacional.
- (e) Aliança Renovadora Nacional e Partido Social Democrático.

4 *A palavra revolução tem sido empregada de modo a provocar confusões [...]. No essencial, porém, há pouca confusão quanto ao seu significado central: sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas na estrutura da sociedade.*

Florestan Fernandes. *O que é Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp.7-8)

Explique por que, segundo o conceito proposto por Florestan Fernandes, o movimento político de 1964 não foi uma revolução.

5 Unicamp Manifestações de repúdio ao governo Goulart precederam o movimento militar que golpeou as instituições do país a partir de 31 de março de 1964. Nos protestos veiculavam soluções salvacionistas sobre a pátria, a ordem democrática, a liberdade, Deus e a família, habilmente articuladas por forças políticas de direita, membros da Igreja Católica, grandes proprietários rurais, banqueiros e empresários nacionais e estrangeiros, que visavam a adesão do povo. Ao final de 1965, estava na praça a seguinte peça musical de Zé Queti:

“Marchou com Deus pela democracia, agora chia, agora chia [...]”!

Com base no texto:

- esclareça o rumo que os militares, detentores do poder, imprimiram ao regime instalado.
- a partir da expressão “agora chia”, indique, a quem o autor da composição dirigia sua sátira.

6 O golpe militar, que derrubou o presidente João Goulart, foi motivado pelos(as):

- compromissos do presidente João Goulart com a União Soviética, levando-o a reprimir práticas religiosas no Brasil, principalmente a dos protestantes, que tinham apoio dos Estados Unidos.
- propostas democráticas de seu governo, permitindo uma maior liberdade aos movimentos sociais para reivindicar a Reforma Agrária, o que desagradou os políticos conservadores e os setores militares.
- envolvimentos do presidente nos casos de corrupção, levando o movimento estudantil a realizar mobilizações em favor de seu *impeachment*, como a passeata dos “cem mil” em São Paulo.
- acordos de Jango com a UDN, gerando grandes insatisfações entre os socialistas liderados por Adhemar de Barros e os setores mais conservadores das Forças Armadas, que articularam o golpe.
- mobilizações sociais favoráveis às Reformas de Base, tendo o apoio de Magalhães Pinto, em Minas, e Carlos Lacerda, na Guanabara, que ofereceram resistência às tropas de Mourão Filho.

7 Em março de 1964, os militares derrubam o governo e assume a Presidência da República o general Castelo Branco. Sobre o movimento de 1964, é correto afirmar que:

- antes da tomada de poder pelos militares, houve um plebiscito em que foi amplamente vitorioso o parlamentarismo, contra o presidencialismo.
- o presidente deposto foi Jânio Quadros, tido por muitos como emocionalmente instável.
- o movimento militar de 1964 teve como um dos principais objetivos conter o avanço do comunismo no Brasil, naquela fase do auge da “Guerra Fria”.
- com a vitória do parlamentarismo no plebiscito, Tancredo Neves foi eleito primeiro-ministro.
- a vitória do movimento militar de 1964 deu início a uma fase transitória, na qual rapidamente o poder foi devolvido aos civis, restaurando-se a normalidade democrática no país.

8 Em dezembro de 1968, o governo militar editou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), determinando:

- que o Presidente da República teria poderes para fechar o Congresso, intervir nos Estados e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão.
- que as eleições para governadores dos Estados e Presidente da República passariam a ser decididas no Colégio Eleitoral.
- que a extinção dos partidos políticos existentes até então, e a criação do Movimento Democrático Brasileiro – MDB e da Aliança Renovadora Nacional – Arena.
- a obrigatoriedade da transmissão, por todas as emissoras de rádio, do programa “A Voz do Brasil” e do horário eleitoral gratuito no rádio e na TV.
- a concessão de *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal e a cassação de mandatos de deputados e senadores pelo Congresso Nacional.

9 *Estávamos, pois, diante de três alternativas. A primeira, ceder aos exaltados e mergulhar na ditadura total [...] A segunda, era desamparar o presidente e deixá-lo à mercê dos que haviam desencadeado a guerrilha de inspiração comunista. A terceira era aceitar um Ato Institucional para conter a contrarrevolução [...].*

Depois de participar ativamente do movimento de 1964, uma personagem do cenário político atual, não obstante o diálogo da força, procura dissimular e amenizar a “escolha” tomada em 1968, como a menos dolorosa para o povo brasileiro, conforme expressa o trecho anterior. Responda:

- indicando a “alternativa” que prevaleceu.
- quem era o presidente militar que governava o Brasil em 1968?
- procurando caracterizar as implicações e os desdobramentos políticos que decorreram daquela decisão tomada.

10 Leia os versos da música “Apesar de você”, de Chico Buarque de Holanda:

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu
É você que inventou esse estado
É inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar o perdão
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia [...]

Chico Buarque. “Apesar de você”. Intérprete: _____. In: Chico Buarque de Hollanda - *Compacto Simples*. Rio de Janeiro: Philips, 1970. Faixa 1.

Interpretando o texto, constata-se que a canção de Chico Buarque:

- faz, claramente, referência a uma relação amorosa que não deu certo, por falta de diálogo e de perdão.

- (b) descreve o período do segundo governo Vargas (1951-1954), com o fechamento do Congresso Nacional, a incineração das bandeiras dos estados, a prisão e a repressão aos comunistas.
- (c) aborda as dificuldades econômicas enfrentadas pela população brasileira nos anos 1960 e 1970, época do chamado “milagre econômico”, mantendo a esperança de dias melhores.
- (d) apresenta uma análise sobre a origem da propriedade privada, relacionada com a invenção da obscuridade, mantendo, porém, a esperança na quebra dos laços de opressão.
- (e) protesta contra a repressão, a tortura e a censura instauradas no país a partir de 1964 com o golpe militar, aludindo à esperança em um futuro de democracia e liberdade.

11 Na década de 1970, surgiram *slogans* ufanistas (do tipo “Brasil: ame-o ou deixe-o”), evidentemente uma tentativa do regime militar em ganhar popularidade e apoio popular. Marque a alternativa que expressa corretamente o contexto político em que essas iniciativas aconteceram.

- (a) Era o momento da “abertura”, em que já se havia decretado a anistia aos presos políticos e que se admitiu a eleição direta de governadores e prefeitos.
- (b) O AI-5 proporcionou ao governo militar a habilidade de derrotar politicamente seus adversários, sem os recursos de repressão, o que ocasionou grande euforia popular.
- (c) Após 1968 e o AI-5, a repressão aos opositores políticos aumentou, assim como a resistência armada aos militares, colocando a opinião pública contra o governo.
- (d) Sem base parlamentar e sem apoio popular, o governo partiu para uma campanha de massas para obter o apoio da população ao processo de abertura política.

12 Durante o regime militar (1964-1985), diversas organizações políticas clandestinas de resistência à ditadura optaram pelo caminho da luta armada. Nessa época, ocorreu a Guerrilha do Araguaia. Sobre o movimento guerrilheiro na região do Araguaia, é correto afirmar que:

- (a) foi financiado pelo governo socialista cubano, sob a organização da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella.
- (b) surgiu sob a liderança do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, comandante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).
- (c) sob a liderança de militantes do PCB, os camponeses da região impuseram à ditadura a única derrota militar, provocando o processo de abertura política durante o governo Geisel (1974-1979).
- (d) organizada pelo PC do B, no início da década de 1970, acabou sendo esmagada pela ação repressiva do Exército brasileiro na região sul do Pará.
- (e) embora tenha fracassado, significou o primeiro esforço coletivo do PCB, PCBR e PC do B na luta armada contra o regime militar.

13 “Integrar para não entregar”. Com esse *slogan*, o governo militar brasileiro, especialmente a partir de 1970, procurou implantar na região amazônica inúmeros projetos desenvolvimentistas, cuja característica básica era a:

- (a) exploração de minerais situados em áreas próximas ao Atlântico e que deveriam dinamizar os portos brasileiros, especialmente o de Manaus.
- (b) manutenção do isolamento das comunidades indígenas que se viam ameaçadas de extinção pelo contato desastroso com grupos estrangeiros evangelizadores.
- (c) construção da hidrelétrica de Balbina, como suporte para o funcionamento da indústria de alumínio localizada na região do Araguaia-Tocantins.
- (d) abertura de fronteiras agrícolas fundamentais ao desenvolvimento da região; e à preservação do ecossistema, ameaçado pelo desmatamento.
- (e) articulação do Estado brasileiro com investidores nacionais; e o capital transnacional procedente de inúmeros países, entre eles, o Japão e os Estados Unidos.

14 Observe a tabela a seguir.

Comparação da distribuição da renda no Brasil nos anos 1960, 1970 e 1976			
População economicamente ativa (porcentagem)	Participação na renda		
	1960	1970	1976
50% mais pobres	17,71%	14,91%	11,8%
30% seguintes	27,92%	22,85%	21,2%
15% seguintes	26,66%	27,38%	28%
5% mais ricos	27,69%	34,86%	39%

Fonte: Alencar, p. 319.

Da análise da tabela e dos conhecimentos sobre a economia brasileira no período 1960-1976, pode-se concluir que:

- 01 o bloco da economia nacional cresceu, mas não foi dividido; os ricos ficaram mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres.
- 02 a tabela indica que, entre 1960 e 1976, a distribuição da renda no Brasil ocorreu de forma mais justa.
- 04 Entre os anos 1960 e 1970, o crescimento do mercado interno foi visto como fator de correção das distorções registradas na tabela.
- 08 a expansão do sistema de crédito, verificada no Brasil, a partir do início dos anos 1970, permitiu à classe média a participação no consumo de bens duráveis ainda que ficasse progressivamente endividada.
- 16 os índices registrados na tabela demonstram que foi possível incentivar o crescimento da indústria de bens de consumo não duráveis, em prejuízo da indústria de produtos de luxo e de bens de consumo duráveis.
- 32 no início dos anos 1970, a abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro possibilitou o controle quase exclusivo dos setores de bens de consumo duráveis pelas empresas multinacionais.

Soma =

15 Leia o texto a seguir.

Antes de formar uma opinião, verifique várias vezes se ela é realmente sua, ou se não passa de influência de amigos que o envolveram. Não estará sendo você um inocente útil em uma guerra que visa destruir você, sua família e tudo que você mais ama nesta vida? Se você for convidado, ou sondado, para conversas sobre assuntos que lhe pareçam estranhos ou suspeitos, finja que concorda e cultive relações com a pessoa que assim o sondou e avise a Polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive de anonimato.

O texto é parte do Decálogo de Segurança produzido pelo DOPS, em 1969, que incentivava a população brasileira a denunciar à polícia os opositores do regime militar. Marque a alternativa que não se relaciona com o contexto no qual foi produzido esse documento:

- (a) Período de apogeu da ditadura militar, em que as liberdades civis foram eliminadas e a repressão era violenta.
- (b) Período marcado por um grande crescimento da economia, conhecido como “milagre brasileiro”.
- (c) Período em que setores de oposição ao regime militar adotaram a luta armada, tanto no campo quanto na cidade, como forma de resistência.
- (d) Período de grande censura com a proibição de várias peças teatrais, composições musicais, livros, jornais, revistas e filmes.
- (e) Período marcado pela formação de frentes partidárias de esquerda, que procuravam barrar no Congresso Nacional os Atos Institucionais do regime militar.

16 O crescimento econômico, estimulado em grande parte por estes investimentos do Estado, teve como consequência um aumento nos desequilíbrios na distribuição de renda entre as pessoas, fatores, regiões, fato que impediu a difusão dos benefícios de uma taxa de crescimento de 6% ao ano, entre 1940 e 1970, apesar do aumento da classe média no período – outro resultado da expansão econômica.

O Estado de S.Paulo, 3 nov. 1980.

- a) De acordo com o texto, quais os resultados da expansão econômica no período mencionado?
- b) Relacione três atividades produtivas responsáveis pelo crescimento econômico brasileiro no período.

17 A partir do governo de Ernesto Geisel, o Brasil viveu o processo de redemocratização conhecido como “abertura política”. É característica desse período o(a):

- (a) grande envolvimento de organizações da sociedade civil, como a Igreja, OAB, universidades e outras na luta pelos direitos políticos e pelo retorno à democracia plena.
- (b) luta em defesa das empresas estatais e do patrimônio nacional, ameaçados pelo capital estrangeiro apoiado pelo regime militar.
- (c) surgimento do novo sindicalismo no ABC paulista, conduzido pelas lutas dos metalúrgicos liderados por Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho.

- (d) invalidação da anistia ampla, geral e irrestrita, razão pela qual os cidadãos punidos pelo regime militar não puderam retornar do exílio nem se candidatar aos cargos eletivos.
- (e) organização de movimentos guerrilheiros urbanos e rurais em defesa das eleições diretas para a Presidência da República.

18 Sobre o fim do período militar no Brasil, pode-se afirmar que ocorreu de forma:

- (a) conflituosa, resultando em um rompimento entre as Forças Armadas e os partidos políticos.
- (b) abrupta e inesperada, como na Argentina do general Galtieri.
- (c) negociada, como no Chile, entre o ditador e os partidos na ilegalidade.
- (d) lenta e gradual, como desejavam setores das Forças Armadas.
- (e) sigilosa, entre o presidente Geisel e Tancredo Neves, à revelia do Exército e dos partidos.

19 UFRGS 2008 Considere os acontecimentos a seguir, referentes ao processo de abertura política no Brasil.

1. Campanha das Diretas Já
2. Eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República
3. Fim do AI-5 e promulgação da Lei de Anistia
4. Fundação da Central Única dos Trabalhadores
5. Pacote de Abril
6. Tortura e morte de Vladimir Herzog

A sequência cronológica em que esses fatos ocorreram é:

- (a) 3 – 2 – 1 – 4 – 5 – 6.
- (b) 5 – 4 – 6 – 3 – 2 – 1.
- (c) 5 – 6 – 4 – 3 – 2 – 1.
- (d) 6 – 5 – 3 – 4 – 1 – 2.
- (e) 6 – 4 – 3 – 5 – 1 – 2.

20 Unifesp 2009 Nos últimos anos do regime militar (1964-1985), a gradual abertura política implicou iniciativas do governo e de movimentos sociais e políticos. Um dos marcos dessa abertura foi:

- (a) a reforma partidária, que suprimiu os partidos políticos então existentes e implantou um regime bipartidário.
- (b) o chamado “milagre econômico”, que permitiu crescimento acentuado da economia brasileira e aumentou a dívida externa.
- (c) a campanha pelo *impeachment* de Fernando Collor, que fora acusado de diversos atos ilícitos no exercício da Presidência.
- (d) o estabelecimento de novas regras eleitorais, que determinaram eleições diretas imediatas para presidente.
- (e) a Lei da Anistia, que permitia a volta de exilados políticos e isentava militares que haviam atuado na repressão política.

21 PUC-MG 2007 O processo de redemocratização brasileiro, no final da década de 1970, combinou pressões da sociedade civil e a estratégia de distensão/abertura do próprio regime militar. Assinale o processo social que caracteriza objetivamente esse momento.

- (a) Revogação dos atos institucionais, por iniciativa do governo, após negociação com a sociedade civil organizada.
- (b) Aumento da guerrilha urbana por parte de facções como colina, MR8, Var-Palmares, ação popular e outros.
- (c) Avanço do movimento sindical com a eliminação dos direitos básicos do trabalhador brasileiro.
- (d) Vitória do movimento popular das Diretas Já que, com sua aprovação, permitiu eleições gerais em 1982.

22 PUC-MG 2009 O ano era 1979. Desgastado por 15 anos de poder, o regime militar tentava aumentar sua base de sustentação política. Tendo assumido naquele ano, o último general-presidente, João Baptista Figueiredo, enviou ao Congresso uma lei que anistia os cidadãos acusados de cometer crimes políticos durante os “anos de chumbo”. Mas a lei incluía os chamados “crimes conexos” – um eufemismo para livrar torturadores do regime de processos futuros. Aprovada em agosto daquele ano, a Lei da Anistia beneficiou 4.650 pessoas e gerou uma espécie de amnésia coletiva – os militares nunca tornaram públicos os detalhes das ações de repressão ao terrorismo, se aposentaram como se todos os arbítrios da ditadura fossem uma página virada e jamais foram legalmente cobrados pelos crimes que porventura tenham cometido.

Até que, num seminário interno, de nome tão caudaloso quando prolixo (*Limites e Possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante o Estado de Exceção no Brasil*), o ministro da Justiça, Tarso Genro, disse que não considerava tortura e violação de direitos humanos crimes políticos, mas comuns [...]. Tarso Genro não pretende reabrir a Lei da Anistia, mas defende que os responsáveis pela tortura durante o regime militar respondam criminalmente com base na Convenção Internacional de Direitos Humanos, um pacto internacional feito em 1969 em São José da Costa Rica – e que o Brasil só assinou durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Trecho extraído da reportagem “Tortura não é crime político”, veiculada na revista *Istoé*/2.023 - 13 ago. 2008. pp. 28-31.

O debate acerca da culpabilidade e punição dos torturadores centra-se na questão de Justiça e dos Direitos no Brasil. Marque a afirmativa que confirma, de forma historicamente correta, essa reflexão.

- (a) A Ditadura Militar, com a adoção dos atos institucionais, principalmente o AI-5, deu aos setores militares, que já agiam contra os grupos e indivíduos que faziam oposição ao regime, um respaldo institucional explícito. É justamente a impunidade dos crimes de tortura no Brasil, reforçada pela Lei da Anistia, que está no centro das discussões sobre a Violação dos Direitos Humanos durante o regime ditatorial.
- (b) A Lei e a Ordem no Brasil são politicamente soberanas. O debate referente à culpabilidade e punição dos torturadores durante a Ditadura se assenta no próprio princípio de soberania nacional e considera o ato terrorista, de qualquer ordem ou base ideológica, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, sujeito à punição prevista na Lei.

- (c) Com o esvaziamento dos partidos, sindicatos e universidade, os meios de comunicação, durante a fase dos “anos de chumbo”, ocuparam o espaço da intelectualidade no discurso sobre Direitos e Justiça no Brasil. Como na reportagem atual, veiculada na revista *Istoé*, rádio, TV e jornais impressos promoveram o debate sobre os Direitos e a legalidade.
- (d) A Lei da Anistia, sancionada durante o governo do general-presidente João Baptista Figueiredo, foi criada como o último ato da Ditadura, num novo Ato Institucional.

23 Leia o texto.

Um povo sempre acusado de abulia e de inaptidão para a vida pública ofereceu, ante a surpresa de observadores locais e estrangeiros, o espetáculo do seu próprio talento para se organizar e manifestar, com responsabilidade, energia e imaginação. A tudo isso, congressistas cujos nomes publicamos nesta mesma página disseram não. Evitemos insultar a memória do passado e as gerações de amanhã chamando-os congressistas: são representantes de si próprios, espectros de parlamentares, fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura.

Folha de S. Paulo apud Piletti. p. 190.

Da análise do texto e dos conhecimentos sobre as modificações políticas ocorridas no Brasil contemporâneo, pode-se afirmar que:

- 01 a movimentação popular referida no texto diz respeito à campanha pelas Diretas Já.
- 02 os parlamentares foram criticados pela *Folha de S. Paulo* porque apoiaram, em maioria, a emenda Dante de Oliveira.
- 04 as Diretas Já não foram aprovadas em 1984, porque a maioria dos deputados oposicionistas não compareceu à votação.
- 08 a Constituição de 1967 estabelecia que o presidente da República fosse eleito indiretamente por um Colégio Eleitoral.
- 16 em 1984, o Congresso que deveria escolher o primeiro presidente civil, após vinte anos de ditadura militar, teve sua legitimidade contestada pelos democratas.
- 32 os congressistas referidos no texto como “espectros de parlamentares, fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura” derrotaram o candidato da Aliança Democrática, em 1985.

Soma =

24 Durante a década de 1970, inúmeras manifestações de descontentamento com o governo militar vinham acontecendo por todo o Brasil. Assinale os acontecimentos que marcaram decisivamente as novas relações capital-trabalho.

- (a) Com o crescente descontentamento popular, o controle e a repressão no interior das fábricas se intensificaram, impedindo qualquer greve ou agitação operária na década de 1970.
- (b) O ambiente do protesto favoreceu o sindicalismo corporativo e assistencialista e seu partido político, o PTB.
- (c) O “novo sindicalismo” do ABC paulista criou conselhos de fábrica, comissões de prevenção de acidentes e outros mecanismos de organização operária.
- (d) As novas lideranças operárias comunistas foram formadas no interior do único partido político de oposição à ditadura, o PT.

25 “Quero votar para presidente.” Esse foi o lema do movimento pelas Diretas Já, em 1984. Contudo, o final dos governos militares só veio por meio de uma eleição indireta. Houve, nessa eleição, uma aliança entre dois partidos, para que fossem eleitos um presidente e um vice-presidente civis. Os partidos dessa aliança e os candidatos, respectivamente, foram:

- (a) PMDB/PFL – Ulysses Guimarães e José Sarney.
- (b) PMDB/PFL – Tancredo Neves e José Sarney.
- (c) PDT/PMDB – Leonel Brizola e Ulysses Guimarães.
- (d) PFL/PSDB – Fernando Henrique e Marco Maciel.
- (e) PMDB/PSDB – Tancredo Neves e Fernando Henrique.

26 Grandes nomes da MPB utilizaram a história contemporânea do país como tema. Algumas músicas ficaram associadas a determinados momentos políticos ou sociais da vida brasileira. A que fatos da vida brasileira ficaram associadas ou fazem referência estas três composições:

- “Pra não dizer que não falei de flores” (Geraldo Vandré);
 - “O bêbado e a equilibrista” (Elis Regina – Letra: João Bosco / Aldir Blanc);
 - “Coração de Estudante” (Milton Nascimento – Letra: Milton / Wagner Tiso).
- (a) A primeira trata do período militar, as outras duas da década de 1950 – período desenvolvimentista.
 - (b) As três são composições da década de 1980 e marcam o fim do período militar.
 - (c) A ditadura militar, questão racial, movimento estudantil.
 - (d) A ditadura militar, movimento pela Anistia, Diretas Já.
 - (e) Movimento estudantil, movimento dos sem-terra, violência policial.

27 Na História do Brasil dos últimos 1960 anos ocorreram duas transições de ditaduras para sistemas políticos democráticos: a primeira coincide com o declínio do Estado Novo, na década de 1940; e a segunda com o fim do Regime Militar, nos anos 80. Das alternativas abaixo, indique aquela que não expressa uma adequada comparação entre esses dois períodos.

- (a) Nos dois momentos, os governos democráticos recém-constituídos possuíam traços de continuidade em relação àqueles que os antecederam, já que pessoas que haviam participado dos regimes ditatoriais permaneceram no poder, após o seu declínio.
- (b) Em termos políticos, a democracia construída na década de 1980 constitui um “avanço” em relação aos anos 1940, já que a Constituição de 1988 atribui direito de voto aos analfabetos, enquanto a de 1946 garantia esse direito apenas aos alfabetizados.
- (c) Uma curiosa diferença entre os dois processos é que, na transição da década de 1940, um presidente civil foi substituído por um general; ao passo que, na transição da década de 1980, um general foi substituído por um civil na Presidência da República.
- (d) Se na década de 1940 os Estados Unidos pressionavam pela redemocratização do sistema político brasileiro, na década de 1980 a transição democrática se fez sob forte oposição dos Estados Unidos, que temiam que a abertura política pudesse fortalecer o Partido Comunista Brasileiro, ocasionando uma revolução anticapitalista.

28 O general Ernesto Geisel, candidato da Arena, venceu facilmente o representante da oposição em janeiro de 1974. [...] o novo presidente iniciou o processo de flexibilização do regime através da sua política de distensão, que previa uma série de alterações parciais (abrandamento da censura e de medidas repressivas, e negociações com setores oposicionistas). Seu objetivo era atenuar as tensões decorrentes do exercício do poder sob regras tão autoritárias e alargar a base de sustentação do governo através da cooperação de setores da oposição.

Flavio de Campos. *Oficina de História – História do Brasil*. Apesar do anúncio de distensão política, durante esse governo ocorreram retrocessos nesse processo, representados:

- (a) pela imposição do AI-5 e pela organização da OBAN.
- (b) pela criação da Escola Superior de Guerra e pela proibição da Frente Ampla.
- (c) pelo decreto da Lei de Segurança Nacional e pela outorga da Arena e do MDB.
- (d) pelo adiamento das eleições de 1978 e pela criação do SNI.
- (e) pela imposição do Pacote de Abril e pela Lei Falcão.

29 Fatec 2008 O movimento denominado “Diretas já!”, que começou reunindo poucos milhares de pessoas nas principais cidades brasileiras, acabou ganhando a simpatia da maior parte da população do país e tomou proporções gigantescas. Esse movimento exigia:

- (a) eleições diretas depois da renúncia de Jânio Quadros.
- (b) o fim do AI-5, a volta dos direitos políticos e o retorno das eleições pelo voto universal.
- (c) o fim das torturas e a aprovação da lei de anistia política.
- (d) a anistia política e o retorno dos exilados políticos para o Brasil.
- (e) o fim da ditadura militar e eleições diretas para presidente.

30 FGV 2009 A discussão sobre a revisão da Lei da Anistia veio à tona depois que Tarso Genro e o ministro Paulo Vanucchi (*Direitos Humanos*) defenderam punições a torturadores sob a interpretação que estes teriam praticado crimes comuns no período da ditadura militar – como estupros, homicídios e outros tipos de violência física e psicológica, incluindo a própria tortura. A polêmica maior, contudo, surgiu quando o presidente do Clube Militar, general da reserva Gilberto Figueiredo, classificou de “desserviço” ao país a discussão sobre a revisão da Lei.

Folha de S. Paulo, 15 ago. 2008.

Sobre a Lei da Anistia, ainda objeto de discussão política, como se observa na notícia, é correto afirmar que:

- (a) foi sancionada no início do governo do presidente João Figueiredo, o último da ditadura militar, e perdoava militantes políticos condenados pelo regime autoritário, ao mesmo tempo em que anistiava os agentes dos órgãos de repressão.
- (b) fez parte de um amplo acordo, do qual participaram vários setores da oposição ao governo militar, resultando em uma lei que garantiu indenização imediata aos indivíduos perseguidos pelos instrumentos autoritários do regime de exceção.

- (c) diante de uma movimentação popular intensa, a partir da direção do Comitê Brasileiro pela Anistia, conquistou-se a chamada Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Figueiredo em maio de 1982.
- (d) foi aprovada pelo Congresso Nacional, juntamente com a extinção do Ato Institucional 5, em janeiro de 1979, apesar da forte oposição dos militares moderados e os da linha dura, e até de alguns membros da oposição consentida, o MDB.
- (e) foi aprovada pelo Senado Federal, com muitas restrições aos militantes das organizações guerrilheiras, e como moeda de troca com as forças oposicionistas, pois as eleições municipais de 1980 foram canceladas e transferidas para 1982.

31 Ibmecc-RJ 2009 Comprometendo-se com a redemocratização do país desde o seu discurso de posse, em 15 de março de 1979, o general João Figueiredo tomou uma série de medidas com esse objetivo, exceto:

- (a) a assinatura da Lei de Anistia, que permitiu a volta dos exilados políticos ao Brasil.
- (b) o fim do bipartidarismo, possibilitando o surgimento de legendas como o PT e o PDT, entre outras.
- (c) a revogação do AI-5, considerado a mais radical de todas as medidas tomadas pelos governos militares.
- (d) a volta das eleições diretas para os governos estaduais.
- (e) o abrandamento da ação da censura aos meios de comunicação.

32 Ibmecc-RJ 2009 Em um período marcado por amplas discussões sobre a questão energética, volta a ser lembrada a administração do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), caracterizada por sérios problemas em relação a esse tema. Afinal foi em outubro de 1973 que o mundo começou a viver a sua primeira grande e grave crise energética relacionada ao petróleo. Sobre a administração Geisel, são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Acelerou a construção da hidrelétrica de Itaipu, que seria inaugurada durante o governo João Figueiredo.
- II. Assinou com a Alemanha Ocidental um acordo nuclear que volta a ser lembrado em função da intenção do governo atual de construir a usina Angra-3.
- III. Terminou com os monopólios de extração e refino de petróleo da Petrobras, o que permitiu ao Brasil receber pesados investimentos externos nesse setor.

Assinale:

- (a) se apenas a afirmativa I for correta.
- (b) se apenas a afirmativa II for correta.
- (c) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (d) se as afirmativas I e III forem corretas.
- (e) se as afirmativas II e III forem corretas.

TEXTO COMPLEMENTAR

Ditadura na América do Sul

As décadas de 1960, 1970 e início dos anos 1980 tiveram como manifestação mais clara na América do Sul a presença de regimes militares, de caracteres ditatoriais e amplamente direitistas, fortemente repressores e, de um modo geral, apoiados pelos Estados Unidos, como parte de uma estratégia ligada à Guerra Fria.

Evidentemente, em uma abordagem mais ampla, não se pode imputar apenas à atitude dos Estados Unidos e às necessidades trazidas pela Guerra Fria a ocorrência desses regimes. Ao contrário, em uma visão retrospectiva, fica claro que, nas frágeis repúblicas latino-americanas, os exércitos sempre ocuparam um papel de destaque na vida política, não sendo raros os golpes militares e a imposição de regimes ditatoriais.

É natural compreender que a realidade surgida a partir da década de 1960, que teve na América Latina a Revolução Cubana como grande referência, deu a essa característica da política latino-americana um tom mais presente, constante e dramático.

A tomada do poder por Fidel Castro, em janeiro de 1959, em Cuba, e sua posterior aproximação com a União Soviética, em meio ao momento mais agudo da Guerra Fria, significou um marco nas relações entre os Estados Unidos e seus vizinhos continentais.

Na verdade, a política externa desse país, delineada desde o século XIX, com a Doutrina Monroe, e consubstanciada com Theodore Roosevelt na passagem para o século XX (*fale macio, mas tenha sempre um porrete bem grande nas mãos!*), jamais poderia conviver com uma ameaça à sua hegemonia continental, especialmente em Cuba, um antigo “quintal” dos interesses norte-americanos e perigosamente próxima do litoral ocidental dos Estados Unidos.

Mais do que isso, Cuba assumiu um papel fundamental no imaginário da esquerda latino-americana, mais pelo que tinha de romântico do que pelo real. Um grupo de jovens, desprendidos, dentre os quais se destacava, ao lado de Fidel, o jovem “Che” Guevara – médico argentino que havia largado uma família de classe média alta para lutar por seus ideais em um país distante, desafiando e derrotando o poderio americano –, parecia provar que um punhado de homens imbuídos de ideais era capaz de qualquer vitória. Tudo isso em um continente no qual as desigualdades, a pequena tradição democrática, a miséria e a dependência forneciam as bases naturais para que esses ideais comunistas se fizessem fortes.

Cabe lembrar que, ao lado da excitação do imaginário revolucionário, Cuba assumiu também um papel efetivo no fomento de

ações revolucionárias no continente americano. O governo cubano, por exemplo, financiou amplamente as Ligas Camponesas no Brasil, durante o governo Goulart, da mesma forma que, mais tarde, Guevara passou a comandar grupos guerrilheiros nas selvas e montanhas da Bolívia, visando criar focos revolucionários entre os camponeses da região. Assim, não se tratava, para o governo dos Estados Unidos e para a direita dos vários países da América Latina, de combater um fantasma, uma ideia, e sim um movimento concreto que se desenrolava no continente e que podia representar uma ameaça efetiva aos seus interesses.

Não por acaso, o governo norte-americano passou a financiar e a apoiar logística ou mesmo militarmente golpes militares nos vários países latino-americanos, com o objetivo de forjar governos capazes de neutralizar, pela repressão, a ameaça comunista e assegurar a preservação de seus interesses econômicos e estratégicos no continente. Trata-se de uma repetição, com maior ou menor dramaticidade, do que foi feito no Brasil, em 1964, quando o governo Johnson não apenas reconheceu prontamente o novo governo militar brasileiro, com a deposição de Goulart, como também chegou a enviar homens, armas e apoio militar efetivo – a operação *Brother Sam* – para apoiar o golpe.

Os exemplos são inúmeros. Na Bolívia, país com forte tradição de golpes militares, ainda na década de 1960, instalou-se uma ditadura, embora com um discurso nacionalista, tendo em Hugo Banzer seu principal expoente. Mesmo o nacionalismo verbal de Banzer não afastou o apoio dos Estados Unidos, ainda mais necessário a partir das ações de Guevara no país. No Peru, em 1975, um golpe igualmente apoiado pelos Estados Unidos derrubou Juan Velasco Alvarado – também general, mas não confiável ao regime norte-americano – e instalou uma ditadura militar. Mesmo no Uruguai, único país da América Latina, ao lado da Costa Rica, que mantinha uma forte tradição democrática, um golpe em 1973, em meio à crise econômica e à ação do grupo guerrilheiro Tupamaros, colocou no poder o general Juan Maria Bordaberry, também com apoio do governo americano. O espectro dos regimes militares ditatoriais foi a característica que marcou a vida de toda a América do Sul. Entretanto vamos nos ater aos dois regimes nos quais essa característica atingiu um tom mais dramático e de maior influência sobre o Brasil, que são o Chile e a Argentina.

O Chile e a ditadura de Pinochet

Em 1970, foi eleito para presidente do Chile o socialista Salvador Allende. Ex-ministro da Saúde, ex-senador e por três vezes derrotado em eleições para a presidência, em 1952, 1958 e 1964, Allende beneficiou-se do fracasso econômico e social do governo do democrata cristão Eduardo Frei. Sua vitória nas eleições presidenciais resultou de uma delicada aliança que envolveu todos os setores de esquerda, incluindo os socialistas e o Partido Comunista, na chamada *Unidade Popular*, uma frente com programa pouco definido, mas que logrou pela primeira vez eleger pelo voto um marxista à presidência em um país da América Latina.

A eleição de Allende, com apenas 36 por cento do total de votos, prenunciava momentos extremamente difíceis, nos quais a oposição dos setores conservadores e a própria falta de união das esquerdas criaram um ambiente político muito tenso.

Ao assumir o poder, Allende implementou uma política altamente socializante. A sua “via chilena para o socialismo” incluía uma

reforma agrária radical, a nacionalização de indústrias, bancos e minas de cobre, gerando uma forte oposição do grande capital chileno e dos Estados Unidos. Mesmo ainda situado em uma fase de crescimento da economia mundial (vale lembrar que a grande crise do petróleo, que acabou com a euforia do início da década de 1970, só ocorreu a partir do final do ano de 1973), o governo Allende, em razão da pressão internacional e das crises internas articuladas pelos norte-americanos, colecionou uma série de fracassos no plano econômico. Pode-se citar como um exemplo a greve dos caminhoneiros, organizada pela CIA, que paralisou o país.

Em setembro de 1973, um golpe militar violento, organizado pelo general Augusto Pinochet, então recentemente elevado à condição de chefe das Forças Armadas pelo próprio presidente Allende, depôs o governo da Unidade Popular. O golpe, fortemente apoiado pelos Estados Unidos, teve um caráter bem mais dramático do que aquele ocorrido nove anos antes no Brasil. O palácio La Moneda, sede do governo chileno, foi cercado e bombardeado, enquanto alguns poucos membros do governo tentavam inutilmente resistir. O próprio Allende, que havia dito que só sairia de La Moneda morto, teve um fim trágico, suicidando-se, segundo o novo regime, embora várias fontes afirmem ter ele sido assassinado friamente.

Pinochet assumiu o governo como chefe do Conselho do Chile, na verdade uma Junta Militar, termo tão caro ao militarismo sul-americano. Apenas em junho de 1974 foi formalmente empossado como chefe de governo. A legitimação formal de seu governo, se é que se pode usar o termo para um regime que chegou ao poder pela via militar, só se deu em 1981, quando foi proclamado pelo Congresso como presidente do Chile, para um mandato recém-ampliado para oito anos.

Já nos primeiros dias após o golpe, o novo regime mostrou sua face violenta. O Estádio Nacional foi transformado em um amplo presídio para onde foram enviados simpatizantes do regime deposto, bem como estrangeiros ou qualquer um que pudesse ser tomado como não simpatizante da nova ordem. Não foram poucos os relatos de tortura e mesmo de assassinatos cometidos ainda nesse momento. Também foi notória, e alvo de investigações internacionais, a ação da chamada Caravana da Morte, uma ação militar que buscou varrer da vida do país integrantes do governo Allende. Mais de setenta membros do regime deposto teriam sido mortos nessa ação.

Pinochet herdou uma forte crise proveniente do boicote externo e interno ao governo Allende. Sua política econômica, de abertura ao livre ingresso do capital externo, representou um alívio às finanças dos Estados Unidos, abalados pela crise do petróleo. Esse esforço de apoio ao “mercado livre” e à desregulamentação da economia teve como grande impulsionador um grupo de economistas da Universidade de Chicago, que tinham como grande mentor o famoso economista norte-americano Milton Friedman, sendo, então, denominados por *Chicago Boys*. Dado o enorme sucesso das políticas implementadas, os seus apoiadores deram-lhe o título de *O milagre chileno*, para caracterizar o período vivido.

Por duas vezes Pinochet realizou plebiscitos para legitimar seu governo. Em ambas, com a oposição amordaçada por sua política violentamente repressora e com o empresariado contemplado pelo aparente crescimento econômico gerado pelo seu governo, ele logrou vencer, dando uma aparente legitimidade ao seu regime de força. Em 1978, ele obteve a maioria dos votos para sua proposta de mudança constitucional. Em 1980, um novo plebiscito deu-lhe um mandato de mais oito anos, confirmado pela Constituição outorgada em 1982.

Paralelamente ao suposto sucesso de sua política econômica, o regime mostrou uma face extremamente violenta, mesmo se comparado aos outros regimes militares do período. A chamada Comissão Retting (nome pelo qual ficou conhecida a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação Chilena, criada após a queda de Pinochet), arrolou um número de 3.197 vítimas, das quais 1.192 seriam desaparecidos (uma figura comum no discurso das ditaduras latino-americanas, englobando nomes de opositores, quase que certamente assassinados, sobre os quais o regime não assumia qualquer responsabilidade). Mais do que isso, houve a direta responsabilidade do governante em ações como a chamada *Operação Colombo*, que dizimou quase 120 membros do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR), bem como na *Operação Condor*, um plano de cooperação entre as ditaduras chilena, argentina e brasileira para neutralizar pela força a ação dos militantes de esquerda e opositores dos regimes no Cone Sul.

Foi a partir do ano 1981, com a crise econômica que se abriu no Chile, resultante do alto grau de endividamento externo, um subproduto da abertura indiscriminada da economia do país, que as bases de sustentação do regime de Pinochet começaram a ruir. A crise custou-lhe o apoio entusiástico que até então recebera do empresariado chileno.

Também, desde 1976, a política externa dos Estados Unidos passava por uma transformação. Os seguidos fracassos e fiascos, que tiveram em Richard Nixon sua principal expressão, com a derrota no Vietnã e o escândalo de Watergate, levaram à Casa Branca o democrata Jimmy Carter. Sua política, centrada em um discurso em defesa dos chamados direitos humanos, sinalizou a uma direção inesperada, a de que o governo dos Estados Unidos não mais apoiaria incondicionalmente os regimes ditatoriais como fizera até então. Particularmente, pesava contra o regime Pinochet a acusação de ter ordenado e organizado, por meio de sua polícia política, a DINA, o assassinato de Orlando Letelier, ex-ministro do governo Allende, em plena cidade de Washington, em 1976.

Pressionado interna e externamente, o regime Pinochet atravessou os anos 1980 buscando fórmulas para se manter no poder. Em 1988, um novo plebiscito, previsto pela Constituição de 1981, contou com uma forte campanha interna, dentro dos marcos permitidos pelo regime, contra a concessão de um novo mandato ao general. A campanha do “não”, que teve como principal figura Patricio Aylwin, que apoiara o golpe em 1973 contra o presidente Allende, acabou vitoriosa por pequena margem, apenas 55 por cento contra 45 por cento dados à permanência do ditador.

A força dos antigos partidários de Pinochet fez com que a transição para a democracia assumisse um caráter de negociação política. Em 1989, Aylwin foi eleito presidente da República, ao mesmo tempo em que uma mudança na Constituição concedia ao general Pinochet a condição de chefe vitalício das Forças Armadas e de senador vitalício, cargos que manteve até sua renúncia, em 1997, por alegados motivos de saúde.

A partir de 1998, já afastado do poder, Pinochet passou a sofrer uma série de ações jurídicas referentes aos crimes cometidos por seu governo. É sintomático, quanto às vicissitudes da política latino-americana, que essas ações tenham partido da justiça de outros países. Em outubro daquele ano, Pinochet foi detido em Londres, a pedido da justiça espanhola, acusado por crimes como genocídio, terrorismo e torturas. A base para tal pedido foi

a denúncia feita por familiares de espanhóis perseguidos e mortos em seu governo, acolhida pelo juiz Baltazar Garzón. Pesaram contra ele também uma série de outras acusações, como os assassinatos cometidos na Villa Grimaldi, centro de detenção política do regime, e o assassinato do padre espanhol Antonio Llidó. Surgiram também denúncias de enriquecimento ilícito, com o ex-ditador sendo acusado de manter contas no exterior que chegaram ao montante de cerca de 30 milhões de dólares.

Todas essas acusações, entretanto, tiveram seu curso obstaculizado pela saúde debilitada e pela idade do general, que veio a falecer em dezembro de 2006. Já então uma nova realidade marcava o Chile e a América Latina. A nova presidente do Chile, Michelle Bachelet, ex-militante de esquerda, presa política e exilada durante a ditadura de Pinochet, recusou-se a comparecer a seus funerais. O neto do ditador, capitão Augusto Pinochet Molina, fez durante os funerais um duro discurso, louvando o governo do avô e criticando severamente o governo de Bachelet pelo tratamento dado a ele. A reação do novo governo foi imediata. Processado por romper com sua função constitucional, o capitão foi condenado e expulso das Forças Armadas chilenas. Um ato que, embora pequeno, pode ter tido um significado muito mais amplo, de ruptura com um traço nefasto da política sul-americana.

Argentina, a longa noite dos generais

Não se pode compreender o golpe de 1974 na Argentina sem uma análise do significado do peronismo na história do país. Um dos maiores expoentes do chamado populismo latino-americano, juntamente com Vargas e o mexicano Raúl Cárdenas, Juan Domingo Perón ocupara a presidência do país entre 1946 e 1955. Seu primeiro governo fora marcado por um forte nacionalismo econômico e pela busca de uma aliança com os trabalhadores urbanos, força que, tanto quanto Vargas, ele fora capaz de assimilar como a verdadeira base de sustentação dos regimes a partir dali.

Ao lado do discurso nacionalista e das concessões aos trabalhadores, estabelecendo uma forte aliança com as centrais sindicais, ocupou um lugar de destaque a ação de sua mulher, Evita Perón, marcada por um forte assistencialismo e por um discurso exacerbado em favor dos “descamisados”. A ação dos militares, descontentes com a política de concessões trabalhistas, levou ao golpe de 1956, no qual Perón foi deposto e exilado.

A partir daí, sucederam-se governos civis e militares, sem que qualquer um fosse capaz de dar resposta aos anseios sociais crescentes, notadamente a partir da crise econômica que envolveu os países da América do Sul durante a década de 1960. O fracasso dos governos de Roberto Levingstone e Alejandro Lanusse, entre 1970 e 1973, abriu espaço para a volta dos peronistas ao poder. Em 1973, foi eleito para a presidência o Justicialista (nome dado ao partido fundado por Perón) Héctor Campora. Seu governo teve como única função histórica aprovar uma anistia que beneficiou o antigo líder, renunciando logo a seguir. Após um curto período de governo interino de Raúl Alberto Lastiri, Perón foi eleito presidente, ainda no ano de 1973, com ampla maioria de votos.

Faltava a seu governo, entretanto, qualquer base mais sólida de apoio. As próprias reivindicações dos trabalhadores, base fundamental do peronismo, já não se limitavam a uma legislação trabalhista, uma das principais concessões de seu primeiro governo. A

pressão esquerdizante do movimento operário era muito mais ampla do que os limites aos quais o governo de Perón ousaria chegar. Sua própria saúde debilitada era outro componente de enfraquecimento de seu governo. Da mesma forma, sua terceira mulher, Isabelita, era uma pálida imagem da figura de Evita, verdadeira eminência parda durante sua primeira passagem pela presidência.

A morte de Perón, em 1974, levou Isabelita, oficialmente vice-presidente, ao poder. Seu governo, marcado pela crise econômica, pela perda do apoio dos trabalhadores e do empresariado e por pressões internacionais, ancorado em uma equipe de inominável incompetência política, na qual se destacava o ministro do Bem-Estar Social, José López Rega, abriu espaço para a reação militar que se desencadeou no ano de 1976. Cabe lembrar que o governo de Isabelita, pela ação de López Rega, o principal articulador político do período, teve como uma de suas características a desarticulação da esquerda, vista por ele como a grande inimiga do regime. López Rega desviou fundos públicos para o financiamento de uma organização ilegal conhecida como Alianza Anticomunista Argentina, também conhecida como *triple A*. Tal grupo paramilitar, sob sua direção, empreendeu ações de ataque a figuras destacadas da esquerda, que acabaram em atentados, sequestros, torturas e assassinatos. Da mesma forma, o governo assumiu uma postura violentamente repressora sobre a imprensa, universidades e qualquer manifestação de oposição.

A economia argentina também sofreu danos severos, com uma inflação galopante, uma paralisação dos investimentos de capital, a suspensão das exportações de carne para a Europa e o início do crescimento incontrolável da dívida externa. Em 1975, ante a inflação e a paralisia das exportações, o ministro da Economia, Celestino Rodrigo, decretou uma forte desvalorização do peso, provocando uma reação dos trabalhadores. A Central General dos Trabalhadores (CGT) e a Unión Obrera Metalúrgica, duas das principais centrais sindicais argentinas, decretaram greve geral, obrigando Rodrigo e López Rega a renunciar e assinalando o fim da aliança histórica entre peronistas e os trabalhadores urbanos.

O fracasso do peronismo abriu espaço para a ação dos grupos de esquerda, tanto os que atuavam dentro do peronismo, os Montoneros, como outros de linha marxista, o autodenominado Ejército Revolucionário do Povo. Isabelita optou por reforçar a ação repressiva de seu governo, buscando uma aproximação com as Forças Armadas. Foi sua a designação de Jorge Rafael Videla como chefe do Exército, ao mesmo tempo em que decretava o fechamento de uma série de órgãos opositores da imprensa. Também por ordem sua foi decretada a intervenção militar na província de Tucumã, na qual a ação oposicionista manifestava-se de forma mais intensa.

Diante da fragilidade do regime e de sua cessão cada vez maior aos militares, Isabelita viu-se isolada, alvo fácil para um golpe orquestrado pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica, ao qual não faltou o pronto reconhecimento por parte do governo dos Estados Unidos e das demais ditaduras que infestavam o continente. Em uma repetição do caso chileno, foi o general feito por ela chefe do Exército, Jorge Videla, quem liderou o golpe.

A Junta Militar, formada por Videla, pelo almirante Emílio Massera e pelo brigadeiro Orlando Agosti, assumiu o poder em 24 de março de 1976. Cinco dias depois, Jorge Videla era indicado Presidente da República. Iniciava-se ali a ditadura militar argentina,

eufemisticamente chamada por seus integrantes de *Proceso de Reorganización Nacional*.

A ditadura de Videla estendeu-se de março de 1976 a março de 1981, quando foi obrigado a renunciar. Seguiu a mesma cartilha das demais ditaduras sul-americanas do período, tendo como pontos centrais a violenta repressão política e a abertura aos investimentos externos, atraídos por uma política de forte arrocho salarial e de desmantelamento das organizações operárias capazes de se opor a essa política. Com isso, atraiu o necessário apoio internacional ao seu governo, mesmo que o preço pago fosse assombrosamente alto. A economia argentina viveu um período de retração em sua capacidade produtiva, tornando o país um notório importador até de seus vizinhos continentais. Da mesma forma, essa política fez com que, em 5 anos, a dívida externa quadruplicasse.

Entretanto, mais do que o desastre econômico, foi no plano político que o governo de Videla mostrou sua face mais nefasta. As violações aos direitos humanos durante a ditadura foram frequentes e gravíssimas; o plano de repressão sistemática da oposição política e ideológica, combatida como subversão, foi um dos elementos-chave na imposição e desenvolvimento do *Proceso de Reorganización*. No curso deste, a supressão do direito à ampla defesa, os encarceramentos ilegais, as torturas e os assassinatos de opositores foram as características marcantes, sobretudo nos núcleos urbanos de maior presença opositora. A “Guerra Suja”, termo empregado para designar a ação repressiva da ditadura argentina contra as oposições, deixou um rastro de mais de 30 mil mortos e “desaparecidos”, figura comum na fraseologia das ditaduras do período.

Em um momento particularmente sensível externamente, com a ascensão de Jimmy Carter nos Estados Unidos, o governo Videla buscou reconstruir sua imagem internacional. As críticas constantes às violações dos direitos humanos no país eram atribuídas a uma suposta campanha antiargentina, ao mesmo tempo em que a ditadura lançava o slogan “*Los argentinos somos derechos y humanos*” (Os argentinos são direitos e humanos). Também fez parte dessa campanha o empenho do governo em organizar e vencer a Copa do Mundo de 1978. A primeira vitória mundial argentina permitiu a Videla viver um momento semelhante ao que o ditador Emilio Médici vivera no Brasil oito anos antes, capitalizando o triunfo esportivo como uma vitória do regime, mesmo que o torneio tivesse sido alvo de recusas de participação (como do holandês Johan Cruyff) e de denúncias de manipulação de resultados em benefício do país sede.

Também em seu governo verificou-se um atrito com o Chile, na disputa pela soberania de três ilhas no canal de Beagle, no extremo sul do continente. Submetida à mediação inglesa, a questão teve uma decisão favorável ao Chile, em 1977, o que provocou forte reação do governo argentino. Foi apenas com a mediação do Vaticano, então sob o pontificado do recém-empossado João Paulo II, que a guerra, que parecia iminente, foi evitada. Todavia, o conflito estendeu-se até 1984, com a assinatura do Tratado de Paz e Amizade, assegurando a soberania chilena sobre a região.

O desgaste do governo Videla, sua impopularidade externa e interna, o fracasso da economia e a crescente ação da oposição, mesmo que submetida a uma violenta repressão e censura, provocaram uma cisão entre os militares. Isolado, Videla renunciou em março de 1981, assumindo o poder o também general Roberto Viola.

Viola governou interinamente a Argentina por alguns meses. Chefe do Estado Maior do Exército, não conseguiu recompor a unidade das

Forças Armadas. Renunciou ainda em 1981, sendo sucedido por Carlos Alberto Lacoste. Também interino no cargo, Lacoste cedeu o governo a Leopoldo Galtieri, que assumiu em dezembro de 1981.

Seu governo herdou a crise dos governos anteriores e o crescimento da oposição. Em uma manobra ousada e ditada pelo desespero político, Galtieri mergulhou o país em uma guerra insana contra a Inglaterra, na disputa por um arquipélago no Atlântico Sul, as ilhas Malvinas ou Falklands, como as chamam os ingleses.

Não cabe aqui por certo julgar a justeza ou não da reivindicação argentina sobre as ilhas. A presença inglesa no arquipélago já datava de mais de três séculos, sendo que a totalidade da população das ilhas era de origem britânica. A reivindicação argentina sobre as ilhas era antiga, mas nunca havia sido alvo de qualquer ação efetiva. Duas razões explicam a decisão de Galtieri em mover uma ação militar naquele momento. A primeira, e mais importante, era a de buscar, por meio da exacerbação do nacionalismo, uma sustentação que seu governo não tinha. Sua figura, na janela da Casa Rosada, erguendo os braços na saudação típica de Perón, ante uma multidão ali reunida pelo fervor de uma ação nacionalista, foi uma cena típica de um regime que se desfazia. Também pesou para sua decisão o ressentimento contra a Inglaterra, provocado pelo arbitramento da Coroa britânica favorável ao Chile, na questão do canal de Beagle.

Entretanto, a ação militar contra os ingleses foi o canto do cisne da ditadura argentina. A derrota – que custou a vida de mais de 600 jovens argentinos e na qual não faltaram denúncias de atos de covardia extrema por parte de oficiais, os mesmos que haviam se notabilizado na repressão a civis desarmados durante a Guerra Suja – precipitou o fim do regime.

Galtieri renunciou em 18 de junho de 1982, logo após a derrota. Foi sucedido pelo também general Alfredo Oscar de Saint-Jean e depois por Reynaldo Bignone, o último dos generais, a quem coube preparar a transição de volta ao regime civil.

Em 1983, foi eleito Presidente da República Raúl Alfonsín. Eleito pela União Cívica Radical, partido que representava o grande adversário do peronismo, Alfonsín teve como principal missão a reconstrução da ordem civil e democrática, após sete anos da mais violenta ditadura da América do Sul. Herdou, entretanto, uma situação econômica gravíssima, com o país à beira da hiperinflação e com altíssimos níveis de endividamento externo.

Seu governo sofreu ainda uma forte oposição de setores militares, aos quais teve que contentar com leis como a do “Ponto Final”, que buscava cessar as investigações sobre os crimes de violação de direitos humanos durante a ditadura, e da “Obediência Devida”, que retirava dos setores subalternos qualquer responsabilidade sobre esses crimes.

Mesmo assim, a Argentina foi o único país da América do Sul em que os crimes cometidos durante a ditadura não foram esquecidos. Em 1985, Videla foi julgado e condenado pelo assassinato e pelo desaparecimento de milhares de cidadãos durante seu governo. Foi sentenciado à prisão perpétua e destituição da patente militar. Foi ainda considerado penalmente responsável por numerosos homicídios qualificados, 504 privações ilegais da liberdade qualificadas, aplicações de torturas, roubos qualificados, falsidades ideológicas de documento público, usurpações, reduções à condição de escravo, extorsão, sequestros extorsivos, supressão de documentos, subtrações de menores e torturas seguidas de morte. A sentença foi confirmada pela Corte Suprema de Justiça em 1986. Videla chegou a passar cinco anos na prisão até ser indultado pelo presidente Carlos Menem, em 1990. Voltou ainda à prisão pela condenação em um crime ainda mais hediondo, envolvendo o sequestro de crianças, filhos dos assassinados pelo regime e que foram dadas em adoção a militares responsáveis por essas mortes.

Gilberto Salomão.

RESUMINDO

O golpe que levou os militares ao poder foi fruto de uma articulação entre as Forças Armadas, o grande capital nacional, os interesses dos EUA, a Igreja e a classe média. Todos esses setores interessados em uma forma de deter o avanço popular dos anos Goulart, visto como o prenúncio de uma guinada do país em relação ao comunismo.

Entretanto, não havia um projeto político claro de estruturação do Estado ou do modelo a ser seguido. Em uma visão mais prática, ao menos dois setores disputaram a hegemonia política dentro do regime.

A linha mais moderada, tendo à frente nomes como Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva, hegemônica em um primeiro momento, conseguiu impor uma parte de seu projeto até o ano de 1965. A partir daí, com a derrota do governo nas eleições estaduais, acabou cedendo terreno à “linha dura”, encabeçada por Costa e Silva, que logrou obter a presidência na sucessão de Castelo.

O endurecimento do regime encontrou, desse momento em diante, uma forte resistência social em 1968, marcada pela ação de estudantes e pela retomada da atividade sindical. A reação do regime veio através do AI-5, principal símbolo da ditadura que se consumou a partir dali.

A crise do petróleo, o fim do milagre econômico e a conseqüente perda de apoio por parte do regime levou à necessidade de sua superação. A “abertura lenta, gradual e segura” a partir do governo Geisel representou a retomada, em última análise, do projeto castelista original, a de devolução do poder aos civis confiáveis.

Vinte e um anos depois de iniciada, a ditadura militar chegava ao fim, deixando um rastro complexo na vida do país. Se por um lado houve uma modernização na economia, essa se fez ao custo de um imenso endividamento externo, um aumento brutal das desigualdades sociais, um número significativo de mortos e perseguidos e o afastamento de toda uma geração da prática política tradicional.

■ QUER SABER MAIS?



FILMES

- *Pra frente Brasil*. Direção de Roberto Farias. Brasil, 1983. Duração: 110 minutos.
- *Anos rebeldes* (minissérie). Direção de Roberto Talma. Brasil, 1992. Duração: 120 minutos.
- *O ano em que meus pais saíram de férias*. Direção de Cao Hamburger. Brasil, 2006. Duração: 97 minutos.

Exercícios complementares

1 Fatec 2007

*Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais,
Braços dados ou não.
Nas escolas, nas ruas,
Campos, construções
Caminhando e cantando,
E seguindo a canção.
[...]*

Geraldo Vandré, 1968

Os festivais da canção eram ocasiões nas quais novas vozes e novos compositores passavam a ser conhecidos pelo público. Era o momento das torcidas, dos cartazes na plateia, de poder, de alguma forma, demonstrar a insatisfação contra o regime militar. Porém, em 13 de dezembro de 1968, no mesmo ano em que os jovens se atreviam a cantar e aplaudir “Pra não dizer que não falei das flores”, o governo militar anunciou à nação o Ato Institucional nº 5. Por esse ato:

- (a) ficavam suspensos todos os direitos civis e constitucionais e autorizava-se o presidente a decretar o recesso do Congresso Nacional.
- (b) iniciava-se a abertura política no Brasil, com a liberação do pluripartidarismo e a anistia geral e irrestrita.
- (c) a censura prévia foi definitivamente abolida e retornaram as eleições diretas para os governos estaduais.
- (d) foram convocados deputados e senadores para a elaboração de uma nova Constituição, a vigorar no ano seguinte.
- (e) tornou-se indireta a eleição para os governos estaduais e para os prefeitos de capitais consideradas de segurança nacional.

2 O golpe militar de 1964 foi resultado de uma grande aliança política da qual participaram grupos da burguesia, da classe média e das forças militares. Com relação a esse momento histórico, é correto afirmar:

- (a) os militares passaram 21 anos controlando o governo central, com presidentes eleitos diretamente pelo povo.
- (b) um ponto comum entre os golpistas de 1964 era a defesa de um modelo econômico que não fosse concentrador de renda e fechado ao capital externo.
- (c) entre as medidas tomadas pelos governos militares estão o fortalecimento do legislativo e a livre atuação dos sindicatos e partidos políticos.

- (d) apesar da repressão, que atingiu duramente a vida cultural, a música popular brasileira viveu um momento de grande efervescência, refletindo o engajamento de seus principais representantes na luta contra a opressão do regime militar.
- (e) a modernização trouxe a resolução dos graves problemas sociais brasileiros, entre eles a concentração de renda por uma minoria.

3 Em 1964, os militares tomaram o poder e implantaram a ditadura, dando início a uma fase antidemocrática na História do Brasil. Sobre o período da Ditadura Militar no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (a) A Constituição de 1967 foi elaborada e promulgada por uma Assembleia Constituinte.
- (b) Todos os presidentes nesse período foram indicados pelo Senado Federal.
- (c) Através dos chamados Atos Institucionais (A.I.), os governos militares impuseram severa censura aos meios de comunicação.
- (d) Implantou-se nesse período o pluripartidarismo.
- (e) Um dos partidos de oposição, no período da Ditadura Militar, foi a Aliança Renovadora Nacional Arena.

4 UFRRJ [...] Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade e o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país [...].

Ato Institucional Nº 5, 13 dez. 1968.

A edição do AI-5 representou, há 30 anos, uma radicalização do poder gerado pelo golpe político-militar de abril de 1964 no Brasil. Diante do quadro que se apresentava na época, podemos entender que “os ideais superiores da Revolução” significavam:

- (a) a integração do capitalismo brasileiro ao grande capital internacional e a representação da segurança nacional por um anticomunismo radical.
- (b) a implantação da chamada “República Sindicalista” e a vinculação econômica ao sistema financeiro internacional.
- (c) o desenvolvimento capitalista independente e a aproximação político-cultural com os países latino-americanos.
- (d) a maior aproximação com o capitalismo europeu, para romper a dependência com os Estados Unidos e a União Soviética.
- (e) a criação de uma economia planificada e uma aproximação com outros regimes revolucionários da América.

5 Uerj Observe a charge de Ricardo Goulart, referente à política econômica empreendida no período dos governos militares no Brasil (1964/1985).



PC. C. Boyacuva & S. M. Veiga (orgs). "Afinal, que país é este?" Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

A mensagem da charge está fundamentada na seguinte crítica à política econômica do período citado:

- (a) a política financeira não estimulou a desejada acumulação de capitais.
- (b) a ação do Estado não promoveu crescimento acelerado da economia.
- (c) o déficit da balança comercial não permitiu melhor repartição da riqueza.
- (d) o crescimento econômico não garantiu uma distribuição de renda mais justa.

6 UFF No período após 1964, o regime militar inaugurou uma política econômica que, entre 1968 e 1974, ganhou a denominação de "milagre brasileiro".

- a) Mencione dois resultados econômico-sociais observados durante o "milagre brasileiro".
- b) Analise as repercussões desse período histórico (1968-1974) na sociedade brasileira.

7 Ibmecc-RJ 2009 O ano de 1964 marcou o início da chamada República dos Generais, período que se caracterizou por colocar fim ao projeto reformista e populista que vinha sendo executado por João Goulart. É característica desse momento político:

- (a) A desativação do aparelho repressivo que havia sido montado no governo anterior.
- (b) O apoio irrestrito dos setores empresariais, mas com uma forte oposição da classe média, inconformada com a ditadura.
- (c) Uma enorme preocupação em promover uma justa distribuição de renda, como forma de melhorar os níveis de consumo.
- (d) Organização de uma estrutura de amplo estímulo à sindicalização.
- (e) A implantação de um modelo político baseado no bipartidarismo, razão pela qual todos os antigos partidos terminaram sendo dissolvidos ou colocados na ilegalidade.

8 PUC-Rio 2008 A avaliação dos governos militares, sob o ponto de vista da cidadania, tem, assim, que levar em conta a manutenção do direito do voto combinada com o esvaziamento de seu sentido e a expansão dos direitos sociais em momento de restrição de direitos civis e políticos.

José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 172-3.

Com base nas informações contidas no texto e em seus conhecimentos, analise as afirmativas a seguir referentes ao período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

- I. Para governar, os presidentes militares serviram-se dos Atos Institucionais, instrumentos legais de repressão, dos quais o AI-5 assumiu destaque por ter atingido de forma mais violenta os direitos civis e políticos dos brasileiros.
- II. Durante os governos militares, ocorreu a expansão de alguns direitos sociais, de que é exemplo a inclusão dos trabalhadores rurais na Previdência Social, por meio da criação do Fundo de Assistência Rural (Funrural).
- III. O não funcionamento do Congresso Nacional, durante todo o período da Ditadura Militar (1964 a 1985), caracteriza com nitidez a violação dos direitos políticos dos brasileiros.
- IV. Durante o governo do marechal Castelo Branco, com o fechamento dos canais de representação política, os artistas organizaram em seus espetáculos protestos contra o regime, de que foi exemplo o *show* "Opinião".

Assinale a alternativa correta.

- (a) Somente a afirmativa IV está correta.
- (b) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (c) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (d) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (e) Todas as afirmativas estão corretas.

9 FGV 2007 Nesse momento alto da história orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que sabe afastar o medo e não aceita colher o ódio. A Nação inteira comunga desse ato de esperança. Reencontramos, depois de ilusões perdidas e pesados sacrifícios, o bom e velho caminho democrático. [...] A primeira tarefa de meu governo é promover a organização institucional do Estado. [...] Faz algumas semanas eu anunciava a construção de uma Nova República. Vejo nessa fase da vida nacional a grande oportunidade histórica de nosso povo.

Discurso de Tancredo Neves em 15 de janeiro de 1985, após ser eleito pelo Colégio Eleitoral.



FOTO: RICARDO CHAVES, ARQUIVO TANCREDO NEVES, FGV

No alvorecer dos anos oitenta, na sociedade brasileira, uma série de manifestações políticas e sociais criticaram o governo vigente sob a bandeira do retorno dos direitos e prerrogativas democráticas. A partir dessas informações e dos documentos anteriores:

- explique o movimento Diretas Já.
- identifique uma medida implementada pelo governo da Nova República, favorável ao restabelecimento dos direitos democráticos.

10 FGV 2007



Ziraldo. In: O Pasquin.

[...] meu Brasil,
Que sonha com a volta do irmão do Henfil,
com tanta gente que partiu num rabo de foguete:
chora a nossa pátria-mãe gentil
choram marias e clarisses no solo do Brasil.
Mas sei, que uma dor assim pungente
não há de ser inutilmente a esperança
dança na corda bamba de sombrinha
e em cada passo dessa linha pode se machucar.

João Bosco e Aldir Blanc. "O bêbado e a equilibrista".

A crítica expressa na charge e a referência histórica da música estão relacionadas, respectivamente:

- à exaltação do nacionalismo e ao movimento das Diretas Já.
- ao autoritarismo do governo e à campanha a favor da anistia.
- à propaganda comunista e ao retorno dos exilados políticos.
- ao fim da censura e à política favorável à redemocratização.
- à outorga do Ato Institucional nº 5 e ao milagre econômico.

11 Ibmecc-RJ 2009 Há duas décadas, o Brasil viveu um processo político que ficou conhecido como "Diretas Já", marcando o fim da ditadura militar e a volta do país à democracia. Sobre aquele momento histórico, são feitas as seguintes afirmativas:

- Apesar da intensa mobilização popular, o Congresso não aprovou a Emenda Dante de Oliveira, que restaurava a eleição presidencial direta.
- Nesse mesmo dia, também terminou sendo vetada a emenda que reintroduzia a eleição direta para os governos estaduais.
- Na eleição indireta de janeiro de 1985, concorreram Tancredo Neves e Paulo Maluf, sendo a vitória de Tancredo a consagração dos grupos de oposição ao regime militar.

Assinale:

- Se apenas a afirmativa I for correta.
- Se apenas a afirmativa II for correta.
- Se apenas a afirmativa III for correta.
- Se as afirmativas I e II forem corretas.
- Se as afirmativas I e III forem corretas.

12 PUC-Rio 2009 Sobre o processo de abertura política, iniciado no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), analise as afirmativas a seguir.

- O processo de abertura política foi marcado por avanços e recuos, sendo o chamado Pacote de Abril um conjunto de medidas que representou um "passo atrás" na liberalização do regime.
- A liberalização do regime militar ocorreu na prática de forma tranquila, sem que o governo enfrentasse a oposição de grupos que fossem contrários ao projeto de abertura política "lenta, gradual e segura".
- O Congresso aprovou o fim do AI-5, o fim da censura prévia e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos consolidando-se, deste modo, a liberalização do regime.
- Ao longo do governo Geisel, os grupos de oposição voltaram a se mobilizar, destacando-se o movimento estudantil e o movimento operário, com a greve de São Bernardo.

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- Todas as afirmativas estão corretas.

13 UFRJ O confronto foi direto. O Paço Municipal transformou-se em uma verdadeira praça de guerra. [...] Num dos momentos de calma, os metalúrgicos aproveitaram e escreveram com seus próprios corpos a palavra DEMOCRACIA, no chão do Paço de São Bernardo. Foi um recado ao país, para explicar o motivo da luta.

Júlio Grammont. "Os subversivos de 1978". In: Teoria & Debate. n. 37.

São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 27.

As greves organizadas pelos metalúrgicos do ABC paulista, ocorridas há 20 anos, fizeram parte de um conjunto de lutas que visavam pôr fim às arbitrariedades do regime militar, instituído no Brasil após 1964.

- Identifique dois aspectos da ditadura militar, evidenciando as medidas daquele governo contra a democracia.
- Cite duas lutas ou dois movimentos sociais de oposição à Ditadura.

14 UFRJ



- Com que roupa?

Chico Caruso. Jornal do Brasil, 20 jul. 1979.

A charge anterior, do cartunista Chico Caruso, diz respeito às dúvidas do general João Figueiredo no início do seu governo, sobre como deveria conduzir o principal projeto da sua administração: a “abertura política”. O novo presidente tanto poderia vestir a farda militar e acentuar a face dura do regime, por meio de medidas discricionárias, como se compor com trajes civis dando prosseguimento à política de “distensão gradual e segura” desenvolvida pelo governo anterior.

Ao longo do seu governo, João Figueiredo terminou por se utilizar de ambos os trajes: ora fez questão de demonstrar força por meio de medidas repressivas, ora estimulou a aprovação de medidas que favoreceram a liberalização do regime.

Explique duas medidas adotadas pelo presidente João Figueiredo, no âmbito da “abertura política”, que favoreceram a liberalização do regime.

15 *Vejam bem, se o MDB vencer [as eleições de 15 de novembro] e somar a isso essa questão de Constituinte, bem os militares não estão preparados para isso. E aí a coisa explode: ou eu explodo junto ou me componho com eles e vamos para um regime muito pior do que este.*

Jornal do Brasil, 5 fev. 1978.

Eu continuo cada vez mais militar. Estou fazendo uma força desgastada para ser político. [...] O que eu gosto é de clarim e de quartel.

Jornal do Brasil, 11 ago. 1978.

Os trechos acima citados revelam bem mais do que o caráter e a visão de mundo do general João Baptista Figueiredo. Na verdade, aí estão esboçadas partes dos conflitos que marcaram o processo de transição democrática no Brasil. Explique esse processo, destacando a conjuntura econômica e político-partidária do governo Figueiredo.

16 *A anistia, portanto, não é apenas um reencontro de pessoas. É também uma luta onde trabalhadores, estudantes e intelectuais, profissionais liberais, bancários, comerciários e todos os que se movem hoje no Brasil vão se encontrar para trocar suas ideias, para juntar suas forças. Anistia é união. Unir brasileiros já em um passo da luta contra a ditadura que desde 64 não busca outra coisa a não ser a separação, seja pela morte, seja pela cadeia, seja pelo exílio ou mesmo pela desconfiança, o medo e a delação.*

Fernando Gabeira, 1978.

Sobre a anistia política brasileira pós-64, é incorreto afirmar que:

- (a) a lei da Anistia, de agosto de 1979, não respondeu efetivamente aos interesses dos familiares de desaparecidos políticos, na medida em que não instituiu a obrigação do Estado em reconhecer seus crimes e apurá-los.
- (b) a lei da Anistia, de agosto de 1979, possibilitou o retorno de muitos exilados e banidos políticos, entre estes o educador Paulo Freire, o ex-governador Leonel Brizola e o dirigente comunista Luís Carlos Prestes.
- (c) as lutas pela anistia política reuniram diferentes grupos sociais em prol da reorganização da vida democrática no Brasil.
- (d) foi resultado apenas da vontade civil-militar da ditadura, que fez dela um marco do momento de abertura lenta e gradual proposta por Geisel.
- (e) a lei da Anistia, de agosto de 1979, excetuou de benefícios os que foram condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

12

FRENTE 1

O Brasil contemporâneo (1985-2010)



Após 21 anos de ditadura militar, o Brasil passou, a partir de 1985, a viver a democracia política – uma democracia ainda jovem, na qual os vícios do período autoritário ainda persistiram, trazendo consigo elementos como a corrupção, clientelismo e a utilização da máquina pública em benefício de governantes ou de partidos no poder.

Trata-se do reflexo da falta de vivência democrática da população brasileira, a qual vive nesse período sua experiência mais longa com regimes democráticos. Embora jovem e falha em vários aspectos, a democracia brasileira avançou ao longo desses anos, culminando com quatro mandatos presidenciais ininterruptos com eleições pelo voto popular e sem crises que interrompessem tais mandatos. Um dado bastante simples, mas digno de menção dentro da história política brasileira.

O governo José Sarney (1985-1990)

José Sarney iniciava uma nova fase da vida política brasileira, herdando toda a esperança que se depositara sobre Tancredo Neves. Em verdade, a comoção social que se abatera sobre o país durante a doença do presidente eleito e, principalmente, com sua morte – a qual levou mais de 1 milhão de pessoas às ruas para acompanhar o cortejo fúnebre – era uma retomada do mesmo processo de mobilização social da campanha pelas eleições diretas. Era ainda fruto da crença, gerada por 21 anos de ditadura militar, de que um governo democrático e civil seria o suficiente para sanar todos os problemas do país.

E inúmeras medidas governamentais tinham como objetivo o fortalecimento das forças democráticas. Por exemplo, em maio de 1985, o Congresso aprovou uma Emenda Constitucional que restabelecia as eleições diretas para as prefeituras de cidades consideradas de segurança nacional, capitais e estâncias hidrominerais. A mais importante medida dessa Emenda, todavia, foi a convocação de uma nova constituinte.

Ironicamente, o Brasil trilhava o mesmo caminho, embora com diferenças aparentes, de qualquer outro momento de sua história: mudava-se o regime político sem que a essência do período anterior fosse alterada. Assim, velhos suportes políticos da ditadura, liderados pelo ex-presidente do partido que a sustentara (Arena), mais uma vez estavam à frente do processo político, cabendo às novas elites apenas a possibilidade de uma composição e aos setores populares assistir à cena política sem qualquer envolvimento real.

Mais que seus compromissos com a velha ordem e com as velhas oligarquias, Sarney (um representante do que havia de mais conservador no sistema oligárquico do Nordeste), enfrentaria uma situação econômica interna terrível, agravada por condições internacionais que tendiam a tornar o modelo brasileiro inviável.

Na verdade, os problemas herdados do governo anterior (dívida externa que assumia proporções alarmantes e inflação que chegara a 223% em 1984) eram apenas os elementos mais visíveis de uma situação que tendia a se agravar cada vez mais, por conta do choque produzido pelas transformações econômicas internacionais em contraste com as características da economia brasileira.

Os anos do regime militar haviam acentuado uma característica histórica do empresariado brasileiro, o qual jamais havia conseguido sobreviver sem a proteção e a tutela do Estado. Esse processo cresceu com o regime militar, notadamente pela presença cada vez mais opressiva do Estado na economia e pelo crescimento das estatais, atuando em todos os ramos da atividade econômica.

Ao mesmo tempo, o endividamento externo levou o regime militar a manter, durante anos, o país praticamente fechado às importações de bens de consumo, gerando, pela falta de competitividade, uma defasagem tecnológica e uma ineficiência brutal na produção industrial.

Em contrapartida, o aumento da competitividade industrial em termos mundiais levava a pesados investimentos em tecnologia de ponta pelos países industrializados, ampliando a produtividade e, efetivamente, gerando redução de custos bastante acentuada. Já a indústria brasileira, herdando os vícios do

período anterior, como a reserva de mercado para a indústria de informática, começava a apresentar uma acentuada queda de produtividade e defasagem tecnológica, o que apontava para um futuro ainda mais sombrio.

A queda das exportações, agravada pela elevação dos juros internacionais, gerou aumento da inflação, que ultrapassava 400% em 1985. Assim, o centro do projeto de governo passava a ser o combate à inflação e a elaboração de um plano que pudesse iniciar o processo de reconstrução da economia do país.

Em agosto de 1985, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, um dos remanescentes do regime militar, fora demitido, sendo nomeado para o cargo um homem do PMDB: Dílson Funaro. A partir dali, teve início a elaboração de um plano econômico, baixado em 1º de março de 1986: o **Plano Cruzado**.

O Plano, produto de uma análise pouco usual da economia (por isso, visto como heterodoxo pelos economistas ligados à velha corrente monetarista), via a inflação como efeito de um processo inercial. Assim, a expectativa da inflação levava os empresários a remarcarem seus preços, prevenindo-se contra a inevitável alta de custos. Com isso, os salários tinham também de ser aumentados e os gastos do governo ampliavam-se, o que levava à necessidade de emissão de mais papel moeda, alimentando o ciclo inflacionário.

Assim, o Plano tinha como elemento principal, e mais visível, o congelamento dos preços e salários por um ano. Criava-se uma nova moeda, o **cruzado**, em substituição ao velho e desgastado cruzeiro. Extinguia-se a correção monetária, vista como o principal agente inflacionário.

A repercussão do plano bem como sua aceitação pela população foi, em um primeiro momento, um dos episódios mais interessantes, do ponto de vista sociológico, da história brasileira. Subitamente, a população, em uma demonstração única de civismo, saía às ruas, munida das tabelas distribuídas pelo governo, fiscalizando os valores cobrados, e até mesmo fechando supermercados que estivessem cobrando acima dos preços congelados.

A popularidade do presidente subia assustadoramente, ao mesmo tempo que, em um processo que demonstrava o grau de miséria a que a população estava submetida, crescia o consumo de gêneros elementares, como remédios e alimentos básicos. Por outro lado, crescia também o consumo de produtos típicos da classe média, como eletrodomésticos e automóveis. Esse segundo fato expressa uma realidade diferente. Ao contrário dos setores mais pobres, que agora compravam o que antes jamais poderiam, essa classe média comprava mais por não ter outra opção de investimento. Assim, o aumento do consumo significou, uma drástica redução da poupança interna.



Fig. 1 Reprodução do botão lançado no momento do Plano Cruzado e que identificava a população como fiscal do presidente.

No entanto, os preços congelados não estimulavam os empresários a produzir. Esse fato, agravado pelo aumento da demanda, provocou o desabastecimento. O exemplo mais dramático foi o do boi gordo, motivo de sátira na imprensa brasileira. A carne, cujo consumo também aumentara, simplesmente desapareceu dos açougues. Os criadores alegavam que o preço de venda sequer supria os custos da criação do gado de corte.

Era óbvio que o plano necessitava de ajustes. Porém, estes significariam o fim do congelamento com o aumento de preços, fato que seria desgastante para o governo, preocupado com as eleições para a **Assembleia Constituinte**, marcadas para novembro de 1986. Assim, o governo optou por autorizar importações para suprir o mercado interno. Com isso, a balança comercial começava a ter seu saldo drasticamente reduzido, o que impossibilitaria o pagamento dos juros da dívida. O governo, deliberadamente, encaminhava o país para a **moratória**, mas, até lá, as eleições já teriam passado, e os grupos no poder teriam assegurado sua presença majoritária na Constituinte.

Com efeito, as eleições de novembro de 1986 deram ampla vitória à coligação PMDB/PFL. Ela conseguiu a maioria das cadeiras no Congresso, o qual funcionaria também como uma Assembleia Constituinte, e elegeu todos os governadores estaduais.

Como era previsto, o governo anunciou, imediatamente após as eleições, medidas de ajuste econômico: o **Plano Cruzado II**. Essas medidas consistiam, basicamente, no fim do congelamento de preços. Estes, reprimidos por nove meses, dispararam. A inflação, que o governo apregoava como zerada, atingiu mais de 300% em 1987, tendendo a subir. Além disso, o governo não tinha mais condições de pagar os altos juros da dívida, o que tornava qualquer possibilidade de financiamento externo inexistente.

Porém, as velhas elites ainda detinham o poder. A Constituinte iniciava seus trabalhos, demonstrando uma clara vocação em direção aos interesses dos velhos caciques do PFL, para os quais o presidente cada vez mais se inclinava. Uma ampla frente conservadora, o chamado **Centrão**, notabilizou-se pela desfaçatez com que admitia a prática de votar a favor das propostas do governo em troca de concessões políticas, como cargos no governo, verbas para obras ou canais de televisão.

Assim, a **Constituição** promulgada em 1988, embora batizada pelo presidente da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães, como **Constituição Cidadã**, em uma alusão ao perfil democrático que ela possuía, opositora ao período de ditadura do qual o país saía, apresentava, por trás da capa liberal, um perfil altamente conservador.

Suas principais características são:

- separação dos três poderes, com eleições diretas para todos os cargos legislativos e executivos, prevendo-se dois turnos nas eleições para presidente e governadores, e prefeitos de cidades com mais de 200 mil habitantes;
- voto facultativo para pessoas acima de 16 anos e abaixo de 18, e para pessoas acima de 70 anos. Entre os 18 e os 70 anos, o voto permanece obrigatório;
- fim da censura aos meios de comunicação;
- liberdade de organização política e sindical;
- restauração das plenas garantias individuais.



Fig. 2 Ulysses Guimarães (ao centro) anuncia a promulgação da nova Constituição, em 1988.

No entanto, a Constituição mantém o caráter intervencionista do Estado, assegurando amplos deveres ao governo, como gerenciador e coordenador da atividade econômica. Sustenta, ainda, os monopólios nacionais sobre determinadas áreas da economia, em uma clara submissão aos interesses do empresário nacional. Além disso, dificulta sensivelmente a reforma agrária, cedendo às pressões da entidade que congregava os latifundiários, a UDR (União Democrática Ruralista).

Um tópico bastante controverso do processo constituinte foi a disputa sobre a duração do mandato presidencial. Sarney pleiteava 5 anos para o seu mandato. Para conseguir a aprovação desse artigo, o governo utilizou todas as formas de aliciamento de parlamentares, principalmente do partido majoritário, o PMDB. Vários políticos desse partido, já prevendo o naufrágio do governo e descontentes com o aumento da influência do PFL, usaram esse episódio como pretexto para romper com o governo e com o PMDB, fundando o **PSDB** (Partido da Social Democracia Brasileira). Entre eles, diversas lideranças como o senador Fernando Henrique Cardoso; o governador de São Paulo, Franco Montoro; o prefeito de São Paulo, Mário Covas; e vários outros.

Ao mesmo tempo, a situação econômica agravava-se a um plano incontrolável. A inflação disparara, atingindo mais de 900% em 1988, chegando a absurdos 1.700% em 1989.

A eleição presidencial (a primeira eleição direta de um presidente da República desde 1961) aproximava-se, em um quadro em que as soluções intermediárias pareciam inviáveis ante as dimensões da crise.

Dois nomes causavam receio nos setores mais conservadores: Leonel Brizola, do PDT; e, principalmente, o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva.

Capitalizando os efeitos da crise, e contando com um absoluto descomprometimento com o passado ditatorial e com o governo Sarney – que se encerrava envolto em todo o tipo de denúncias de corrupção – ambos, notadamente Lula, apresentavam imensas possibilidades de crescimento durante a campanha eleitoral.

Moratória

Aumento do prazo para a quitação de uma dívida, concedida pelo credor ao devedor. Disposição legal que prevê a suspensão dos pagamentos devidos quando um país se encontra em circunstâncias excepcionais, como uma grave crise econômica.

Nenhum dos nomes da política tradicional parecia capaz de deter o crescimento da chamada esquerda. O PMDB tinha como candidato natural Ulysses Guimarães, o qual, embora tivesse seu prestígio ampliado pela participação na Constituinte, desgastara-se com o governo Sarney. O PSDB lançava Mário Covas, uma candidatura que se ressentia de uma vinculação quase estrita a São Paulo e da falta de estrutura do partido recém-criado.

Outros nomes, como Paulo Maluf, do PDS, ainda sofrendo os efeitos do fiasco na sucessão de Figueiredo; Aureliano Chaves, do PFL; e Guilherme Afif Domingos, do PL (Partido Liberal), inexpressivos em termos eleitorais, também não representavam uma alternativa viável para as elites.

Uma gama enorme de candidatos inexpressivos surgia ao mesmo tempo em que um nome crescia e tomava-se a grande alternativa das elites contra Lula. Tratava-se do governador de Alagoas: Fernando Collor de Mello.

Típico representante da geração dos “filhos do poder” das oligarquias tradicionais, Collor, entretanto, fez toda a campanha a partir de sua imagem jovem, apregoando-se como não comprometido com a política conservadora vigente. Escudado em uma das mais bem planejadas estratégias de *marketing* da história brasileira, Collor mostrava-se como o moralizador da vida pública, o “caçador de marajás”, o representante dos humildes, dos “descamisados”. Ao mesmo tempo, aprofundava seus vínculos com as elites tradicionais, notadamente do Nordeste, da qual era parte.

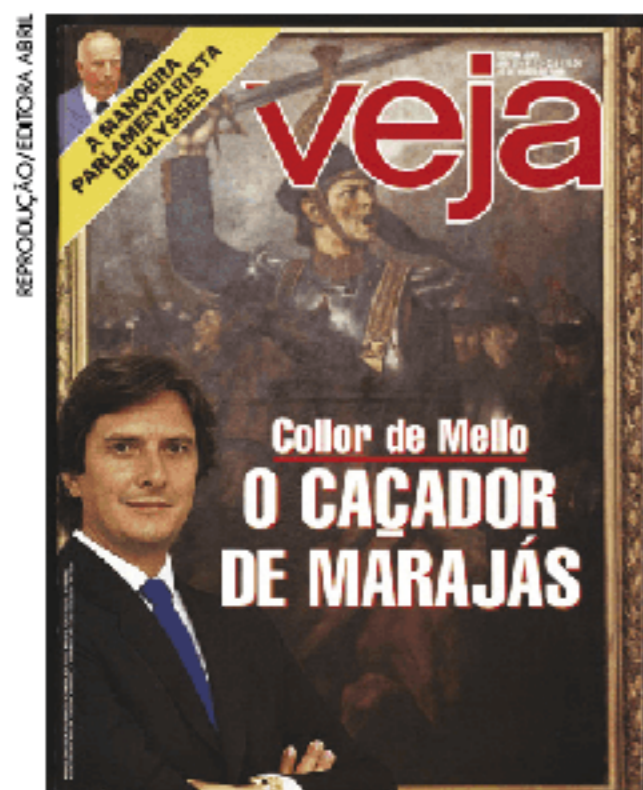


Fig. 3 Capa da revista *Veja* de 23 de março de 1988, dando destaque à figura de Fernando Collor de Mello.

Sua figura pública vendia a imagem de força, de decisão, de ideias claras e definidas. Evitando o debate, no qual suas propostas poderiam ser questionadas, transformava toda sua pregação em *slogans*, de ótimo rendimento televisivo. A televisão, inclusive, foi sua principal aliada, não apenas pela inegável capacidade de Collor em utilizá-la, mas, principalmente, pela adesão clara de algumas emissoras à sua candidatura. É o caso, para citar o exemplo mais suspeito (até os dias de hoje), da Rede Globo, que se transformou na principal veiculadora de sua imagem.

No primeiro turno das eleições, realizado em 15 de novembro de 1989, Collor obteve 25% dos votos, contra 14% de Lula e 12% de Brizola. Os demais candidatos tiveram votações muito menores. **Collor e Lula** foram para o segundo turno, marcado para 12 de dezembro daquele ano.

Durante esse período, o crescimento da candidatura Lula tomou-se motivo de pânico entre as elites conservadoras.

Obtendo o apoio de Brizola, de Covas e de parcelas do PMDB, Lula subia nas pesquisas, ao mesmo tempo em que Collor permanecia estagnado nos 40%.

A partir daí, a campanha de Collor mudou de rumo. Os ataques a Lula passaram ao plano pessoal, ao mesmo tempo em que os meios de comunicação intensificavam uma campanha de desgaste ao candidato do PT. Após o último debate eleitoral, dois dias antes do segundo turno, a Rede Globo divulgava um resumo que mostrava os melhores momentos de Collor e os piores de Lula, dando a Collor uma imagem de um candidato que parecia muito mais preparado para a presidência.

No dia das eleições, a TV mostrou um suposto flagrante policial, no qual um dos sequestradores aparecia vestindo uma camiseta do PT, e o material da campanha petista teria sido espalhado no local da prisão.

Afirma-se que tudo fora armado para prejudicar a campanha de Lula na reta final das eleições. Essas suspeitas, no entanto, não foram confirmadas.

O resultado do segundo turno apresentou a vitória de Collor com 42% dos votos, contra 38% dados a Lula.

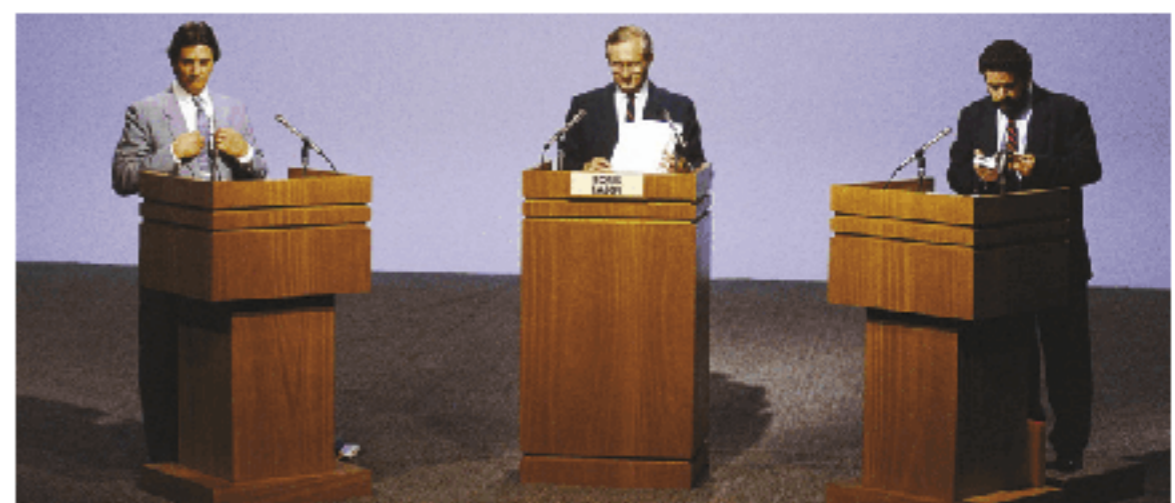


Fig. 4 Debate entre Collor e Lula durante a campanha eleitoral de 1989.

O governo Fernando Collor de Mello (1990-1992)

Collor assumiu a presidência em 15 de março de 1990. Antes de sua posse, já prometia um plano econômico para acabar com a inflação desenfreada que herdara do período anterior. Além disso, todo o seu discurso pautava-se pela modernização, palavra que incluía o fim do protecionismo, a inserção do Brasil nos quadros do capitalismo internacional, a reforma do Estado e a racionalidade administrativa.

Já no dia da sua posse, assinou 16 medidas provisórias (instrumento criado pela Constituição de 1988 para substituir o velho decreto-lei da ditadura militar) que produziram um choque sem precedentes na economia brasileira. Era o **Plano Collor**.



Fig. 5 Equipe econômica do governo anuncia o Plano Collor. Ao centro, a ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello.

Esse Plano, elaborado por uma equipe de economistas liderada pela ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, incluía o fim do cruzado novo (moeda instituída em um dos vários planos criados pelo governo Sarney) e restaurava o velho cruzeiro. Preços e salários foram novamente congelados, prevendo-se a gradativa liberalização. Para impedir uma explosão de consumo, o governo decretava o confisco dos saldos, em conta corrente e em caderneta de poupança, superiores a 50 mil cruzeiros. Esse dinheiro seria devolvido após 18 meses, em 12 parcelas mensais.

Incluía também a redução dos impostos de importação e a redução dos gastos públicos, iniciado com um violento corte de funcionários da administração federal.

De imediato, houve a redução da inflação; porém a política do governo de abertura das importações levou a um quadro recessivo intenso, fazendo aumentar sensivelmente o desemprego e os índices de miséria. Ao mesmo tempo, os mecanismos de controle da inflação ante o endividamento externo e interno do governo começavam a dar mostras de insuficiência.

A inflação voltou a subir, ao mesmo tempo em que o governo começava a ver-se envolvido em denúncias de corrupção, ainda tímidas em um primeiro momento. Diante das dificuldades, Collor reagia com sua estratégia de *marketing* e seu discurso inflamado e pretensamente modernizador.

Em janeiro de 1991, era lançado o **Plano Collor II**, uma tentativa de ajuste que acabou caindo no vazio ante o aumento das denúncias de corrupção. Denúncias de beneficiamento do governo a grupos privados cresciam, ao mesmo tempo em que aumentavam as denúncias contra um dos principais assessores de Collor, Paulo César Farias, ex-tesoureiro de sua campanha, de utilizar suas ligações com o presidente para forçar empresas estatais a negociar contratos benéficos para particulares. Em troca, PC Farias, como ficou conhecido, exigiria desses grupos vastas somas em dinheiro, que seriam depositadas fora do país.

A situação tornou-se crítica quando, em maio de 1992, foi publicada uma entrevista de Pedro Collor, irmão do presidente, criticando violentamente PC Farias e apontando o presidente como o principal beneficiário do esquema de corrupção que se armava.



Fig. 6 Estudantes e trabalhadores em uma manifestação contra Collor.

Já no mês seguinte, era instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual rapidamente apurou elementos do maior esquema de corrupção que já se tivera notícia no país.

A imagem pública de Collor rapidamente desabava. O “caçador de marajás” passava a ser o marajá a ser cassado. Reportagens divulgando o luxo da residência do presidente, a vida absolutamente incompatível com sua renda, os gastos desmedidos de sua mulher, denúncias de operações financeiras altamente duvidosas, tudo isso contribuiu para gerar um clima de indignação generalizada na sociedade brasileira. Iniciava-se um amplo movimento social exigindo o *impeachment* do presidente.

Um fato a ser ressaltado foi a ampla participação dos jovens nessa luta, com o movimento dos “caras-pintadas”. Em setembro, era aberto o processo de *impeachment* no Supremo Tribunal Federal.

Em 29 de setembro, o Congresso reuniu-se para votar o afastamento do presidente. Collor ainda tentou aliciar deputados, com concessões de verbas e de todos os meios típicos da corrupção que fora a marca registrada de sua passagem pela presidência. Mesmo assim, tudo indicava que ele seria efetivamente deposto. Para evitar a deposição e a consequente perda dos direitos políticos, Collor **renunciou** antes que a votação fosse iniciada. Mesmo assim, o Congresso prosseguiu com a votação, que terminou com 448 votos a favor do afastamento do presidente e 38 votos contra.

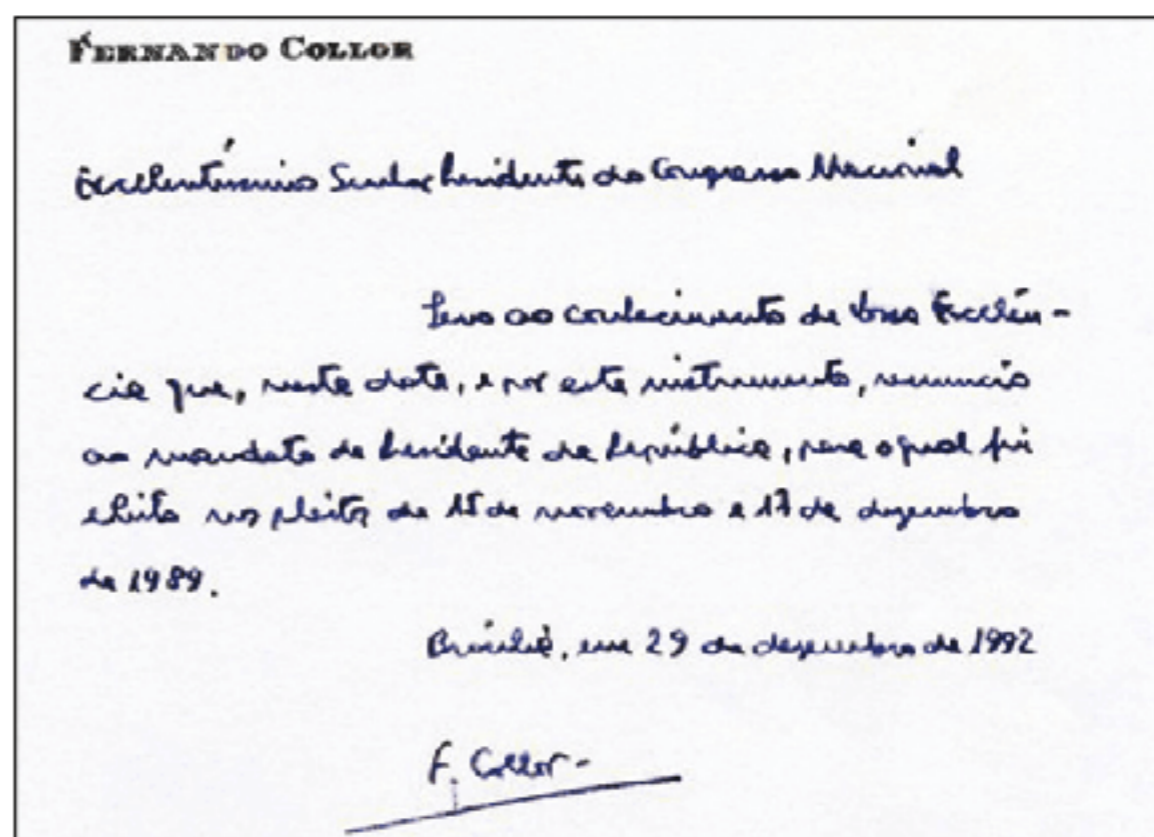


Fig. 7 Mensagem de Collor comunicando sua renúncia.

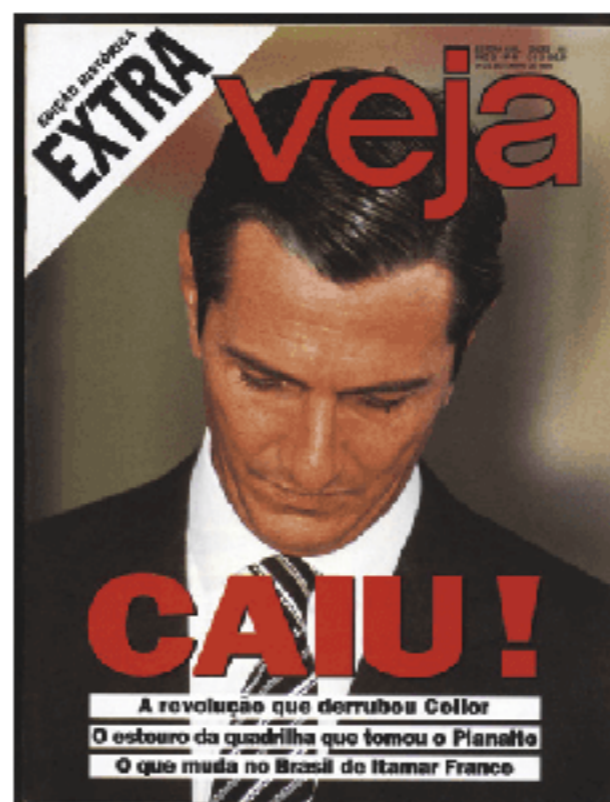


Fig. 8 Edição extra da revista *Veja* noticiando a queda de Collor.

Terminava assim o governo Collor, assumindo o vice-presidente **Itamar Franco**.

O governo Itamar Franco (1992-1995)

A luta pela deposição de Collor, até pelo caráter propagandístico de moralização da vida política, havia reunido uma constelação de forças oposicionistas, que congregava vários partidos políticos. Assim, Itamar Franco beneficiou-se dessa situação para buscar a criação de um governo de conciliação. Sua própria figura auxiliou nesse propósito. No que pese sua personalidade contraditória, sempre disposto ao confronto e a atitudes teatrais, Itamar assumiu, durante a presidência, uma postura discreta – distante dos excessos de seu antecessor – ideal para um país traumatizado pela turbulência causada pelo grupo político de Collor.



Fig. 9 Itamar Franco (1930-2011) assumiu a presidência após o afastamento de Collor.

O momento internacional também era favorável. A questão da dívida externa parecia próxima de um equacionamento, com o **Plano Brady**, no qual o governo americano avalizava os títulos da dívida externa dos países devedores, títulos que passariam a ser negociados internacionalmente, pelo seu valor de mercado, reduzindo em muito seu montante e, consequentemente, os juros.

Ao mesmo tempo, como um reflexo da política neoliberal que se alastrava pelo mundo, as taxas de juros internacionais caíam, contribuindo ainda mais para a economia interna. Com isso, esta voltava a crescer, com os níveis de produção industrial começando lentamente a ser retomados.

Ao mesmo tempo, o PSDB tinha sua participação ampliada no governo. Em 1993, o senador Fernando Henrique Cardoso assumia o Ministério da Fazenda. Cercado por uma equipe de economistas ligados ao partido, Fernando Henrique liderou a elaboração de um novo plano econômico de combate à inflação.



Fig. 10 Itamar Franco cumprimenta seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, durante cerimônia de posse.

Em fevereiro de 1993, era lançado o **Plano Real**, que tinha por base uma nova moeda – o real – em substituição ao cruzeiro, o qual teria uma paridade em relação ao dólar. Estabelecia que a emissão de moeda seria autorizada somente se as reservas

do país em dólar fossem igualmente ampliadas. O sucesso do plano só seria possível dadas as boas reservas cambiais do Brasil, acumuladas no período de retomada da produção industrial após a recessão gerada por Collor.

Mais que isso, o plano contava com os efeitos da estabilização econômica para atrair investimentos externos. Sem contar ainda com condições para atrair investimentos no setor industrial, os economistas do PSDB criavam maiores condições para a entrada do capital especulativo, gerando riscos para a economia, ampliados após a crise do México, no final de 1994.

Entretanto, os efeitos do plano foram altamente satisfatórios. A inflação, mesmo sem a pirotecnia que marcara o Plano Collor, efetivamente caiu; a economia começava a se estabilizar, ao mesmo tempo em que a abertura do mercado às importações atraía o apoio da classe média.



Fig. 11 Fernando Henrique Cardoso segura uma nota de 100 reais. O Plano Real foi decisivo para sua vitória na eleição presidencial.

Obviamente, o plano tinha um conteúdo altamente recessivo. A entrada maciça de produtos importados graças a baixa do dólar, em uma economia sem a menor condição de competitividade, geraria falências, desemprego, redução da atividade industrial e uma série de outros problemas. Entretanto, todos eles viriam em um segundo momento. A atitude do governo foi a de atrair para si o apoio popular, alardeando os índices econômicos como prova do sucesso do plano.

O objetivo era óbvio: usar o fim da inflação e a estabilização da economia para projetar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência nas eleições marcadas para o final de 1994.

Fernando Henrique compôs uma frente partidária na qual o PSDB aliava-se ao PFL, partido que reunia integrantes das oligarquias tradicionais e de colaboradores da ditadura.

Seu principal adversário mais uma vez seria Lula, do PT, o qual chegara a contar, em maio, com 45% das intenções de voto. O sucesso do plano, entretanto, inverteu essa situação, dando a Fernando Henrique a vitória, logo no primeiro turno, com 55% dos votos válidos, contra pouco mais de 27% a Lula.

Consumava-se assim a ascensão do PSDB ao poder, com seu projeto político no qual a modernização prometida encontraria sérios obstáculos nos compromissos estabelecidos com setores mais conservadores do cenário nacional.

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Fernando Henrique assumiu em meio a uma forte popularidade herdada do aparente sucesso de seu plano econômico. De fato, a conquista da estabilidade econômica, após um enorme período de incertezas em que o país esteve seguidamente à beira da hiperinflação, era um dado significativo capaz de granjear-lhe amplo apoio social.



Fig. 12 Foto oficial de Fernando Henrique Cardoso na presidência.

Entretanto, a composição de forças que o apoiavam, a aliança entre o empresariado industrial do Sudeste (representado no PSDB) e as oligarquias nordestinas do PFL, não apontava o regime no sentido de uma postura mais transformadora. Ao mesmo tempo, o discurso modernizador do governo encontrava eco internacional, em um período marcado pela globalização e pelo Neoliberalismo, os grandes ícones da cartilha política e econômica do Capitalismo a partir do colapso do Socialismo.

Da mesma forma, os vínculos do governo com o alto empresariado ficavam claros na criação de instrumentos como o PROER (Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro) que apenas escondia, por trás do nome pomposo, um instrumento de defesa dos banqueiros em vias de falência. Também, a cartilha do Neoliberalismo foi seguida à risca, tendo como aspecto mais visível o amplo processo de privatizações das empresas estatais, uma herança do regime militar, mas que, ainda assim, se constituíam em um amplo patrimônio do Estado brasileiro.

As críticas ao processo de privatizações, incluindo denúncias de corrupção, de venda de empresas por valores muito abaixo de seu valor real, de beneficiamento a grandes grupos privados nacionais e internacionais, de perda do controle pelo país sobre áreas cruciais como as de telecomunicações, foram esvaziadas pelo rolo compressor da ideologia neoliberal, sendo sempre identificadas como uma herança retrógrada do estatismo, postura que tinha no presidente seu grande arauto. Foi ele quem chamou os críticos de sua política de “neobobos”. Ao mesmo tempo, a estabilidade econômica, erigida à condição de verdadeiro ícone inquestionável, era usada como elemento descaracterizador de qualquer validade que pudesse haver nas críticas ao regime.



Fig. 13 Manifestação contra a privatização da antiga companhia Vale do Rio Doce, RJ.

Inegavelmente, a estabilidade econômica foi uma conquista dos anos FHC. A contenção da inflação, que atingira níveis alarmantes nos governos anteriores, deu ao governo suficiente respaldo popular e uma autoridade política para impor um amplo processo de transformação na economia brasileira. Essa reformulação teve como aspecto fundamental o processo de privatização das estatais, deixando o Estado de ser um agente efetivo da atividade econômica. As demais transformações, fundamentais para a modernização das estruturas políticas e econômicas do país ficaram obstaculizadas pela própria composição do governo, que tinha como aliados fundamentais setores ligados às velhas elites conservadoras, notadamente do Nordeste, agrupadas principalmente sob o PFL. Foi esse o partido que se constituiu na principal base de sustentação política do regime no Congresso, mais até que o próprio PSDB, partido do presidente.

Essa importância do PFL explicava a força política de Antonio Carlos Magalhães, por exemplo, um velho cacique dos tempos da ditadura e que passara a ser o principal articulador político do governo, ao lado de seu filho, Luís Eduardo Magalhães. Foi esse compromisso com as velhas lideranças políticas que impediu reformas como a fiscal e a administrativa.

Outro aspecto do governo FHC foi a intensificação do processo de aproximação brasileira em relação aos mercados mundiais. Foi durante o seu governo que se intensificou o processo de consolidação do **Mercosul** – criado formalmente em 1991, por meio do Tratado de Assunção –, ao mesmo tempo em que o Brasil tornava-se (ao lado do México), o principal mercado de investimentos estrangeiros em toda a América Latina.

Quanto ao Mercosul, sua primeira medida efetiva data do primeiro dia de mandato de FHC, quando se aboliram simbolicamente as barreiras alfandegárias entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro negociava com os Estados Unidos a criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), um bloco econômico que integraria as economias do continente sob a liderança norte-americana.



Fig. 14 O Mercosul foi um dos símbolos da política do governo de integrar a economia brasileira aos mercados mundiais.

O fluxo de capitais estrangeiros para o país era fundamental para a própria manutenção do Plano Real. Um de seus componentes – a paridade do real em relação ao dólar – dependia fundamentalmente das reservas em moeda americana no país. Essa é a principal razão para a manutenção de uma altíssima taxa de juros interna, como forma de atrair os investimentos estrangeiros. Por outro lado, essa política tinha obviamente um efeito recessivo,

uma vez que tornava o capital interno extremamente caro, além de tornar o país vulnerável ao capital especulativo.

Outro aspecto dessa política que combinava juros internos altos e privatização de estatais foi o de gerar um forte processo de concentração de renda. A presença das grandes empresas multinacionais no Brasil aumentou como nunca, passando a controlar mais de 50% das empresas estatais recém-privatizadas, ainda que muitas privatizações, se não todas, fossem financiadas com aporte de capitais de BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Ainda dentro da política de modernização econômica e integração do país aos ditames do neoliberalismo, o governo FHC reduziu drasticamente as medidas protecionistas que caracterizavam a economia brasileira. Nesse aspecto, a tarifa alfandegária máxima que passou a vigorar no país em 1997 era de 32%, contra uma tarifa máxima de 105% em 1995.

Por outro lado, o caráter recessivo do plano gerou uma queda acentuada nas exportações brasileiras em relação ao volume de importações. O déficit na balança de pagamentos do país em 1996 foi de 5,5 bilhões de dólares, um recorde histórico. Esse dado agravava-se ainda mais, pois as reservas do país sofriam uma constante sangria em função dos juros da dívida externa, que saltara para cerca de 160 bilhões de dólares. No ano de 1997, 17,5 bilhões de dólares foram usados para o pagamento dessa dívida.

Fica claro que o governo via-se às voltas com dificuldades econômicas e políticas para gerar medidas de forte alcance social. Assim, projetos como uma efetiva reforma agrária patinavam ante a falta de recursos para investimento e a excessiva vinculação do governo às velhas elites conservadoras. Sem dúvida, o grande calcanhar de Aquiles do governo FHC foi a sua pouca ação no campo social.

Entretanto, esse dado era relativizado pelos efeitos da estabilização monetária. A drástica redução da inflação significou um aumento, mesmo que pequeno, da renda média da população. Assim, o consumo de diversos gêneros, inclusive alimentícios, cresceu, mesmo que um dos efeitos do plano, o agravamento do desemprego, fosse uma constante durante os anos do governo FHC.

Em termos políticos, a ação do governo foi marcada pela supremacia do Executivo sobre o Legislativo. Nesse aspecto, as Medidas Provisórias (MPs) foram largamente utilizadas (mais de mil nos dois primeiros anos de governo). Claro que a maioria dessas medidas legislava sobre matéria econômica, dando mostra da fragilidade da tão propalada estabilidade.

Desde o ano de 1996, o governo passou a atuar junto ao Congresso com vistas à aprovação de uma Emenda Constitucional que permitisse a reeleição do presidente da república, dos governadores e dos prefeitos. Após intensas negociações, sobre as quais não faltaram denúncias de favorecimento a parlamentares em troca da aprovação, a Emenda foi aprovada em janeiro de 1997, dando ao presidente a possibilidade de exercer mais um mandato.

Um aspecto significativo do final do primeiro mandato de FHC foi a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para a negociação de um vultoso empréstimo. Para tal, era fundamental uma reestruturação da arrecadação do governo central, com vistas a garantir a possibilidade de honrar o novo

compromisso assumido. Foi parte fundamental dessa reestruturação a renegociação das dívidas dos estados e dos municípios com a União, impondo o Governo Federal condições extremamente duras e vinculando a liberação de novos recursos ao pagamento dos estados e dos municípios dos compromissos assumidos.



Fig. 15 Pedro Malan, ministro da Fazenda de FHC, conversa com Paul O'Neill, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, em reunião do Fundo Monetário Internacional.

A popularidade obtida pela contenção da inflação foi decisiva para que Fernando Henrique Cardoso fosse imbatível na eleição de 1998. Com mais de 35 milhões de votos (por volta de 53% do total), ele derrotou facilmente seu principal adversário, novamente Luís Inácio Lula da Silva, do PT, que obteve cerca de 23% dos votos.

Entretanto, o início do segundo mandato de FHC reservou intensas turbulências, notadamente na área econômica. Logo após a posse, enquanto o Brasil renegociava o acordo fechado no final do ano anterior com o FMI, o governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB-MG), declarava moratória por 90 dias da dívida do estado. Os compromissos mineiros tiveram de ser honrados pela União e o episódio abalou a credibilidade do Brasil no mercado internacional. Simultaneamente, fortes ataques especulativos ao real reduziram em cerca de 40 bilhões de dólares as reservas financeiras do país e obrigaram o governo a abandonar a política de paridade ou ao menos de proximidade em relação ao dólar. Com isso, o dólar passou em poucos dias, de R\$ 1,21 para mais de R\$ 1,90.

Mesmo assim, o acordo com o FMI foi fechado, trazendo para o país um empréstimo de US\$ 41,5 bilhões de dólares com o compromisso do governo de reduzir gastos públicos, aumentar a arrecadação por meio de impostos e fazer crescer as exportações. A taxa de juros foi mais uma vez elevada ao mesmo tempo em que o governo aprovou no Congresso o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,38%.

Cabe lembrar que o empréstimo obtido pelo Brasil em 1998 foi concedido dentro de novos parâmetros estabelecidos pelo chamado “Consenso de Washington”. Criado a partir de um texto do economista John Williamson, ele passou a nortear a atuação de vários órgãos econômicos como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Tomou-se, a partir de 1990, a política oficial do FMI, destinado a ser uma “receita” para promover o ajuste econômico dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades

como a Rússia, a Tailândia, a Coreia do Sul e a Indonésia. Na prática, os ditames do Consenso de Washington passaram a ser a condição imposta pelo FMI para a liberação de empréstimos. Entre esses ditames estavam a austeridade fiscal, a autonomia dos Bancos Centrais, a geração de um superávit primário (diferença entre a arrecadação do governo e os gastos externos do país) capaz de possibilitar recursos para o pagamento das dívidas e o câmbio flutuante, ou seja, o dólar cotado pelo mercado, sem tabelamento pelo Estado.

Por outro lado, mesmo com esse empréstimo, a crise econômica trouxe fortes desdobramentos políticos. Em abril de 1999, denúncias de que o Banco Central (BC) teria favorecido os bancos Marka e Fonte Cindam na época da liberação do câmbio levaram à abertura da comissão parlamentar de inquérito (CPI) do sistema bancário. Paralelamente a isso, a eficácia do processo de privatização era fortemente questionada quando, em março, uma pane no sistema elétrico do país deixou 10 estados sem energia elétrica, afetando mais de 60 milhões de consumidores. Quase ao mesmo tempo, a divulgação de gravações telefônicas entre André Lara Rezende (ex-presidente do BNDES), Luís Carlos Mendonça de Barros (ex-ministro das Comunicações) e o próprio presidente colocava sob suspeita a lisura do processo de privatizações.

Todos esses episódios, aliados ao desemprego crescente e à falta de ação social do governo, abalaram sensivelmente a popularidade de FHC. Em setembro de 1999, 67% dos brasileiros afirmavam não confiar no presidente, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope).

Ao mesmo tempo, cresciam as manifestações sociais contra o regime, tendo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) sua face mais visível. O governo buscou reagir em dois campos principalmente. O primeiro foi o anúncio do Plano Plurianual (PPA), que previa investimentos de mais de 1 trilhão de reais, traçando metas para o desenvolvimento de áreas como educação, saúde, esportes e cultura. Entre as metas fixadas para o ano seguinte estavam o crescimento de 4% do produto interno bruto (PIB), inflação em torno de 4% e geração de 8,5 milhões de empregos. Entretanto, o plano sofreu seu primeiro grande golpe quando, ainda em outubro de 1999, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a cobrança de aposentadoria de servidores inativos. A perda de arrecadação gerada por essa decisão (cerca de 2,4 bilhões de dólares anuais, segundo estimativas) obrigou o governo a anunciar um forte corte de investimentos, o que inviabilizava o plano.



Fig. 16 Assembleia do MST no acampamento da Fazenda Bonito Sul (MS). A ação do MST foi constante durante o governo FHC.

Outro campo no qual o governo atuou de forma significativa foi na aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, publicada em maio de 2000. A lei procurava disciplinar a atuação financeira dos vários governos, impondo um controle sobre seu endividamento. Apresentada como uma medida redentora no processo de saneamento das finanças públicas, a Lei era também uma garantia adicional do controle sobre o pagamento da dívida dos estados e municípios à União.

A perda de popularidade do governo, durante esse segundo mandato, foi acompanhada por um significativo crescimento da candidatura de Luíz Inácio Lula da Silva. Abandonando várias características de alas mais radicais PT, Lula, ao mesmo tempo em que mantinha a sua aura como um candidato de origem popular, passava a falar da necessidade de manter a estabilidade financeira, o controle da inflação e honrar os compromissos internacionais, rapidamente ganhando a condição de um candidato aceitável até pelas elites econômicas do país. Essa postura cristalizou-se em um documento, a **Carta ao Povo Brasileiro**, no qual Lula comprometia-se com a estabilidade da economia, sem qualquer menção aos componentes socialistas do projeto histórico do PT.

Ao mesmo tempo, o governo não possuía um nome de projeção nacional capaz de fazer frente a ele. O presidente Fernando Henrique não poderia ser candidato dado que a Emenda Constitucional só permitia a reeleição uma vez. O partido do governo, o PSDB, lançou a candidatura de José Serra, então ministro da Saúde, cuja atuação como ministro havia sido pautada por ações de grande impacto, como o combate à AIDS e o lançamento de medicamentos genéricos, muito mais baratos. Entretanto, era muito pouco para fazer frente à candidatura Lula.



Fig. 17 Lula e José Serra cumprimentam-se antes do debate do segundo turno na campanha de 2002.

Por três vezes derrotado anteriormente (contra Collor e duas vezes contra FHC), Lula e o PT sabiam que a vitória só seria possível ampliando as bases partidárias e passando a imagem de um administrador responsável e maduro. Não apenas o discurso político de Lula passou a ser radicalmente diferente

de até então (sua campanha, organizada pelo marqueteiro Duda Mendonça, chegou a forjar o *slogan* “Lulinha paz e amor”, como a varrer toda a aura de radicalismo que o cercava) como também o PT, em um gesto ousado e que surpreendeu grande parte de suas próprias bases, firmou uma aliança com o Partido Liberal (PL), um partido que, embora não fazendo parte da composição do governo FHC, tinha um perfil bastante conservador e distante do ideário petista. A aliança significou inclusive a presença do senador pelo PL, José Alencar, como candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Lula.

A campanha eleitoral não reverteu as expectativas iniciais. A candidatura de Lula cresceu seguidamente, ao passo que José Serra não conseguiu firmar seu nome como um adversário com reais condições de derrotá-lo. Durante a campanha, inclusive, Serra esteve, em alguns momentos, atrás de outros candidatos nas pesquisas de intenção de voto, como Ciro Gomes, do PPS, Anthony Garotinho, do PDT, ou mesmo Roseana Sarney. Lula venceu facilmente o primeiro turno, indo ao segundo turno das eleições contra José Serra. A vitória de Lula no segundo turno, com cerca de 53 milhões de votos apenas confirmou um resultado já esperado.

Entretanto, a euforia gerada pela vitória de Lula trazia consigo a preocupação quanto aos rumos de seu governo. Havia, de parte do empresariado e das elites, o medo de que sua postura moderada fosse apenas um jogo de cena, visando à vitória eleitoral. Da parte de seus eleitores históricos havia o receio oposto, de que sua pregação durante a campanha correspondesse exatamente ao que seria seu governo, aproximando-se muito das características dos anos FHC.

Foi em meio a esse quadro de incertezas que Lula tomou posse em 1º de janeiro de 2003. Sua posse, acima de tudo isso, teve um significado profundo. Pela primeira vez, em 43 anos, um presidente eleito pelo povo passava o cargo a outro presidente eleito pelo povo.

anos que permita uma compreensão que vá além dos fatos e das análises jornalísticas.

Contudo, cabe ressaltar que, mesmo com essas limitações, é possível compreender vários aspectos do significado desse período, tanto em termos de suas realizações quanto das expectativas que acabaram sendo frustradas pela sua política como presidente.

A posse de Lula na presidência da República foi acompanhada por um significado histórico único na vida brasileira e raro mesmo se considerarmos a política mundial: um ex-operário, ex-retirante nordestino, oriundo das camadas mais pobres da população, atingindo a presidência em si só é um fato digno de menção. Além disso, Lula apresentava uma trajetória como líder sindical, fundador de um partido de trabalhadores, preso durante a ditadura – condições que o tornavam um ícone da esquerda.

Esses elementos depositavam sobre seu governo uma quantidade bastante grande de expectativas. Da parte do empresariado e dos setores mais conservadores, vinha o receio de um governo radical, de tendências socialistas. Para as camadas mais pobres da população, Lula representaria uma perspectiva de um governo voltado aos interesses populares, à redução das desigualdades e ao atendimento das reivindicações de setores mais radicais da luta popular, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), cuja ação fora incessante durante o governo Fernando Henrique.

A situação econômica herdada do governo anterior apresentava alguns componentes preocupantes. Nos últimos meses do governo FHC, sob efeito de uma pressão especulativa de investidores internacionais e também das incertezas sobre o futuro governo, o dólar havia apresentado uma alta sensível, chegando à casa dos R\$ 4,00 reais em dezembro de 2002. As mesmas condições geraram intensa fuga de capitais do país.

Ante as incertezas do empresariado e do grande capital, Lula agiu de forma conservadora naquele primeiro momento. Para a direção do Banco Central, foi indicado um nome ligado ao PSDB, o deputado Henrique Meirelles. Ex-presidente do Bank Boston, sem vínculos com o PT e bem visto pelo grande capital internacional, Meirelles era um nome destinado a acalmar o mercado, demonstrando que não haveria mudanças na condução da política econômica e que os parâmetros determinados pelo Consenso de Washington, de 1998 (superávit primário, autonomia dos bancos centrais e câmbio flutuante), seriam mantidos. No Ministério da Fazenda, Lula optou pelo médico e ex-prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palocci, cuja postura pública apresentava todos os sinais da austeridade pretendida pelo mercado.

Lula pautou seu discurso nos primeiros tempos do governo por uma preocupação assistencialista. Seu projeto mais divulgado foi o **Fome Zero**, promessa de campanha na qual o objetivo seria erradicar a fome no país. Ao lado dele, o **Bolsa Família** fundia vários programas assistenciais que remontavam ao governo Fernando Henrique, mas com uma dimensão e um grau de investimento, por parte do governo, significativamente maiores. Ao final dos 8 anos do governo Lula, os efeitos desse assistencialismo ainda são controversos. Se, por um lado, ele é alvo de críticas por gerar suspeitas sobre um clientelismo com óbvias decorrências políticas (e a eleição de Dilma Rousseff, indicada e apoiada por Lula para sua sucessão, é só o exemplo mais evidente), há, por



Fig. 18 Fernando Henrique abraça Lula no alto da rampa do Palácio do Planalto.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Uma análise mais conceitual e teórica sobre os anos de Lula na presidência da República requer um distanciamento ainda impossível, dado o caráter recente do fim de seu governo. Não há ainda uma produção historiográfica sobre esses 8

outro lado, a constatação de que essa ação reverteu-se em uma significativa redução da miséria e contribuiu para a incorporação de uma considerável parcela da população à esfera do consumo, dado significativo para o aquecimento da economia.

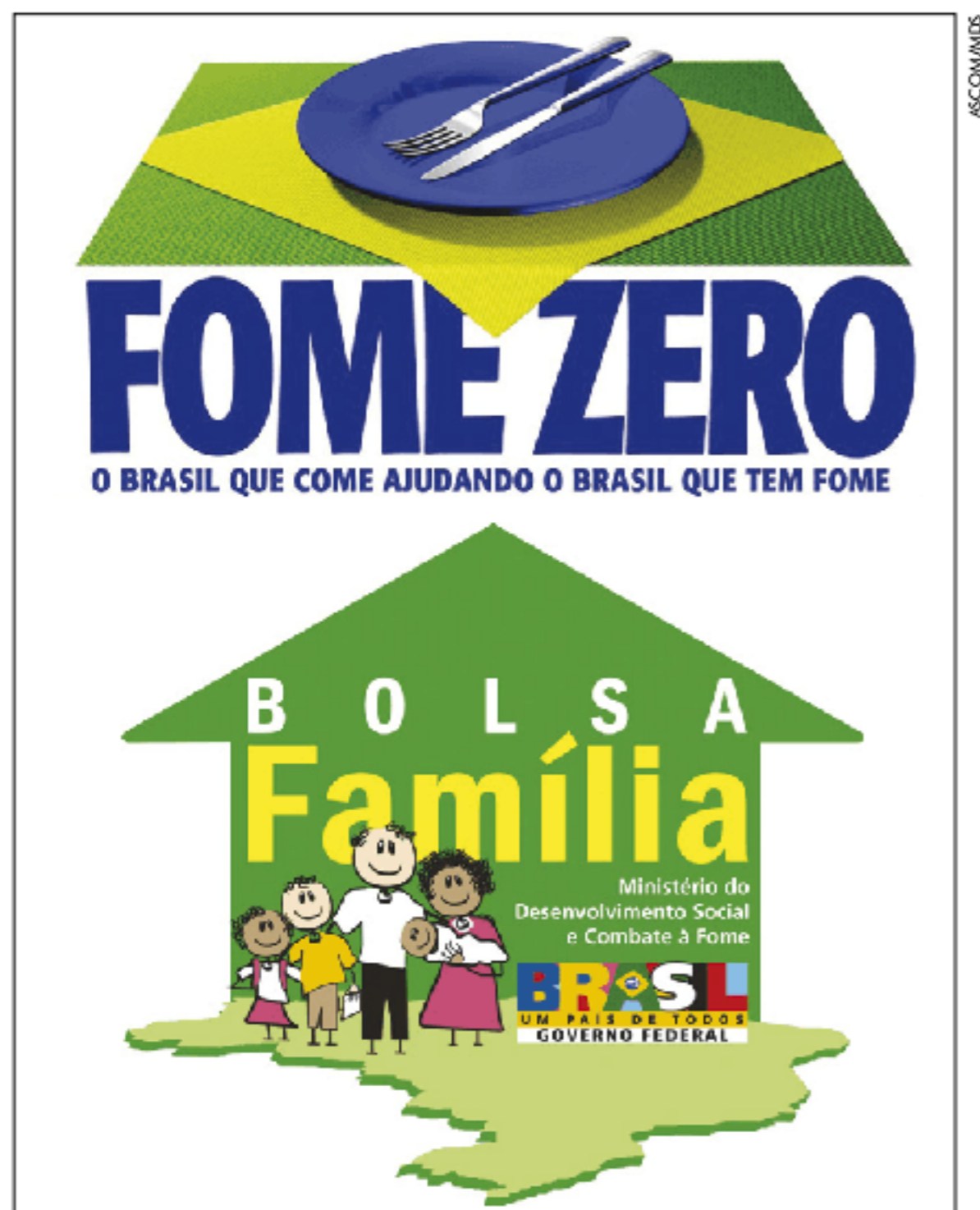


Fig. 19 Cartazes dos programas Fome Zero e Bolsa Família.

O governo Lula caracterizou-se pela baixa inflação, pela redução do desemprego e pelos constantes recordes da balança comercial. Promoveu o incentivo às exportações, à diversificação dos investimentos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, cuja função é basicamente a de fomentar o desenvolvimento interno), estimulou o microcrédito e ampliou os investimentos na agricultura familiar por meio do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). Na gestão do presidente Lula, observou-se o recorde na produção da indústria automobilística, em 2005, e o maior crescimento real do salário-mínimo, resultando na recuperação do poder de compra dessa parte da população. Esses bons resultados são atribuídos não apenas ao sucesso de sua política econômica interna, mas também à situação econômica internacional, que vivia um período de bonança, após as seguidas crises que marcaram a década anterior.

Outro aspecto sempre alvo de debates ao longo dos anos de governo Lula foi a taxa de juros interna. Lula havia herdado um índice altíssimo, que ultrapassava os 25% anuais ao final do governo Fernando Henrique. Durante os oito anos do governo Lula, a taxa de juros caiu de forma gradual, atingindo 8,75% em julho de 2009, a mais baixa da história. No entanto, embora decrescente, o Brasil ainda tem a maior taxa de juros do mundo. Mesmo assim, essa redução dos juros provocou o deslocamento de muitos investimentos em títulos da dívida pública para o

setor produtivo, fazendo com que o Índice Bovespa (que mede o comportamento das ações na maior Bolsa de Valores do Brasil, a de São Paulo) saltasse de 40 mil pontos no início de seu mandato para mais de 60 mil pontos em 2007.

Os anos de governo de Lula foram também marcados pelo fim da era de privatizações de empresas estatais que caracterizaram os anos FHC. As privatizações foram alvo de intensas críticas, notadamente com acusações de favorecimento a grupos privados e de venda a valores irrisórios. O caso mais gritante foi o da venda da companhia Vale do Rio Doce, a um valor menor que o lucro obtido no primeiro ano de gestão dos novos donos. O governo Lula freou o processo de venda de empresas estatais, ao mesmo tempo em que fortalecia a principal empresa estatal brasileira: a Petrobras. A ação privatizante do governo Lula manifestou-se basicamente no campo dos transportes. O governo Lula foi responsável pela privatização de cerca de 2,6 mil quilômetros de rodovias federais, que foram a leilão em 9 de outubro de 2007. Houve também a privatização de 720 quilômetros da ferrovia Norte-Sul para a companhia Vale do Rio Doce pelo valor de R\$ 1,4 bilhão.

Os efeitos da política econômica de Lula foram inegavelmente positivos. A inflação, preocupação maior da política econômica, foi sempre mantida em um nível aceitável. À exceção do ano de 2003, quando beirou os 10% anuais, a taxa de inflação foi mantida sempre dentro dos limites estabelecidos pelas autoridades econômicas, chegando, em 2006, a 3,14% ao longo do ano, o índice mais baixo da história. A taxa de desemprego foi sempre decrescente, atingindo também o menor índice já obtido em 2010, com 5,3% da população economicamente ativa, contra 10,5% em 2002, último ano do governo FHC. Durante o governo Lula, o salário-mínimo subiu de R\$ 200,00 em 2002 para R\$ 510,00 em 2010. Mesmo descontada a inflação, houve um ganho real de cerca de 60% do seu valor. Também as reservas internacionais do país cresceram substancialmente, de 37,65 bilhões de dólares em 2003 para 288,57 bilhões em 2010.

Em termos políticos, o governo Lula não logrou obter os sucessos de sua política econômica. No ano de 2004, surgiu o primeiro escândalo político, com denúncias feitas por Waldomiro Diniz, então assessor de José Dirceu, o poderoso ministro-chefe da Casa Civil, de que seu chefe vinha extorquindo empresários do setor de bingos para arrecadar fundos para o Partido dos Trabalhadores.

Essa primeira denúncia de corrupção do governo foi logo seguida por outras. Em maio de 2005, a imprensa divulgou denúncias de que o então chefe da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), Maurício Marinho, recebia propinas para beneficiar empresários em contratos com a empresa. Acuado pelas denúncias, o então deputado Roberto Jefferson, na época presidente do PTB, partido da chamada “base aliada do governo” (grupo de partidos considerados aliados, aos quais caberia a sustentação das propostas do governo no Congresso) a quem coubera a indicação do presidente da ECT, divulgou pela imprensa detalhes de um amplo esquema de corrupção de parlamentares patrocinado pelo governo.

Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, em 6 de junho de 2006, o deputado descreveu um esquema de pagamento de propinas mensais de pessoas ligadas ao governo a parlamentares,

para que apoiassem os projetos enviados pelo Executivo ao Congresso. Surgiu aí o termo **mensalão**, que iria designar o maior escândalo político do governo Lula.



Fig. 20 O deputado Roberto Jefferson depõe no Conselho de Ética da Câmara Federal, após suas denúncias sobre o “mensalão”.

As denúncias de Roberto Jefferson tiveram uma repercussão acentuada, que gerou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as denúncias, e também a queda de José Dirceu, exonerado da Casa Civil e, posteriormente, tendo seu mandato de deputado cassado. Em seu lugar no ministério, assumiu a então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Também o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, não resistiu às denúncias de corrupção. Ainda no ano de 2005, Palocci foi acusado de envolvimento em um esquema de arrecadação de propina voltada ao financiamento do PT. Mesmo negando as acusações, Palocci afastou-se do cargo em 2006, sendo substituído por Guido Mantega, então presidente do BNDES.

As denúncias tiveram também o efeito de minar politicamente o governo e o PT, gerando uma cisão no partido governista, com o surgimento do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), formado, em grande parte, por ex-militantes do PT inconformados com as evidências de corrupção patrocinada pelo partido.



Fig. 21 José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil e Antonio Palocci, ministro da Fazenda. Os dois não resistiram às denúncias de corrupção no governo Lula e caíram.

No rastro do “mensalão”, outros escândalos ainda surgiriam. Em plena campanha eleitoral, na qual Lula buscava sua reeleição, militantes do PT foram presos em flagrante, em setembro de 2006, sob a acusação de portarem dinheiro ilegal destinado à compra de um suposto dossiê contra José Serra, então candidato do PSDB ao governo do estado de São Paulo. O plano seria prejudicar Serra e destruir em nível nacional o PSDB. Os acusados foram taxados de “aloprados” pelo presidente, termo que acabou designando mais esse escândalo político sobre o governo.

Mesmo com essas denúncias, o sucesso da política econômica de Lula e seu carisma pessoal ainda tornavam-no imbatível em termos eleitorais. Nas eleições de 2006, Lula esteve muito próximo de derrotar o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, ainda no primeiro turno. Ao longo da campanha, incapaz de fazer frente à popularidade da política econômica de Lula, Alckmin teve como tema central a defesa da ética política, trazendo para o centro dos debates as constantes denúncias de corrupção no governo, o que não foi suficiente para alavancar sua candidatura, possibilitando apenas levá-lo para o segundo turno.

No segundo turno das eleições, apenas com os dois candidatos e já tendo refluído o escândalo dos “aloprados”, Lula obteve uma vitória ainda maior. Em um caso raríssimo nas democracias ocidentais, Geraldo Alckmin obteve menos votos do que havia obtido no primeiro turno, pouco mais de 37 milhões contra quase 40 milhões no primeiro turno, enquanto Lula pulou de aproximadamente 46 milhões para quase 59 milhões, correspondendo a 68% do eleitorado.



Fig. 22 Lula e Alckmin cumprimentam-se após debate durante a campanha presidencial de 2006.

O segundo mandato de Lula manteve as características do primeiro, acentuadas em alguns aspectos por uma conjuntura internacional já não tão favorável.

No plano econômico, o grande componente foi a crise devastadora que marcou a economia mundial a partir de 2008. Tendo como origem o colapso do sistema financeiro nos Estados

Unidos, a crise gerou uma recessão internacional comparável à que se seguiu à quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929. Apesar de seu alcance, a crise acabou sendo politicamente benéfica ao governo Lula. Ante os índices mundiais alarmantes, Lula pôde alardear o fato, verdadeiro, de que o Brasil foi o último país a entrar na crise e o primeiro a sair dela. Com efeito, a crise não teve maiores efeitos sobre o Brasil, exceto um ligeiro aumento na taxa de juros interna e uma insegurança que se refletiu em uma redução de investimentos, notadamente do setor privado.

Em termos de política externa, Lula procurou fixar uma posição de destaque como uma liderança capaz de garantir trânsito entre os vários campos internacionais. Ao mesmo tempo em que mantinha uma postura moderada, capaz de garantir o diálogo com nomes como George W. Bush e depois Barack Obama, Lula manteve uma política de proximidade com nomes como Hugo Chávez, da Venezuela; Evo Morales, da Bolívia; e mesmo Mahmoud Ahmadinejad, o polêmico presidente do Irã, país acusado de intensas violações dos direitos humanos, mas que mantinha ainda uma postura de enfrentamento com os Estados Unidos e Israel.



Fig. 23 Barack Obama, presidente dos Estados Unidos, cumprimenta Lula com a expressão *That's the man!* (Esse é o cara!).

Essa atitude colocou sempre o governo Lula em uma posição de equilíbrio bastante precário, que por vezes afetou os interesses brasileiros. É o caso, por exemplo, da invasão da refinaria da Petrobras na Bolívia por tropas do Exército boliviano, ato que não teve uma resposta veemente por parte do governo do Brasil.

De qualquer modo, o governo Lula foi responsável, mais que qualquer outro governo anterior, por promover a imagem internacional do Brasil. Essa nova condição, como um país respeitável internacionalmente pode ser bem exemplificada por duas conquistas internacionais do país no campo esportivo: o direito de sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e, acima de tudo, as Olimpíadas em 2016, no Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, o segundo mandato de Lula teve como componente importante a preparação de sua sucessão. A escolha de Lula recaiu sobre sua ministra-chefe da Casa Civil, **Dilma Rousseff**. Mesmo obscura em termos eleitorais (jamais havia

disputado uma eleição antes), Dilma tinha a seu favor a reputação de excelente técnica (secretária de Minas e Energia no Rio Grande do Sul e ministra da mesma área durante o início do governo Lula), ótima administradora (fora secretária da Fazenda do governo gaúcho), além de uma enorme capacidade de articulação política, comprovada em seus anos como chefe da Casa Civil. Embora não fosse uma petista histórica (toda sua trajetória política após a anistia fora dentro do PDT), Dilma conseguiu silenciar setores do PT ainda fiéis às velhas lideranças do partido, entre elas José Dirceu, a quem ela substituiu na Casa Civil.



Fig. 24 Dilma, quando ministra-chefe da Casa Civil.

Em sua busca por projetar a figura de Dilma como a sua candidata, Lula fez dela a “mãe do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)”.

O PAC é um programa que visa à realização de obras capazes de promover o crescimento econômico, notadamente no setor de infraestrutura, do qual a ministra seria a grande gestora. As dificuldades econômicas do segundo mandato de Lula, fruto da crise mundial, reduziram sensivelmente a capacidade de financiamento dessas obras, as quais não chegaram sequer próximas de seus objetivos. Lançado em 2007, o PAC previa investimentos da ordem de R\$ 504 bilhões em obras ligadas ao saneamento, à habitação, ao transporte, à energia e aos recursos hídricos. De acordo com dados da própria Casa Civil, o PAC havia atingido até junho de 2009 apenas 15% dos objetivos programados.

Mesmo assim, a popularidade de Lula tornava sua candidata difícil de ser derrotada nas urnas. O PSDB lançou como candidato à presidência José Serra, então governador de São Paulo. Em uma campanha na qual os índices de popularidade de Lula chegavam

a 80% de aprovação, Serra optou por uma postura em que sua condição de opositor ao governo aparecia de forma extremamente tímida. Seu horário gratuito na televisão iniciou-se, inclusive, com cenas nas quais aparecia ao lado de Lula, enquanto seu *slogan* de campanha, “O Brasil pode mais”, em momento algum representava uma crítica ao governo que se encerrava.

Ao mesmo tempo, Dilma Rousseff aproveitava-se de sua condição como candidata de Lula e crescia acentuadamente na intenção de voto dos eleitores. De 11% de preferência do eleitorado em março de 2009, em pesquisa divulgada pelo Datafolha, Dilma chegou a contar com uma perspectiva de 55% dos votos em outubro de 2010, em pesquisa do mesmo instituto.

Mesmo com novas denúncias de escândalo de tráfico de influência e *lobby*, envolvendo sua sucessora na Casa Civil, Erenice Guerra, a eleição no primeiro turno trouxe a vitória de Dilma, com cerca de 47% dos votos, contra aproximadamente de 32% dados a José Serra.

No segundo turno, a candidata petista confirmou as perspectivas de vitória, obtendo 56% dos votos (quase 56 milhões de eleitores), contra 44% de José Serra. Dilma tornava-se,

assim, a primeira mulher a chegar à presidência da República, coroando os esforços de Lula em elegê-la.



Fig. 25 Lula transfere a faixa presidencial a Dilma Rousseff.

Revisando

1 Ao referir-se à Constituição de 1988, na cerimônia de sua promulgação, o deputado Ulysses Guimarães, que fora presidente da Assembleia Constituinte, usou o termo “Constituição Cidadã”. Qual o sentido do termo, considerando-se o momento histórico que o país vivia?

2 Embora responsável pelo fim da inflação que corroía a economia brasileira desde o final do regime militar, o Plano Real foi também criticado por apresentar para muitos analistas um caráter recessivo. Que razões podem explicar essas críticas?

3 Quais as principais razões que explicam a significativa perda de popularidade do governo FHC durante o segundo mandato, apesar do sucesso no controle da inflação obtido pelo Plano Real.

4 A ação assistencialista do governo Lula, materializada em programas como o Bolsa Família, foi alvo de pesadas críticas ao longo de seus oito anos de governo. Mencione duas dessas críticas.

Exercícios propostos

1 No mesmo dia da morte de Tancredo Neves, José Sarney assumiu a Presidência da República do Brasil. O consenso sobre o processo democrático foi uma das válvulas mestras que impulsionaram Sarney a enviar ao Congresso, em maio de 1985, uma série de medidas democratizantes, transformadas em lei.

Com essas medidas:

- (a) estabeleceram-se as eleições diretas para prefeito das capitais, das áreas consideradas de segurança nacional e das estâncias hidrominerais.
- (b) restabeleceram-se as eleições diretas para presidente e vice, e conseqüentemente manteve-se o colégio eleitoral.
- (c) criou-se a Lei Falcão, que permitiu a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação, principalmente televisão e rádio.
- (d) apesar da liberdade de organização de novos partidos políticos, não foi permitida a legalização dos partidos que viviam na clandestinidade.
- (e) restabeleceram-se as eleições diretas para prefeitos, mas não para a presidência da República.

2 Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos a presidente e vice-presidente do Brasil, pelo colégio eleitoral, por 480 votos. Entretanto, Tancredo Neves não tomou posse no cargo, falecendo em 21 de abril de 1985, assumindo José Sarney a presidência do país. Sobre o período do governo Sarney (1985-1990), é correto afirmar que:

- (a) o sucesso do Plano Cruzado, em 1986, permitiu a retomada do crescimento econômico do país, após a queda definitiva da inflação, por meio do congelamento de preços e salários.
- (b) em 1989, realizou-se a eleição direta para presidente do país, caracterizada pela disputa política entre o candidato das forças de esquerda e progressistas, Luís Inácio Lula da Silva, e o candidato dos setores de direita e dos conservadores, Fernando Collor de Mello.
- (c) caracterizou-se como uma época de transição democrática, na qual o governo era apoiado pelos partidos de esquerda: PT; PCB; PC do B, e PSB; embora a oposição conservadora do PMDB, PDS, PFL e PTB fosse maioria no Congresso Nacional.

- (d) foi um período marcado por importantes avanços políticos, como a convocação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação de uma nova constituição em 1988, embora continuasse proibida a realização de eleições diretas para a escolha do presidente que sucederia José Sarney.
- (e) significou o término do regime militar (1964-1985), por meio do processo de redemocratização do país, sob a liderança de Ulysses Guimarães, nomeado primeiro-ministro do governo Sarney.

3 Elaborada ao longo de um ano e meio, a Constituição de 1988 apresentou como principais características:

1. sistema presidencialista, com presidente eleito por voto popular direto e eleição em dois turnos;
 2. reforço dos poderes do Legislativo e transformação do Judiciário em um poder verdadeiramente independente, apto inclusive de julgar e anular atos do Executivo;
 3. consolidação dos princípios democráticos e defesa dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos;
 4. assistencialismo social, ampliando os direitos dos trabalhadores.
- (a) Estão corretas 1 e 3.
 - (b) Estão corretas 2 e 4.
 - (c) Estão corretas 1 e 2.
 - (d) Estão corretas 3 e 4.
 - (e) Todas estão corretas.

4 Ao assumir a presidência da República, estabeleceu um plano econômico com a finalidade de acabar com a inflação, confiscando as cadernetas de poupança, as aplicações financeiras e as contas correntes, gerando uma grave crise na indústria, desemprego e a falência de várias empresas.

O texto acima refere-se a:

- (a) José Sarney e o Plano Cruzado.
- (b) Itamar Franco e o Plano Real.
- (c) Garrastazu Médici e o I Plano Nacional de Desenvolvimento.
- (d) Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real.
- (e) Fernando Collor de Mello e o Plano Collor.

5 O movimento dos estudantes “caras pintadas”, clamando por ética e moralidade na vida pública, está relacionado com qual acontecimento da história política brasileira?

- (a) O apoio popular à emenda constitucional que estabelecia as eleições diretas para presidente.
- (b) Os sucessivos choques econômicos – “Plano Cruzado”, “Plano Bresser” e “Plano Verão” – promovidos pelo governo Sarney.
- (c) A CPI da Câmara, que investigou as denúncias referentes à Comissão de Orçamento e favorecimento a grandes construtoras.
- (d) A privatização das companhias estatais – Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce, Usiminas e Petrobras.
- (e) Denúncias de que o Presidente da República estava envolvido com correntistas fantasmas, maquiagens contábeis e notas frias.

6 Em 29 de setembro de 1992, o presidente Collor de Mello era afastado do poder. Três meses depois, o Senado aprova a perda de mandato e suspensão dos direitos políticos por oito anos. Dentre as causas desse desfecho, apontamos:

- (a) a vasta cadeia de denúncias pela imprensa, escândalos, desemprego e recessão.
- (b) o fracasso total no processo de privatização da economia e liberação de preços.
- (c) a forte oposição do governo a um modelo neoliberal.
- (d) a hiperinflação que não pôde ser evitada, gerando forte crise social.
- (e) a pressão dos grupos financeiros, visando à negociação da dívida externa.

7 A movimentação causada pelo pedido de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello no Congresso Nacional gerou uma acirrada discussão acerca dos 3 poderes nacionais. De acordo com a Constituição em vigor, assinale a opção correta.

- (a) O Congresso Nacional tem poder para cassar o mandato do Presidente da República nos casos de crimes comuns.
- (b) Somente o Supremo Tribunal Federal tem poderes para julgar o Presidente da República nos casos de crime de responsabilidade.
- (c) O Congresso nacional deve julgar os crimes de responsabilidade do Presidente da República.
- (d) O Presidente da República tem o poder de dissolver o Congresso Nacional toda vez que este tentar processá-lo.
- (e) O Supremo Tribunal Federal tem poderes para julgar o Congresso Nacional por crime de responsabilidade, caso o Presidente da República seja inocentado.

8 Sobre o governo do presidente Itamar Franco, considere as seguintes afirmações.

- I. Embora os graves problemas sociais e econômicos continuassem a exigir providências, o grande debate político dava-se em torno de definição das futuras candidaturas para Presidente da República.
- II. Após a realização do plebiscito que decidiu sobre o regime e a forma de governo que deveriam vigorar no país, a revisão constitucional (questão de fundamental importância) não foi adiante.

III. A culminância de atuação do Ministério da Fazenda deu-se com a implantação de um novo plano econômico: o Plano Real. Tratava-se de um conjunto de medidas que deveriam recuperar a moeda e promover a estabilidade da economia.

Dessas afirmações:

- (a) II e III são corretas.
- (b) I e III são corretas.
- (c) I e II são corretas.
- (d) I é correta.
- (e) todas são corretas.

9 [...] embora a vontade política do presidente Itamar, dos ex-ministros Fernando Henrique Cardoso e Rubem Ricúpero tenha implantado a primeira fase do Plano Real com sucesso, sem a segunda fase [...] o plano não será bem-sucedido [...]

Jornal Mundo. Dez. 1994.

Pelo programa econômico divulgado pelo governo, o sucesso da segunda fase a que o texto se refere implica em:

- (a) ampliar a repressão dos Estados no Senado e reestruturar o poder Judiciário.
- (b) mudanças na legislação trabalhista nas esferas federal, estadual e municipal.
- (c) reformas estruturais nos sistemas tributário, previdenciário e na administração pública.
- (d) estimular a criação de mecanismos de proteção ao consumidor e privatizar as empresas públicas.
- (e) centralizar as decisões de política monetária nas instituições financeiras privadas.

10 Quintilhões – Para calcular a inflação do país desde 1829 até 1993 a Andima precisou utilizar um computador de grande porte (mainframe), com elevada capacidade de cálculos matemáticos. A inflação brasileira não cabe nos computadores normais por falta de espaço para tantos números antes da vírgula. O número final calculado foi de exatamente 6.666.178.625.954.199.552%.

O Estado de S. Paulo. 30 jun. 1995

Em julho de 1994, durante o governo Itamar Franco, surgia no Brasil uma nova unidade monetária, em um ambiente inflacionário, na tentativa de se estabilizar a economia. Explique o contexto político no qual foi criado o real.

11 Analise os textos.

Diante dos documentos internacionais que começam a expor a verdadeira situação do Brasil, depois das reformas neoliberais da Constituição e da economia, o único alibi que os responsáveis pelo resultado danoso podem invocar é que o “processo não está concluído”.

Jânio de Freitas. *Folha de S. Paulo*. Cad. 1. 19 set. 1999. p. 5.

Nos anos 80 e 90, sob o paradigma neoliberal, diluiu-se a “legitimidade” dos projetos de desenvolvimento e debilitaram-se os Estados nacionais. Liberalização, desregulação e privatização passaram a constituir os pilares de uma suposta “nova ordem” que promoveria a modernização e o progresso por força das virtudes da eficiência alocativa dos mercados de capitais.

Luciano Coutinho. *Folha de S. Paulo*. Cad. 2. 12 set. 1999. p. 2.

Os dois autores referem-se ao Projeto Neoliberal implantado no Brasil pelos últimos governos da Federação. A partir da análise dos textos, pode-se depreender que o Projeto Neoliberal, no Brasil:

- (a) acelerou o processo de distribuição de renda no país.
- (b) fortaleceu o poder de intervenção do Estado na economia.
- (c) não alcançou ainda os objetivos pretendidos pelos seus idealizadores.
- (d) ultrapassou a fase de implantação do progresso e da modernização econômica.
- (e) alavancou o projeto de desenvolvimento industrial.

12 O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso teve, por diversas vezes, vinculado à política de estabilização e crescimento futuro do país a necessidade de promover o desmonte da chamada “era Vargas”.

Das propostas a seguir, indique aquela que expressa a disposição do governo Fernando Henrique Cardoso de romper com o legado da era Vargas.

- (a) Ampliação de formas de contratação que reduzam as obrigações trabalhistas do empregador e o fim da estabilidade para os servidores públicos.
- (b) Aumento das tarifas de importação para os artigos que têm produção nacional, visando incentivar o desenvolvimento da indústria brasileira.
- (c) Aumento dos investimentos estatais na área de previdência social, para pôr fim aos planos de previdência privada.
- (d) Acentuação da presença do Estado em ramos industriais considerados estratégicos, como a exploração de petróleo e a siderurgia.
- (e) Aumento do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, de modo a torná-los uma importante base de sustentação do governo.

13 Em entrevista concedida em maio de 1998, o governador de São Paulo vislumbrou as eleições desse ano nos seguintes termos:

Eu dizia que [...] ia acontecer exatamente o que está acontecendo. Nós vamos transformar uma eleição numa disputa jurídica e não numa disputa política. [...] Agora, a partir do dia 28 de maio [de 1998], se o partido aprovar o meu nome, eu não vou poder estar nem presente nas inaugurações. O que vai acontecer? Cada passo que você der, vai ter uma contestação na Justiça. Você vai transferir o debate da área política para a jurídica.

IstoÉ. 27 maio 1998. p. 38.

Essa possível transformação do debate político em debate jurídico, vislumbrada pelo governador de São Paulo, pode ser relacionada às mudanças legais que permitiram:

- (a) a eleição direta para presidente.
- (b) o financiamento de campanhas por meio de doações.
- (c) a coligação partidária nos estados e municípios.
- (d) a reeleição para os cargos executivos.

14 Nos itens a seguir, estão relacionadas medidas governamentais.

- I. Reforma Agrária, Reforma Previdenciária e Estatização.
- II. Reforma Agrária, Política de Privatização, Reforma do Sistema Previdenciário.

- III. Reforma do Sistema Eleitoral, Política de Privatização, melhoria da arrecadação de impostos.
- IV. Reforma do Sistema Eleitoral, Reforma Agrária, Reforma da Justiça do Trabalho.
- V. Reforma do Sistema Eleitoral, aumento do número de impostos, criação de empresas para a construção de casas populares.

Constituem medidas propostas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso para implementar o Plano Real e propiciar o crescimento econômico do Brasil as indicadas:

- (a) nos itens I, II, III, IV e V.
- (b) apenas nos itens I e II.
- (c) apenas nos itens II e III.
- (d) apenas nos itens IV e V.
- (e) apenas nos itens I, II e IV.

15 PUC-MG A emenda constitucional que garantiu a reeleição presidencial no Brasil (1997) foi resultado:

- (a) da vontade popular, referendada em plebiscito.
- (b) de um conchavo entre governo e Congresso, apoiado pelas elites.
- (c) da união dos partidos de “esquerda”, certos da vitória nas urnas.
- (d) da pressão dos movimentos sociais para consolidar a democracia.
- (e) de um esforço suprapartidário, visando ao bem comum.

16 UFU 2006 Em 2005, a população acompanhou mais uma grave crise da história política recente no Brasil. A esse respeito, analise uma semelhança e uma diferença entre a crise política do governo Lula e a vivenciada, em 1992, pelo governo Collor no chamado “Collorgate”.

17 PUC-RS 2005 Considere as afirmativas a seguir, sobre fatos relacionados à política interna do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

- I. Foi criado o programa “Primeiro Emprego”, como forma de combater o trabalho infantil e o escravo, em expansão em várias regiões do país.
- II. Ampliaram-se, através do ProUni, as vagas no ensino superior para acolher alunos provenientes do ensino público e com renda familiar reduzida.
- III. O Programa Fome Zero, taxado por vários representantes da sociedade civil de assistencialista, tem sido criticado pelos entraves burocráticos e pela forma de controle adotada para a concessão dos benefícios, que dificultam a expansão do programa.
- IV. O Governo Federal reduziu significativamente os impostos visando a diminuir a carga tributária sobre a classe média e a produção industrial.

Estão corretas as afirmativas:

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) II e III.
- (d) II e IV.
- (e) III e IV.

18 UFU 2006



A foto anterior, publicada na *Folha de S. Paulo*, em 07 de maio de 2005, mostra imagens de uma marcha dos trabalhadores sem-terra entre Goiânia e Brasília. Ao final da marcha, representantes do movimento foram recebidos em audiência pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sobre os significados políticos dessa marcha e sobre o relacionamento entre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e o governo Lula, assinale a alternativa correta.

- (a) A defesa do *impeachment* do presidente Lula, em função das denúncias de corrupção no seu governo, foi a principal bandeira levantada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra na marcha de Goiânia à Brasília.
- (b) Na audiência com o Presidente da República, os representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra entregaram-lhe um documento que continha, entre outras reivindicações, a necessidade do governo aumentar significativamente o número de famílias assentadas até o fim de seu mandato, além de liberar crédito especial para os trabalhadores assentados.
- (c) A marcha de Goiânia à Brasília unificou as organizações dos trabalhadores sem-terra que externaram, em documento, a sua completa desconfiança em relação ao Presidente da República, considerando-o representante dos setores conservadores da sociedade brasileira, portanto, sem nenhuma credibilidade para implementar os assentamentos de reforma agrária pretendidos.
- (d) A decisão do presidente Lula de compor seu governo com ministros do campo progressista foi determinante para lhe assegurar maioria no Congresso Nacional, possibilitando o cumprimento das promessas de campanha relativas ao número de assentamentos de reforma agrária e colocando fim aos conflitos e à violência no campo. Por isso, a marcha objetivou explicitar o apoio do movimento ao Presidente da República.

19 Unesp 2006 Como venho dizendo, Nestor Kirchner não está aí para brincadeiras, só se forem de mau gosto. Toda hora é uma canelada. Ou ele não aparece nas reuniões de presidentes, ou veta a participação de seu chanceler, ou solta uma nota irônica. Pode ser ciúme, por causa do decantado 'protagonismo' brasileiro, da balança comercial favorável ao Brasil ou desse ar de bom-moço que o governo Lula assumiu com organismos internacionais e com o tal do mercado.

Eliane Cantanhêde. *Folha de S. Paulo*, 03 maio 2005.

O texto jornalístico indica alguns obstáculos no caminho do entendimento dos países da América do Sul, tais como:

- (a) os subsídios concedidos pelo Estado brasileiro aos produtos agrícolas de exportação e a expansão industrial da Argentina.
- (b) as diferenças de organização política num e noutro país, democracia no Brasil e autoritarismo estatal na Argentina.
- (c) a oposição brasileira à participação da Argentina nas organizações internacionais e o esforço do Brasil de participar do Grupo dos Oito.
- (d) o apoio brasileiro ao governo populista venezuelano e a ausência de um projeto brasileiro para a América Latina.
- (e) a desigualdade nas relações econômicas entre os dois países e as particularidades de suas políticas externas.

20 Uerj 2005 Povoando dramaticamente esta paisagem e esta realidade social e econômica, vagando entre o sonho e o desespero existem 4.800.000 famílias de rurais sem terras. A terra está ali, diante dos olhos e dos braços, uma imensa metade de um país imenso, mas aquela gente (quantas pessoas ao todo? 15 milhões? mais ainda?) não pode lá entrar para trabalhar, para viver com a dignidade simples que só o trabalho pode conferir, porque os voracíssimos descendentes daqueles homens que haviam dito: "Esta terra é minha" [...] rodearam a terra de leis que os protegem [...].

José Saramago. In: Mitsue Morissawa. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Os Sertões

Foi no século passado
 No interior da Bahia
 Um homem revoltado com a sorte
 Do mundo em que vivia
 Ocultou-se no sertão
 Espalhando a rebeldia
 [...]
 Defendendo Canudos
 Naquela guerra fatal.

Edeor de Paulo, samba-enredo da escola de samba Em Cima da Hora, 1976.

Os dois textos acima têm como principais elementos geradores das problemáticas apontadas os processos de:

- (a) assentamento agrícola e êxodo rural.
- (b) proletarianização rural e reforma agrária.
- (c) modernização agrícola e revolta social.
- (d) concentração fundiária e conflitos no campo.

Discurso de Tancredo Neves ao vencer as eleições no colégio eleitoral (trechos)

Brasileiros,

Neste momento, alto na história, orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que sabe afastar o medo e não aceita acolher o ódio. A Nação inteira comunga deste ato de esperança. Re-encontramos, depois de ilusões perdidas e pesados sacrifícios, o bom e velho caminho democrático. Não há pátria onde falta democracia.

A pátria não é a mera organização dos homens em estados, mas sentimento e consciência, em cada um deles, de que lhe pertencem o corpo e o espírito da Nação. Sentimento e consciência da intransferível responsabilidade por sua coesão e seu destino.

A pátria é escolha, feita na razão e na liberdade. Não basta a circunstância do nascimento para criar esta profunda ligação entre o indivíduo e sua comunidade.

Não teremos a pátria que Deus nos destinou enquanto não formos capazes de fazer de cada brasileiro um cidadão, com plena consciência dessa dignidade.

Assim sendo, a pátria não é o passado, mas o futuro que construímos com o presente. Não é a aposentadoria dos heróis, mas tarefa a cumprir; é a promoção da justiça, e a justiça se promove com liberdade.

Na vida das nações, todos os dias são dias de história, e todos os dias são difíceis. A paz é sempre esquiva conquista da razão política. É para mantê-la, em sua perene precariedade, que o homem criou as instituições de Estado, e luta constantemente para aprimorá-las.

Não há desânimo nessa condição essencial do homem. Por mais pesadas que sejam as sombras totalitárias ou mais desatadas as paixões anárquicas, o instinto da liberdade e o apego à ordem justa trabalham para restabelecer o equilíbrio social.

No conceito que fazemos do estado democrático, há saudável contradição: quanto mais democrática for uma sociedade, mais frágil será o Estado. Seu poder de coação só se entende no cumprimento da lei. Quanto mais fraterna for a sociedade, menor será a presença do Estado.

[...]

Graças a toda essa imensa e inesquecível mobilização popular, chegamos agora ao limiar da Nova República.

Venho em nome da conciliação.

Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras.

Se não vemos as outras nações como inimigas, e não as vemos assim, devemos ter a consciência de que o mundo se contrai diante de árdua competição internacional. Acentua-se a luta pelo domínio de mercados, pelo controle de matérias-primas, pela hegemonia política. As ideologias, tão fortes no século passado e na metade do século XX, empalidecem frente a um novo nacionalismo.

[...]

Brasileiros,

Esta memorável campanha confirmou a ilimitada fé que tenho em nosso povo.

Nunca, em nossa História, tivemos tanta gente nas ruas, para reclamar a recuperação dos direitos da cidadania e manifestar seu apoio a um candidato.

Em todo o País foi o mesmo entusiasmo. De Rio Branco a Natal, de Belém a Porto Alegre, as multidões se reuniram, em paz, cantando, para dizer que era preciso mudar, que a Nação, cansada do arbítrio, não admitia mais as manobras que protelassem o retorno das liberdades democráticas.

Não vamos nos dispersar. Continuemos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão.

Se todos quisermos, dizia-nos há quase duzentos anos Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, podemos fazer deste País uma grande Nação.

Vamos fazê-la.

Tancredo Neves. Lucília de Almeida Neves Delgado. Organização e ensaio introdutório. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. pp. 620-828. (Série Perfis Parlamentares nº 56)

EUA não tem mais como impor nada para o mundo

Entrevista concedida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso à jornalista Eliane Cantanhêde, do jornal *Folha de S. Paulo*, no início do governo Dilma Rousseff.

Folha – O que esperar da vinda de Obama?

FHC – É um sinal importante que ele venha e que venha agora, num momento em que não dá mais para pensar mais o mundo em termos de Norte e Sul. O Brasil olhou os EUA a vida inteira com o complexo de eles serem Norte e nós, Sul. Apesar da retórica, o fato de discriminar os EUA indicava inferioridade. Não precisamos mais disso.

Folha – Por que o abalo nas relações Brasil-EUA?

FHC – Sobretudo por causa do Irã. Você se meter no Irã sem ter cartas para jogar era e é arriscado. O que você ganha com isso? E com direitos humanos não dá para brincar. O Lula era

visto como homem que vinha da esquerda e fazia uma política sensata. Aí, todo mundo se perguntou: “Ele teve recaída insensata?”.

Folha – E com a Dilma?

FHC – Com os poucos sinais que a Dilma deu, as coisas já começam a se desanuviar.

Folha – A decisão do Obama de não vir ao Brasil no governo Lula foi um sinal de insatisfação?

FHC – Acho que sim. Nem diria de insatisfação, mas de reserva, de cuidado, por causa do Irã. O governo Lula não foi um governo anti-americano. Você pode falar que foi leniente na questão de direitos humanos, mas os americanos também são. Quando é do interesse deles, eles não se preocupam tanto assim com direitos humanos.

Folha – O que gerou a cambalhota da balança comercial? De um superávit de quase US\$ 10 bilhões com os EUA em 2006 o Brasil passou a um déficit de quase US\$ 8 bilhões em 2010.

FHC – Nós deixamos de exportar para os EUA, o que é uma coisa grave. Eles são o maior mercado do mundo. Como houve essa supervalorização do Sul... Não que eu ache errada em si, o que está errado é que foi em detrimento do Norte. Não sou contra a relação com o Sul, não. Sou contra é a ideologia Sul-Sul.

Folha – No discurso oficial, a cambalhota foi resultado do câmbio baixo. E o viés ideológico?

FHC – No mínimo, é um conjunto. É uma boa questão é o que o governo Dilma vai fazer para desvalorizar o real. Neste momento, é impossível. A saída é atacar o custo-Brasil, o custo-transporte, o custo do imposto, a falta de uma reforma tributária, para não falar na trabalhista.

Folha – Qual sua opinião sobre a possibilidade de os EUA fazerem compra antecipada do pré-sal, como a China já fez antes, na base do financiamento?

FHC – Tem que ir com jeito com os EUA e com a China, porque você está vendendo o futuro e não houve uma discussão profunda sobre o pré-sal.

Folha – E a política externa, o senhor está sentindo uma guinada?

FHC – Guinada é forte, pode ser ajuste. A Dilma já enviou sinais de ajustes, já avisou: “Eu não posso... pra mim, direitos humanos é universal”.

Folha – Como o Brasil deve se colocar na polaridade EUA-China?

FHC – Há interesse do Brasil e dos EUA em se aliar. Os EUA, sozinhos, já não têm mais como impor nada ao mundo, mas é preciso o Brasil entender que os nossos interesses não se alinham numa só direção. Vamos ver que sinal o Obama vai emitir. Se for de que, em certas matérias, vamos jogar juntos, nós não devemos achar que estamos nos subordinando aos EUA.

Folha – Em que matérias?

FHC – Em meio ambiente, eventualmente na questão nuclear, na Rodada Doha. Vamos forçar a China a entrar num jogo mais puro para todos nós. E mantém-se a política tradicional nossa, de defesa da democracia e dos direitos humanos, sem incensar ditadores na expectativa de que votem em nós para o Conselho de Segurança.

Folha – O senhor apostaria que Obama vai repetir aqui o que fez na Índia e apoiar o Brasil para o Conselho? Se não, a viagem vai ficar carimbada como fiasco?

FHC – Fiasco eu não diria, mas frustra. E frustra o governo, porque o país nem nota, nem sabe. Acho muito mais vantajoso ter uma ação mais efetiva no G20, no FMI, no Banco Mundial do que no CS.

Folha – Como o senhor imagina os EUA daqui a 20, 30 anos?

FHC – O polo mundial se deslocou para os EUA depois que eles ganharam a guerra, porque tiveram capacidade de inventar novas tecnologias e formas de produção. E, agora, a internet, toda essa onda de nova mídia, foi feita lá. A competição estratégica vai ser entre quem vai ter mais capacidade de inovar.

Folha – Efeitos da crise?

FHC – Eles vão ter de entender que a governança global não se dá mais num diretório fechado. Não dá mais para ser aquele isolacionismo imperial do “eu quero” e acontece.

Folha – E o Obama?

FHC – Ele entrou num mau momento, pegou uma crise gigante, teve dificuldade imensa em fazer o avanço social e algum ele fez. Se as coisas continuarem assim, pode se reeleger, porque não tem nome forte no outro lado.

Folha – E a política externa?

FHC – O Obama fez aquele discurso no Egito com uma proposta de conciliação. E daí? Assim como foram surpreendidos pelo fim da URSS, também foram agora com as revoltas no mundo árabe. E ficam atônitos, porque têm essa contradição de apoiar o errado. O chinês só grita quando pisam no calo dele, nós gritamos sem ter calo, e os EUA gritam sempre com e sem calo... Mas vão parar de gritar, vão ter de sussurrar.

Eliane Catanhêde. *Folha de S.Paulo* 19 mar. 2011.

RESUMINDO

Este capítulo abordou a vida brasileira a partir do final do regime militar, na longa caminhada rumo à instalação de um governo verdadeiramente democrático. Efetivamente, as liberdades políticas foram reconquistadas, embora algumas características da atual vida política brasileira ainda demonstrem a imaturidade do funcionamento de nossas instituições.

Ao longo desses quase 30 anos, foram inúmeras as acusações de corrupção. Desde o próprio funcionamento da Assembleia Constituinte, entre 1987 e 1988, na qual a atuação do “Centrão”

foi pautada pela expressão “é dando que se recebe”, até o governo Lula, com escândalos como o do “mensalão” e dos “aloprados”. Cabe lembrar ainda as acusações de corrupção e favorecimento durante o governo FHC, nos processos de privatização e de aprovação da Emenda Constitucional que instituiu a reeleição, além do caso mais agudo entre todos: a deposição do presidente Fernando Collor após intensas denúncias de corrupção envolvendo toda a máquina do Governo Federal.

Todos esses episódios demonstram que a democracia brasileira ainda não atingiu um estágio avançado. O Estado segue sendo confundido com o governo e é comum a utilização da máquina pública em benefício de indivíduos, grupos ou partidos políticos.

Entretanto, esses mesmos anos significaram um profundo avanço social, econômico e político para o país. A estabilidade econômica, obtida desde o Plano Real e mantida ao longo dos governos FHC e Lula, contribuiu muito para que o país se situasse em um novo patamar internacional.

Não apenas a atração de investimentos externos aumentou como a própria participação do país na economia mundial começa a ultrapassar a condição de uma mera economia periférica. Da mesma forma, a respeitabilidade internacional do país cresceu, fato que fica atestado, por exemplo, na escolha do Brasil como sede das Olimpíadas de 2016.

Por outro lado, os desafios ainda vividos pelo país permanecem grandes. A pouca ação dos governos em áreas como educação e saneamento ainda cria gargalos de desenvolvimento, da mesma forma que a pobreza da maioria da população (embora os índices de miséria tenham sido drasticamente reduzidos) ainda significa uma intensa limitação do mercado interno.

Tarefas para os futuros governos, os quais deverão se beneficiar de alguns avanços significativos obtidos nos últimos anos, mas notadamente um deles: de 1994 até 2010 foram cinco eleições presidenciais democráticas, com os presidentes eleitos (duas vezes Fernando Henrique Cardoso e duas vezes Lula) concluindo seus mandatos de forma democrática, sem interrupções, golpes ou *impeachments*, tão comuns na trajetória política brasileira.

■ QUER SABER MAIS?

LIVROS

Esse é um período bastante recente da nossa história, para o qual a produção tanto historiográfica quanto cinematográfica ainda é muito pequena. Apresento aqui duas sugestões de leitura, ligadas uma delas ao governo Collor e ao processo que levou à sua queda e a outra ao quadro político que levou Fernando Henrique Cardoso ao poder.

- *Notícias do Planalto*, de Mário Sérgio Conti (Cia. das Letras, São Paulo, 1999). Trata-se de uma investigação do papel da imprensa na ascensão política de Collor, inclusive com a ação deliberada no sentido de elegê-lo contra Lula, e depois na sua queda.
- *A História Real*, de Gilberto Dimenstein e Josias de Souza (Editora Ática/Folha de S.Paulo, 1994). Publicado quase que ao mesmo tempo em que se dava a eleição que tornou Fernando Henrique presidente, o livro é uma investigação sobre o processo de construção de sua candidatura desde o lançamento do Plano Real.

Exercícios complementares

1 Fatec Sobre o governo José Sarney (1985-1990), pode-se afirmar que:

- para manter a ordem social, lançou mão de um governo autoritário, abolindo conquistas políticas anteriores.
- durante os cinco anos desse governo, o país enfrentou recordes de taxas de inflação, diversas crises ministeriais (só da Fazenda foram quatro) e vários planos econômicos que alteraram as regras da economia.
- cancelou a moratória, que havia sido requerida no governo anterior.
- devido às grandes agitações sociais, Sarney não conseguiu renegociar a dívida externa, e a redução dos juros só foi possível com o auxílio do FMI.
- no fim desse governo, foi aprovado o Plano Cruzado, que contribuiu para que Sarney deixasse o cargo com prestígio e apoio integral do PMDB.

2 Fatec A Constituição de 1988 reflete, dentro do processo de modernização do Brasil, conflitos sociais ainda fortes, bem como o nível de organização dos grupos sociais. Quanto a essa Constituição, é correto dizer que:

- avançou em relação aos direitos civis e às questões sociais, como a reforma agrária nas pequenas e médias propriedades improdutivas.
- manteve os privilégios de uma minoria que defende a reforma agrária em etapas, mas avançou na defesa dos monopólios dos setores estratégicos.
- avançou em relação às questões econômicas e sociais, como a reforma agrária, mas restringiu direitos civis, como o aborto para menores de 21 anos.
- avançou em relação à defesa do regime democrático e aos direitos civis, mas não em questões econômicas e sociais, como a reforma agrária.
- manteve os privilégios de uma minoria que defende as empresas estatais, mas avançou nas questões econômicas e sociais, como a reforma agrária.

3 Mackenzie Dentre os fatores que favoreceram a vitória, por reduzida margem de votos, de Fernando Collor de Mello sobre Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições, em 1989, apontamos:

- (a) as táticas amedrontadoras de Collor sobre o eleitorado conservador, o confronto ideológico e o apoio da mídia.
- (b) a oposição do governo norte-americano ao candidato Collor de Mello, já que este se posicionava contra o modelo neoliberal.
- (c) a proposta social de Collor, francamente favorável à reforma agrária, e a defesa de um maior papel do Estado na economia.
- (d) a convicção de Lula de privatizar estatais e o discurso moralizante, assustaram os segmentos mais ilustrados da classe média.
- (e) Lula e Collor tinham em comum o apoio da massa, mas a proposta de Luiz Inácio Lula da Silva de abertura total do mercado, impediu o apoio da burguesia nacional à sua candidatura.

4 UFG Leia o texto a seguir.

Ninguém em sã consciência deixa tantas pistas óbvias para se incriminar, na copa, na cozinha, nos jardins da casa da Dinda. Planejou minuciosamente seus erros. Nunca renunciará. Ele quer ser deposto, como numa cruzada de Getúlio e Jânio, neto do trabalhismo (Lindolfo) e casado com o latifúndio. Quando Collor sair, deposto ou não, haverá uma real fome de sanidade no país. Uma sanidade menos hipócrita. Analisando-o, o país se reviu.

A crônica de Arnaldo Jabor, publicada no livro *Os canibais estão na sala de jantar*, captou com precisão a conjuntura política que motivou a queda do governo Collor.

Comparando o governo Collor com outros momentos de nossa história política, pode-se afirmar que:

- Collor assumiu o poder numa conjuntura de estabilidade econômica, motivada pelo sucesso do Plano Cruzado.
- entre Collor, Jânio e Vargas percebe-se a formação de uma cultura política, fundada no personalismo, no uso das imagens como arma política e no apelo direto ao povo, características associadas ao Populismo.
- a queda de Collor foi uma decorrência da ação do Tribunal de Contas da União que, ao encontrar sérios indícios de desvio de recursos públicos, iniciou o processo de *impeachment*; investigação semelhante motivou a renúncia do presidente Vargas nos anos 1950.
- a herança do governo Collor pode ser percebida nos governos subsequentes no que se refere à orientação econômica acentuadamente liberal.

5 Fatec 2007 Após o *impeachment* de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência do Brasil, dizendo que sua meta era combater a pobreza, a inflação e a recessão. Sobre seu governo é correto afirmar que:

- (a) o desemprego e a miséria diminuíram, dando alento à população.
- (b) os erros políticos, administrativos e econômicos cometidos por ele geraram incertezas quanto ao futuro do país.

- (c) conseguiu reduzir consideravelmente a taxa inflacionária do país, ao bloquear os ativos financeiros das pessoas físicas e jurídicas.
- (d) visava a defender e recuperar as reservas internacionais do país com a decretação da moratória.
- (e) buscava controlar os preços e desindexar a economia, com a criação do Plano Cruzado.

6 UFRRJ Desde o início dos anos 1990, o Brasil vem experimentando os efeitos das políticas adotadas pelos Governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. As principais características deste modelo político, considerado por muitos como neoliberal, são:

- (a) o pleno emprego e o desenvolvimento econômico, com base nos investimentos estatais e nas parcerias com o setor financeiro.
- (b) o controle da inflação e da dívida pública, a partir da redução dos impostos, da negociação da dívida externa e da elevação salarial.
- (c) a redução da interferência do Estado na economia (Estado-mínimo), a abertura ao capital externo e às privatizações, além da redução de gastos do Estado, através de reformas constitucionais.
- (d) os investimentos exclusivos na política de bem-estar social, expressos nos assentamentos dos sem-terra e na Ação da Cidadania Contra a Fome, privilegiando a redistribuição de renda e a permanência do homem no campo.
- (e) a valorização das organizações dos trabalhadores, visando construir parcerias na luta contra o desemprego.

7 UFPR Em 1994, Fernando Henrique Cardoso, então candidato à Presidência da República, afirmava: "O grande desafio histórico que temos que enfrentar e resolver é justamente esse: redefinir um projeto de desenvolvimento que possa abrir para o Brasil a perspectiva de um futuro melhor – de uma qualidade de vida decente – para o conjunto da sociedade."

Mãos à obra Brasil. Proposta de Governo. Brasília, 1994. p. 9-11.

Sobre o Brasil da última década do século XX, é correto afirmar que:

- juntamente com a Argentina, o Brasil tem demonstrado sinais de afastamento comercial e diplomático do Mercado Comum Europeu e dos países asiáticos.
- graças às políticas econômicas protecionistas inseridas no Plano Real, não se verificou no Brasil, na década de 1990, a instalação de novas empresas transnacionais.
- na agricultura, a produção de grãos destinados à exportação beneficiou-se de um modelo de exploração empresarial baseado na grande propriedade, na utilização de maquinário moderno e na redução da mão de obra.
- apesar de um grande número de problemas, o Plano Real conseguiu atingir uma de suas principais metas: manter o crescimento da economia nacional sem a necessidade de recorrer a financiamentos externos.

- desde o início do Plano Real, um dos principais problemas enfrentados pela população brasileira é o desemprego, causado, em grande parte, pelo aumento da importação de bens de consumo e pela alta dos juros.
- a partir de 1992, o Brasil passou a ser o país que, dentre os integrantes do Mercosul, apresenta a maior renda *per capita*, em função do baixo índice de concentração de riqueza de sua economia.
- um dos principais programas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso propõe a venda de empresas estatais para a iniciativa privada. As estatais já privatizadas integravam principalmente os setores siderúrgico, telefônico, elétrico e petroquímico.

8 Fuvest Leia o texto a seguir.

Basta dizer que, desde Juscelino Kubitschek, em 1º de janeiro de 2003, será a primeira vez que um presidente eleito [diretamente pelo povo] passará a faixa para outro presidente também eleito diretamente pelo povo.

Artigo de Fernando Henrique Cardoso, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. 6 out. 2002.

- a) Com base no texto, é correta a afirmação de FHC? Justifique sua resposta.
- b) Indique as características do sistema eleitoral no Brasil desde a Constituição de 1946 até hoje.

9 Mackenzie Leia o excerto.

O desemprego nas áreas metropolitanas cresce, impulsionado por uma selvagem política de redução de custos e de modernização tecnológica posta em prática especialmente no setor industrial. [...] A tendência ao crescimento do trabalho autônomo, precário, de remuneração incerta e baixa se acentua. [...] Em contrapartida assistimos à crescente imobilização do Estado, dilapidado pelas altas taxas de juros, afogado em dívidas, incapaz de levar avante políticas de desenvolvimento ou políticas sociais.

Fernando A. Novais e João M. Cardoso de Mello.

Esse contexto histórico descreve a economia brasileira no período:

- (a) da década de sessenta.
- (b) da República Velha.
- (c) do Estado Novo.
- (d) da década de noventa.
- (e) da década de vinte.

10 PUC-MG 2010 O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, do governo Lula), lançado em 2007 pela ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, tem inspiração nas teses de desenvolvimentistas criadas na década de 60:

- (a) pela OEA (Organização dos Estados Americanos).
- (b) pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).
- (c) pela Cepal (Comissão Econômica para América Latina).
- (d) pelo FMI (Fundo Monetário Internacional).

11 UFF 2011 *Miséria é imoral. Pobreza é imoral. Talvez seja o maior crime moral que uma sociedade possa cometer.*

Betinho.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda, cujo objetivo é auxiliar famílias em situação de pobreza. Sobre esse projeto pode-se afirmar:

- (a) que houve uma redução de quinze pontos percentuais no número de pobres da população rural brasileira, entre 2003 e 2008, como indicam dados das Nações Unidas.
- (b) que é considerado, por muitos, o mais importante projeto de transferência de renda do mundo, criado pela primeira vez por Getúlio Vargas, tido até hoje como o “pai dos pobres”.
- (c) que o sucesso do programa pode ser verificado pela diminuição do êxodo rural da população pobre brasileira.
- (d) que foi um dos programas responsáveis pela concentração da população miserável no campo, segundo os dados da Fundação Getúlio Vargas.
- (e) que desestimula a agricultura familiar, já que os contemplados não são constrangidos a trabalhar, em razão do auxílio dado pelo governo.

12 UFJF 2011 As imagens abaixo simbolizam dois momentos da República Brasileira. Embora os indicadores de ambos os períodos revelem crescimento da economia, em vários aspectos os dois governos são distintos. Observe as imagens e, em seguida, responda ao que se pede.



- a) A que governo refere-se cada uma das imagens e qual é a principal diferença entre eles do ponto de vista político?
- b) Analise as duas conjunturas, ressaltando dois aspectos relevantes de natureza socioeconômica que permitem afirmar que elas são distintas.

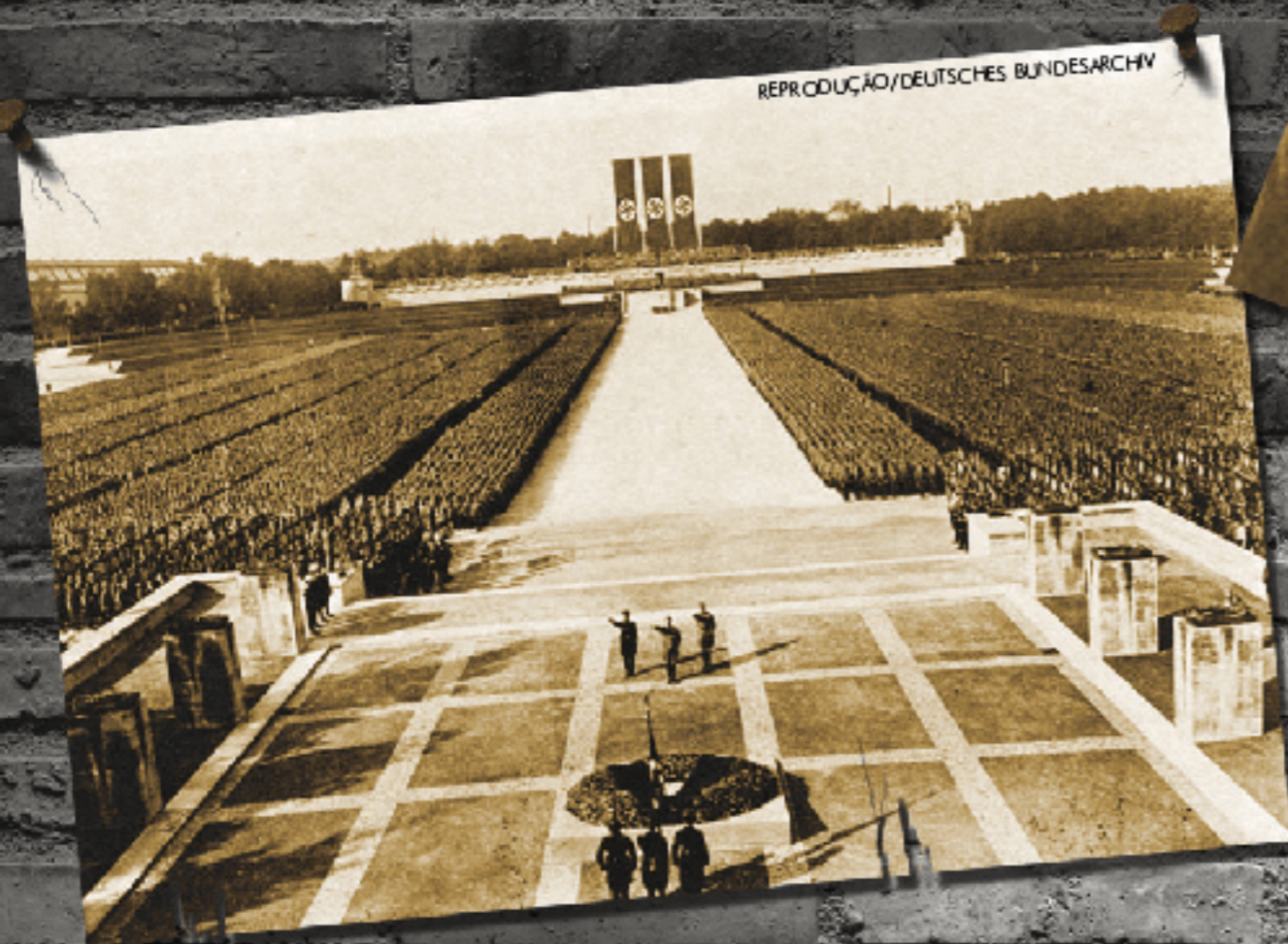


Frente 2

10

FRENTE 2

O período Entreguerras



Neste capítulo, trataremos dos eventos ocorridos após a Primeira Guerra Mundial e que foram decisivos para a eclosão da Segunda Guerra. É importante dar atenção a três aspectos. Em primeiro lugar, ao significado da Revolução Russa e sua importância para as relações internacionais. Em segundo lugar, ao quadro de colapso econômico que marcou o final dos anos 1920 e o início da década de 1930, bem como as implicações políticas que geraram o descrédito no Estado liberal e, conseqüentemente, a defesa cada vez maior da ideia de um Estado forte, rigidamente centralizado e intervencionista como uma necessidade da burguesia.

Esse raciocínio serve de base ao terceiro elemento, ou seja, o estudo sobre o crescimento dos regimes totalitários de direita, como o nazifascismo, e como esses regimes encontraram espaço para crescer em um quadro de desespero econômico e colapso das formas liberais de Estado.

Em uma síntese mais abrangente, é importante dar atenção à combinação de todos esses elementos no surgimento do quadro que tornou inevitável a Segunda Guerra Mundial.

A Revolução Russa

A Revolução Russa é um dos principais eventos do século XX e foi, até há bem pouco tempo, um dos principais condicionantes da ordem política mundial. Seu principal significado está no fato de ter sido a primeira revolução a colocar no poder um regime comunista, baseado nas ideias do socialismo científico de Marx e Engels. Embora tenha havido um desvirtuamento do processo revolucionário que levou a Rússia (e, posteriormente, a União Soviética) a um modelo social, político e econômico bem distante da proposta de Marx, a simples existência de um regime não capitalista na Europa representou uma ameaça aos países que adotavam o capitalismo. Estes tentaram, sem medir esforços, destruir o regime soviético. Ao constatar que não seria possível, trataram de impedir o crescimento internacional russo e, portanto, o crescimento das ideias socialistas.

Esses elementos condicionaram vários dos principais aspectos das relações internacionais ao longo do século XX e foram, até a década de 1990, responsáveis pela grande divisão internacional vivida pelo mundo, particularmente após a Segunda Guerra Mundial.

As constatações são suficientes para demonstrar a importância de um estudo detalhado sobre a Revolução e seu significado, partindo-se da compreensão do que era a Rússia antes de outubro de 1917 e de como foi possível a revolução naquele país.

Devemos fazer, inicialmente, uma ressalva cronológica. Até 1918, a Rússia utilizava-se do calendário Juliano, 13 dias atrasado em relação ao calendário Gregoriano utilizado no Ocidente. Assim, a Revolução de 28 de fevereiro, segundo nosso calendário, é na verdade a Revolução de 8 de março; do mesmo modo, a Revolução Bolchevique de outubro é a Revolução de novembro. Para os estudos, adotaremos a tendência mais atual, que é a de considerar o calendário ocidental.

Peculiaridades do desenvolvimento russo antes da Revolução

Do fim do século XIX até o início do século XX, a Rússia era um dos países mais atrasados da Europa. Do ponto de vista político, o país ainda era governado despoticamente pelos **czares** da dinastia Romanov, no poder desde 1613. A pessoa do czar confundia-se com o Estado, personificando uma autocracia de caráter absolutista. Isso significa que nenhuma das grandes transformações políticas vividas pela Europa a partir do fim do século XVIII, como as Revoluções Burguesas, o fim do Absolutismo monárquico ou o triunfo das ideias liberais havia penetrado na Rússia.



Fig. 1 Nicolau II e sua família (da esquerda para a direita): Olga, Maria, Nicolau, Alexandra, Anastásia, Alexei e Tatiana.

A Igreja Ortodoxa, religião oficial do Estado, exercia enorme poder sobre a massa da população, ignorante e analfabeta em sua maioria formada por camponeses, os *mujiques*. Sobre uma população de 150 milhões de habitantes, dos quais 80% estavam concentrados no campo, havia uma estrita elite de grandes proprietários de terras, de origem nobre, formando a camada privilegiada da sociedade.

Os membros do alto clero e da aristocracia agrária, aliados ao alto oficialato do exército – geralmente de ascendência nobre – exerciam um poder econômico-político praticamente sem limites, constituindo-se no tripé que sustentava o trono.

Paralelamente a isso, a Segunda Revolução Industrial, no século XIX, e a busca incessante dos países industrializados pela ampliação de mercados e fontes de barateamento da produção trouxeram alguns novos elementos à estrutura social e econômica russa, com uma série de decorrências políticas.



Fig. 2 Camponeses russos trabalham a terra no início do século XX. A utilização de técnicas e instrumentos primitivos é um símbolo do atraso vivido pela Rússia no período.

As inesgotáveis reservas naturais do país, bem como uma população pobre, habituada a baixíssimos salários – se comparados aos padrões dos países mais avançados da Europa – sem nenhuma tradição de luta e submetida a um regime violento e autoritário o qual lhe tolhia qualquer possibilidade de reivindicação, foram um enorme atrativo para industriais da Europa e dos Estados Unidos. A partir de meados do século XIX, iniciou-se a instalação de fábricas no país.

Especialmente nos setores têxtil e petrolífero, a Rússia passava por amplo processo de industrialização. Os principais centros dessa mudança eram São Petersburgo, Odessa e Moscou, mas a burguesia que começava a se firmar economicamente era estrangeira ou dependia do Estado, o que a tornava fraca e pouco articulada.

Czar

Designação utilizada pelos imperadores russos. Seu uso remonta ao Império Romano, sendo uma tradução de César, da mesma forma que o título de Kaiser, no Império Alemão.

Essa aparente modernização econômica criava uma dicotomia sensível em um país essencialmente agrário, em que nenhuma das conquistas populares (reforma agrária, abolição da servidão) havia sido obtida. Por outro lado, o nascente proletariado urbano enfrentava uma situação de miséria, agravada pelo caráter policial do Estado, que impedia toda e qualquer forma de reivindicação e organização dos trabalhadores. Assim começavam a surgir, tímida e ilegalmente, organizações clandestinas como sindicatos e partidos políticos. Estes últimos poderiam ser marxistas, socialistas ou meramente liberais, sendo em grande parte liderados por pessoas que se exilavam para fugir da polícia czarista.

Dentre esses partidos, merece destaque, pelo papel que desempenhou no processo revolucionário, o Partido Operário Social-Democrata dos Trabalhadores Russos. Esse partido, fundado no final do século XIX por alguns militantes exilados, sofreu uma **cisão** em 1903. A ala menchevique (minoritária), liderada por Martov e Plekhanov, propunha uma aliança com a burguesia para desencadear uma revolução que acelerasse o desenvolvimento capitalista russo, para só então passar à construção do socialismo. A ala bolchevique (majoritária), sob o comando de Lenin, defendia uma revolução imediata, que, por meio da ditadura do proletariado, implantaria o socialismo.

Em 1904, a Rússia entrou em guerra contra o Japão para disputar áreas no Extremo Oriente. Em menos de um ano de guerra, as condições internas na Rússia já se haviam deteriorado em todos os níveis. Além disso, o Japão conseguiu o que parecia impossível: derrotar o até então orgulhoso Império Russo, cem vezes maior e mais de três vezes mais populoso que o pequeno arquipélago japonês. A derrota russa serviu para evidenciar as fragilidades do regime e a necessidade **premente** de reformas, além de ter agravado em muito as condições de vida dos trabalhadores tanto no campo quanto nas cidades. Foram esses elementos que levaram à Revolução de 1905.

A Revolução de 1905

Persistia entre a população russa uma visão, em grande parte disseminada pela Igreja Ortodoxa, de que o czar era um homem bem-intencionado, apenas pessimamente informado por seus assessores da real situação de penúria do povo e dos problemas do país. Assim, o movimento procurou, inicialmente, apenas um caminho de diálogo com o czar.

Em 22 de janeiro de 1905 ocorreria uma manifestação popular pacífica em frente ao palácio de Nicolau II, em São Petersburgo. Essa manifestação foi convocada com o intuito de levar ao czar uma carta de súplica, lavrada no tom mais respeitoso possível. A maior demonstração do caráter pacífico da manifestação são as fotos que mostram pais de família, muitas vezes empunhando crucifixos e carregando seus filhos no colo. Nicolau II, entretanto, ao ser informado da manifestação, deixou São Petersburgo e ordenou à tropa de elite, os cossacos, que reprimisse violentamente a manifestação. A ação violenta e desproporcional dos cossacos deixou centenas de mortos, no que foi conhecido como o Domingo Sangrento.



Fig. 3 Civis e o exército czarista (em primeiro plano) no Domingo Sangrento.

A clara demonstração da intransigência do regime, bem como o fim da ilusão sobre as boas intenções de Nicolau II, surtiu um efeito imediato. Uma onda de agitações e protestos espalhou-se pela Rússia. Greves operárias ocorreram nas principais cidades do país e a própria população camponesa voltava-se contra os aristocratas. Na marinha russa, os marinheiros do encouraçado Potemkin reclamavam melhores condições de trabalho, e a guarnição da base naval de Kronstadt rebelou-se.

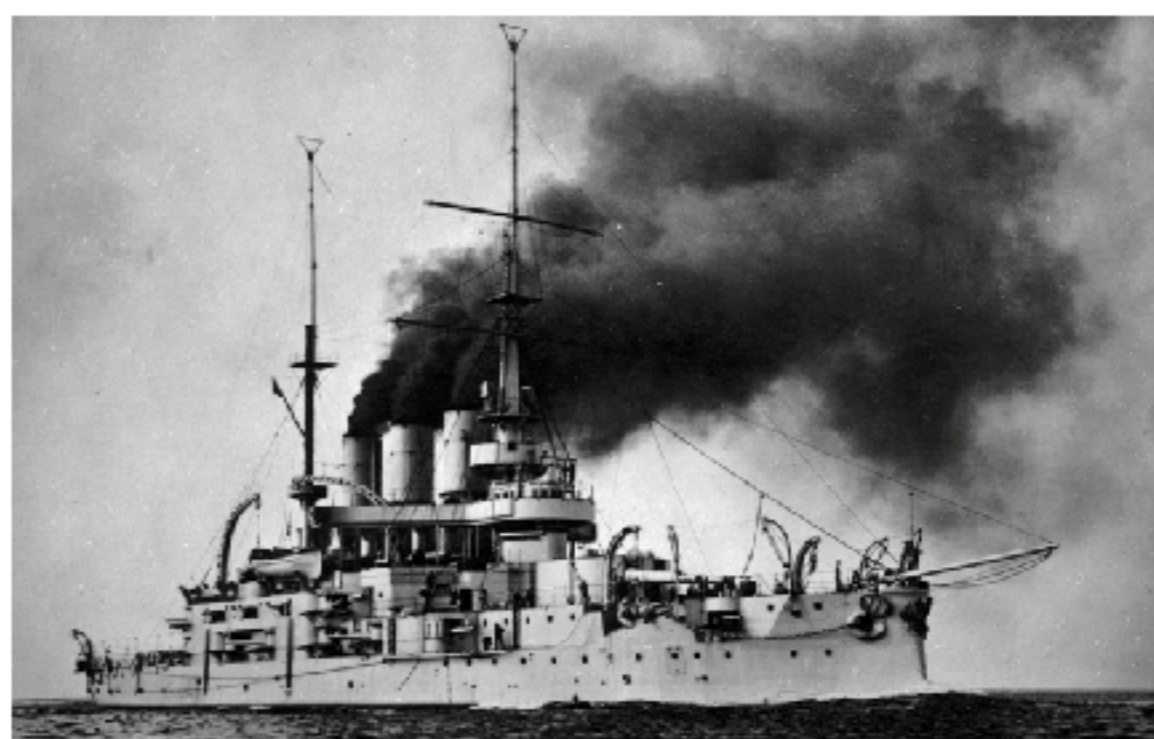


Fig. 4 O encouraçado Potemkin, que se tornou famoso durante a Revolução de 1905 e mais tarde no filme de Sergei Eisenstein, de 1925.

Pressionado, o czar foi obrigado a ceder e convocou eleições para uma Assembleia Legislativa, a Duma (1906). Paralelamente a isso, decretava a liberdade de organização partidária, embora as lideranças operárias continuassem banidas do país.

Tratava-se de uma manobra para ganhar tempo. A Duma nunca teve poder efetivo, sendo controlada por Nicolau II, que

Cisão
Divisão.

Premente
Urgente.

instaurou um falso constitucionalismo no país. Seu poder, na prática, continuou absoluto e a repressão policial foi intensificada, notadamente sobre o movimento operário.

De qualquer forma, a Revolução de 1905 trouxe efeitos de grande importância para a Rússia. Inicialmente, ela foi a primeira experiência de luta dos trabalhadores russos. O proletariado que em 1917 lutou pelo poder já não era iniciante politicamente; já aprendera a se organizar, tendo criado inclusive a forma de organização que possibilitou a Revolução de 1917: os soviets – conselhos de trabalhadores eleitos em locais de trabalho, distritos rurais e destacamentos militares, gerando direções que são fruto da própria luta dos trabalhadores e uma estrutura extremamente ágil, capaz de se estender por todo o país.

Além disso, a luta de 1905 forjou as principais lideranças políticas dos trabalhadores russos. Praticamente todos os líderes da Revolução de 1917, como Trotsky, Kamenev e Znoviev, tiveram em 1905 seu grande aprendizado político.

Entretanto, a repressão política, ao lado de um relativo crescimento econômico e da aparente liberalização do regime, geraram um refluxo do movimento popular que se estendeu até o início da Primeira Guerra Mundial.

A Guerra e a Revolução de fevereiro

O Império Russo não suportou o peso da Primeira Guerra Mundial. Isolada pelo controle otomano na região dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, o que impedia o acesso ao Mediterrâneo, a economia russa desmoronou. A inflação corroía os salários, as empresas paralisavam suas atividades por falta de matérias-primas, as colheitas e a distribuição de alimentos acabaram por se desorganizar e o sistema ferroviário entrou em colapso. Treze milhões de homens mobilizados na frente de batalha foi uma carga impossível de ser sustentada.

Ao mesmo tempo, o desastre militar perante os alemães foi completo. Ricas áreas foram perdidas, três milhões de baixas fragilizaram o exército e as sucessivas derrotas provocaram uma onda de deserção.

Greves e manifestações incendiavam o país, numa demonstração clara de que o regime havia perdido até seu componente mais típico: a capacidade repressiva.

Em março de 1917, a situação escapou ao controle. A polícia não conseguiu dispersar as multidões, o exército recusou-se a reprimir as manifestações e o czar abdicou.

Instalou-se então a República da Duma, sob a presidência do príncipe Lvov, do Partido Constitucional Democrático (cujos integrantes eram conhecidos como cadetes), representante da burguesia liberal. O novo governo insistiu em manter a Rússia na guerra, dependente que era do apoio aliado para sustentar-se, e passou a reprimir os bolcheviques.



Fig. 6 O soviets de Petrogrado.

O governo de Lvov teve curta duração. A incapacidade em dar qualquer resposta às demandas dos trabalhadores tornava-o altamente impopular em um país onde o movimento operário crescia em um ritmo alucinante. Em abril caía o governo de Lvov, assumindo o comando do Governo Provisório o líder do Partido Social Revolucionário, Kerenski. Essa mudança em nada alterou os acontecimentos.

A situação tornava-se mais grave e o exército continuava a desintegrar enquanto os bolcheviques ganhavam popularidade com as Teses de Abril, de Vladimir Ilich Lenin. Ao divulgar *slogans* como “Todo poder aos soviets”, e “Paz, pão e terra”, o líder dos bolcheviques insistia na saída da guerra, na regularização da distribuição de alimentos e na realização de uma reforma agrária. Ao mesmo tempo, Leon Trotsky organizava uma milícia revolucionária, a Guarda Vermelha, entre os trabalhadores de Petrogrado (a antiga São Petersburgo).

Em 7 de novembro os bolcheviques, sob o comando de Trotsky, tomaram de assalto os pontos estratégicos de Petrogrado, causando a fuga de Kerenski, e o desmoronamento do governo. Iniciava-se a Revolução Bolchevique.

As primeiras realizações do novo governo

A tomada do poder pelo Partido Bolchevique originou um governo comandado por Lenin: o Conselho dos Comissários do Povo. Esse governo foi referendado no Congresso Pan-russo dos soviets, realizado 12 dias após a tomada do poder, e iniciou as primeiras medidas no sentido de implantar um programa socialista.



Fig. 5 Tropas bolcheviques marcham na Praça Vermelha, em Moscou, em 1917.



Fig. 7 Lenin discursa em Moscou.

De imediato, foi decretada a nacionalização dos bancos e a estatização de todo o sistema financeiro. As fábricas foram coletivizadas, e as terras, entregues aos comitês agrários formados por camponeses. Era o fim da propriedade privada sobre os meios de produção.

Outro ponto importante do programa bolchevique foi atingido com a negociação de paz com a Alemanha, por meio do armistício celebrado ainda em 1917 e a assinatura do Tratado de Brest-Litovski, que estabelecia a saída definitiva da Rússia da Primeira Guerra, mesmo ao preço de abrir mão da Finlândia, Lituânia, Letônia, Estônia, Polônia e Ucrânia (tendo esta última sido recuperada em 1919).

A Guerra Civil (1918-1921)

A oposição aos bolcheviques, ou russos vermelhos, agrupou mencheviques, burgueses e czaristas sob a denominação de russos brancos e deflagrou uma sangrenta guerra civil, que só terminou em 1921 com a vitória bolchevique, agravando ainda mais a situação do país. Os países capitalistas, temerosos de que a revolução os atingisse, intervieram militarmente, ocupando vários portos no Ártico, na Crimeia e no Cáucaso, em apoio aos generais brancos. Norte-americanos e japoneses ocuparam a Sibéria.

Coube a Trotsky a organização da defesa da Revolução. Nascia o Exército Vermelho, uma tropa formada com base na organização dos trabalhadores, dispostos a defender com armas as conquistas revolucionárias.



Fig. 8 Trotsky, organizador do Exército Vermelho, discursa para as tropas.

Após três anos de conflitos sangrentos, as potências estrangeiras retiraram-se, em razão de divergências entre elas e devido à oposição de suas populações, cansadas de guerra ao mesmo tempo em que a reação interna era derrotada. O conflito civil russo terminou somente em 1921 com a vitória bolchevique. Era a consolidação do novo regime, mas a um preço excessivamente alto.

Durante os duros anos da Guerra Civil, Lenin, o líder máximo da revolução, impôs o comunismo de guerra. Toda a produção foi centralizada; o comércio interno, proibido. As fazendas e as fábricas foram estatizadas, a produção agrícola foi confiscada pelo governo e o uso da moeda desapareceu. O resultado foi uma crise de abastecimento de largas proporções e a desorganização total da economia. Em meio à fome, ao frio e às epidemias de tifo, milhões morreram; em 1920, a produção industrial era de 18% em relação ao produzido em 1914. A agrícola representava apenas 30% do que fora produzido antes da guerra. Nem a terrível repressão da Tcheka, a polícia política bolchevique, conseguiu fazer os camponeses entregarem toda a sua colheita. Em 1921, os marinheiros de Kronstadt revoltaram-se contra o regime e foram massacrados. Era tempo de suavizar as duras condições, com a vitória da revolução assegurada.

A Nova Política Econômica

Em 1921, Lenin instituiu a Nova Política Econômica (NEP). Tratava-se de um sistema que combinava princípios socialistas com elementos capitalistas. O planejamento estatal da economia foi mantido, mas também houve permissão para a existência de um mercado restrito. As empresas com menos de vinte trabalhadores foram privatizadas, os agricultores organizaram-se em cooperativas e as requisições compulsórias sobre a produção agrícola foram suspensas. Parte das colheitas podia ser comercializada livremente, seguindo os preços de mercado. Os salários foram hierarquizados, e as fábricas estatais foram agrupadas em grandes conglomerados semelhantes a **trustes**. Como Lenin afirmou, tratava-se de “dar um passo atrás, para poder dar dois passos à frente”.

A NEP, que durou até 1928, foi um sucesso, promoveu o rápido crescimento industrial e agrícola e o desenvolvimento comercial. Os preços dos produtos agrícolas caíram, enquanto os dos industrializados foram mantidos artificialmente elevados pelo Estado para aumentar a capacidade de investimento industrial.

Ao mesmo tempo, a situação externa passava por um período de reatamento de relações diplomáticas com a Inglaterra (1921) e com a Alemanha (1922).

No campo da política, o país também organizava-se de forma permanente. A Constituição de 1918, que criara a República Soviética Socialista Russa, foi modificada pela Constituição de 1923, que deu origem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entidade que agrupava as antigas províncias do Império Russo, transformadas em repúblicas federativas socialistas.

Truste

Estrutura empresarial em que várias empresas, que já detêm a maior parte de um mercado, se ajustam ou se fundem para assegurar o controle, estabelecendo preços altos para obter maior margem de lucro.

Teoricamente, a base do poder político era formada pelos soviets. Na prática, ele era exercido pelo Conselho dos Comissários do Povo e pelo *Presidium*, órgão permanente do Comitê Central do Partido Comunista, nome que o Partido Bolchevique recebeu em 1918.

Toda essa estrutura, entretanto, escondia um problema gravíssimo que a própria revolução gerara. A multiplicação de organismos de participação política (soviets, comitês agrários, comitês distritais e o próprio Partido Comunista) gerou uma camada burocrática que representava a nova elite política do país. Em um regime no qual a propriedade privada fora abolida e o Estado era o grande gerenciador da atividade econômica, pode-se perceber o poder extraordinário de que essa camada passou a gozar. Mais que isso, sua própria condição, enquanto uma elite que se beneficia do poder do Estado, torna-a incompatível com os princípios mais altos da Revolução. O próprio Lenin já admitia, em 1922, a existência de “um Estado operário com fortes deformações burocráticas”.

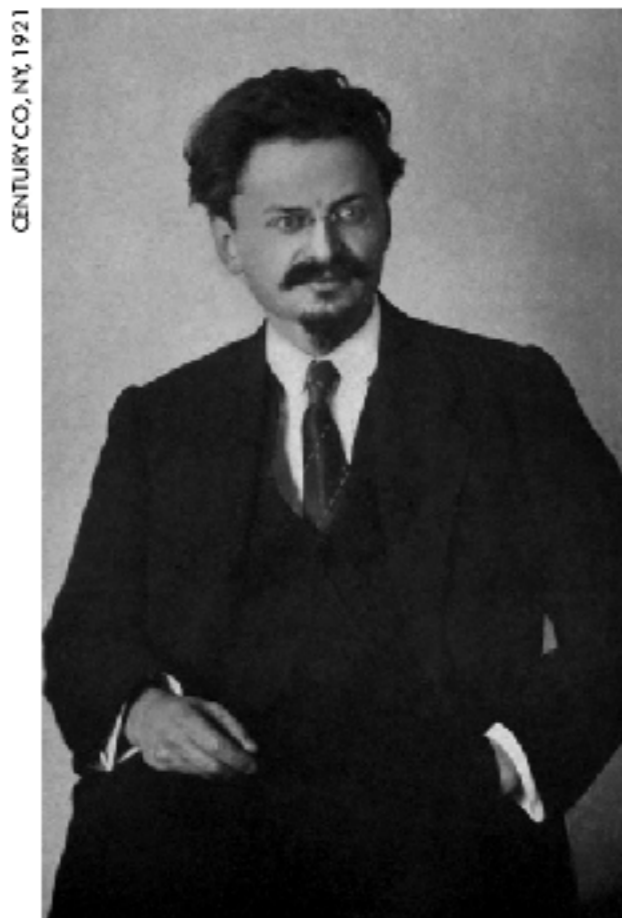


Fig. 9 Leon Trotsky.

A população integrava-se politicamente ao integrar o Partido Comunista, que em 1924 tinha apenas 2% dos habitantes do país como membros. Dessa forma, havia uma ativa minoria de privilegiados.

A morte de Lenin em 1924 provocou uma disputa ideológica e política entre Leon Trotsky, criador do Exército Vermelho, e Joseph Stalin, secretário-geral do Partido Comunista. Trotsky, marxista ortodoxo, defendia a tese da revolução permanente, segundo a qual a revolução socialista deveria se estender imediatamente a outros países. Stalin pregava a construção do socialismo em um só país, inicialmente consolidando a revolução na Rússia, para só então expandi-la para o resto da Europa.

A crescente burocratização do Partido Comunista permitiu que Stalin assegurasse seu controle sobre a máquina do poder, na medida em que defendia a tese do fortalecimento do Estado, indo ao encontro dos interesses da burocracia. Com isso, Trotsky foi marginalizado, acabando por ter de se exilar. Seus adeptos e todos aqueles que representassem oposição a Stalin foram eliminados em seguida, e o próprio Trotsky foi assassinado em 1940, na Cidade do México.

O período de Stalin (1924-1953)

Assegurando seu poder absoluto na União Soviética a partir de 1928, Stalin aboliu a NEP e aplicou os Planos Quinquenais. A NEP havia reconstruído a economia após dez anos de destruição, mas o país continuava basicamente agrário. Stalin lançou um gigantesco programa de investimentos na indústria, financiado pela redução dos salários dos trabalhadores e pela aquisição de produtos agrícolas dos camponeses a preços ínfimos.

A Comissão Estatal de Planejamento, integrada por uma equipe de economistas e estatísticos, elaborava e enviava planos para todas as indústrias, promovendo a planificação total da economia soviética: nada era deixado ao acaso, uma vez que os planos tratavam até de detalhes mínimos.

No campo, os *kulaks* (camponeses mais abastados, normalmente latifundiários que empregavam trabalhadores assalariados) foram eliminados aos milhares, e a coletivização compulsória instalou-se, por meio dos *sovkhozes* (fazendas estatais), ou dos *kolkhozes* (cooperativas). Em uma década, a propriedade privada desaparecera completamente, e o proletariado rural tornou-se tão essencial e indispensável à economia quanto o proletariado urbano das empresas industriais estatais.



Fig. 10 Joseph Stalin.

A ênfase da industrialização foi no setor de indústria pesada, e o setor de bens de consumo foi relegado propositalmente ao segundo plano.

O Primeiro Plano Quinquenal foi aplicado entre 1928 e 1933, e logo o governo decidiu completá-lo até outubro de 1932, adotando o lema “O Plano Quinquenal em Quatro Anos”, dando início à mistura de exagero, entusiasmo e tremendos êxitos, característica da União Soviética na década de 1930. Seus setores básicos foram siderurgia e maquinaria pesada.

O Segundo Plano (1933-1937), caracterizou-se pela construção dos gigantescos complexos industriais de Moscou, Kharkov, Stalingrado, Gorki e Sverdlovsk. Durante esse período, foram construídos um canal navegável entre os mares Báltico e Negro e o metrô de Moscou.

O Terceiro Plano (1938-1943), com ênfase na indústria química, teve de ser suspenso pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. O sucesso dos Planos até aquele momento era inegável: uma

sociedade atrasada e essencialmente agrícola transformou-se em uma potência industrial capaz de resistir à invasão alemã.

A guerra (1941-1945) causou a morte de 20 milhões de soviéticos e destruiu vastas áreas do país. Apesar dos prejuízos, a União Soviética conseguiu se reerguer graças aos esforços dos três primeiros Planos e ao deslocamento da indústria para as áreas remotas da Sibéria, Urais e repúblicas da Ásia Menor.

Após a guerra, dois novos Planos (1946-1950 e 1951-1955) puderam reconstruir a devastada economia soviética. Ambos tiravam vantagem da contribuição imposta aos países da Europa central que haviam sido transformados em satélites: Alemanha Oriental, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária. Esses países foram integrados à União Soviética em um espaço econômico comum, denominado Comecon, em 1950. Com a morte de Stalin em 1953, a competição mundial com os Estados Unidos, chamada Guerra Fria, intensificou-se.

Politicamente, Stalin burocratizou a revolução, impondo uma ditadura pessoal com um forte culto de personalidade e efetuou uma brutal repressão que custou a vida de milhões de soviéticos. Entre 1935 e 1939, por meio de sangrentos expurgos, eliminou todos os opositores nos altos escalões, inclusive os antigos revolucionários dos tempos de Lenin.

Stalin também simplificou o pensamento marxista-leninista. O chamado Stalinismo consagrou a teoria da construção do socialismo em um só país e a ideia da revolução feita a partir do alto, por meio da ação do Estado.

O pós-Primeira Guerra, a crise de 1929 e a Depressão da década de 1930

O período iniciado após a Primeira Guerra foi marcado por uma profunda instabilidade econômica, cujo efeito destruiu velhos princípios políticos e abriu espaço para um clima de tensão que, em grande parte, foi o responsável pela eclosão da Segunda Grande Guerra.

No final de outubro de 1929, o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York mergulhou o sistema capitalista em sua mais grave crise. Durante toda a década seguinte, com maior ou menor sucesso, os países industrializados esforçaram-se para superar uma depressão em nível mundial. Ao final, a economia como um todo voltou a crescer em razão de outro conflito mundial (1939-1945), e a depressão foi esquecida.

O efeito mais permanente deste período foi a falência do Estado liberal e o repúdio ao liberalismo econômico, sendo que este foi substituído pelo Estado intervencionista. O *crack* de 1929 não foi, em absoluto, a causa da crise, mas sua exposição pública. Ele nada mais foi que a consequência de uma série de eventos que foram se avolumando no decorrer da década de 1920.

A Europa na década de 1920

Após a destruição econômica e física gerada pela Primeira Guerra, a Europa iniciou, nos anos 1920, um processo de reconstrução. Entretanto, os efeitos do conflito haviam ido muito além do que se observa de imediato. Mesmo o domínio colonial, alicerce da economia capitalista, começava a apresentar dificuldades. Esse aspecto pode ser observado na luta da Índia contra

a Inglaterra. A mesma Inglaterra, enfraquecida, foi obrigada a conceder a independência a seus antigos domínios no Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul pelo auxílio prestado durante a guerra. Mesmo nos países sujeitos ao imperialismo informal, a presença econômica europeia diminuiu: nos anos 1920, Argentina e Brasil adquiriram, respectivamente, 64% e 50% de suas importações da Europa, contra 80% e 60% em 1913.

Ao mesmo tempo, a França sofreu duras reações na Indochina e no Oriente Médio. O Vietnã rebelou-se contra o domínio francês ao mesmo tempo em que a França teve de recorrer à força para manter seu domínio sobre o Líbano e a Síria.

Por outro lado, a Alemanha começava a dar mostras de sua impossibilidade em honrar as reparações que haviam sido impostas. O problema foi que a enorme quantidade de bônus e títulos públicos sem lastro emitidos durante a guerra, aliada à perda de territórios de concentração industrial e de recursos minerais, mais a instabilidade política do país após a derrota, acabaram por provocar a virtual ruína da economia alemã. Se um dólar valia 8 marcos em 1918, em 1920 valia 40, 184 em 1921, e 7.350 em 1922. A partir daí, a pressão combinada do aumento da massa monetária, do crescente déficit público, da crise de reconversão econômica e do custo das reparações de guerra fez a situação fugir completamente do controle. No outono de 1923, eram necessários nada menos que 14 trilhões de marcos para comprar um dólar.

No final de 1922, a Alemanha declarou-se incapaz de continuar com o pagamento das reparações, o que levou a França e a Bélgica a ocuparem a região do Ruhr em 1923, para que o fornecimento de carvão garantisse o pagamento da dívida. Os efeitos psicológicos da ocupação e a onda de greves dos mineiros que se seguiu tornaram a situação insustentável.

A única solução era uma reforma monetária e o reescalonamento dos pagamentos públicos, tanto internos quanto externos. Em 1924, com aval dos Estados Unidos, foi elaborado o Plano Dawes. As reparações passaram a ser pagas em parcelas anuais flutuantes, que dependiam do desempenho econômico alemão. As grandes indústrias endossaram o montante da dívida e foi criada uma nova moeda, o *Deutschmark*, sustentado no padrão-ouro.



Fig. 11 Trabalhadores e famílias alemãs empobrecidas recebem sopa em Berlim, em 1921. Uma cena da devastação da economia alemã no pós-Primeira Guerra Mundial.

A partir de 1924, a economia alemã retomou seu crescimento, sustentada em grande parte por maciços empréstimos e investimentos de capital norte-americanos (47% do saldo de seu balanço de pagamentos, que se manteve em uma média de 70 milhões de dólares, de 1924 a 1929).

A outra face do Plano Dawes foi a concessão de grandes empréstimos norte-americanos para que os países industrializados europeus completassem sua reconstrução e reconversão econômica. Os Estados Unidos haviam acumulado grandes reservas de capital durante a guerra e, para evitar sua ociosidade, aplicá-los na Europa era uma solução brilhante: a médio prazo, possibilitaria o recebimento dos largos créditos concedidos durante 1914-1918.

Portanto, os efeitos da guerra só começam a se dissipar a partir de 1924. Sem o afluxo de capitais norte-americanos, porém, a Europa era incapaz de aumentar tanto suas exportações como suas importações, para equipará-las aos níveis do período de pré-guerra.

Os Estados Unidos na década de 1920

Enquanto a Europa enfrentava problemas, os Estados Unidos apresentavam durante os anos 1920 um período de notável prosperidade, chamado de *Golden Twenties*. Esse desenvolvimento refletiu-se no *american way of life* no qual, por volta de 1929, um em cada seis americanos tinha automóvel e os bens de consumo duráveis ou semiduráveis (geladeiras, fogões, rádios) atulhavam as novas casas dos subúrbios das cidades industriais.



Fig. 12 Cartaz publicitário do Ford Modelo T, um dos símbolos da prosperidade norte-americana no início dos anos 1920.

Politicamente, esses “anos dourados” corresponderam ao domínio do partido Republicano, que se estendeu de 1920 a 1932 e deu ênfase ao isolamento e ao liberalismo econômico. Enquanto as administrações republicanas recusavam-se a interferir na economia, o isolacionismo manifestava-se tanto por leis restritivas à migração (que reduziram drasticamente a entrada de imigrantes nos Estados Unidos) e pela sistemática perseguição às ideias “estrangeiras” de anarquistas, comunistas e líderes sindicais quanto pela votação da 18ª Emenda à

Constituição, conhecida como *Volstead Act* ou *Lei Seca* (1919). A emenda, que proibia a produção, a distribuição e a venda de bebidas alcoólicas em todo o território norte-americano, visava “defender o homem americano dos males da bebida” e só foi suspensa em 1933. Refletindo uma estreiteza de visão e um puritanismo extremado, a Lei Seca teve como resultados mais concretos provocar uma onda de corrupção e de banditismo organizado, fazendo da venda ilegal de bebidas alcoólicas um dos negócios mais rentáveis da onda de prosperidade econômica que caracterizou os Estados Unidos na década de 1920.



UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE

Fig. 13 Al Capone, símbolo maior do submundo que se firmou nos Estados Unidos durante a época da Lei Seca.

As razões dessa prosperidade encontram-se na taxa de acumulação de capital e investimento (cerca de 20% do PNB entre 1919 e 1929) e no crescimento demográfico da ordem de 106 para 123 milhões de habitantes no mesmo período, embora a imigração tenha sido severamente limitada pelas leis de 1921 e 1924, principalmente pelo temor da penetração ideológica socialista. Outro fator relevante foi a enorme expansão do crédito: dada a disponibilidade de capitais, as compras a crédito tornaram-se ao mesmo tempo respeitáveis e familiares a todos.

No entanto, essa prosperidade escondia graves problemas estruturais, como baixa taxa de lucros, alto grau de concentração de renda e razoável nível de desemprego que, ao atingir um determinado patamar, dariam origem a uma crise sem precedentes.

Durante os anos 1920, a taxa de desemprego variou entre 7% e 12% da força de trabalho, enquanto os salários reais permaneceram estáveis e a produção fabril cresceu 30%.

A concentração de renda era tal que 5% da população recebia 1/3 do rendimento pessoal global, enquanto o trabalho feminino elevou-se em 22%, entre 1921 e 1928, para completar o orçamento familiar.

A atividade agrícola encontrou dificuldades durante toda a década em razão da superprodução e da baixa dos preços dos produtos agrícolas. Havia graves diferenças regionais e a diferença entre os salários rural e urbano aumentou, levando à formação de verdadeiros bolsões de pobreza.

Como a base da produção industrial foi o setor de bens de consumo duráveis, o mercado não acompanhou o ritmo da produção industrial. Os estoques passaram a se acumular e sua

comercialização era possível apenas com o financiamento do consumo. A taxa de lucro permaneceu baixa e os capitais **exauriram-se** lentamente.

A crise de superprodução e subconsumo que se delineava não foi percebida pelo público. Ao contrário, havia a convicção generalizada de que “o valor das ações deveria necessariamente subir, pois a economia estava em expansão”. Isso deu lugar a uma onda desenfreada de especulação, supervalorizando o preço das ações. A atitude agravou o problema, uma vez que os recursos destinados ao precário consumo foram drenados para a especulação acionária.

A contínua e artificial prosperidade norte-americana encontrou seu limite natural em outubro de 1929. O ponto de equilíbrio rompeu-se quando crescentes volumes de ações não encontravam comprador, mesmo com uma acentuada queda em seus preços de venda.



Fig. 14 Wall Street, centro financeiro de Nova Iorque, após o *Crack* da Bolsa, em 1929.

A Crise de 1929

O mês de outubro de 1929 ficou caracterizado por uma aguda deflação que fez emergir bruscamente as condições de superprodução e subconsumo. Os capitais haviam se esgotado, transformando-se em estoques gigantescos impossíveis de serem vendidos ou estavam pulverizados em milhões de operações de crédito ao consumo, que não podiam mais ser resgatadas.

Em pouco tempo, cento e dez mil empresas faliram, quatro mil bancos fecharam as portas e o desemprego atingiu treze milhões de trabalhadores. Os preços dos produtos agrícolas caíram 55%; o custo de vida 31% e os preços dos bens de produção, 26%. Esses dados apontavam uma crise de deflação sem precedentes: da noite para o dia, a economia norte-americana deixou de ter liquidez.

A administração republicana do presidente Herbert Hoover (1928-1932), com base no liberalismo econômico, recusou-se a agir com rigor. Acreditando que as leis naturais do mercado acabariam por equilibrar a situação, o governo aprofundou a crise. As únicas medidas que Hoover tomou, em vez de sanar o problema, tornaram-no uma questão global, levando as nações capitalistas do mundo a uma depressão que atravessou a década de 1930.

Uma onda de pobreza varreu os Estados Unidos. Houve aumento das favelas em torno dos centros industriais; a maioria dos trabalhadores encontrava apenas empregos de meio expediente e houve crescimento generalizado da subalimentação e das agitações sociais.

A Depressão da década de 1930

Já em fins de 1929, os Estados Unidos iniciaram o resgate de capitais investidos no exterior. O volume recuperado, em relação ao total do investimento, foi de menos de 8%. Embora seja um valor aparentemente irrisório, os efeitos da medida foram catastróficos.

Como a maioria dos investimentos foi dirigida a setores de longa **maturação** e lento retorno, a súbita exigência provocou o colapso do sistema financeiro europeu. Grandes bancos ingleses, franceses e alemães faliram em uma reação em cadeia que arrastou os conglomerados industriais ligados a eles.



Fig. 15 Fila de desempregados nos EUA em frente a cartaz que enaltecia os valores do *American Way of Life*

Quando os Estados Unidos adotaram o protecionismo, em 1930, a depressão mundial tornou-se irreversível. Responsáveis pelo consumo de 23,7% do total das exportações mundiais, os Estados Unidos, repentinamente e em um momento crítico, privaram o mundo dessa substancial fatia de mercado.

A América Latina, dependente de empréstimos e da venda de matérias-primas no mercado dos Estados Unidos, literalmente faliu e passou por um período de graves crises político-econômicas e agitações sociais.

Na Europa, entre 1929 e 1933, o número de desempregados oscilou entre vinte e cinco e trinta milhões de trabalhadores. As exportações inglesas caíram 70% no mesmo período, e as alemãs praticamente cessaram.

Nessa situação de miséria e desemprego crônicos, a agitação social avançou rapidamente, ameaçando instaurar um estado caótico. Os governos inclinaram-se para soluções políticas autoritárias de direita como forma de assegurar o controle sobre

Exaurir

Esgotar, chegar ao fim.

Maturação

Desenvolvimento.

as populações. Com isso, tentavam recuperar suas economias lançando mão de maior participação estatal, o que caracterizou o Estado interventor. O velho liberalismo econômico deixava, portanto, de ser o farol das nações industrializadas.

O New Deal

Em 1932, o democrata Franklin Delano Roosevelt elegeu-se presidente dos Estados Unidos, quebrando doze anos de domínio republicano e sepultando o liberalismo econômico.

Roosevelt tomou posse em 1933 (foi reeleito quatro vezes, morrendo no exercício do cargo em 1945), e pôs em ação o *New Deal*, um plano baseado no neoliberalismo, destinado a recuperar a economia norte-americana.

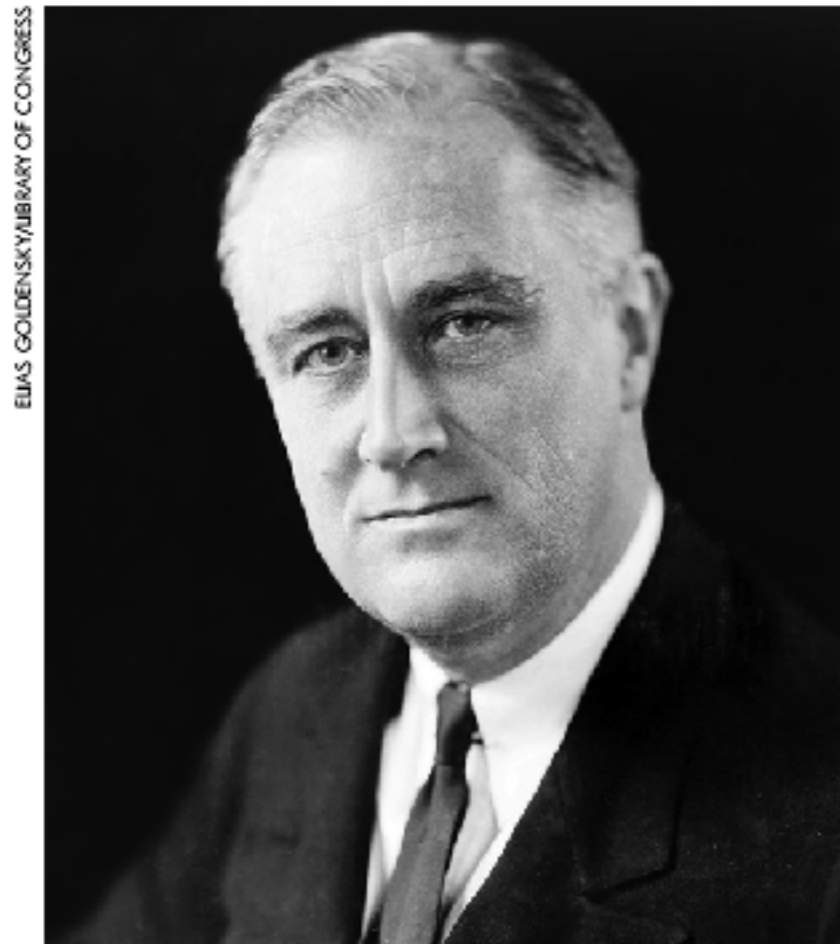


Fig. 16 Franklin Roosevelt.

A matriz teórica do plano eram as ideias do economista inglês John Maynard Keynes (1884-1946), que afirmava estarem as raízes da Depressão em uma demanda privada inadequada. Portanto, o governo deveria ampliar a demanda por meio do aumento dos salários e do combate ao desemprego, financiando a recuperação por meio do crescimento do déficit público, e por uma política de baixas taxas de juros, até que o mercado ampliasse sua demanda por produtos industriais, levando à retomada da produção e do investimento. Quando tal ponto fosse atingido, por meio de política fiscal, o governo equilibraria seu orçamento, zerando o déficit.

Roosevelt pôs em prática, simultaneamente, uma grande política **emissionista** e um vasto programa de obras públicas. A economia foi intencionalmente inflacionada e o país passou por uma febril atividade de construção de usinas hidrelétricas, escolas, hospitais, aeroportos, pontes, edifícios públicos e asfaltamento de estradas que criaram milhões de empregos diretos (pedreiros, engenheiros, arquitetos, eletricitistas etc.) e indiretos (pessoal administrativo e trabalhadores nos setores de tijolos, telhas, ferro, vidro, madeira, móveis etc.).

Em dez anos, a economia norte-americana quase alcançava os índices produtivos de 1929. A participação dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, efetiva a partir de 1942, acelerou a recuperação. Por volta de 1945, a Depressão e seus efeitos estavam esquecidos.

Os Estados totalitários

Uma característica singular do período entre as guerras foi o aparecimento de regimes ditatoriais de direita, os chamados Estados totalitários. Esses Estados, que têm por modelo mais detalhado o fascismo italiano e o nazismo alemão, partilhavam elementos comuns, como o nacionalismo, o antiliberalismo, o antissocialismo, o militarismo e uma profunda aversão aos processos parlamentares e democráticos.

De um modo geral, essas formas de governo podem ser vistas por três ângulos: como resultados das frustrações da Primeira Guerra Mundial; como um modo de fortalecer o Estado intervencionista e como uma solução para as aspirações de estabilidade da burguesia e das classes médias ante as ameaças revolucionárias socialistas e comunistas.

A Depressão da década de 1930 acentuou o caráter ditatorial desses governos e levou à sua proliferação, pois ela associou os problemas econômicos à incapacidade das democracias em solucioná-los. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o totalitarismo era a forma-padrão de governo dos países europeus, tendo alcançado a América Latina e o Japão.

Mais que qualquer outro elemento, o aparecimento desses regimes foi, como veremos, o principal elemento responsável pela eclosão da Segunda Guerra Mundial.

O Fascismo Italiano

A Itália foi o primeiro país a instalar um governo totalitário, desenvolvendo uma teoria original, o Fascismo, que se tornou matriz para os demais regimes autoritários de direita.

O país experimentou um enorme sentimento de frustração ao término da Guerra, tendo perdido 700 mil soldados. Além disso, a economia havia se desorganizado, toda a região nordeste do país fora devastada e a pretensão de possuir territórios no Adriático e no Egeu falhou. O governo parlamentar passou a ser considerado, por parcelas crescentes da população, como incapaz e fraco.

Essa sensação aumentou quando a inflação e o desemprego provocaram seguidas crises sociais que adquiriram caráter revolucionário. Desordens e pilhagens de armazéns pela população esfomeada transformaram-se em episódios cotidianos; os camponeses rebelavam-se ocupando terras desocupadas e exigindo a execução urgente de uma reforma agrária. No episódio que passou a ser conhecido como Semana Vermelha, cerca de 600 mil metalúrgicos do norte ocuparam as fábricas, tentando dirigi-las em um sistema de autogestão; em 1920, havia dois milhões de grevistas.

As forças políticas tradicionais mostravam-se incapazes de lidar com a situação que se agravava. A burguesia e a classe média aproximaram-se do pequeno Partido Fascista que, com sua decidida ação contra os adversários da esquerda (por meio das *squadre* de Camisas Negras, grupos paramilitares que enfrentavam com violência os comunistas), parecia acenar com um futuro de ordem que acabaria com o perigo bolchevique. Ao mesmo tempo, o partido exercia uma oratória de profundo cunho nacionalista, capaz de anular o desencanto pela posição internacional da Itália.

Emissionista

Que emite papel-moeda em grande quantidade.



Fig. 17 Militantes fascistas com suas camisas negras.

O líder do partido, Benito Mussolini (1883-1945), militou no socialismo quando jovem, mas logo mudou de posição, desenvolvendo uma forte postura nacionalista e militarista, favorável à entrada da Itália na guerra. Ferido, usou sua situação de “herói de guerra” para desencadear, por meio do jornal *Popolo d'Italia*, uma campanha a favor da instalação de um regime ditatorial para resolver os problemas do país. Em março de 1919, fundou em Milão o embrião do futuro Partido Nacional Fascista, que tirou sua denominação do *fascio*, um machado rodeado por um feixe de varas, que na Roma republicana simbolizava o poder do Estado.

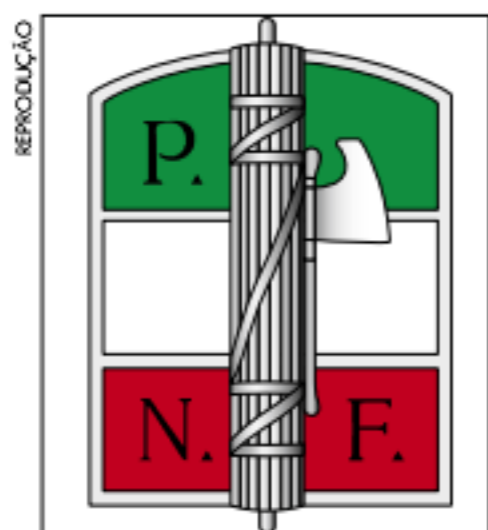


Fig. 18 O *fascio*, símbolo do Partido Nacional Fascista.

O Partido cresceu rapidamente em meio à situação de anarquia, e os ataques às sedes das organizações de esquerda e aos sindicatos tornaram-se comuns, aumentando a popularidade entre as classes abastadas ou proprietárias.

Em outubro de 1922, cinquenta mil fascistas de toda a Itália, usando a camisa negra do partido, seguiram para a capital exigindo o poder, na chamada Marcha sobre Roma. As autoridades mostraram-se impotentes ou coniventes, e o rei Vítor Emanuel III convidou Mussolini para formar um ministério.

O governo manteve as aparências de monarquia constitucional, mas na prática Mussolini acumulava plenos poderes. Nas eleições de 1924, por meio de fraudes e intimidação, os fascistas conquistaram a maioria parlamentar. Os opositores do regime foram presos ou assassinados. Em 1925, Mussolini proclamou-se *Duce*, o supremo condutor da Itália, e a ditadura foi institucionalizada. O Tribunal Especial julgava os dissidentes,

a *Ovra* (polícia política) vigiava a população, a imprensa foi censurada e o Partido Fascista tornou-se o único partido da Itália, fornecendo todos os quadros da administração pública.



Fig. 19 Mussolini discursa para a multidão na Marcha sobre Roma.

Em 1927, foi editada a Carta do Trabalho, que estabeleceu as bases do corporativismo. Para cada profissão foram formados dois sindicatos, um operário e outro patronal. As greves foram proibidas e o Estado tornou-se árbitro dos conflitos entre capital e trabalho. A luta de classes diluiu-se na fórmula corporativista, e o ímpeto revolucionário do operariado foi anulado.

Em 1929, o Tratado de Latrão resolveu a Questão Romana, que se arrastava desde a unificação. O papado recebeu a soberania sobre o Estado do Vaticano e o catolicismo tornou-se religião oficial da Itália.

Sob o lema “Crer, obedecer, combater”, o regime dedicou-se ao desenvolvimento industrial e agrícola sob uma ativa propaganda de massa, obtendo sucessos significativos até o advento da Depressão. A partir de então, a ênfase deslocou-se para o armamentismo e para a expansão territorial, trazendo a ideia de ressuscitar o Império Romano em toda a sua glória.

A Etiópia foi conquistada em 1935 e a Albânia em 1939. A Itália fascista aproximou-se da Alemanha nazista, pela participação na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), e pela celebração do Eixo Roma-Berlim (1938), tornando a guerra na Europa uma possibilidade concreta.

A doutrina fascista

Os pontos doutrinários básicos do fascismo, incorporados depois pelo nazismo alemão e em menor escala por outros regimes autoritários, podem ser resumidos desta forma: o totalitarismo, expresso em frases como “nada deve existir acima do Estado, fora do Estado, ou contra o Estado”. O Partido confunde-se com o Estado, refletindo a síntese dos anseios nacionais.

Outro princípio fundamental é o nacionalismo, que aparece indissociavelmente ligado ao militarismo. Por esse ponto de vista, a nação, tida como a forma mais avançada de sociedade, deveria buscar sua grandeza, consubstanciada em frases como “quem tem aço tem pão”, ou “a guerra é para o homem o que a maternidade é para a mulher”. Outro elemento é o autoritarismo, segundo o qual a autoridade do chefe era inquestionável e absoluta; o trabalho e a prosperidade eram valores superiores à

liberdade. Permeando todo o discurso fascista, há um forte discurso marcado pela luta contra os comunistas, apontados como culpados pelo caos e anarquia mundiais e o enfraquecimento da nação.

A expansão das ideias fascistas

A partir do exemplo italiano, os regimes autoritários de direita espalharam-se pela Europa. Em 1923, na Turquia, Mustafá Kemal depôs o sultão e instaurou uma ditadura que modernizou o país, baseada em princípios nacionalistas e progressistas. A influência religiosa islâmica foi eliminada e a Turquia tornou-se um Estado **laico**. Kemal adotou o título de *Ataturk*, o pai de todos os turcos.

Portugal passou por uma série de crises e instabilidades políticas até que o general Carmona, ocupando a presidência, entregou o controle da economia a Oliveira Salazar, ferrenho adversário do liberalismo, do socialismo e da democracia. Em 1932 o salazarismo consolidou-se, apoiando-se no nacionalismo, no cristianismo e nos valores familiares tradicionais.

Os novos países que surgiram em razão do colapso do Império Austro-Húngaro, ou da desagregação do Império Russo, logo passaram a ter regimes autoritários sustentados por aspirações nacionalistas e expansionistas. Esse foi o caso da Hungria (1924), da Polônia (1926), da Iugoslávia (1929), da Grécia (1935), da Bulgária (1934), da Romênia (1938), da Áustria (1933), e dos países bálticos, Lituânia, Letônia e Estônia.

Partidos fascistas também foram fundados em outros países. Na Irlanda, a Associação dos Camaradas do Exército, em 1931; e na Bélgica, o Partido Rexista, em 1935.

O Nazismo Alemão

A derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial levou à abdicação do kaiser e à proclamação da República, em 9 de novembro de 1918. O Partido Social-Democrata formou um governo provisório, e encaminhou-se politicamente para a constituição de um regime constitucional e liberal.

Tendências separatistas e agitações radicais eclodiam por todo o país. Decididos a preservar a unidade do país e a ordem interna, os social-democratas aproximaram-se do exército, especialmente após o levante de dezembro de 1918. Os bolcheviques alemães, liderados por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, tomaram Berlim. Os rebeldes foram derrotados e seus líderes fuzilados. Seguiu-se a erradicação dos bolchevistas em toda a Alemanha.

Em 1919, formalizou-se a República de Weimar, de tendência federalista, liberal, democrática e parlamentarista. O problema básico da República foi que ela nasceu sob condições estabelecidas no Tratado de Versalhes, sendo associada à derrota e à humilhação nacional. Logo, difundiram-se crenças de que o exército alemão era invencível, e que a derrota devia-se a uma punhalada nas costas, desferida por traidores e bolchevistas; portanto a sobrevivência da República dependia, em última análise, do seu sucesso em lidar com os problemas econômico-sociais. Sempre que havia alguma crise, os movimentos golpistas, fossem de direita ou de esquerda, ganhavam forças.

Até 1924, a situação da República de Weimar foi delicada. Insurreições e movimentos armados estouravam por toda parte.

Na Baviera, em novembro de 1923, um grupo do recém-criado Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (abreviadamente, Partido Nazista), liderado pelo general Ludendorff, antigo chefe do Estado-Maior do Exército, e por Adolf Hitler, tentou um golpe fracassado (o *Putsch* de Munique).

Hitler (1888-1945) nasceu na Áustria, onde viveu até 1913. Mudou-se para Munique e lutou na Primeira Guerra, sendo ferido duas vezes e condecorado por bravura. Em 1919 aderiu ao pequeno partido, assumindo sua liderança, desenvolvendo temas antissemitas e pregando contra as restrições de Versalhes. O partido, que até então se parecia com muitas outras organizações radicais do período, foi reorganizado por Hitler e passou a contar com organizações paramilitares, as SA (Seções de Assalto) e as SS (Seções de Segurança).



Fig. 20 Adolf Hitler.

O fracasso do golpe de 1923 valeu-lhe oito meses de prisão, onde escreveu *Mein Kampf* (Minha Luta), o livro no qual expunha a doutrina nazista. Velhos mitos do imaginário germânico foram rejuvenescidos com um novo significado: o antissemitismo, a raça superior, o pangermanismo, o neopaganismo, o Estado forte, a regeneração nacional e o nacionalismo exaltado. Hitler estabeleceu também a noção de espaço vital, ou seja, o domínio do leste europeu, indispensável ao desenvolvimento alemão.

O Partido Nazista oscilava de acordo com a situação econômica: conseguiu mais de dois milhões de votos em 1924, mas menos de um milhão em 1928.

Entre 1924 e 1929, a República de Weimar viveu seu período áureo. As agitações cessaram, a prosperidade foi restaurada e a eleição do antigo comandante do Exército durante a Primeira Guerra, general Hindenburg, como presidente em 1925, trouxe para a República o apoio da aristocracia e dos militares.

A Grande Depressão alterou todo o quadro. Os desempregados somavam seis milhões, a classe média arruinou-se e os agricultores passaram a dever mais que o valor de suas terras. Os comunistas mostravam-se cada vez mais fortes e ativos. Diante de todas essas questões, amplas parcelas da população entendiam que os nazistas apresentavam-se como a solução ideal.

Nas eleições de 1932, o Partido Nazista foi o mais votado: teve 37,3% dos votos e elegeu 230 deputados. Hitler foi nomeado chanceler (chefe do governo) em 30 de janeiro de 1933.

Em pouco tempo, o nazismo consolidou seu controle sobre a Alemanha. O *Reichstag*, edifício do Parlamento, foi incendiado e a culpa recaiu sobre os comunistas. Em pouco tempo, comunistas, socialistas e todos os opositores do regime estavam

Laico

Que não pertence ao clero nem a uma ordem religiosa, leigo.

confinados em campos de concentração. Os partidos políticos, à exceção do nazista, foram dissolvidos. Os sindicatos foram extintos e a federação anulada em prol da centralização administrativa. A ala mais afastada do nazismo, as SA, foi dissolvida e mais de três mil de seus principais líderes foram assassinados na chamada Noite dos Longos Punhais.



Fig. 21 Um dos Congressos de Nuremberg, em que todo o aparato nazista era usado para criar espetáculos de propaganda e mostrar Hitler como o salvador da pátria alemã.

Em março de 1933, o Terceiro Reich foi oficialmente proclamado. Em 1934, com a morte de Hindenburg, Hitler nomeou-se *Führer*. O totalitarismo consolidou-se. Os judeus foram tratados como bodes expiatórios e perderam a cidadania alemã, o que ajudou a fortalecer o nacionalismo.

O nazismo não inventou o antissemitismo na Europa. Na verdade, essa atitude política contra os judeus existe desde a Idade Média, motivada por razões sociais e religiosas, e foi largamente ampliada pela ação da Contrarreforma católica. No entanto, sob o nazismo, o antissemitismo atingiu níveis nunca antes imaginados. Já em 1933, logo após chegarem ao poder, os nazistas empreenderam o boicote a estabelecimentos judaicos, dando início a uma política de restrições e perseguições crescentes. Em 1938, a Noite dos Cristais assinalou um aumento na agressividade do Estado e de seus partidários contra os judeus, com a destruição de casas e estabelecimentos judaicos em toda a Alemanha. Essa política cresceu barbaramente durante a Guerra, com a proliferação dos chamados campos de concentração, que eram campos de trabalho escravo e, posteriormente, de extermínio de judeus.

Cabe lembrar que essa política foi largamente apoiada por setores do empresariado alemão. Isso porque a mão de obra escrava judaica foi amplamente explorada por empresas alemãs que se instalavam nos campos, o que colaborou com o programa econômico e com o esforço de guerra nazista.

Dez anos após a Grande Depressão, graças ao binômio armamentismo e obras públicas, a economia alemã estava plenamente recuperada em 1939 e voltava a apresentar índices positivos de crescimento. O Estado tomou-se o principal consumidor (por meio das encomendas de material bélico que, com seu caráter de compras sistemáticas e de rápida obsolescência, reativou a atividade econômica como um todo) e o principal empregador (um enorme exército e um vasto programa de obras públicas, abrangendo ferrovias, autoestradas, pontes e aeroportos).

A economia foi planejada globalmente por meio de Planos Quadrienais, com ênfase nos setores químico, de carburantes, de matérias-primas sintéticas e de minerais nobres. Em 1939, a indústria alemã era a segunda do mundo, só perdendo em volume para os Estados Unidos. Uma verdadeira área de influência foi estabelecida pela Alemanha sobre os países do centro-sul europeu, onde os industrializados alemães eram trocados por matérias-primas, gêneros alimentícios e cereais provenientes da Bulgária, Grécia, Iugoslávia, Turquia, Hungria e Romênia.

A Guerra Civil espanhola (1936-1939)

Em 1931, após várias crises institucionais, a Espanha tornou-se uma república democrática. A tradição conservadora espanhola era muito forte, sendo representada pela Igreja Católica, pelos proprietários de terras e pelo exército, que passaram a simpatizar com um pequeno porém ascendente partido de cunho fascista, a Falange.

Em 1935, uma frente popular que agrupava liberais, reformistas e social-democratas ganhou as eleições e iniciou um programa moderado de reformas. Setores conservadores, liderados pelos generais Emílio Mola e Francisco Franco, tramaram uma conspiração militar contra o governo que eclodiu prematuramente em 18 de julho de 1936 no Marrocos Espanhol e em algumas regiões da Espanha.

A precipitação dos conspiradores dividiu o país em duas áreas, uma controlada por franquistas e outra pelos republicanos, dando início a uma sangrenta guerra civil que só terminou em abril de 1939 com a vitória da direita.

Socialistas, comunistas e democratas do mundo todo alistaram-se como voluntários nas Brigadas Internacionais, dando uma contribuição relativa aos republicanos. Nada, entretanto, se comparou à maciça ajuda militar, em homens e em equipamentos, que a Itália e especialmente a Alemanha prestaram aos franquistas. Novas armas e táticas revolucionárias foram experimentadas pelos alemães, que transformaram a Espanha em um campo de provas militar (o bombardeio de Guernica é apenas o exemplo mais conhecido).

Ao término de quase três anos de luta, e à custa de mais de um milhão de mortos, um regime autoritário de direita foi instalado na Espanha.



Fig. 22 Pablo Picasso. *Guernica*, 1937. Óleo sobre tela. Museu Rainha Sofia, Madri. Perguntado por um oficial nazista se era ele quem tinha feito aquele quadro, Picasso respondeu: "Não, foi você!"

A guerra civil espanhola aproximou os Estados totalitários. Em novembro de 1936, a Alemanha e o Japão assinaram o Pacto *Anti Komintern*, para neutralizar a União Soviética e conter

o avanço do comunismo internacional. Rapidamente, a Itália, a Hungria e a Espanha (o governo nacionalista de Franco fora reconhecido pela Alemanha e pela Itália, já em novembro de 1936) aderiram ao pacto.

Em 1938, formalizou-se o Eixo Berlim-Roma-Tóquio, uma aliança militar entre os três Estados totalitários mais poderosos que visava uniformizar a política exterior.

No mês de março de 1939, Itália e Alemanha firmam o Pacto de Aço, que reforçou a cooperação entre os dois países, reconhecendo mutuamente a anexação da Albânia pelo primeiro e da Tchecoslováquia pelo segundo.

O militarismo nipônico

O Japão foi, isoladamente, o país que mais sofreu com a Grande Depressão. Tradicionalmente, ele comprava matérias-primas da Ásia, industrializava-as, exportava-as, especialmente para os Estados Unidos, seu principal mercado. O protecionismo norte-americano, estabelecido em 1930, privou o Japão dos recursos econômicos para a obtenção das matérias-primas vitais, colocando-o na vulnerável posição de ter de paralisar toda a sua produção industrial, o que provocaria um volume de desemprego de proporções catastróficas.

A sobrevivência do país estava em jogo, e a única alternativa possível era obter controle efetivo sobre as fontes de matérias-primas industriais. Como toda a área asiática era formada por colônias dos países industrializados, o Japão não podia se arriscar a uma guerra em larga escala. Restava a China, que passava por conturbações internas, dividida entre nacionalistas e comunistas e onde o controle imperialista, por meio das áreas de influência, era menos efetivo.

A partir de 1930, os militares japoneses, em aliança com os líderes industriais do país, pressionaram um governo com fraca tradição parlamentar a desenvolver uma política expansionista militarista. Em 1931, a Manchúria, rica em recursos minerais e em petróleo, foi ocupada e se transformou no ano seguinte em um protetorado japonês, sob os inofensivos protestos da Sociedade das Nações.

As despesas bélicas japonesas passaram a consumir a maior parte do orçamento, e a fabricação de armamentos transformou-se no carro-chefe da indústria nipônica. Os estaleiros navais, por exemplo, aumentaram a produção de 54 mil toneladas brutas em 1932 para 295 mil toneladas em 1936.

Recuperada em parte, a economia japonesa precisava de expansão para consolidar o crescimento. Em 1937, o Japão não conseguiu chegar ao fim de uma guerra de conquista contra a China que, de qualquer modo, garantiria o domínio sobre vastas áreas chinesas e de grande parte de sua população. Isso atenuou a dependência nipônica de matérias-primas e gêneros alimentícios, além de promover a abertura a um novo e amplo mercado consumidor.

As grandes cidades chinesas (Pequim, Nanquim, Cantão, Xangai), os portos da costa e o vale do Iang-tsé são ocupados, mas os chineses, refugiando-se nos vales do interior, resistiram e se negaram a qualquer acordo. O incidente chinês marcou o início da guerra na Ásia.

A política expansionista alemã e as origens da Segunda Guerra Mundial

Consolidado em 1934, o Estado nazista buscou realizar uma de suas maiores aspirações: a superação do Tratado de Versalhes, com a incorporação territorial das áreas perdidas, desde 1919, ao Grande Reich.

Em sucessivas etapas, a Alemanha executou uma política expansionista que encontrou pouca ou nenhuma oposição por parte dos demais países europeus. Essa passividade foi denominada política de apaziguamento.

A depressão levava os países a priorizarem a solução de seus graves problemas internos. Na França, a maior interessada na manutenção das restrições do Tratado, o desejo de evitar a guerra a qualquer custo era muito forte, enquanto os setores de direita admiravam Hitler por duas razões básicas. Primeiro: a convicção bastante disseminada, especialmente entre as classes dirigentes da Inglaterra e da França, de que as condições de Versalhes foram bastante duras com a Alemanha; portanto, ela estava apenas corrigindo as injustiças mais flagrantes. A segunda considerava que o expansionismo nazista poderia ser direcionado para leste, contra a União Soviética, reforçando a segurança das democracias ocidentais.

Assim, a Alemanha pôde agir livremente, pelo menos até 1939.

Em janeiro de 1935, o Sarre foi reincorporado por meio de um plebiscito; em março, Hitler repudiou as restrições militares do Tratado de Versalhes, restaurando a **conscrição** e elevando o efetivo do exército, em tempo de paz, para meio milhão de soldados. Em março de 1936, a Renânia desmilitarizada é ocupada pelo exército alemão.

Em março de 1938, a Áustria foi anexada ao *Reich* (*Anschluss*), situação depois ratificada por um plebiscito. E em setembro, na Conferência de Munique, os dirigentes da Inglaterra, Chamberlain, e da França, Daladier, concordaram com a anexação alemã da região dos Sudetos. A região, de predomínante população alemã, pertencera ao Império Austro-Húngaro e desde 1919 fazia parte da Tchecoslováquia, que não foi convidada para a conferência. O país perdeu 33% de sua população e grande parte de sua indústria. Aproveitando-se da situação, húngaros e poloneses também fizeram exigências e receberam territórios. Pelo acordo, a Alemanha tomou-se responsável pela integridade do restante do país.



Fig. 23 Viena tomada pelos nazistas.

Conscrição

Alistamento para o serviço militar.

Em fevereiro de 1939, o Memel, região costeira da Lituânia, foi anexado. E em março, a Eslováquia declarou sua independência, sendo prontamente reconhecida pela Alemanha, que a transformou em um satélite; as tropas alemãs ocuparam o resto do país, estabelecendo o Protetorado da Boêmia e da Morávia.

O desaparecimento da Tchecoslováquia indignou a opinião pública inglesa e alarmou Chamberlain, que pressionou a França para uma ação conjunta mais enérgica contra o aparentemente insaciável expansionismo nazista. Os governos inglês e francês ofereceram garantias à Polônia para a manutenção de sua integridade territorial. A política de apaziguamento terminara.



Fig. 24 Tropas nazistas invadem o Corredor Polonês.

Ironicamente, a reivindicação alemã contra a Polônia, de todas as questões originárias de Versalhes, era a mais justa. O corredor polonês dividia o território alemão, isolando a Prússia Oriental do restante do Reich, o que era uma aberração em termos geopolíticos, e o porto de Danzig, na extremidade norte do corredor e administrado pela Liga das Nações, sempre fora uma cidade alemã.

Consciente de que a garantia franco-britânica não tinha efeito prático, uma vez que as democracias ocidentais não partilhavam fronteiras comuns com a Polônia, Hitler resolveu liquidar a questão polonesa pela força. Celebrou com Stalin o Pacto Germano-Soviético (23 de agosto), que repartiu a Polônia entre a Alemanha e a União Soviética e estabeleceu suas respectivas zonas de influência no Báltico. O pacto causou grande impacto na Europa, pois dois regimes diametralmente opostos, o nazista e o comunista, esqueceram suas diferenças ideológicas por razões de expansão territorial. A União Soviética, na verdade, ressentia-se do isolamento diplomático que a França e a Inglaterra lhe impunham, não a consultando sobre a questão dos Sudetos, e da intenção de direcionar para seu território as ambições alemãs por espaço vital. Ainda mais, por ocasião da Guerra Civil de 1917-1921, a Polônia anexara vastas áreas da Bielo-Rússia, e os países Bálticos separaram-se da Rússia: o Pacto era a oportunidade de corrigir essa situação. Para a Alemanha, tratava-se de neutralizar o único país capaz de impedir a conquista da Polônia, e de afastar o perigo de uma guerra em duas frentes.

Em 1º de setembro de 1939, o exército alemão invadiu a Polônia. Começava a guerra na Europa.

Revisando

1 Caracterize as primeiras medidas do governo bolchevique que permitem compreender seu caráter socialista.

2 Quais os principais elementos da divergência entre Trotsky e Stalin na disputa pelo controle do partido e do Estado soviético.

3 Que razões podem explicar, de uma forma teórica, a crise que marcou a economia dos EUA no final da década de 1920?

4 Leia o seguinte trecho.

O fascismo rejeita na democracia o embuste convencional da igualdade política, o espírito de irresponsabilidade coletiva e o mito da felicidade e do progresso indefinido [...]. Não se deve exagerar a importância do liberalismo no século passado, nem convertê-lo numa religião da humanidade para o presente e o futuro, quando na realidade ele foi apenas uma das muitas doutrinas daquele século [...]. Agora o liberalismo está prestes a fechar as portas de seu templo deserto [...]. O presente século é o século da autoridade, um século da direita, um século fascista.

Mark Mazower. *Continente sombrio: a Europa no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 29.

O discurso proferido por Mussolini explicita a concepção política fascista nos anos 20 e 30 do século passado. Cite dois aspectos do regime fascista contrários aos princípios liberais.

5 Já durante os meses em que ficou preso, Hitler esboçou, em *Mein Kampf*, as principais concepções políticas que, mais tarde, determinariam os rumos de seu governo. Quais seriam essas concepções centrais?

Exercícios propostos

1 As propostas socialistas dos revolucionários de 1917 tinham como objetivo:

- (a) abolir a propriedade privada, a luta de classes e a dominação do homem pelo homem.
- (b) extinguir as relações religiosas e familiares, instituindo formas comunitárias de convivência.
- (c) promover a distribuição de renda por meio de um Estado assistencial.
- (d) instaurar uma sociedade organizada em associações profissionais.
- (e) garantir a presença do Estado, mediador das relações entre as classes sociais.

2 Em última análise, o que causou a incompatibilidade da NEP com o socialismo foi:

- (a) a contínua interferência do Estado na economia.
- (b) a completa socialização da estrutura fundiária.
- (c) a concorrência desleal praticada pelas fazendas coletivas.
- (d) a crescente importância do comércio externo.
- (e) o melhor desempenho do setor privado.

3 A grande realização dos planos quinquenais foi:

- (a) desenvolver a indústria de bens de consumo.
- (b) acelerar a divisão do campo em pequenas propriedades.

- (c) dotar o país de uma indústria pesada.
- (d) aumentar a produtividade da economia agrária sujeita às leis do mercado.
- (e) desenvolver uma indústria baseada na autogestão sem controle estatal.

4 A associação incorreta é:

- (a) Stalin = burocratização do socialismo.
- (b) Trotsky = tese da revolução permanente.
- (c) Kerensky = governo menchevique.
- (d) Lenin = comunismo de guerra.
- (e) Teses de Abril = aliança com a burguesia.

5 Sobre o período da Guerra Civil (1917-1921), pode-se afirmar que:

- (a) a instalação do comunismo de guerra foi uma solução de emergência.
- (b) a intervenção ocidental visava auxiliar os revolucionários bolcheviques.
- (c) os países bálticos apoiaram o Exército Vermelho contra os Brancos.
- (d) os monarquistas conseguiram provisoriamente restaurar o governo czarista.
- (e) a Alemanha recusou-se a reconhecer o governo bolchevique.

6 Pode-se estabelecer uma relação entre a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Russa de 1917. Essa relação é possível, entre outros fatores, pois:

- (a) a primeira foi inspiradora da segunda, mas a francesa teve efeitos apenas nacionais e a russa expandiu-se para além de suas fronteiras.
- (b) as duas revoluções contiveram, em seu interior, variadas propostas, e revelaram, no final, a vitória de projetos socialmente transformadores.
- (c) a primeira foi inspiradora da segunda, mas a francesa foi dirigida pelos *sans culottes* e a russa pelos bolcheviques.
- (d) as duas revoluções manifestaram caráter exclusivamente político, sendo ambas portadoras de ideias liberais e socialistas.
- (e) a primeira foi inspiradora da segunda, mas a francesa teve caráter burguês e a russa aristocrático.

7 Selecione a alternativa correta sobre a Revolução Russa de 1917.

- (a) Foi dirigida pelos trabalhadores do campo contra o proletariado urbano e burguesia industrial, cujo poder concentrava-se na Duma.
- (b) Manteve o czarismo conduzindo ao poder um grupo de políticos compromissados com a manutenção do regime monárquico sob a forma liberal.
- (c) a vitória do império russo na Primeira Grande Guerra e a consequente solução da crise econômico-financeira provocaram a ocorrência do fenômeno.
- (d) Sob a direção de Vladimir Lenin, realizou uma reforma agrária, a estatização dos bancos e das indústrias pertencentes à burguesia.
- (e) Criou um forte estado unitário, que, sob a direção de Josef Stalin, promoveu a vitória do nazismo em vários países da vizinhança.

8 Observando o quadro dominante na Rússia às vésperas da Revolução de 1917, pode-se admitir que as condições presentes no interior do império de Nicolau II empurravam o país ao encontro da revolução, destacando-se entre essas condições:

- (a) a falta de representatividade política da monarquia constitucional de Nicolau II, permitindo que a nobreza rural praticamente dominasse os rumos da política nacional.
- (b) a completa dependência econômica da Rússia em relação ao capitalismo industrial norte-americano, situação que alimentava a posição dos nacionalistas russos ao governo de Nicolau.
- (c) o fracasso da política pan-eslavista, expressão do imperialismo russo sobre os Balcãs, ato que provocou o grande endividamento a que o país chegou em 1917, e que aprofundou o descontentamento popular com o governo czarista.
- (d) o estado de profundo desequilíbrio social reinante nas zonas rurais do país, situação que respondia pela existência de um campesinato pobre e sem terra e de uma burguesia rural dona de grandes propriedades.
- (e) a retirada do apoio político que a Duma, principal partido do país, tradicionalmente assegurava a Nicolau II, enfraquecendo as bases políticas do czarismo e permitindo o avanço da oposição socialista no país.

9 A Revolução Russa de 1917 realizou-se por meio dos movimentos sociais organizados pelos bolcheviques e pela ação dos sovietes, que tiveram um papel importante na organização do novo regime. Desse processo, podemos dizer:

- (a) que os sovietes eram conselhos de operários, camponeses e soldados, agrupados, principalmente, em torno das ideias anarquistas.
- (b) que os sovietes tiveram como função primordial lutar pela reforma agrária da Rússia como base da Revolução Socialista.
- (c) que os sovietes reunidos em congresso, liderados por Stalin, criaram o comissariado do povo e conduziram o país ao socialismo.
- (d) que a melhor organização dos sovietes em Kiev efetivou o grande massacre da burguesia nacional.
- (e) que nas grandes cidades, especialmente Petrogrado, os sovietes estruturaram a guarda vermelha sob a liderança de Trotsky, cujo objetivo era desencadear a insurreição e derrubar o governo menchevique de Kerensky.

10 Leon Trotsky argumentava em 1904 que a tese política defendida por Lenin poderia “conduzir a organização do partido a substituir a organização do partido, e finalmente um ‘ditador’ a substituir o Comitê central”.

Trotsky. *Nossas tarefas políticas*, Brochura redigida e publicada em 1904, em Genebra.

Assinale a alternativa com o nome do responsável pelo regime que, na prática, confirmou a previsão de Trotsky.

- (a) Bukharin
- (b) Stalin
- (c) Kalinin
- (d) Brejnev
- (e) Molotov

11 A brusca mudança de orientação que significou a implantação dos planos quinquenais soviéticos em relação à orientação da Nova Política Econômica (NEP), está ligada:

- (a) ao triunfo dos bolcheviques na sua luta interna contra os mujiques.
- (b) à ascensão de Stalin e à adoção da política do “socialismo em um só país”.
- (c) ao início dos *pogroms*.
- (d) à doação do internacionalismo comunista como doutrina oficial após a deposição de Lenin.
- (e) à subida ao poder de Trotsky.

12 Após a primeira fase da Revolução Russa (1917-1921), Lenin iniciou a NEP (Nova Política Econômica) que, entre outros aspectos:

- (a) transferiu para os operários a administração e gerência dos estabelecimentos industriais.
- (b) restabeleceu processos capitalistas, como o pagamento de juros sobre depósitos bancários.
- (c) incorporou ao governo todos os estabelecimentos industriais e nacionalizou os bancos.
- (d) decretou a coletivização das terras e organizou as grandes cooperativas camponesas.
- (e) autorizou a manufatura privada e o comércio particular em pequena escala.

13 A solução norte-americana para a Crise de 1929 caracteriza-se como:

- (a) processo de busca de alternativas socialistas para a crise do capitalismo.
- (b) resultado de pressões comunistas sobre o governo americano, que suprime a empresa privada.
- (c) resultado da insatisfação da sociedade americana com relação aos projetos econômicos da esquerda.
- (d) saída nacional para a crise que acentua o papel dirigente do Estado em determinados setores econômicos.
- (e) introdução na cultura americana, dos valores sindicalistas europeus.

14 O Entreguerras (1919-1939) pode ser considerado como um período de crises econômicas. Assinale a opção que expressa corretamente um problema relacionado à conjuntura do período.

- (a) A rápida recuperação da economia europeia foi impulsionada pelos novos mercados abertos pela expansão colonial.
- (b) A crise alemã de 1924 representou um desdobramento da decadência da economia dos Estados Unidos, o principal centro econômico do mundo.
- (c) A crise de 1929, iniciada nos Estados Unidos, propagou-se rapidamente pelos países capitalistas, cujas economias estavam em interdependência com a norte-americana.
- (d) Os desajustes da economia mundial tiveram como principal causa o abalo provocado pela Revolução Russa.
- (e) A reconversão foi caracterizada pela expansão da industrialização, em escala mundial, principalmente em economias periféricas.

15 Da Grande Depressão, ocorrida no mundo capitalista por causa da Crise de 1929, resultou:

- (a) o desemprego, o reforço do liberalismo e a modernização do setor industrial.
- (b) a arte expressionista e um avanço dos movimentos revolucionários anarquistas.
- (c) o intervencionismo estatal, múltiplos problemas sociais e o avanço dos regimes autoritários de direita.
- (d) o surgimento do neoliberalismo, o fim da hegemonia europeia e nova corrida armamentista.
- (e) o sucesso dos partidos socialistas ocidentais, o recuo de desemprego e a aproximação com os soviéticos.

16 Podem ser vistos como resultados dos problemas da década de 1930:

- (a) o abalo do liberalismo econômico e a tendência para a prática da intervenção do Estado na economia.
- (b) o aumento do número de sociedades anônimas e da especulação financeira.
- (c) a expansão do sistema de crédito e do financiamento ao consumo.
- (d) a imediata valorização dos preços dos estoques da produção industrial e sua comercialização.
- (e) o crescimento acelerado das atividades industriais e o pleno emprego.

17 O *New Deal* teve como principais medidas, exceto:

- (a) concessão de empréstimos a fazendeiros e industriais.
- (b) elevação de salários e fixação de um salário-mínimo padrão.
- (c) tabelamento de preços de produtos agrícolas e industriais.
- (d) estatização de bancos, grandes indústrias e propriedades rurais.
- (e) criação de obras públicas para a geração de emprego.

18 Em linhas gerais, pode-se dizer que a Grande Depressão resultou principalmente:

- (a) da queda da exportação, desemprego e aumento do consumo interno.
- (b) da valorização da moeda, com o objetivo de elevar os preços dos gêneros agrícolas.
- (c) do fechamento temporário dos bancos e da requisição dos estoques de ouro para sanear as finanças.
- (d) da emissão de papel-moeda e do abandono do padrão ouro que permitiram o financiamento do seguro desemprego.
- (e) da superprodução industrial e agrícola, que se evidenciou quando o mercado norte-americano não pôde mais absorvê-la.

19 A crise capitalista, desencadeada em 1929 nos Estados Unidos e depois na Europa Ocidental, estendeu-se para a América Latina, contribuindo para:

- (a) revogação das tarifas protecionistas, intervencionismo estatal e substituição de importações.
- (b) abalar o poder das oligarquias e o surgimento de regimes populistas e ditaduras conservadoras.
- (c) modernização do campo por meio do deslocamento de mão de obra urbana que sobrevivia precariamente.
- (d) instalação do regime peronista no México.
- (e) ruptura total da estrutura de espoliação do povo latino-americano.

20 A crença liberal no equilíbrio espontâneo do mercado foi reforçada em 1803 pela “lei de Say”. Formulada pelo francês Jean-Baptiste Say, essa lei afirmava que toda oferta cria a sua demanda e inversamente, de tal modo que excluía a possibilidade de crise de superprodução no capitalismo. Qual, dentre os seguintes acontecimentos, constitui a refutação mais importante e direta da “lei de Say”?

- (a) Revolução Russa de 1917.
- (b) Crise de 1929.
- (c) Movimento de independência da América Latina.
- (d) Unificação da Alemanha.
- (e) Ascensão dos Estados Unidos depois da Segunda Grande Guerra.

21 Leia o texto a seguir.

A crise atingiu o mundo inteiro. O operário metalúrgico de Pittsburgh, o plantador de café brasileiro, o artesão de Paris e o banqueiro de Londres, todos foram atingidos.

Paul Raynaud. *La France a sauvé l'Europe*. t. I. Flammarion.

O autor refere-se à crise mundial de 1929, iniciada nos Estados Unidos, da qual resultou:

- (a) o abalo do liberalismo econômico e a tendência para a prática da intervenção do Estado na economia.
- (b) o aumento do número das sociedades acionárias e da especulação financeira.
- (c) a expansão do sistema de crédito e do financiamento ao consumidor.
- (d) a imediata valorização dos preços da produção industrial e fim da acumulação de estoques.
- (e) o crescimento acelerado das atividades de empresas industriais e comerciais, e o pleno emprego.

22 Sobre o *New Deal*, nome pelo qual se designa o conjunto de medidas implementadas nos Estados Unidos, para enfrentar os efeitos da crise de 1929, são corretas as afirmativas a seguir, com exceção de uma. Assinale-a.

- (a) A ajuda às empresas ameaçadas de falência, para as quais foram destinados créditos especiais.
- (b) A intenção de socializar progressivamente a economia norte-americana por meio da adoção de mecanismos nitidamente estatizantes.
- (c) O enfrentamento dos problemas sociais por meio da adoção do *Social Security Act*, Lei de Seguridade (previdência) Social, que garantiu a assistência do governo aos trabalhadores.
- (d) A alteração da política agrícola por meio da redução (mediante indenizações) da produção em alguns setores rurais por intermédio da concessão de créditos.
- (e) A aplicação do *National Industrial Recovery Act* (lei da Recuperação da Indústria Nacional) cujo propósito era estabelecer a lucratividade das empresas e garantir aos trabalhadores salários suficientes.

23 Com relação à crise econômica dos anos vinte, pode-se afirmar que:

- (a) não foi uma crise de superprodução. Esse tipo de crise não pode ocorrer no sistema capitalista, pois o capitalismo produz visando ao consumo.
- (b) o subconsumo reforçou o desemprego, posto que impediu que as empresas utilizassem plenamente sua capacidade de produção.
- (c) não ocorreu subconsumo. Ao contrário, no capitalismo, a pressão da demanda é sempre superior à oferta de bens, o que provoca a alta dos preços, por causa da escassez.
- (d) a crise dos anos vinte já se delineava desde o século XVIII, a partir de quando o capitalismo começa a apresentar evidências de superprodução.
- (e) a crise dos anos vinte configura a falência das teorias que defendiam a maciça participação do Estado na economia.

24 O *New Deal*, política estabelecida pelo presidente Roosevelt:

- (a) baseava-se na premissa de que a produção industrial deveria continuar a crescer a qualquer preço, apesar da inexistência de um mercado consumidor.
- (b) teve como consequência a precipitação de uma grave crise econômica e financeira, iniciada com a quebra da Bolsa de Nova Iorque.

- (c) visava à recuperação econômica dos Estados Unidos da América, por meio de uma ação que possibilitasse menor produção e maior consumo.
- (d) ocasionou uma paralisação da economia americana, embora tenha eliminado os efeitos mais graves do desemprego nos Estados Unidos.
- (e) teve como resultado o aumento do desemprego nos Estados Unidos.

25 De um modo geral, assistiu-se a uma contestação sistemática aos princípios básicos da ordem liberal pelos fascistas, para os quais o Estado liberal era:

- (a) demasiadamente manipulado pelos partidos políticos tradicionais e deveria ampliar a participação popular em seus processos eleitorais.
- (b) inimigo do capital monopolista e um agente contrário ao desenvolvimento econômico moderno.
- (c) baseado em princípios democráticos ultrapassados, demasiadamente fraco e impotente para enfrentar seus inimigos e empreender as transformações sociais exigidas pelas massas.
- (d) tímido diante das pressões nacionalistas, praticando um corporativismo medieval em suas relações com a sociedade civil, que atendia apenas aos interesses rurais.
- (e) fiel ainda a uma concepção obsoleta do poder, sendo incapaz de atender às novas demandas representadas pelo socialismo, constituindo uma estrutura subordinada aos interesses militaristas e imperialistas.

26 Realizar o *Anschluss* era um velho sonho alemão, concretizado pelo nazismo. Tratava-se de:

- (a) ocupar a Renânia, desmilitarizada pelo Tratado de Versalhes.
- (b) anexar o Corredor Polonês, restabelecendo a ligação com a Prússia.
- (c) repudiar totalmente as cláusulas militares de Versalhes.
- (d) desmembrar a República Tcheca, anexando os Sudetos.
- (e) anexar a Áustria, concretizando a ideia do pangermanismo.

27 Assinale a alternativa que não representa uma característica da doutrina política e ideológica do nazismo:

- (a) o racismo, que se baseia na alegação de que existe uma raça superior a todas as outras e que, por causa desta superioridade, ela tem o direito de governar ou mesmo eliminar as demais.
- (b) o militarismo, que se explicita na alegação de que a guerra, para a nação dos indivíduos de raça superior, é algo positivo porque possibilita um fortalecimento ainda maior desta raça.
- (c) o totalitarismo, que se fundamenta na alegação de que todos os interesses individuais devem estar subordinados à vontade e interesse do Estado.
- (d) o expansionismo, que se expressa na alegação de que a nação constituída pelos indivíduos de raça superior tem o direito de conquistar o espaço territorial de outras nações.
- (e) o internacionalismo, que se apoia na alegação de que a existência de nações impede o desenvolvimento da Humanidade, sendo necessária a destruição das barreiras nacionais.

28 “A restrição do espaço democrático é uma das características principais do período entre as duas Guerras Mundiais”. Todas as alternativas apresentam acontecimentos que confirmam a citação, exceto:

- (a) a Guerra Civil Espanhola.
- (b) a Marcha sobre Roma.
- (c) a Revolução dos Jovens Turcos.
- (d) o fim da República de Weimar.
- (e) os expurgos soviéticos.

29 A experiência alemã inaugurou uma nova modalidade na política: as grandes manifestações de massa. Todas as alternativas apresentam afirmações que contêm estratégias utilizadas na mobilização das massas pelo partido nazista, exceto:

- (a) o *Führer* estimulou o uso do uniforme para dissimular as diferenças sociais e projetar a imagem dos alemães como uma nação coesa.
- (b) o governo alemão atribuía enorme importância à política de rua pela capacidade dela transmitir sensação de conforto e encorajamento à multidão.
- (c) o governo nazista musicou, filmou e teatralizou os assuntos políticos para atrair a multidão aos eventos públicos.
- (d) o governo alemão estimulou linchamentos e execuções em praça pública visando ao incitamento ideológico e à difusão do ódio racial contra os muçulmanos.
- (e) os nazistas organizaram paradas, desfiles e concentrações de rua como grandes espetáculos, com a intenção de emocionar e contagiar a multidão.

30 As Brigadas Internacionais, formadas por voluntários de vários países, lutando ao lado dos republicanos, com anarcossindicalistas, liberais de esquerda e comunistas, estiveram presentes na:

- (a) Guerra Civil Russa.
- (b) Revolução Cubana.
- (c) Guerra Franco-Prussiana.
- (d) Guerra Civil Espanhola.
- (e) Revolução Mexicana.

31 Os princípios da doutrina fascista italiana, podem ser resumidos nos seguintes aspectos:

- (a) nacionalismo, racismo, militarismo, hierarquização da sociedade.
- (b) nacionalismo, corporativismo, militarismo, totalitarismo, idealismo.
- (c) igualitarismo, corporativismo, federalismo, racismo, sindicalismo.
- (d) sindicalismo, internacionalismo, militarismo, federalismo, estatismo.
- (e) estatismo, livre cambismo, anticlericalismo, totalitarismo, pluripartidarismo.

32 O fascismo italiano e o nazismo alemão conquistaram o respaldo de muitos setores da população, não só da alta burguesia. Seu totalitarismo serviu de exemplo para muitos países e:

- (a) reforçou o desenvolvimento armamentista, preparando terreno para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.
- (b) transformou a Alemanha no país mais rico e poderoso da Europa, ameaçada em sua supremacia apenas pela Suécia.
- (c) organizou e contribuiu para a evolução do bloco capitalista, sob controle dos Estados Unidos.
- (d) desenvolveu a tendência de cooperação entre os Estados.
- (e) reacendeu as velhas disputas nacionalistas existentes, desde o século XIX, entre a Grécia e a Turquia.

33 Não contribuiu para o fortalecimento do fascismo italiano já na década de 1920:

- (a) a grande frustração pelos resultados da Grande Guerra.
- (b) o fortalecimento da militância partidária de esquerda.
- (c) seguidas greves urbanas e invasões de propriedades rurais.
- (d) a ação enérgica do governo parlamentar.
- (e) a crise de reconversão econômica do pós-guerra.

34 Politicamente, o fascismo em 1922, e o nazismo em 1933, alcançaram o poder, respectivamente, por meio:

- (a) de golpes de Estado com a conivência dos setores militares e burgueses.
- (b) de participação política nos processos eleitorais.
- (c) de alianças com setores progressistas de esquerda.
- (d) o primeiro da força, o segundo do processo eleitoral.
- (e) o segundo de um golpe militar, o primeiro de alianças eleitorais.

35 Leia o texto a seguir.

A ascensão da direita radical após a Primeira Guerra Mundial foi sem dúvida uma resposta ao perigo, na verdade à realidade, da revolução social e do poder operário em geral, e à Revolução de Outubro e ao leninismo em particular.

Eric Hobsbawm. *Era dos extremos.*

Identifique a “direita radical” que ascendia no período Entreguerras, opondo-se a expansão dos movimentos revolucionários:

- (a) Bolchevista.
- (b) Liberal.
- (c) Menchevista.
- (d) Nazifacista.
- (e) Anarcossindicalista.

36 O regime franquista espanhol (1939-1975) pode ser caracterizado como:

- (a) uma ditadura de tipo misto, que se baseou tanto no poder do general Franco, quanto na figura carismática do rei.
- (b) uma ditadura fascista, semelhante à de Mussolini, procurando converter a região do Mediterrâneo em área sob sua influência.
- (c) uma ditadura pessoal, baseada exclusivamente na figura do general Franco, que recusou a formação de instituições coletivas.
- (d) uma ditadura fascista, idêntica à de Mussolini e de Hitler, a ponto de o general Franco enviar tropas para combater a União Soviética.
- (e) uma ditadura fascista, que evitou amplas mobilizações de massa, com forte influência católica.

A Revolução Mexicana

No ano 1910, iniciou-se no México um movimento de implicações políticas, sociais e mesmo culturais, decisivo para a história da América Latina e cujos efeitos superaram em muito as questões meramente locais. Cabe lembrar que, embora formalmente derrotada em seus objetivos mais amplos, a Revolução Mexicana trouxe consigo conquistas como a Constituição de 1917, a primeira no mundo a reconhecer as garantias sociais e os direitos coletivos dos trabalhadores.

Entretanto, é impossível compreender algumas das características da Revolução sem antes termos em mente aspectos da história mexicana desde o processo de independência.

Antecedentes

Em poucos países da América, exceção feita talvez apenas ao Haiti, a luta anticolonial assumiu um caráter tão intensamente popular quanto no México. Desde 1810, insuflada pela pregação do padre Miguel Hidalgo y Costilla, a luta contra a Espanha assumiu no país o caráter de uma luta por ampla reforma social. Ao lado da defesa do fim do domínio espanhol, Hidalgo e seus seguidores defendiam a devolução das terras às populações indígenas e uma ampla reforma que acabasse com os privilégios da aristocracia agrária, fosse ela de origem espanhola ou mexicana (*criollos*). O movimento obteve grandes proporções, e uma verdadeira guerra contra os representantes da elite foi deflagrada. Contando com o apoio das tropas coloniais espanholas, a revolta foi controlada e Hidalgo foi preso e condenado à morte. No ano 1812, o sacerdote José Maria Morelos organizou um novo levante popular, violentamente combatido pela elite local e também pela Coroa. Assim, cristalizou-se no México uma situação que, em alguns aspectos, era análoga à do Brasil, que se tornaria independente alguns anos depois. A ordem surgida com a independência era semelhante à velha ordem colonial, mantendo-se a estrutura latifundiária e elitista, os vínculos formais com a antiga metrópole e o predomínio da Igreja Católica, adotando-se igualmente a monarquia como forma de governo, com o general Itúrbide fazendo-se coroar com o nome de Augustín I.

O reinado de Itúrbide não durou muito tempo. Já em 1824, ele foi deposto e assassinado em um levante republicano, chefiado pelo general Guadalupe Vitória. Embora a revolta tivesse instituído a república, esta continuava igualmente distante dos ideais populares frustrados no processo de independência. Essa fase republicana foi marcada pelo aumento do poder econômico das velhas elites, o qual foi, entretanto, fortemente contido pela guerra contra os EUA. Nessa guerra, que se estendeu de 1845 a 1848, o México perdeu definitivamente para os Estados Unidos as regiões do Texas, além das do Novo México, Califórnia, Utah, Arizona, Nevada e parte do Colorado. Em apenas três anos, cerca de metade do México incorporou-se aos Estados Unidos.

O enfraquecimento das velhas aristocracias abriu espaço para a retomada dos anseios populares. Em 1858, iniciou-se a chamada Guerra da Reforma, liderada por Benito Juárez, o primeiro e único presidente indígena que o México teve. A guerra

prolongou-se até o ano 1861, momento em que Juárez venceu os conservadores.

Entretanto, naquele mesmo ano haveria um novo desencanto aos setores populares. Com o apoio do imperador Napoleão III, e com o envio de tropas francesas para o país, o príncipe Maximiliano de Habsburgo tomou o poder e restaurou a monarquia. Suas tentativas de obter uma pacificação nacional foram frustradas pelo caráter impopular do seu regime, descontentando tanto os setores populares quanto as elites, por representar uma nova imposição europeia sobre assuntos americanos. Dependendo totalmente da sustentação que lhe era dada pelas tropas francesas, Maximiliano viu-se isolado quando essas foram retiradas do país em função das lutas travadas pela França no continente europeu. Na ofensiva de Benito Juárez desde o Paso do Norte, hoje Cidade Juárez, Maximiliano foi derrotado e fuzilado.

Juárez, mesmo vitorioso, jamais logrou efetivar seus projetos populares. Sem apoio das elites, foi derrubado, em 1876, por uma revolta liderada por Porfírio Díaz. Professor de Direito e figura de destaque na luta contra os franceses e o imperador Maximiliano, Díaz contou com o apoio das elites mexicanas e do próprio governo dos Estados Unidos em sua luta pelo poder. Vitorioso em 1876, autoproclamou-se presidente, cargo em que se manteve até 1880. A partir de 1884 foi reeleito presidente seis vezes consecutivas. Estabeleceu um governo ditatorial, favorável aos interesses do Exército, da Igreja e dos grandes proprietários rurais e contra as classes populares. A entrada de capital estrangeiro serviu para estimular a exploração das riquezas do subsolo, especialmente o petróleo, e a construção de infraestruturas (como a estrada de ferro e a rede de telégrafos) que trouxeram modernidade ao México. Entretanto, essa modernização teve um peso social extremamente alto. Durante seu governo, aumentaram sensivelmente a concentração fundiária bem como a presença de empresas estrangeiras no país, notadamente francesas, inglesas e norte-americanas. Tal política, com o agravamento da miséria dos camponeses, indígenas e da pequena parcela de operários urbanos, tornou-se altamente impopular. Esse fato agravou-se porque o México, desde a luta pela independência, apresentava uma forte participação dos segmentos mais baixos da população em seus embates políticos.

O início da Revolução

Nas eleições de 1910, Díaz tinha como adversário Francisco Madero. Embora fosse um rico empresário, ligado às velhas elites do país, Madero era um simpatizante das reformas sociais, preconizadas por vários intelectuais mexicanos, entre as quais a principal seria a reforma agrária. Preso a mando de Díaz, durante a campanha, Madero fugiu para os Estados Unidos, de onde passou a conclamar um levante armado para depor o presidente reeleito. Seu plano de ação, chamado de *Plano de San Luís*, convocava um levantamento armado que deveria ter início em 20 de novembro

Conclamar

Chamar insistentemente e de modo oficial; convocar.

de 1910, às 18 horas. Adicionalmente, o plano declarava nulas as eleições de 1910, não reconhecia o governo de Díaz, nomeava Madero presidente provisório, restituía aos indígenas terras que haviam sido tomadas durante a ditadura e estabelecia o princípio da não reeleição para qualquer posto político no país.

Embora contando com amplo apoio, o movimento **alardeado** por Madero jamais se constituiu em um movimento homogêneo. Ao lado de setores de uma burguesia nacionalista, descontente com a política de excessiva dependência em relação às potências externas, havia setores de camponeses e indígenas, cujas reivindicações iam bem além de uma simples mudança na política econômica. Dentre esses, destacavam-se os nomes de Emiliano Zapata e Pancho Villa.

Emiliano Zapata e Pancho Villa

Zapata, um nome presente desde o início do século nas lutas dos indígenas pela restituição de suas terras ancestrais, acabou assumindo um papel fundamental na revolução. Era influenciado pelo anarquismo, tanto que o lema do movimento desencadeado por ele, *Terra y Libertad!* (Terra e Liberdade!), era um dos mais estimados *slogans* dos anarquistas no final do século XIX. Zapata rapidamente assumiu um papel importante, tornando-se o general de um exército formado em Morelos (o *Ejército Libertador del Sur*, *Exército Libertador do Sul*).

A história pregressa de Pancho Villa era bastante diferente. Foragido da justiça, com um passado de roubo de gado e assaltos a bancos, Villa havia-se alistado no exército como forma de fugir à condenação. Homem valente, idolatrado em sua região de Chihuahua, ao norte do país, Villa acabou assumindo uma posição de destaque no Exército e na luta que levou Madero à presidência.

Foi a ação dos dois líderes, Zapata ao sul e Villa ao norte, que tornou possível a vitória sobre Díaz. As lutas se alastraram por todo o país, levando à renúncia do ditador em abril de 1911. Formou-se um governo provisório, encabeçado por Francisco León de la Barra, que entregaria a presidência a Madero. Entretanto, as divergências entre os vários setores que o apoiaram acabaram por enfraquecer Madero, abrindo espaço a uma reação da aristocracia.

Liderados pelo general Victoriano Huerta, os **caudilhos** deram um golpe, em 1913, depondo Madero. Huerta estabeleceu uma ditadura que visava anular as pequenas conquistas populares do período de Madero e assegurar a manutenção da estrutura oligárquica. Contra ele se voltaram Zapata e Villa, contando ainda com o apoio de Venustiano Carranza, governador do estado de Coahuila, no nordeste do país. Com amplo apoio popular, Carranza **logrou** derrubar Huerta e assumir o poder em 1914.

Carranza formou o Exército Constitucionalista com o objetivo de pacificar o país, adotando a maior parte das demandas sociais defendidas pelos rebeldes e integrando-as a uma nova Constituição de tom progressista. Seu programa era bastante avançado, incorporando várias das reivindicações de Zapata, principalmente

as que se referiam à reforma agrária. Entretanto, mesmo assim havia um abismo entre seu governo e as reivindicações populares, especialmente aquelas que eram encabeçadas por Emiliano Zapata. O *Plano Ayala*, base do programa de Zapata, previa a redistribuição de um terço das terras dos latifundiários mexicanos aos camponeses, além de uma reorganização do *ejido*. Este último constitui-se em uma terra particular tomada para ser utilizada como propriedade coletiva. Prática comum no México, pelo sistema de *ejidos* o Estado é o proprietário nominal das terras e as repassa aos camponeses para uso coletivo, responsabilizando-se por todo o necessário para manter a terra. Apesar da promessa de Carranza de manter o sistema, este havia sido abolido pela Constituição de 1917. Além disso, Zapata, em suas inclinações anarquistas, voltava-se contra o fato de Carranza ter assumido o poder sem o voto popular, tendo inclusive se recusado a participar de uma convenção que escolheria o novo presidente, alegando que nenhum dos presentes ali estava eleito pelo voto.

Da mesma forma, Villa, que originalmente apoiara Carranza, chegando a comandar sua cavalaria de mais de quarenta mil homens, rompeu com o governante, retomando a luta armada. Perdendo apoio popular, Carranza buscou sua sustentação no exército oficial e no apoio externo, notadamente norte-americano, a cujo governo não interessava a ação de guerrilhas camponesas e indígenas tão próximas ao seu território. Assim, embora de cunho nacionalista, inclusive nacionalizando empresas de petróleo, o governo de Carranza fez concessões às grandes empresas norte-americanas. Ao mesmo tempo, procurava livrar-se da ação das forças populares, chegando a oferecer uma recompensa pela cabeça de Emiliano Zapata, já irremediavelmente rompido com seu governo. Em 1919, Zapata foi assassinado pelo general Guajardo, que simulara o interesse em um encontro. Após o assassinato, Guajardo recebeu a recompensa das mãos do presidente.

Após o rompimento com Villa, Carranza chegou a convocar uma força expedicionária norte-americana para enfrentá-lo. Controlando com seu exército o norte do país, Villa constituía-se no principal adversário do governo mexicano. O apoio das tropas dos EUA possibilitou ao governo derrotar Villa, que perdeu grande parte dos seus soldados. O guerrilheiro ainda reagiria, atacando primeiramente um trem onde viajavam engenheiros norte-americanos e, mais tarde, a cidade de Columbus, no sul dos EUA. A reação norte-americana a esse ataque gerou a primeira caçada do exército dos EUA a um inimigo no exterior. Entretanto, mesmo com a ação de tropas dos EUA e do México, contando inclusive com o apoio de uma **incipiente** aviação, essa caçada não surtiu efeito, com Villa ocultando-se nas montanhas do norte mexicano.

A pacificação

O governo de Carranza, entretanto, durou pouco. O general Álvaro Obregón, que tinha desempenhado na primeira etapa de seu governo o cargo de Ministro de Guerra e Marinha, tendo

Alardeado

Anunciado com excesso de ostentação.

Caudilho

Chefe militar que possui seu próprio exército; ditador.

Logrou

Conseguiu.

Incipiente

Iniciante, principiante.

sido importante inclusive no combate a Villa e Zapata, sublevou-se ao ver-se em desvantagem em sua luta pela candidatura oficial nas próximas eleições federais. A ação militar levou à morte de Carranza e ascensão de Obregón ao poder em 21 de maio de 1920. Já com as principais lideranças populares mortas ou neutralizadas, Obregón levou a cabo a tarefa de pacificar a maior parte do país, buscando o apoio de um setor até então esquecido: os trabalhadores urbanos. Com uma política de aproximação em relação aos operários, ele fomentou a criação de numerosas centrais operárias e sindicatos, criando uma base de sustentação. Em seu governo encontra-se a verdadeira origem do populismo

mexicano. Foi sucedido pelo também general Plutarco Elías Calles, que promoveria algumas leis anticlericais, levando à ruptura com a Igreja. Essas leis eram particularmente importantes, dada a quantidade de terras de que a Igreja dispunha, além de seu papel historicamente ligado às velhas aristocracias agrárias. Foi também no governo Calles que se fundou o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que se manteria na presidência da República por mais de setenta anos.

Sublevar-se

Revoltar-se, rebelar-se.

RESUMINDO

Os anos que separam a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais jamais se constituíram em um período de paz. As contradições trazidas pela Primeira Guerra e pelo próprio desenvolvimento capitalista fizeram deste um dos períodos mais conturbados da História.

Por um lado, a Revolução Russa representou a primeira forma de negação do capitalismo em escala nacional. Seu impacto foi gigantesco, não apenas pelo que representou de estímulo ao crescimento do movimento operário em todo o Ocidente, mas também pelo efeito sobre a burguesia, que passou a buscar formas de Estado capazes de impedir a ameaça vermelha.

Em um outro aspecto, o próprio desenvolvimento capitalista mostrou seu limite com a crise de 1929 e a Grande Depressão que se seguiu a ela. A inoperância do Estado liberal foi o argumento que sintetizou uma imensa crítica por parte dos setores mais conservadores, que passam a defender um Estado mais forte. Foi essa fusão entre a necessidade de conter o avanço comunista e ao

mesmo tempo proporcionar o crescimento econômico que alicerçou as concepções fascistas.

É interessante compreender que o fascismo, bem como sua manifestação alemã, o nazismo, surge com mais força justamente em países pobres e/ou arrasados pela Primeira Guerra Mundial. A perspectiva apontada pelo nazifascismo de recuperar o orgulho nacional destruído, restaurar a ordem e atingir a grandeza internacional foi irresistível para a burguesia desses países e mesmo para setores populares despolitizados, que sofriam com o desemprego e a fome.

Por outro lado, as promessas de grandeza preconizadas pelo nazifascismo apontavam, necessariamente, para uma correção das desigualdades internacionais. Essa visão, já claramente presente na concepção do “espaço vital”, de Hitler, apontava para uma guerra que vingasse a derrota de 1918. O prenúncio de uma nova guerra esteve sempre presente, desde que se assinou o Tratado de Versalhes.

■ QUER SABER MAIS?



FILMES

- *Arquitetura da Destruição*. Direção de Peter Cohen e narração de Bruno Ganz. DVD. Suécia, 1989. 119 min., colorido/P&B, legendado.
- *O Encouraçado Potemkin*. Direção de Sergei Eisenstein. DVD. Rússia, 1925. 75 min., P&B, legendado.
- *Reds*. Direção de Warren Beatty. DVD. EUA, 1981. 194 min., colorido, legendado.
- *A Queda! Os últimos dias de Hitler*. Direção de Oliver Hirschbiegel. DVD. Alemanha/Itália, 2004. 156 min., colorido, legendado.

Exercícios complementares

1 Fuvest Imediatamente após a sua ascensão ao poder, Lenin disse: “Este governo declara solenemente sua disposição de concluir imediatamente a paz [...] igualmente justa para todas as nações e nacionalidades, sem exceção.” Em março de 1918 foi assinado o armistício de Brest-Litovski e os soviéticos saíram da Primeira Guerra.

- Justifique por que a assinatura do armistício de Brest-Litovski foi um ato coerente com a política externa do governo bolchevista.
- Por que a Alemanha tinha interesse em concluir a paz com os soviéticos?

2 Fuvest Qual a divergência entre Stalin e Trotsky que conduziu à disputa pelo poder na URSS em 1925? Qual o desfecho dessa disputa?

3 Fuvest *Tinha razão o camponês que declarou no VIII Congresso dos Soviéticos: “Tudo vai bem. Mas, se a terra é para nós, o pão é para vocês, isto é, para os comissários; a água é para nós, mas o peixe para vocês; as florestas são para nós, mas a madeira para vocês”.*

Izvestia, de Kronstadt, 25 mar. 1921. Citado por Henri Arvon. A revolta de Kronstadt.

- Em que sentido essa denúncia chocava-se com o projeto bolchevique de todo o poder aos soviéticos?
- Qual a política implementada posteriormente por Stalin em relação ao campesinato?

4 Fuvest Qual a relação entre a Primeira Guerra Mundial e os acontecimentos políticos que ocorreram na Rússia entre fevereiro e outubro de 1917?

5 Considerando-se as diferentes etapas do processo global da Revolução Russa iniciada em 1917, é possível afirmar-se que os períodos do “Comunismo de Guerra” e da NEP (Nova Política Econômica), embora diferentes entre si, foram decisivos para a vitória dos bolcheviques, porque:

- O “Comunismo de Guerra” resultou das exigências de uma profunda crise provocada pela guerra civil e da tentativa de implantar rapidamente uma nova sociedade;
- A NEP caracterizou-se pelo desenvolvimento da indústria pesada e pela coletivização da produção agrícola, após a liquidação dos *gulags*;
- Tendo sido uma imposição ideológica dos setores anarquistas, o “Comunismo de Guerra” fracassou ao abandonar a concepção leninista da necessidade de uma ditadura do proletariado na transição para o socialismo;
- Conciliando os princípios e objetivos da edificação do socialismo, com um certo número de concessões à pequena produção e ao pequeno comércio, a NEP permitiu uma rápida recuperação econômica.

Assinale:

- se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

6 A expectativa de se promover a “revolução mundial”, a partir da implantação do socialismo na Rússia, acabou não se concretizando devido a vários fatores, dentre os quais pode-se apontar:

- a onda contrarrevolucionária que emergiu ao final da Primeira Guerra e o estímulo ao nacionalismo – um dos destaques dos Catorze Pontos de Wilson (EUA) –, em contraposição ao internacionalismo pregado por Lenin.
- o sucesso da república soviética húngara, proclamada em 1918, que dividiu as lideranças da Segunda Internacional.
- a defesa, por Trotsky, do socialismo em um só país, em contraposição a Stálin, que defendia a internacionalização da revolução.
- a concessão de terras, aos camponeses da Europa Central, após a pacificação dos territórios atingidos pela batalhas da Primeira Guerra.
- a descentralização do poder na URSS, após a morte de Lenin e a cisão entre os socialistas de esquerda e os social democratas que compunham o *Komintern*.

7 UFPR A crise econômica de 1929, por sua profundidade e extensão, atingiu todo o mundo ligado ao capitalismo. Quais foram os efeitos dessa crise no Brasil, sob os aspectos econômico e político?

8 UFRJ *Nova York, 29 (UP) – Os diretores de meia dúzia das maiores instituições financeiras desta cidade, com recursos que somam aproximadamente 7 bilhões de dólares, reuniram-se às primeiras horas da noite de ontem [...] para discutir a situação da Bolsa, em face das últimas baixas das cotações dos títulos. Foi noticiado que nessa reunião foi deliberado prepararem-se planos de mobilização de toda a potencialidade financeira daquelas instituições, a fim de evitar novos desastres. [...] A Bolsa de Títulos abriu com uma baixa de proporções sem precedentes. [...]*

Berlim, 29 (AB) – A crise verificada nas praças de Nova York e Amsterdã causou nova inquietação na Bolsa de Berlim.

Folha da Manhã. São Paulo, 30 out. 1929.

- Cite dois fatores que contribuíram para a crise de 1929 nos Estados Unidos.
- Explique as razões da internacionalização da crise de 1929.

9 Vunesp Em seu discurso de posse na presidência dos Estados Unidos, Roosevelt, em 1933, acusava a profunda crise econômica e social: “[...] grande quantidade de cidadãos desempregados vê surgir à sua frente o problema sinistro de existência, e um número igualmente grande labuta com escassa remuneração”. Ao mesmo tempo, Roosevelt propunha: “Esta nação exige ação, e ação imediata”. Essa ação deu-se através de uma nova política econômica, o *New Deal*. Apresente duas características dessa política.

- 10** A expressão *New Deal* nomeia, na história dos EUA:
- (a) política de recuperação econômica após a crise de 1929, expandindo a intervenção do Estado na economia.
 - (b) plano de desenvolvimento econômico sob o governo Truman, inclinado à expansão de dispêndios estatais em bem-estar social.
 - (c) plano de recuperação adotado após a crise que se seguiu à Guerra da Coreia.
 - (d) política de recuperação econômica após a crise de 1929, retraindo a intervenção do Estado na economia.
 - (e) plano de distribuição de renda por intermédio da tributação maciça de lucros e renda da propriedade, sob o governo L. B. Johnson.

- 11** A administração Roosevelt nos EUA significou:
- (a) a imposição de um regime antidemocrático.
 - (b) o acirramento dos conflitos com a massa desempregada.
 - (c) o crescimento do papel regulador do Estado.
 - (d) a emergência da burguesia financeira industrial.
 - (e) o abandono dos controles políticos autoritários.

- 12** Sobre o período 1929/1932 nos EUA, a associação correta é:
- (a) Estado intervencionista = leis Antitrustes.
 - (b) Estado liberal = princípio de que a crise seria sanada pela própria ação reguladora do mercado.
 - (c) Estado intervencionista = ênfase no mercado externo.
 - (d) Estado intervencionista = monopólio estatal estratégico.
 - (e) Estado liberal = repatriamento dos capitais.

13 Unicamp Na década de 1920, o fascismo surge como uma posição política de crítica às democracias liberais e ao comunismo soviético por considerar que essas duas formas de governo destroem o valor supremo da nação e da pátria, quer pela corrupção econômica e política, quer pregando o internacionalismo proletário que enfraquece as forças do Estado nacional. Sobre quais ideais se forma o fascismo e em que países consegue se impor como forma de governo?

14 UFPR O período de 1919 a 1939, pelos componentes que o constituíram, marcados por esperanças e frustrações, é tido como um dos mais críticos da época contemporânea. Dos esforços para superar a devastação da Primeira Guerra Mundial, se encaminha para a recuperação e logo em seguida para o novo conflito mundial. A respeito desse período é correto afirmar que:

- 01 A frustração e o inconformismo dos alemães, submetidos às cláusulas do Tratado de Versalhes, levaram-nos a chamar esse acordo de *Diktat*.
- 02 A Liga das Nações (ou Sociedade das Nações), criada após a Primeira Guerra Mundial, recebeu apoio de todas as potências e teve atuação decisiva para evitar todas as crises internacionais da década de 1930.
- 04 A URSS participou ativamente da política internacional europeia na década de 1920.
- 08 Nesse período houve a vitória das ditaduras do tipo nazifascista na Itália e na Alemanha, além de regimes autoritários em diversos países, como Portugal e Espanha.
- 16 A crise de 1929 e a grande depressão econômica que ela gerou desencadearam também crises políticas, reacenderam nacionalismos econômicos e políticos, facilitaram a ascensão de ditaduras e contribuíram para o advento da Segunda Guerra Mundial.

Soma =

15 UFPR Na questão a seguir, escreva no espaço apropriado a soma dos itens corretos.
O período entreguerras (1919-1939) foi caracterizado pelo aparecimento de regimes autoritários na Europa. A esse respeito, é correto afirmar que:

- 01 Esses regimes podem ser entendidos como uma alternativa tanto à ordem liberal tradicional quanto ao regime comunista.
- 02 No período em questão, acentuaram-se as dificuldades dos regimes democráticos e acentuou-se o fracionamento político, o que dificultava o estabelecimento de maiorias parlamentares que pudessem garantir a continuidade administrativa.
- 04 A incapacidade dos regimes de democracia liberal de contornarem a crise econômica dos anos 1920/1930 também contribuiu para abrir espaços para a expansão dos regimes autoritários.
- 08 Parte importante no projeto do nazismo de unificação das vontades coletivas foi a ênfase na liberdade de expressão e na igualdade entre as raças.
- 16 A expansão dos regimes autoritários se fez com base num acentuado internacionalismo e cosmopolitismo, rejeitando-se qualquer ênfase em temas nacionalistas.
- 32 A tomada do poder pelos nazistas e fascistas teve uma significativa participação popular, inclusive com grandes manifestações de massa.

Soma =

16 UnB Leia o texto que se segue.

Uma das ironias deste estranho século é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz, fornecendo-lhe o incentivo – o medo – para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial, e, ao estabelecer a popularidade do planejamento econômico, oferecendo-lhe alguns procedimentos para sua reforma.

Eric Hobsbawm. *Era dos extremos - o breve século XX (1941-1991)*.

Em relação a acontecimentos marcantes do século XX, julgue V ou F os seguintes itens.

- A corrida armamentista, o jogo de alianças e as disputas interimperialistas levaram à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), após a qual, o Japão, a Alemanha e a Itália assumiram o domínio do mundo.
- Iniciada pelos bolcheviques, a Revolução Russa de 1917, sob liderança menchevique, implantou o primeiro Estado socialista da História, tendo em Trotsky seu comandante supremo por duas décadas.
- O *New Deal* (novo pacto), implementado por Roosevelt em meio aos efeitos devastadores da crise de 1929, representou a substituição do liberalismo pela fundamental presença do Estado na organização da economia e da sociedade.
- De forma geral, os regimes fascistas, que floresceram a partir dos anos 1920, caracterizam-se, entre outros aspectos, por terem sido expansionistas, militares, antiliberais, antidemocráticos e anticomunistas.

17 Durante a depressão da década de 1930, grandes capitalistas identificaram-se com o nazifascismo porque ele:

- (a) impedia a recuperação das economias nacionais concorrentes.
- (b) defendia a não intervenção do Estado na economia.
- (c) perseguia movimentos e lideranças da democracia social.
- (d) era contrário à política alfandegária protecionista.
- (e) reprimia indivíduos e grupos comunistas.

18 Entre as duas Grandes Guerras Mundiais (1918-1939) ocorreram alguns eventos históricos relevantes, merecendo destaque a:

- (a) ascensão da República de Weimar, a eclosão da Guerra da Coreia e a proclamação da República no Egito.
- (b) quebra da Bolsa de Nova Iorque, a proclamação da República Popular na China e a criação do Estado de Israel.
- (c) deflagração da guerra entre Grécia e Turquia, a eleição de presidentes socialistas na França e em Portugal e a constituição do Pacto Varsóvia.
- (d) ascensão do Nazismo alemão, o início da Nova Política Econômica na Rússia e a deflagração da Guerra Civil na Espanha.
- (e) ascensão do fascismo italiano, a criação do Mercado Comum Europeu e a invasão do Afeganistão pela União Soviética.

11

FRENTE 2

A Segunda Guerra Mundial e o mundo pós-guerra



UNITED STATES FEDERAL GOVERNMENT • SUE RAEM/WIKIMEDIA COMMONS
• BRAD BARNES / WIKIMEDIA COMMONS • SONNET GROUP/MAGNUM PHO
TOS/LATINSTOCK • COURTESY EVERETT COLLECTION/EVERETT/LATINSTOCK
• ARMY SIGNAL CORPS COLLECTION IN THE U.S. NATIONAL ARCHIVES
• U.S. COAST GUARD COLLECTION IN THE U.S. NATIONAL ARCHIVES
• REUTERS/REUTERS/LATINSTOCK

A Segunda Guerra Mundial trouxe consigo, ao lado da destruição em uma escala nunca vista e do terror nuclear que ela inaugurou, uma nova realidade mundial, pautada pela hegemonia dos Estados Unidos, mas que contava agora com a ascensão da União Soviética e a bipolarização que marcou a Guerra Fria.

Paralelamente, questões como a descolonização afro-asiática, os conflitos no Oriente Médio, as Revoluções Chinesa e Cubana e a Guerra do Vietnã fizeram dos anos após a Segunda Guerra um dos períodos mais conflituosos da História, em que a perspectiva de uma nova guerra em escala gigantesca esteve sempre presente. Entretanto, o clima de tensão diminuiu a partir das últimas décadas do século XX, como será estudado no final do capítulo. Se isso prenuncia uma paz mais sólida e duradoura, só a História poderá afirmar.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Em vários aspectos, aquilo que chamamos de Segunda Guerra Mundial é uma retomada da Primeira, embora, em termos mais amplos, tenha tido um significado infinitamente maior e tenha contado com uma série de elementos novos, gerados pelo conturbado período Entreguerras.

Suas dimensões gigantescas fizeram com que a Primeira Guerra Mundial ficasse reduzida ao espectro de um conflito meramente europeu, de dimensões incomparavelmente menores, ante o terror e a destruição em massa trazidos por ela.

Trata-se, na verdade, de dois conflitos, a guerra europeia e a guerra na Ásia, unificados em um só pela entrada dos Estados Unidos, declarando guerra ao Eixo, e enviando suas tropas para todas as principais frentes de batalha ao mesmo tempo.

A própria complexidade das relações internacionais no período entreguerras contribuiu para que certas alianças soassem estranhas, assim como para que certas rivalidades fossem intensificadas. Parece-nos claro que houve uma sintomática negligência por parte das potências europeias em deter o

militarismo e as reivindicações territoriais de Hitler, ao mesmo tempo em que impulsionavam seu expansionismo em direção ao Leste, quase que jogando-o em uma guerra contra a União Soviética. Por outro lado, a assinatura do Pacto Germano-Soviético de não agressão, em 1938, constitui-se em uma terrível surpresa, tornada ainda maior quando se observa a União Soviética cerrando fileiras ao lado dos aliados e sofrendo a agressão do exército nazista.

Mais que as vicissitudes da Guerra, o efeito para as relações internacionais, após seu término, foi decisivo e devastador para a velha ordem mundial. As velhas potências jamais se recuperariam e veriam a ascensão da União Soviética à condição de maior potência europeia e de principal rival dos Estados Unidos no cenário internacional. O colonialismo ruiu, da mesma forma que o velho equilíbrio de forças foi totalmente alterado. A Guerra Fria, os conflitos no Oriente Médio, o desmoronamento da estrutura política na América Latina e a descolonização afro-asiática são apenas alguns dos elementos da nova ordem diretamente criada pela Segunda Guerra.



Vicissitude

Instabilidade que conduz à imprevisibilidade.

A Guerra na Europa

Em 3 de setembro, em razão dos compromissos assumidos para defender o território polonês, Inglaterra e França declaram guerra à Alemanha. A Itália assumiu uma posição de não beligerância.

A Polônia foi conquistada em menos de três semanas, graças à tática alemã de *Blitzkrieg* (guerra relâmpago), que combinava o amplo uso de divisões motorizadas com divisões blindadas (*panzer*), em estreita colaboração com a força aérea (*Luftwaffe*). O território polonês foi repartido entre a Alemanha e a União Soviética, que logo depois ocupou os países Bálticos e, no inverno, forçou a Finlândia a ratificar suas fronteiras (Guerra de Inverno).

No Ocidente, até maio de 1940, ocorreu a chamada **guerra de mentira**: os franceses permaneciam imobilizados atrás de suas grandes fortificações (Linha Maginot) e os exércitos ingleses guardavam a fronteira belga. Hitler tentou dissuadir os aliados de continuar a luta, tratando do desmembramento da Polônia como um fato consumado.

A tentativa inglesa de minar o litoral da Noruega e da Dinamarca para impedir o abastecimento alemão de ferro sueco, que se fazia através do porto de Narvik, ampliou o conflito. Utilizando-se de paraquedistas (que constituíam uma novidade tática), rapidamente a Alemanha conquistou a Noruega e a Dinamarca (abril a maio de 1940).

Na primavera de 1940, deslanchou a *Blitzkrieg* no Ocidente. Evitando a Linha Maginot, os exércitos alemães invadiram a Holanda (que se rendeu em dez dias) e a Bélgica (conquistada em duas semanas), atraindo os exércitos aliados para uma armadilha. Ao romper a Linha Maginot em Sedan, as tropas alemãs causaram a destruição das tropas francesas mais bem equipadas e forçou os ingleses à retirada de Dunquerque, ao preço do abandono de todo o seu material bélico. A derrota da França deu-se em finais de junho. Toda a área norte do país e seu litoral atlântico foram ocupados pelos alemães; no sul, estabeleceu-se o regime colaboracionista, com capital em Vichy, e comandado pelo marechal Pétain, que implantou um regime de cunho fascista.

A Inglaterra estava isolada, mas protegida por sua frota. Os navios franceses foram inutilizados pelos ingleses, que não podiam correr o risco de vê-los sob controle alemão. Esse fato, somado ao estabelecimento de um “governo” francês de resistência, comandado a partir de Londres pelo general Charles de Gaulle, levou ao rompimento entre a Inglaterra e a França de Vichy.

Durante o restante do verão e no outono de 1940, a Alemanha tentou destruir a Força Aérea Inglesa (*RAF*), na chamada **Batalha da Inglaterra**, para abrir caminho à invasão do país. Entretanto, apesar da destruição causada à infraestrutura inglesa, a *Luftwaffe* fracassou em seu objetivo.

No início de 1941, a situação estabilizou-se. A Alemanha controlava quase toda a Europa Centro-Occidental; a Inglaterra ainda resistia, apesar dos crescentes danos causados à sua marinha mercante pelos submarinos alemães.



Fig. 1 O bombardeio alemão na Batalha da Inglaterra, em 1940.

O complicador foi a Itália. Entrava na guerra no verão de 1940, pouco antes da queda da França, para obter vantagens territoriais a custo zero. Incapaz de expulsar os ingleses do Mediterrâneo, a Itália estava sendo derrotada na Etiópia, e fracassara na conquista do Egito, estando ameaçada de ser expulsa da Líbia. Além disso, sua tentativa de submeter a Grécia, no inverno de 1940 não só fracassara, como também permitira a invasão grega do sul da Albânia.

Os fracassos italianos no Mediterrâneo e nos Bálcãs animaram gregos e iugoslavos a aproximarem-se da Inglaterra. A Alemanha foi obrigada a intervir, criando um novo teatro de operações e dispersando forças: na primavera de 1941, o *Afrika Korps*, sob o comando do general Erwin Rommel, desembarcou na Líbia para auxiliar os italianos; a Grécia e a Iugoslávia foram conquistadas em outra *Blitzkrieg* (a Campanha dos Bálcãs).

Enquanto a Inglaterra resistia, animada pelo crescente apoio dos Estados Unidos (por meio da Lei de Empréstimo e Arrendamento, que abria créditos americanos à Inglaterra, e a Carta do Atlântico, que reafirmava a aliança entre os dois países), os atritos entre a Alemanha e a União Soviética cresciam. Em 22 de junho de 1941, os alemães invadiram a União Soviética.

A *Blitzkrieg* mostrava-se novamente invencível. Os exércitos soviéticos eram seguidamente derrotados e os prisioneiros eram contados aos milhões; as melhores áreas agrícolas e o coração industrial do país foram conquistados. Os subúrbios de Moscou foram alcançados em dezembro. Entretanto, a vitória total não se consumou. A tenaz resistência soviética e as condições climáticas adversas pesaram na balança, mas o que em última análise salvou a União Soviética foi sua infraestrutura pouco desenvolvida.

Os exércitos alemães, motorizados, necessitavam de uma boa e vasta rede de estradas de rodagem, postos de abastecimento disseminados, oficinas de reparos nas principais cidades e um eficiente sistema ferroviário. A dificuldade para encontrar esses recursos, somados à lama do outono e à neve do inverno, imobilizaram os alemães.

Beligerância

Estado de guerra.



Fig. 2 Soldados russos defendem Stalingrado. A batalha é considerada a mais sangrenta da História e custou a vida de 2 milhões de pessoas.

O ano de 1942 marcou a virada no curso da guerra. A entrada dos Estados Unidos abastecia os aliados com equipamentos e armas em um volume crescente. Os alemães avançaram até o rio Volga, mas sofreram a grande derrota de **Stalingrado**. Rommel, que empurrara os ingleses de volta para o Egito, foi derrotado em El Alamein; no final do outono, os exércitos anglo-americanos desembarcaram no norte da África.

Em 1943, o sistemático bombardeio aéreo sobre a Alemanha foi iniciado. A última ofensiva alemã contra os soviéticos fracassou na batalha de Kursk. Em maio, os aliados expulsaram as tropas do Eixo do norte da África; em agosto, a Itália perdeu as ilhas do Mediterrâneo e foi invadida. Mussolini foi deposto em setembro e a Itália rendeu-se em outubro (no final do ano, os alemães que ocupavam a península restabeleceram o governo fascista no norte, o que causou uma dura guerra civil no país, já bastante destruído pela luta entre alemães e anglo-americanos).



Fig. 3 Cidade de Colônia, na Alemanha, bombardeada pelos Aliados.

Durante esse período, entre 1942 e 1943, verificou-se o crescimento brutal das atrocidades nazistas, com a disseminação dos campos de concentração e a “solução final” planejada por Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Hitler. Essa política foi responsável pela morte de mais de 6 milhões de judeus e também de ciganos, homossexuais, comunistas e outros que, para os nazistas, continham elementos considerados antisociais. Campos, como Dachau, Treblinka, Auschwitz e Sobibor, atestam a face mais sanguinária do nazismo, promovendo um verdadeiro holocausto na Europa.

Em 1944, os alemães foram expulsos da União Soviética, que avançou pelos Bálcãs e pela Europa Central; os alemães perderam a maior parte da Itália; e em 6 de junho, o **Dia D**, os aliados desembarcaram na Normandia, no norte da França, criando uma base de onde marchariam para libertar Paris. Ao final do ano, a França, a Bélgica, e a maior parte da Holanda estavam libertadas. A guerra aproximava-se das fronteiras do Reich, já duramente pressionado pelos soviéticos, que se derramavam pela Europa Central. No inverno, uma contraofensiva alemã nas Ardenas fracassou.



Fig. 4 O desembarque na Normandia.

Em 1945, o cerco sobre o Reich fechou-se. Americanos e soviéticos encontraram-se no meio do país; Berlim foi capturada pelos soviéticos em abril; e a Alemanha capitulou incondicionalmente em 7 de maio, e a 23 de maio completou-se a ocupação aliada do país.

A Guerra na Ásia

Desde 1937 o Japão encontrava-se em guerra com a China, que se recusava a reconhecer a derrota. Com o litoral ocupado, as únicas ligações chinesas com o exterior eram através da Indochina Francesa e da Birmânia Inglesa, por onde recebia um fio de suprimentos e materiais bélicos.

As vitórias alemãs na Europa encorajaram o Japão a agir para liquidar a China de forma definitiva. Em setembro de 1940, os japoneses forçaram o governo francês de Vichy a ceder a Indochina, que foi ocupada prontamente. Em virtude disso, a Inglaterra fechou por alguns meses a rota da Birmânia, completando o isolamento chinês.

Os Estados Unidos reagiram, decretando um embargo de matérias-primas essenciais e congelando os créditos japoneses no exterior.

A pressão norte-americana, em vez de forçar o Japão a abandonar a China, intenção básica dos Estados Unidos, só fez aumentar a tensão entre os dois países. Em 1941, o governo japonês optou por uma solução bélica: o plano consistia em destruir a frota norte-americana concentrada no Havaí de um só golpe, para poder conquistar vastas áreas ricas em matérias-primas. Agindo assim, estenderia seu controle sobre as ilhas do Pacífico central, para estabelecer uma área fortificada, que serviria para deter os contra-ataques dos Estados Unidos, que, por sua vez, acabariam por aceitar a hegemonia do Japão na Ásia.

Na madrugada de 7 de dezembro de 1941, aviões japoneses decolaram de porta-aviões e aniquilaram, em um ataque surpresa, a frota norte-americana em **Pearl Harbor**. Até maio de 1942, em rápida sucessão, o Japão conquistou Hong Kong, as Filipinas, as Índias Orientais Holandesas, a Malásia, a Birmânia, Guam, as Ilhas Salomão e a Nova Guiné.

O governo japonês controlava não só 450 milhões de habitantes, mas também 95% da produção mundial de borracha, 70% da de estanho e arroz e parcelas consideráveis das reservas mundiais de petróleo, bauxita, zinco, cromo e cobre, em uma área denominada **Grande Esfera de Coprosperidade da Ásia Oriental**. O Japão controlava as vastidões do Pacífico, e ameaçava as fronteiras da Índia e da Austrália.



Fig. 5 Barco norte-americano Arizona, afundando após o ataque a Pearl Harbor.

Mas a derrota aeronaval na batalha de Midway (julho de 1942) custou ao Japão o que ele não podia desperdiçar: porta-aviões e tripulações treinadas, fazendo com que a contraofensiva norte-americana se iniciasse já em agosto do mesmo ano, com o desembarque em Guadalcanal.

A estratégia dos aliados consistia em ocupar ilhas estratégicas, saltando as áreas densamente fortificadas, em uma rota dupla: pelo sul, através das Ilhas Salomão e do Arquipélago de Bismarck, e pelo Pacífico Central, através das Ilhas Marshall, Marianas e Carolinas, convergindo sobre as Filipinas.

Ao mesmo tempo, o Japão era submetido a um sistemático bombardeio aéreo pelos aliados a partir de bases na China e, posteriormente, das ilhas conquistadas, para reduzir sua capacidade produtiva industrial, e a uma devastadora guerra submarina contra sua marinha mercante, visando impedir o recebimento de matérias-primas das áreas que controlava.

Em 1944, os exércitos dos Estados Unidos desembarcaram nas Filipinas (conquistadas em março de 1945), enquanto parte considerável das forças armadas japonesas viviam uma situação de isolamento, tornando inútil seu controle sobre vastas áreas. O recurso dos aviadores suicidas, os camicases, não pôde impedir a derrota nas Filipinas nem a perda da Birmânia para os ingleses.

Em 1945, a população civil japonesa estava à beira da inanição, a indústria estava paralisada e os recursos bélicos do país, praticamente destruídos. Em fevereiro, Iwo Jima, território japonês, foi atacado, e em abril, Okinawa teve a mesma sorte. A resistência desesperada nas duas ilhas levou os Estados Unidos a temerem um banho de sangue no ataque às principais ilhas japonesas.

Esse temor, mais a justificativa de abreviar a guerra, levaram os Estados Unidos a usar uma nova arma. Em 6 de agosto, uma **bomba atômica** foi lançada sobre Hiroshima, matando 100 mil pessoas, e três dias depois, uma outra foi lançada sobre Nagasaki, causando a morte de 200 mil pessoas. Em termos estritamente militares, as duas bombas não alterariam o panorama da guerra, dado que nem Hiroshima nem Nagasaki eram alvos militares. Por outro lado, o efeito psicológico sobre o Japão e sobre o resto do mundo foi devastador.

Em 2 de setembro, sob a ameaça do bombardeio atômico de Tóquio, o Japão rendeu-se incondicionalmente, tendo ainda que suportar a declaração de guerra soviética de 10 de agosto, que lhe arrebatou a Manchúria e o norte da China e da Coreia.



Fig. 6 Hiroshima destruída pela bomba.

Os acordos de paz

Antes mesmo do final da guerra, os aliados, tendo a vitória como certa, estabeleceram alguns acordos para reorganizar a situação no pós-guerra.

Em novembro de 1943, a **Conferência de Teerã** reuniu, pela primeira vez, os três líderes das chamadas Grandes Nações: Roosevelt, dos Estados Unidos; Churchill, da Inglaterra e Stalin, da União Soviética. No encontro, tratou-se da divisão da Alemanha, do reconhecimento da nova fronteira polonesa em benefício da União Soviética e da anexação dos países Bálticos.

Em fevereiro de 1945, a **Conferência de Yalta**, na União Soviética, decidiu pela criação de um novo organismo mundial para substituir a Liga das Nações bem como pela participação soviética na guerra contra o Japão e pelo reconhecimento do controle soviético sobre a Europa Centro-Oriental.



Fig. 7 Churchill, Roosevelt e Stalin em Yalta.

Entre julho e agosto de 1945, com o fim da guerra na Europa, a **Conferência de Potsdam** (subúrbio de Berlim) formalizou a divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação: norte-americana, inglesa e francesa, que dariam origem à **República Federal Alemã**, e a soviética, que seria a futura **República Democrática Alemã**. Fixou-se uma indenização de guerra de 20 bilhões de dólares, a ser paga pela Alemanha, e a criação do **Tribunal de Nuremberg**, que durante 218 dias, a partir de novembro de 1945, julgou os principais líderes nazistas por crimes de guerra (dos 199 réus, três foram absolvidos, um teve as acusações canceladas e os demais foram executados ou presos).

Em Potsdam, as divergências entre os aliados já eram claras. Os soviéticos argumentavam que haviam contribuído, sozinho, mais do que todos os aliados para a derrota da Alemanha e, assim, desejavam vastas compensações. Por fim, a área de influência soviética na Europa foi estabelecida no limite do avanço do Exército Vermelho, que organizou politicamente a Europa Centro-Oriental e a maior parte dos Bálcãs sob regimes socialistas tutelados pela União Soviética.

Os aliados voluntários ou compulsórios da Alemanha (Itália, Hungria, Áustria e Finlândia) também sofreram penalidades e perdas territoriais. A Polônia compensou suas perdas territoriais para a União Soviética com áreas alemãs do leste.

O Japão, pelo **Tratado de São Francisco**, perdeu todas as conquistas territoriais, ficando sob ocupação militar norte-americana até 1950. Foram julgados por crimes de guerra os principais líderes políticos, militares e industriais japoneses, muitos dos quais foram executados.

O legado da guerra

A Segunda Guerra Mundial foi muito mais devastadora que sua precedente. Ela custou a incrível soma de 413,25 bilhões de libras-ouro e vitimou cerca de 50 milhões de pessoas. Proporcionalmente, morreram mais civis que militares, em razão tanto dos indiscriminados bombardeios aéreos, que vitimavam populações inteiras, como da guerra mecanizada, que, com sua característica de rápida movimentação, tendia a fazer mais mortos que prisioneiros.

Enormes áreas, antes densamente industrializadas, estavam inteiramente destruídas: Alemanha e Europa Central, norte da Itália e Japão.

A porção ocidental da União Soviética transformara-se em um depósito de sucata. Com exceção dos Estados Unidos, todos os beligerantes sofreram altos graus de destruição em seus territórios, destruição que se estendeu também às áreas coloniais. Dezenas de milhões de refugiados, de deslocados e de desabrigados vagavam pela Europa, compondo um quadro assustador. Fome, frio, miséria, doenças, desesperança e degradação moral tornaram-se fenômenos cotidianos. Grande crise moral, sensação de vazio, de desespero e de ausência de orientação dominaram os países vencidos.

Nesse quadro, os Estados Unidos foram a exceção. O país não sofreu destruição alguma e teve 406 mil mortos, contra mais de 20 milhões de soviéticos. Durante a guerra, sua produção agrícola cresceu mais de 25%, e a industrial 75%. No final de 1945, os Estados Unidos tinham um superávit na balança

comercial de US\$ 11 bilhões, e detinham 80% das reservas mundiais de ouro.

Fatalmente, os Estados Unidos encaminhavam-se para impor sua hegemonia sobre o mundo. O único contraponto a tal pretensão era a União Soviética. Mesmo duramente penalizada pelo conflito, ela alargara seu espaço de atuação, tanto pelo controle militar sobre vastas áreas da Europa Centro-Sul, como pela crescente influência no Extremo Oriente (Manchúria, norte da Coreia e China). E na atmosfera de desesperança e angústia que dominava amplos segmentos da população, o apelo à revolução socialista parecia mais atraente que nunca, ao mesmo tempo em que várias áreas coloniais que aspiravam à autonomia voltavam seus olhos à União Soviética.

O mais importante legado da Segunda Guerra foi a divisão do mundo em dois polos ideologicamente antagônicos: o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o socialista, liderado pela União Soviética. Iniciavam-se os tempos da **Guerra Fria**.

A criação da ONU

Em 24 de outubro de 1945, foi formalmente criada a **Organização das Nações Unidas (ONU)**, com sede em Nova Iorque, com os objetivos básicos de manter a paz e a segurança internacionais e buscar a cooperação entre os cinquenta países signatários para a resolução de problemas.

Seus principais órgãos são: o Conselho de Segurança, composto por cinco membros com direito a voto (Estados Unidos, União Soviética, França, Inglaterra e China); a Assembleia Geral, na qual cada país-membro tem direito a voto; o Conselho de Tutela, que protege os povos sem governo próprio; a Corte Internacional de Justiça; o Conselho Econômico e Social e o Secretariado, que administra a organização.

Com poder mais efetivo que a antiga Liga das Nações, a ONU, no entanto, teve, desde sua fundação, uma eficácia limitada para resolver os grandes conflitos internacionais, especialmente pelo choque de interesses entre os Estados Unidos e a União Soviética e pelo poder de veto das grandes potências.



Fig. 8 Primeira reunião do Conselho de Segurança da ONU, em 1946.

A Guerra Fria

Entre as múltiplas heranças trazidas pelo final da Segunda Guerra Mundial, a maior e de resultados mais temíveis para o mundo foi a bipolarização do poder entre os Estados Unidos e a União Soviética. Essa bipolarização levou a um quadro

de constante tensão e de conflito diplomático, que por vezes chegou perto de um conflito armado. A esse quadro se dá o nome de **Guerra Fria**. Ela atingiu um caráter político, militar e ideológico que contaminou todas as relações internacionais e a própria evolução da política interna dos países, mesmo os mais distantes dos centros mundiais de poder, como o Brasil.

É possível notar que a perspectiva da divisão da Europa em áreas de influência norte-americana e soviética já estava presente nos acordos ao final da Segunda Guerra. Entretanto, já naquele momento, o clima de desconfiança e tensão estava presente. Como afirma o historiador Maurice Crouzet, em *História Geral das Civilizações*:

[...] Desde o fim das operações militares na Europa e na Ásia, as desconfianças se agravam; os mal-entendidos, as suspeitas se acumulam de parte a parte: as oposições entre os aliados se aprofundaram e culminaram, em alguns anos, em um conflito que, em todos os domínios, salvo o das armas, assumiu o caráter de uma verdadeira guerra: é a Guerra Fria.

Tratava-se, efetivamente, de uma divisão inviável. A vitória soviética na Segunda Guerra Mundial dera a esse país uma condição mundial invejável. Ante uma Europa destruída, a URSS emergia como a grande potência continental. Mais do que isso, sua vitória sobre os nazistas fora acompanhada de um avanço do Exército Vermelho, o qual, ao derrotar os exércitos alemães nos vários países da Europa do leste, ia impondo sobre esses países governos socialistas que, necessariamente, teriam na União Soviética sua única referência. Criava-se, assim, um cinturão de países socialistas em torno da URSS que foi, mais tarde, batizado por Winston Churchill como a “Cortina de Ferro”.

A vitória soviética foi intensificada ainda por uma série de outros significados. O Exército Vermelho foi o primeiro e, na verdade, o único exército a vencer as forças nazistas em terra. Foi a vitória soviética na batalha de Stalingrado que deteve o processo de avanço do Nazismo pela Europa. Firmava-se a ideia de que o Socialismo era a única força capaz de deter o nazismo e assegurar a liberdade. A imagem da bandeira da foice e do martelo tremulando sobre o prédio da chancelaria em Berlim, como o símbolo maior da vitória do Socialismo sobre o Nazismo, teve grande impacto mundial.



Fig. 9 Soldado russo hasteia a bandeira no alto do prédio do parlamento alemão, em Berlim.

O enfraquecimento da França e da Inglaterra bem como a derrota da Alemanha evidenciava a incapacidade desses países de manterem o domínio sobre suas antigas colônias da África e da Ásia. Não por acaso, ao final da Segunda Guerra, iniciou-se o

processo de descolonização, que fez surgir no cenário internacional uma quantidade enorme de novas nações independentes, que, ainda frágeis dos pontos de vista interno e internacional, tinham sua sobrevivência subordinada a alianças com outros países. Claro que a condição de países recém-libertados de potências capitalistas e imperialistas as levava a fugir de alianças com seus antigos opressores. Daí a natural inclinação da grande maioria desses novos países independentes em direção a uma aliança ou ao menos uma maior proximidade com a União Soviética.

O mesmo raciocínio aplica-se às nações da América Latina, onde o grau de contradições sociais e a pobreza extrema eram verdadeiros atestados do fracasso do Capitalismo em dar resposta às demandas sociais. Com isso, surgia também aqui uma situação fértil para o crescimento dos ideais socialistas.

Assim, naturalmente, as perspectivas que se abriram ao final da Segunda Guerra Mundial eram de um fortalecimento soviético ainda maior, o que representava uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos e à própria ordem capitalista. Essa é a razão de o clima de tensão, desde o final da guerra, ter sido uma constante e ter se manifestado de forma mais incisiva em várias regiões, gerando conflitos que, se por um lado jamais opuseram diretamente as duas grandes potências, por outro, sempre tiveram nelas seus orquestradores. Mais do que isso, ganhava corpo o medo de que o clima de tensão culminasse em uma guerra efetiva entre as duas superpotências. Esse medo era alimentado pela feroz corrida armamentista marcada pelo uso indiscriminado da energia nuclear, com todo o terror simbolizado pela bomba de Hiroshima. Durante muito tempo, essa perspectiva foi tão aterradoradora e pareceu tão próxima da realidade que motivou frases como a de Albert Einstein, que afirmava não ter a menor ideia de quais seriam os artefatos utilizados em uma terceira guerra mundial, mas que, na quarta, seriam pedras e machados.

Os primeiros marcos da Guerra Fria

Em 1947, em um discurso no Congresso norte-americano, o presidente Harry Truman afirmou a disposição dos EUA de apoiarem as nações livres do mundo que mostrassem o anseio de impedir a dominação externa. Tratava-se claramente de uma menção à expansão da União Soviética, de seu domínio sobre toda a Europa Oriental e à necessidade de deter o avanço do Comunismo. Era o início da chamada **Doutrina Truman**, considerada o marco inicial da Guerra Fria e caracterizada pela postura dos Estados Unidos de comandarem de forma incisiva uma reação contra o chamado expansionismo soviético.



Fig. 10 Harry Truman e Winston Churchill em Fulton, nos Estados Unidos.

Um dos primeiros componentes dessa atitude dos Estados Unidos foi a aprovação do **Plano Marshall**, ainda em 1947. Em tese, o plano consistia na ajuda econômica norte-americana aos países europeus em crise após a guerra. Havia alguns objetivos por trás desse plano. Um deles era impedir o colapso das economias dos países europeus, de modo a evitar uma crise geral do Capitalismo, afastando a lembrança da crise de 1929, quando o declínio do mercado europeu foi decisivo para o colapso que se abateu sobre a economia dos Estados Unidos. Outra razão era que, ao conceder empréstimos e ajuda financeira na forma de investimentos a esses países, tornava seus governos dependentes dos ditames da política americana, o que ampliaria sua influência na região. O terceiro objetivo era o de impedir que a crise econômica, inevitável no pós-guerra, ampliasse o movimento social, criando as condições propícias para o avanço das ideias socialistas na Europa Ocidental.

A investida da diplomacia norte-americana sobre a Europa motivou a reação soviética com a criação do **Comecon** (Conselho para Assistência Econômica Mútua), um plano de ajuda econômica soviética aos países socialistas, e o **Kuominform**, uma forma de união dos partidos comunistas europeus sob a égide do governo da União Soviética.

Ainda como manifestação desse momento inicial da Guerra Fria, o caso da Alemanha tem uma importância particular. Como vimos, no final da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha ficara dividida entre as quatro potências vencedoras: Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética. Quase imediatamente, os governos francês, inglês e americano decidiram por uma administração unificada em seus domínios. Esse fato, aliado ao crescimento da parte ocidental em função dos dólares do Plano Marshall, motivou uma reação soviética que determinou o bloqueio de Berlim, um **enclave** ocidental dentro da área sob domínio soviético. O ocidente reagiu a isso com o abastecimento de Berlim por via aérea, desafiando o bloqueio soviético e ampliando a tensão na região. Outra reação do Ocidente foi a instituição de uma unidade administrativa da Alemanha ainda controlada pelos países capitalistas, dando origem à **República Federal Alemã** (Alemanha Ocidental). Com isso, cristalizou-se a divisão, com a parte oriental dando origem à **República Democrática Alemã**, sob influência direta da União Soviética. Entretanto, grande parte de Berlim, na Alemanha Oriental, estava sob controle dos países capitalistas, fazendo parte da Alemanha Ocidental. Em 1961, foi construído o **Muro de Berlim**, separando os dois lados da cidade. É interessante notar que o Muro constituiu-se em um dos maiores símbolos da Guerra Fria, e sua queda, em 1989, é vista como um símbolo do final desse período.



Fig. 11 O Muro de Berlim, símbolo máximo da Guerra Fria.



Fig. 12 Fotografia de satélite mostra a cidade de Berlim. A linha amarela indica a localização do muro.

Outros conflitos, imediatamente posteriores ao final da Segunda Guerra, agravavam o clima de tensão. É o caso da **Grécia**, onde os combatentes chamados *partisans*, que haviam enfrentado os nazistas, lutavam com o apoio dos países socialistas contra o governo de Konstantinos Tsaldaris, que tinha o apoio inglês. Diante do risco de vitória dos guerrilheiros socialistas, e com a incapacidade inglesa de manter suas tropas na região, os Estados Unidos intervieram militarmente, enviando mais de 20 mil soldados para lutarem contra os *partisans*. Em 1949, com o risco de destruição do país, os *partisans* abandonaram a luta, o que assegurou a permanência da Grécia no campo dos países capitalistas sob a influência dos EUA.

Em 1949, foi criada a **Otan** (Organização do Tratado do Atlântico Norte), uma aliança militar e política dos países capitalistas, composta de Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Bélgica, Holanda, França, Portugal, Itália, Finlândia, Dinamarca, Noruega e Luxemburgo e que mais tarde incorporou a Grécia, a Turquia e a Alemanha Ocidental, criando um foco de antagonismo entre os países capitalistas e a União Soviética.

Ao lado dessa iniciativa militar, outras medidas de natureza econômica visavam acentuar os laços entre os governos dos países capitalistas de modo a criar uma frente contra o avanço soviético. É o caso da Organização Europeia de Cooperação Econômica, criada em 1948; do **Benelux**, uma aliança econômica entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo; da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e, principalmente, da **Comunidade Econômica Europeia** (CEE), criada em 1957, que originou o Mercado Comum Europeu.

Contra essa aproximação entre os países capitalistas, foi criado, em 1955, o **Pacto de Varsóvia**, uma aliança militar entre União Soviética, Albânia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia e Bulgária.

Égide

Proteção.

Enclave

Território ou área encravado em outro.



A eclosão de conflitos, como as Revoluções Chinesa e Cubana, as Guerras da Coreia e do Vietnã, e questões mais abrangentes, como os confrontos no Oriente Médio e as lutas anticoloniais na África e na Ásia acentuaram esse clima de combate permanente, mostrando os perigos dessa bipolarização.

Estados Unidos e União Soviética nos primeiros tempos da Guerra Fria

Ao final da Segunda Guerra Mundial, com a morte de Franklin Roosevelt, o presidente Harry Truman assumiu o poder nos Estados Unidos. Completando o mandato de Roosevelt até 1948, Truman foi reeleito para o período de 1948 a 1952. Foi durante seu governo, portanto, que se lançaram as bases da Guerra Fria.

Para os americanos, foi um momento de intenso crescimento industrial e de aumento de sua influência juntos aos países capitalistas. Entretanto, o crescimento da União Soviética e da chamada “ameaça comunista” provocaram, por parte do governo norte-americano, uma atitude de que toda oposição era um sinal de antiamericanismo e de apoio ao Comunismo soviético. Essa atitude gerou um clima de forte atentado às liberdades civis no país e teve na figura do senador Joseph McCarthy seu maior símbolo. À frente de um comitê do Senado para investigar as supostas atividades antiamericanas, o senador McCarthy foi o maior responsável por um clima de “caça às bruxas” nos Estados Unidos, gerando delações e perseguições a todos que eram acusados, por quaisquer razões que fossem, de simpatia pelo Comunismo. Aqueles que eram vistos como conspiradores contra os americanos e contra a liberdade integravam as chamadas “listas negras”. O macarthismo é o símbolo mais claro

do radicalismo gerado pela Guerra Fria nos Estados Unidos. Artistas, jornalistas, políticos, cientistas e intelectuais foram atingidos pelas ações do senador McCarthy, que tinha em Richard Nixon seu principal aliado.

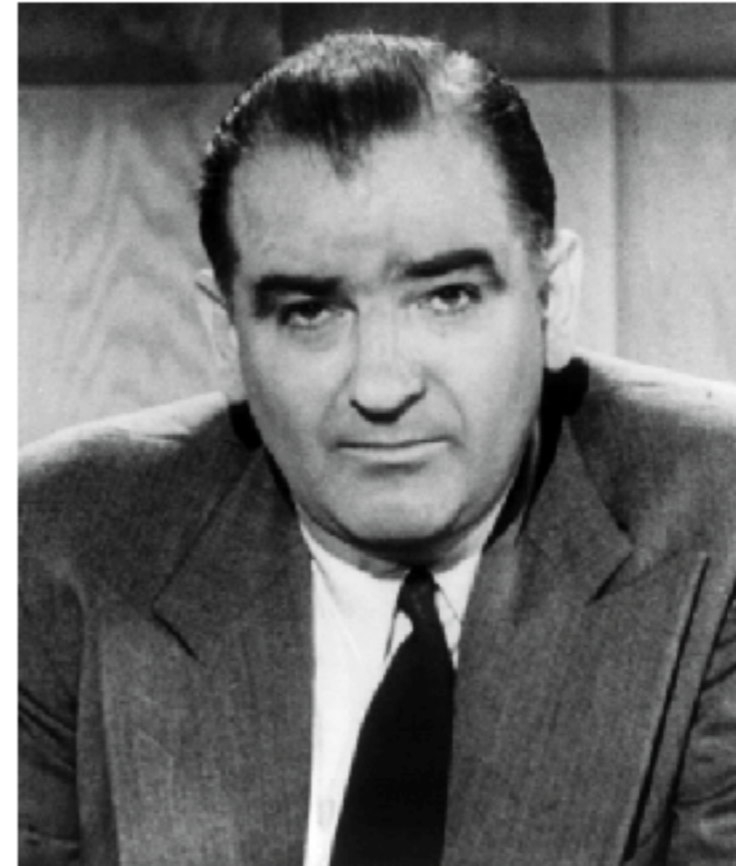


Fig. 13 Joseph McCarthy.

Um poderoso aliado desse clima antissoviético que se consolidou nos EUA foi o temor ao crescimento político e militar da União Soviética. Sob o governo de Stalin, os russos conheceram, no período pós-Segunda Guerra, um intenso crescimento industrial, voltado diretamente para o setor militar. Uma das grandes conquistas da indústria bélica soviética nesse período foi o desenvolvimento da bomba atômica, símbolo máximo do poderio militar e do terror que marcou o período. Assim, aos olhos capitalistas, a ameaça soviética tornava-se mais real e concreta. E a essa ameaça somava-se o caráter brutalmente repressivo do governo de Stalin, no qual o “culto à personalidade” do ditador, visto como grande líder e condutor do processo de mobilização nacional, apenas sintetizava uma política interna de esmagamento de toda forma de oposição política, por meio de repressão, prisões e expurgos dentro do partido governante. Essa atitude irradiou-se entre partidos comunistas de várias partes do mundo, provocando a expulsão de todos aqueles que ousassem contrariar o dogma imposto pelo Partido Comunista russo. Com isso, reforçava-se a pregação de que o avanço soviético significava destruição da liberdade, que tinha nos EUA seu grande e único guardião.

A Revolução Chinesa acentuou o clima de rivalidade. A vitória de um movimento socialista no país com a maior população do mundo e ocupando uma região estrategicamente fundamental era uma ameaça ainda maior ao Capitalismo, notadamente porque a China havia sido, desde o século XIX, uma área de influência das potências imperialistas.

Por outro lado, após um momento de grave tensão nos primeiros anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra, o quadro de enfrentamento tendeu a refluir, ao menos temporariamente. É uma característica desse período o movimento pendular entre momentos de tensão e de distensão, nos quais a iminência de uma guerra de grandes proporções era seguida por um processo de entendimentos e de tentativa de refrear a corrida armamentista.

Alguns elementos contribuíram para essa ligeira distensão a partir de 1953. Em primeiro lugar, a atitude de países europeus que se posicionavam contra a condição de meros satélites da política externa dos Estados Unidos reduziu a influência norte-americana na região. A ruptura entre os governos da União Soviética e da China comunista, a partir de 1959, neutralizou a rigidez do Socialismo em todo o mundo, criando uma nova referência poderosa, que fugia à polarização entre Estados Unidos e União Soviética.

Também contribuíram para isso a morte de Stalin e o quadro político que se abriu logo em seguida. Após um período de disputa de poder entre Lavrenti Beria, Georgi Malenkov e **Nikita Khrushchev**. Este último, consolidando-se no poder a partir de 1955, iniciou um processo conhecido como **desestalinização**. Essa postura, alardeada no XX Congresso do Partido Comunista da URSS em 1956, criticava o culto à personalidade de Stalin, denunciava seus crimes de perseguição política, prisões e execuções em massa e apontava na direção da descentralização política e da melhoria das condições de vida da população soviética.



Fig. 14 Nikita Khrushchev.

Nos Estados Unidos, o fim do governo Truman e a eleição de Dwight Eisenhower para a presidência significaram um retrocesso do macarthismo e uma redução do clima de radicalismo anticomunista.

Esses elementos tornaram possível uma redução do clima de tensão internacional, abrindo espaço para a fase da chamada **Coeexistência Pacífica**, que foi caracterizada por uma série de reuniões de cúpula entre dirigentes das duas superpotências, resultando nos primeiros entendimentos para a limitação de armamentos.

Esse clima perdurou até o início da década de 1960, embora acompanhado por claras manifestações de que a rivalidade não havia sido superada, estando apenas em um momento menos agudo. Prova disso é a disputa tecnológica entre as duas superpotências, que teve na corrida espacial sua grande vitrine. Nesse setor, a primeira grande vitória foi da União Soviética, que colocou o primeiro satélite espacial, o Sputnik, em órbita ao redor do planeta, em 1957, e realizou o primeiro voo espacial tripulado, em 1961, com Yuri Gagarin.

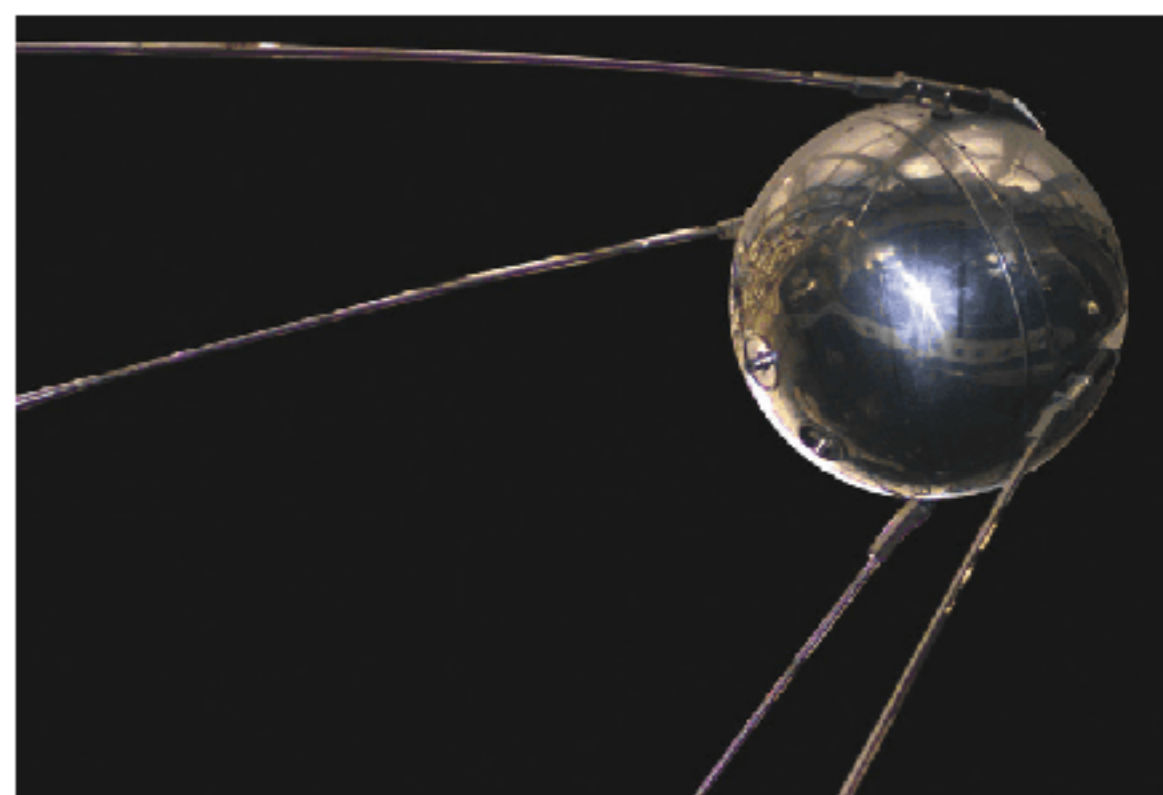


Fig. 15 O satélite Sputnik.

Entretanto, os soviéticos viam-se às voltas com contestações ao seu poderio dentro de seu próprio bloco. Um exemplo foi a **Iugoslávia**, sob o governo de Josip Broz (Tito). O país, embora comunista, recusara-se a aderir ao Pacto de Varsóvia e a aceitar a tutela soviética. Na **Hungria**, em 1956, assumiu o poder **Imre Nagy**. Questionando a submissão do país à URSS, Nagy defendia a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia e a adoção de uma política econômica mais aberta, que resultasse em maior produção de bens de consumo e na melhoria das condições materiais de vida da população. Em novembro de 1956, tropas do Pacto de Varsóvia invadiram a Hungria, promovendo um massacre que resultou na morte de centenas de húngaros. Imre Nagy foi derrubado, tendo sido colocado no poder Janos Kadar, reconduzindo-se, assim, a Hungria à órbita soviética.



Fig. 16 Tanque soviético em Budapeste.

A descolonização afro-asiática

Um dos efeitos mais claros do final da Segunda Guerra Mundial e do advento da Guerra Fria foi o processo de descolonização da África e da Ásia. Entre 1950 e 1960, mais de quarenta países desses continentes conseguiram a independência em função do crescimento das ideias nacionalistas, do enfraquecimento da França e da Inglaterra, até então as principais potências coloniais, e também do apoio da União Soviética, que via nesses novos países independentes um espaço de crescimento internacional.

Os processos de independência se deram de várias formas. Em alguns casos, a independência foi negociada com as antigas metrópoles, as quais, sob o risco de verem sua influência totalmente eliminada nesses países, optaram por conceder o poder às elites locais. Outra forma foi a guerra aberta, na qual as colônias tiveram necessariamente que buscar apoio militar internacional contra suas metrópoles. Não por acaso, na maioria dos casos em que a independência foi obtida por meio de uma guerra, essas novas nações independentes tiveram na União Soviética uma aliada ou ao menos uma referência, adotando regimes socialistas.

A independência dessas nações gerou profundas transformações na ordem internacional. Era um grupo imenso de países recém-independentes, com todas as resistências possíveis ao colonialismo e à dependência internacional, resultantes de sua própria história. Assim, a supremacia dos Estados Unidos e da União Soviética foi colocada em xeque pela postura de boa parte desses países buscar uma solução que não passasse pela tutela de qualquer superpotência. Essa postura cristalizou-se na **Conferência de Bandung**, na Indonésia, em 1955, na qual vinte e nove nações recém-independentes reuniram-se para debater seus problemas gerais. Essa conferência foi pautada pelo anticolonialismo e pelo combate ao racismo e ao Imperialismo Econômico, firmando um novo conceito na geopolítica mundial: o **Terceiro Mundo**, composto de nações pobres que não se alinhavam ao lado soviético ou aos Estados Unidos. É interessante frisar que, nessa conferência, estiveram ausentes não apenas as superpotências, mas também nações europeias e mesmo da América Latina, a qual, mesmo sendo uma região pobre, estava sob direta influência do Capitalismo norte-americano.



Fig. 17 O líder indonésio Sukarno em discurso na Conferência de Bandung, em 1955.

Embora não tenha apresentado uma proposta concreta para eliminar as mazelas do chamado Terceiro Mundo (a dependência econômica, o subdesenvolvimento e a pobreza), a Conferência de Bandung era um sintoma claro de uma nova realidade mundial, marcada pela emergência de países com sérias contradições internas, que o conflito entre Estados Unidos e União Soviética não seria capaz de resolver.

Seria inviável analisar todos os movimentos de independência que assinalaram o pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, limitaremos nossa análise aos principais desses movimentos, levando-se em consideração sobretudo o quanto eles alteraram a ordem mundial.

Índia

Desde o século XIX, a Índia era um palco de reações contra o domínio colonial inglês. Às ações inglesas no sentido de ampliar sua presença na região, inclusive coroando a Rainha Vitória como imperatriz da Índia, correspondeu um sentimento antibritânico crescente, que levou à fundação do Partido do Congresso (ou Congresso Nacional Indiano), em 1885.

Entretanto, já nesse momento, as divergências étnicas e religiosas entre a população indiana, que iriam impedir a unidade do país após a independência, já se faziam presentes. Considerando que o Partido do Congresso representava a maioria hindu da população, em 1906, foi fundada a Liga Muçulmana, que representava a população islâmica.

Já nesse momento destacava-se a figura de **Mahatma Gandhi**. Direcionando sua luta a partir do que ele chamava de não violência e de desobediência civil, Gandhi passou a liderar um boicote aos manufaturados ingleses, defendendo o uso, pela população, de tecidos rústicos de fabricação indiana, como forma de atingir os interesses britânicos. Preso várias vezes, Gandhi teve sua liderança reforçada a partir da década de 1920, quando passou a comandar o boicote ao sal, produto monopolizado por companhias inglesas.



Fig. 18 Gandhi durante a Marcha do Sal, em 1930.

O enfraquecimento inglês após a Segunda Guerra tornou impossível a manutenção do domínio sobre o país; assim, a Inglaterra adotou a política de conceder uma independência gradual à Índia, culminando com a formalização definitiva em 1947.

Entretanto, as rivalidades étnicas e religiosas já presentes ampliaram-se com a edificação do novo Estado independente. Assim, a população muçulmana passou a se concentrar no Norte do país, dando origem ao **Paquistão**, sob o governo de Ali Jinnah. A maioria hindu criou a **União Indiana**, sob governo de Jawaharlal Nehru. A população budista recusou a supremacia hindu e concentrou-se na ilha do Ceilão, onde, em 1948, surgiu o terceiro Estado autônomo da região, o **Sri Lanka**.

Essa divisão atestou uma das maiores chagas que enfrentariam as novas nações independentes. Os conflitos étnico-religiosos, até então ocultos sob o manto da violenta dominação internacional, vieram à tona quando da edificação dos novos Estados, ainda frágeis e sem condições de acomodar a gama de diversidades interna. Na Índia, esses conflitos ampliaram-se, gerando cerca de um milhão de mortes. Foi inclusive em

uma manifestação desse conflito que Gandhi foi assassinado, em 1948, por um fanático hindu, descontente com sua política conciliatória em relação aos muçulmanos.

A independência da Índia não solucionou, portanto, as condições inerentes ao Colonialismo e as próprias características da Índia, ou seja: a miséria, as desigualdades sociais profundas, agravadas pelo rígido sistema de castas, e os conflitos étnicos e religiosos. Ao contrário, o clima de extremismo ampliou-se, ao mesmo tempo em que as contradições de sua estrutura interna convergem para uma situação na qual o país é hoje um polo de desenvolvimento tecnológico em áreas como a informática e a indústria aeroespacial. Por outro lado, conta com uma das populações mais miseráveis do mundo. Embora não consiga lidar com as contradições internas, a Índia desenvolve, desde 1974, um programa nuclear que possibilitou a fabricação da bomba atômica.

Sintomaticamente, nessa mesma década de 1970, a região era palco da guerra de independência do Paquistão Oriental, dando origem à **República de Bangladesh**, em um conflito no qual a reação do Paquistão Ocidental provocou um dos maiores genocídios do século XX.

Ainda hoje, os conflitos étnicos e religiosos ameaçam a unidade do país e a estabilidade política. As lutas do fundamentalismo hinduísta em oposição ao islamismo provocaram os assassinatos da primeira-ministra Indira Gandhi, em 1984, e de seu filho Rajiv Gandhi, em 1991, ambos mortos por terroristas *sikhs* (hindus da região norte do país). Crescem também os atentados terroristas e a luta pela independência da minoria *tâmil* (hindus) no Sri Lanka, gerando um conflito responsável pela morte de mais de 50 mil pessoas.

Sudeste Asiático

A região, pela proximidade com a China (que era um país socialista desde 1949), concentrou um interesse fundamental das superpotências, que se manifestou basicamente na Indonésia e na Indochina, que hoje compreende o Vietnã, o Camboja e o Laos.

Na **Indonésia**, região que compreende as ilhas de Java e Sumatra e que estava sob domínio da Holanda desde o século XVII, a independência foi formalizada em 1949, com o governo do país recém-independente entregue ao general Ahmed Sukharno. Aproximando-se da China, Sukharno instalou um governo autoritário internamente, ao mesmo tempo em que, externamente, buscava firmar uma posição de liderança junto aos países pobres que acabavam de sair do Colonialismo. Foi durante seu governo que se realizou a Conferência de Bandung.

A proximidade de Sukharno em relação ao governo chinês provocou a reação ocidental, temerosa quanto ao “perigo vermelho” na região, representado pela China, pelo Vietnã e pelo Camboja. Foi com apoio ocidental que o general Suharto tomou o poder em 1965, criando um regime de aproximação com o Ocidente e de abertura aos investimentos dos países capitalistas, ao mesmo tempo em que impunha uma violenta repressão interna e adotava uma política expansionista, cristalizada na anexação do Timor Leste, antiga colônia portuguesa.

A **Indochina**, região sob domínio francês desde o século XIX, era palco, desde a década de 1930, de uma luta

anticolonialista, liderada por Ho Chi Minh, fundador da Frente de Libertação do Vietnã e de seu braço armado, o Viet Minh. Entretanto, em 1941, com a rendição da França perante o Eixo, a região passou para o domínio japonês, que instalou um governo de fachada nas mãos do imperador Bao Dai. Assim, a luta do Viet Minh passou a ser contra o domínio japonês até o ano de 1945, quando o Japão rendeu-se aos aliados ao final da Segunda Guerra Mundial.

A rendição japonesa promoveu a retomada do domínio da região pela França. Bao Dai, que havia servido aos franceses e depois aos japoneses, tornou-se novamente um **títtere** dos franceses. Com isso, a luta do Viet Minh voltou a ter a presença francesa como alvo. Diante do risco de queda da França em uma região já convulsionada pela Revolução Chinesa e pela ascensão de Sukharno na Indonésia, a Indochina passou a atrair a preocupação do governo dos Estados Unidos. Foram inúmeras as propostas de intervenção militar norte-americana na região naquele momento, até mesmo com a possibilidade de utilização de uma bomba atômica, então vista como a grande arma para vencer a Guerra Fria, para acabar com a luta do Viet Minh.

Em 1953, os franceses acabaram sendo derrotados na batalha de Dien Bien Phu, confirmando sua saída da Indochina. Para negociar a paz, o governo francês convocou a Conferência de Genebra, em 1954. Formalmente, o objetivo dessa conferência era o de reconhecer a independência do Vietnã e também do Laos e do Camboja, além de formalizar a instalação de novos governos naqueles países.

Entretanto, a posição dos Estados Unidos, que viam o risco representado pelo crescimento do Comunismo na região, foi decisiva para que se frustrasse a independência efetiva desses países. Assim, os americanos propuseram que o Vietnã fosse dividido em duas partes, com base no paralelo 17° N. A porção ao norte, onde o Viet Minh era mais forte, ficaria sob controle de Ho Chi Minh, tendo Hanói como capital. No sul, com capital em Saigon, Bao Dai permaneceria no poder, com um governo pró-ocidente. O acordo previa a realização de eleições em 1956, com um candidato indicado pelo governo do norte e outro pelo do sul, de modo que quem ganhasse a eleição unificaria o país. Tal eleição, entretanto, jamais foi realizada, motivando a reação do governo do Vietnã do Norte, o que provocou a Guerra do Vietnã.

No **Camboja**, a Conferência de Genebra reconheceu a independência do país como um regime monárquico, tendo à frente do governo o príncipe Sihanouk. Sua aproximação com a China comunista provocou um golpe, apoiado pelo governo dos Estados Unidos em 1970, quando Sihanouk foi derrubado e o general Lon Nol assumiu o poder. A reação que se seguiu ao golpe teve no Khmer Vermelho, um grupo de guerrilheiros comunistas apoiado pela China, sua principal expressão. Em 1975, o Khmer Vermelho liderado por Pol Pot, tomou o poder do país.

Pot instalou no país uma ditadura sanguinária, caracterizada pela violentíssima repressão a todos os focos de oposição ao regime, gerando uma matança sem precedentes em toda a

Títtere

Sem vontade própria, fantoche.

região. Em cerca de cinco anos, a violência do regime reduziu a população do país à metade, ao mesmo tempo em que o governo impunha um processo de socialização forçada e de adoção de uma política de ruralização, priorizando a agricultura como praticamente a única atividade econômica no país. Com a transferência forçada da população para o campo, a capital do país, Phnom Penh, passou a contar com cerca de 20 mil habitantes apenas.

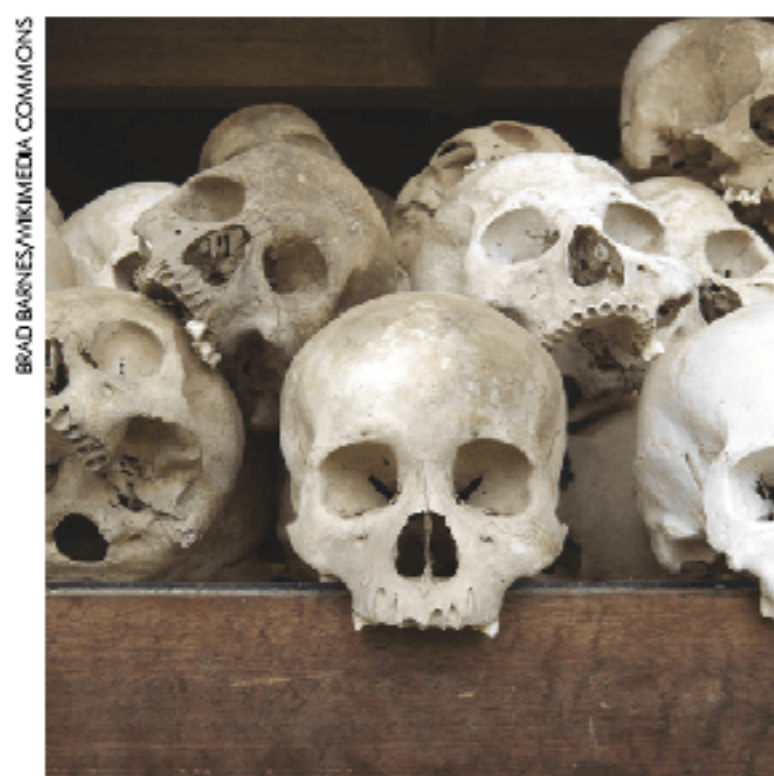


Fig. 19 Ossário com crânios de vítimas do Khmer Vermelho.

No **Laos**, após a Conferência de Genebra, o grupo de esquerda Pathet Lao chegou ao poder, governado pelo príncipe Tiao Souphanouvong. A reação norte-americana, entretanto, não tardou, com o governo dos Estados Unidos apoiando um golpe direitista, em 1958. A partir daí, o país conheceu um movimento de guerrilha liderado pelo Pathet Lao, que chegou ao poder em 1975, com a retirada das tropas norte-americanas da região após a derrota no Vietnã. Com isso, instalou-se a República Democrática Popular do Laos, de orientação socialista.

Argélia

A luta argelina pela independência em relação à França foi fortemente estimulada pela derrota francesa na Indochina. Em 1954, em meio a um movimento terrorista contra a presença francesa, foi fundada a Frente de Libertação Nacional. Esta passou, então, a atacar as tropas francesas no país. A repressão francesa enviou cerca de 500 mil soldados e conseguiu, ao menos temporariamente, deter a ação do movimento pela independência.

Entretanto, a economia francesa, arrasada após a Segunda Guerra, inviabilizava uma ação mais eficiente na repressão ao movimento. Com isso, o governo francês oscilava entre a repressão e o entendimento com os revoltosos. Contra essa atitude, setores das tropas coloniais francesas chegaram a se voltar contra o governo de Paris.

O risco de uma guerra civil fez cair o governo francês, levando ao poder o general Charles de Gaulle. Figura mítica da história francesa, responsável pelo governo do país contra os nazistas, embora estivesse exilado, de Gaulle representava a possibilidade de aplacar o nacionalismo do exército francês, que via na entrega da Argélia uma capitulação e uma desmoralização nacional.

Entretanto, o velho general via-se às voltas com uma situação impossível. A luta contra o movimento de libertação na Argélia consumia recursos que a economia do país não era capaz de prescindir. Assim, contrariando o setor radical do exército, de Gaulle decidiu pela negociação com os nacionalistas argelinos e convocou, em 1961, um plebiscito, no qual obteve carta branca para iniciar as conversações com a Frente de Libertação Nacional. Contra isso se voltou a ala radical do exército, que, fundando a Organização do Exército Secreto, tentou sucessivos golpes e atentados contra o presidente.

Em 1962, a França reconheceu a independência da Argélia, pondo fim a dez anos de conflitos, nos quais morreram aproximadamente um milhão de argelinos e franceses. A nova República Democrática Argelina teve como presidente o líder da Frente de Libertação Nacional, **Ahmed Ben Bella**.



Fig. 20 População comemora a independência argelina.

A exemplo de outros movimentos anticoloniais, a independência não foi capaz de resolver as graves contradições internas do país. Em 1965, Ben Bella foi deposto por um golpe militar pró-soviético, assumindo o poder o coronel Houari **Boumedienne**. Boumedienne instalou um regime ditatorial que conseguiu sufocar as reivindicações dos vários grupos étnicos e religiosos do país. Entretanto, com sua morte, em 1978, em meio a um clima de declínio do bloco soviético, o novo governo argelino reformulou sua política interna, com uma maior liberalização, e externa, com a aproximação com os EUA e com a França.

A abertura política acabou por dar força ao fundamentalismo islâmico representado pela Frente Islâmica de Salvação (FIS), a qual passou a promover uma série de atos de terrorismo, visando à ruptura do país com o Ocidente. O golpe de estado de 1992, com a instalação de uma ditadura militar que colocou a FIS na ilegalidade, provocou a reação islâmica, mergulhando o país em uma guerra civil que se estendeu até 1995.

Congo

Até 1960, o Congo era uma colônia belga na qual a mineração, nas mãos de companhias internacionais, era a principal atividade econômica. A região fora, desde o século XIX, devastada pelo domínio imperialista, tendo inclusive simbolizado o caráter criminoso da exploração capitalista sobre a África. Eram comuns no século XIX charges mostrando o rei da Bélgica, Leopoldo II, sentado em seu trono sobre uma pilha de ossos dos nativos congolezes massacrados pela dominação europeia.

Em 1959, as lutas pela independência na região atingiram seu ponto crítico, inclusive com o incêndio da capital Leopoldville. Incapaz de conter a luta, a Bélgica foi obrigada a conceder a independência, dando origem ao Estado Livre do Congo, em 1960. O país teve como presidente **Joseph Kasavubu** e **Patrice Lumumba** como primeiro-ministro.

Entretanto, companhias belgas opuseram-se à independência e passaram a financiar soldados belgas e mercenários na luta contra o novo governo. Sob o comando de **Moise Tshombe**, declararam independente a região mineradora de Katanga, deflagrando a guerra civil no país. Para deter o separatismo da região, Lumumba buscou o apoio da União Soviética, motivando a reação do presidente Kasavubu que, com apoio dos Estados Unidos e da Bélgica, depôs o primeiro-ministro. Este acabou sendo entregue aos separatistas e enforcado.

Em 1965, o coronel **Joseph Mobutu**, que havia assumido como primeiro-ministro em substituição a Lumumba, tomou o poder e implantou uma ditadura pessoal. Em 1971, o Congo adotou o nome de **República do Zaire**, (hoje, República Democrática do Congo) cumprindo um destino semelhante ao da maioria dos países egressos do Colonialismo: governos ditatoriais incapazes de fazer frente à miséria e ao subdesenvolvimento.

As antigas colônias portuguesas na África

O caráter tardio das independências das antigas colônias portuguesas é em grande parte explicado pelo fato de Portugal ter mantido, após a Segunda Guerra, um regime ditatorial, nas mãos de Antonio Salazar, regime que se manteve totalmente à margem das mudanças sociais e políticas que se seguiram ao final da guerra. Assim, a natureza da dominação portuguesa, militarista, com um nível mínimo de exploração econômica em suas colônias, não se alterou, mantendo-as rigidamente sob controle da metrópole. A queda do regime salazarista na década de 1970, acompanhada pelo colapso da economia portuguesa, incapaz, portanto de manter o domínio sobre suas possessões além-mar possibilitou a independência dessas últimas.

Em **Angola**, o predomínio inicial da luta contra o domínio português foi do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), sob o comando de **Agostinho Neto** e apoiado pela União Soviética. Entretanto, durante o período de luta contra o Colonialismo português, outras organizações surgiram, como a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional pela Independência Total de Angola (Unita).

Em 1974, o novo governo português, assumindo o poder por meio da Revolução dos Cravos, que derrubara o salazarismo, estabeleceu com o MPLA o Acordo de Alvor, que previa a independência de Angola em 1975. Entretanto, aproveitando-se da retirada das tropas portuguesas, o FNLA, com o apoio do Zaire, ocupou o norte do país. A Unita, contando com a África do Sul e os Estados Unidos como aliados, estabeleceu-se no sul. Com o auxílio da União Soviética e de Cuba, o MPLA manteve-se no poder e derrotou os demais movimentos. Entretanto a reação, notadamente da FNLA, à qual igualmente não faltou apoio internacional de países capitalistas (entre eles a África do Sul, a Inglaterra e principalmente os Estados Unidos), gerou uma guerra civil que se estende até os dias de hoje no país. Mesmo com o final da Guerra Fria e a consequente

redução da presença ostensiva do apoio internacional aos vários grupos em luta pelo poder, a guerra abriu espaço para a eclosão de lutas étnicas que continuam devastando o país. Os anos de enfrentamento levaram a ONU, em uma avaliação recente, a classificar Angola como o pior lugar do mundo para uma criança nascer, com índices gigantescos de mortalidade infantil, subnutrição e mutilação física.

Um destino semelhante estava reservado a **Moçambique**, onde o governo socialista de **Samora Machel**, líder da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que obteve a independência em 1975, foi alvo de ações de guerrilheiros apoiados pela África do Sul, gerando uma guerra civil que se estendeu até a década de 1990.

Em outras colônias portuguesas, como **Guiné-Bissau** e **Cabo Verde**, o processo de independência assumiu características semelhantes, iniciando-se com a queda do salazarismo, mas caminhando em direção à normalidade e à democracia somente a partir da década de 1990.



Fig. 21 Hasteamento da bandeira de Guiné-Bissau após a retirada da bandeira de Portugal.

Percebe-se, pela análise dos vários processos de independência, a herança terrível deixada pelo Colonialismo e agravada pela Guerra Fria. Essa herança foi responsável por flagelos como o *apartheid* na **África do Sul** e na **Rodésia** (atual Zimbábue), onde uma minoria branca subjuguava a população nativa por meio de um regime de rígida segregação racial. Há também o conflito em **Ruanda**, no qual o fim da dominação inglesa abriu espaço a um violento choque entre os grupos étnicos *tutsi* e *hutu*, que já deixou um saldo de mais de um milhão de mortos e dois milhões de refugiados.

A Revolução Chinesa

As origens da Revolução Chinesa não podem ser dissociadas da luta que se alastrou desde o início do século XX contra a dominação imperialista. Entre 1898 e 1901, a Revolta dos Boxers contra o domínio inglês, embora fracassada, despertou o nacionalismo e a luta anti-imperialista entre setores da população.

Assim, em 1911, com a deposição do último imperador da China, Pu Yi, da dinastia Manchu, nascia a República Chinesa. Entretanto, a pressão imperialista e a dominação japonesa durante a Primeira Guerra Mundial neutralizaram o movimento nacionalista, que só ganhou corpo novamente após o fim da guerra. O governo do Partido Nacionalista (*Kuomintang*), liderado por Sun Yat Sen, passou a ser alvo de crescentes manifestações populares contra a aceitação da presença japonesa no país. Houve a eclosão de greves e a fundação, em 1920, do Partido Comunista Chinês, já contando então com a figura de **Mao Tsé-Tung**.

Em 1925, **Chiang Kai-shek** assumiu o comando do *Kuomintang*. Fortemente apoiado pelos países capitalistas, Chiang Kai-shek iniciou uma política de combate ao avanço do Comunismo, passando a perseguir o PCC. Buscando apoio nos chefes locais, ele esmagou os movimentos populares urbanos, tornando-se mais útil aos interesses dos países capitalistas. Derrotado, o PCC, já sob a liderança de Mao Tsé-Tung e Chu Teh, optou por concentrar sua ação no campo. Em 1931, os comunistas proclamaram a República Soviética da China, tendo por sede Kiangsi, no leste, de onde pretendiam alastrar a luta para o restante do país. A luta desencadeou a guerra civil, que, enfraquecendo o país, possibilitou a invasão pelo Japão em 1931. Estabelecendo um Estado satélite no nordeste da China, na região da Manchúria, chamado pelos japoneses de Manchukuo, o Japão acentuava o enfraquecimento do governo do *Kuomintang*, às voltas com o perigo japonês e o avanço interno do Comunismo.

Optando por enfrentar o inimigo interno, o *Kuomintang* iniciou uma violenta ação, militar contra os comunistas. Fugindo dessa ação, os comunistas, liderados por Mao, empreenderam a **Longa Marcha** e percorreram 10 mil quilômetros a pé, em direção ao norte do país. Diante do crescimento da ameaça japonesa e incapaz de esmagar os comunistas, Chiang Kai-shek foi obrigado a estabelecer com esses últimos um acordo, firmado em 1937, entre o *Kuomintang* e o PCC, no qual os comunistas passavam a ter o controle de uma parte do exército.

A rendição japonesa, em 1945, alterou o panorama interno na China. Livre da ameaça japonesa, Chiang Kai-shek viu a possibilidade de se livrar dos seus inimigos. Em 1946, decretou a mobilização nacional para eliminar definitivamente os comunistas, contando com o apoio financeiro e bélico dos Estados Unidos. A União Soviética, temerosa de que um apoio aos comunistas na China resultasse em uma reação dos americanos contra o predomínio na Europa Oriental, manteve uma postura hesitante, sem apoiar os guerrilheiros comunistas. Mesmo assim, estes últimos ganhavam cada vez mais terreno diante da impopularidade do governo de Chiang Kai-shek, visto como um traidor pró-ocidente.

Em 1949, o exército comunista entra em Pequim, provocando a fuga de Chiang Kai-shek e seus seguidores para a ilha de Formosa, onde instituíram a China Nacionalista, com apoio ocidental. No continente, era fundada a **República Popular da China**, de governo comunista, que nascia sem apoio da União Soviética e sofrendo o boicote por parte dos Estados Unidos, que não reconheceram o novo regime e promoveram seu isolamento internacional.



Fig. 22 Mao Tsé-Tung.

A implantação do Comunismo na China

O novo governo comunista chinês viu-se às voltas com a necessidade de promover o crescimento econômico do país, ao mesmo tempo em que rompia o isolamento imposto pelos Estados Unidos.

Assim, inevitavelmente o governo de Pequim buscou uma aproximação com a União Soviética, firmando o Tratado de Amizade, Aliança e Ajuda. Internamente, adotou medidas como a nacionalização das indústrias e a reforma agrária. Essas providências foram ampliadas a partir de 1953, com a implantação do primeiro plano quinquenal. Esse plano incluía um forte incremento na produção industrial, priorizando a indústria de base e a coletivização da agricultura, com a formação de 1 milhão de cooperativas agrícolas. Ao mesmo tempo, toda a propriedade privada era abolida, tanto na indústria quanto na atividade comercial.



Fig. 23 Mao anuncia a implantação da República Popular da China.

Ao mesmo tempo, o novo regime assumia um caráter totalmente centralizador, reprimindo violentamente, através de prisões e execuções, todas as manifestações de oposição, vistas indiscriminadamente como desvios direitistas.

Em 1957, o regime tentou implantar um programa de reformas econômicas intitulado **Grande Salto para a Frente**. Ao contrário do que o nome sugere, tratava-se de um projeto fundamentalmente voltado para a atividade agrícola, incluindo o deslocamento de investimentos do Estado da atividade industrial para a produção de alimentos, questão sempre decisiva em um país de população gigantesca e essencialmente rural, como era a China. Embora a produção agrícola tivesse aumentado em 60%, o sucesso do plano foi reduzido em grande parte pelo confronto que se avistava com a União Soviética, implicando a retirada dos técnicos russos que estavam no país e dos investimentos do regime de Moscou.

O conflito sino-soviético

A atitude soviética em relação à China sempre foi determinada pelo receio de Moscou quanto à reação dos países capitalistas ao avanço russo na Ásia. Assim, desde a luta do Partido Comunista Chinês pelo poder, a postura soviética foi hesitante, primeiramente não apoiando diretamente a luta contra o *Kuomintang* e, mesmo após a tomada do poder, relutando em apoiar abertamente o governo comunista chinês. Mesmo o Tratado de Amizade era excessivamente tímido em seus termos, envolvendo um empréstimo inicial de 300 milhões de dólares e outro de 130 milhões. Todos os equipamentos fornecidos pela União Soviética à China eram pagos a preços de mercado e os técnicos soviéticos enviados à China eram remunerados em dólares americanos.

Durante anos, o governo de Pequim alimentou a esperança de que o apoio soviético tomar-se-ia mais efetivo. Entretanto, a morte de Stalin e a ascensão de Khrushchev ao poder acentuaram ainda mais o distanciamento entre os dois regimes. Em primeiro lugar, a política interna de Khrushchev de promover a desestalinização do país, criticando o culto à personalidade de Stalin e defendendo uma maior descentralização das decisões, chocava-se com o modelo chinês, rigidamente centralista e que tinha na figura de Mao um ícone, apresentado como o grande guia do povo chinês, ou o “Grande Timoneiro”. Ao mesmo tempo, a política externa de Khrushchev de buscar a “coexistência pacífica” com o Ocidente afetava os interesses chineses. Estes eram os alvos preferenciais da agressividade dos Estados Unidos, que temiam o crescimento do Socialismo no Sudeste asiático.



Fig. 24 Mao e Khrushchev, um entendimento impossível.

O afastamento entre os dois países comunistas aumentou com a recusa soviética em manter o acordo firmado em 1957 para o fornecimento de tecnologia nuclear à China. Temendo a reação dos Estados Unidos, a União Soviética recuou, em 1959, provocando a reação chinesa com o acirramento das críticas ao que Mao chamava de revisionismo soviético. A ruptura cristalizou-se em 1962, com o fim das relações diplomáticas entre os dois países e com a ocorrência, a partir de então, de alguns conflitos de fronteira, que acentuaram o clima de tensão.

A Revolução Cultural

O fracasso do Grande Salto para a Frente, a perda do apoio da União Soviética e o isolamento internacional colocaram a China em uma situação de graves dificuldades econômicas, que acarretaram agitações políticas dentro do Partido Comunista Chinês. Visando fortalecer-se na luta pelo poder dentro do partido, Mao lançou mão de um amplo processo de mobilização popular, ao qual ele chamou de **Revolução Cultural**. Por meio da ativação do fervor revolucionário, da mobilização popular, das críticas à burocracia do PCC e das denúncias de todas as formas de “revisionismo”, Mao utilizou o projeto de reeducação da sociedade com base nos princípios socialistas como uma arma contra seus adversários políticos dentro do partido.



Fig. 25 Estudantes chineses marcham durante a Revolução Cultural.

Tendo por base o Exército Popular de Libertação, dirigido por Lin Biao, e as inúmeras organizações revolucionárias que se alastraram por todo o país, Mao impôs uma forte repressão à oposição, expurgando esses setores do partido ou obrigando-os a autocriticas públicas. Dentre os considerados revisionistas, e que foram expulsos do partido, figuram nomes como Deng Xiaoping, que, após a morte de Mao, foi reabilitado e tomou-se o principal líder do processo de modernização econômica e de abertura da China ao Ocidente e aos investimentos capitalistas.

Consolidando internamente seu poder, Mao iniciou uma política de aproximação com o Ocidente, visando romper o isolamento internacional chinês. Em 1971, a China foi admitida na ONU como a única representante do povo chinês, com a exclusão do regime de Taiwan. Essa aproximação foi facilitada pela política do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, que tinha novamente a URSS como principal adversário nas relações internacionais. Aos americanos interessava estabelecer laços com um governo cada vez mais distante de Moscou. Como parte dessa política, Nixon visitou a China em 1972, rompendo décadas de afastamento entre os dois países.

Mao Tsé-Tung morreu em 1976. Deixou um país amplamente transformado, onde a expectativa média de vida aumentara de 35 anos em 1949 para cerca de 65 anos; a produção de alimentos multiplicara-se 6 vezes, enquanto a população menos que dobrara; a produção industrial, insignificante até a revolução, teve aumento expressivo; a escolaridade básica da população era também seis vezes maior do que antes da revolução. Entretanto, as contradições internas persistiam, notadamente no plano político. Tratava-se de um regime ditatorial, de partido único, que negava os direitos políticos mínimos ao cidadão. Ao mesmo tempo, embora a miséria houvesse sido erradicada, a população seguia vivendo distante de qualquer conforto material. Por outro lado, os gastos do Estado com o exército e a indústria bélica multiplicavam-se seguidamente.

Essas contradições vieram à tona com a morte de Mao e o fim do rígido controle que ele exercia sobre o partido. Abriu-se espaço para um amplo questionamento à linha política e econômica do Estado chinês.

A modernização da China após a morte de Mao

O fim da era Mao foi marcado pela ascensão de Hua Guofeng como governante chinês. Já no início do seu governo, ele entrou em choque com a ala radical, que tinha como expoente máximo Jiang Qing, esposa de Mao e uma das principais articuladoras e dirigentes da Revolução Cultural. Ela e seu grupo, intitulado a “Camarilha dos Quatro”, foram presos, acusados dos excessos autoritários durante a Revolução Cultural e condenados.

A partir de 1981, o poder passou às mãos de Deng Xiaoping, que havia sido afastado do partido por Mao. Representando a ala mais à direita do PCC, Deng iniciou o processo de “desmaoização”, que consistiu no afastamento dos adeptos de Mao do governo, ao mesmo tempo em que implantava uma série de medidas de modernização econômica que iam contra os ditames do velho líder. Essa modernização tinha como metas a agricultura, a indústria, a defesa e a ciência e tecnologia. Claro que os parceiros para essa modernização teriam que ser buscados no capital internacional, notadamente no mundo capitalista, que foi atraído pela nova política do governo chinês de abertura aos grandes investimentos externos.

A política de modernização foi extremamente bem-sucedida em termos econômicos. A China passou a crescer a taxas superiores a 13% ao ano, chegando, em 2009, a um PIB de quase 5 trilhões de dólares. Entretanto, o sucesso da política econômica não se traduziu em termos políticos. O abrandamento do dogma socialista, com a permissão, mesmo que em pequena escala e sob controle, de alguma iniciativa privada, não foi acompanhado por uma liberalização política. Isso porque o país ainda estava sob a ditadura do partido único e a população, privada de qualquer participação política efetiva ou das mínimas liberdades de expressão e de manifestação.

Assim, a partir da década de 1980, iniciaram-se pressões pela liberalização do regime, culminando com a grande manifestação popular na Praça da Paz Celestial, em 1989. A violenta repressão aos manifestantes, gerando o chamado **massacre da Praça da Paz Celestial**, foi uma mostra clara dos limites de liberalização admitidos pelo regime de Pequim.



Fig. 26 A Praça da Paz Celestial, local dos principais protestos da população chinesa.



Fig. 27 Intitulada “O Homem Desconhecido”, a fotografia de um civil enfrentando os tanques do exército chinês tornou-se um ícone dos protestos na Praça da Paz Celestial.

A Guerra da Coreia

A Coreia foi uma das áreas ocupadas pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. Com a rendição do Japão, o país foi dividido entre a União Soviética e os Estados Unidos, tendo por base o paralelo 38° N. Com a ocupação soviética no Norte e a norte-americana no Sul, surgiram dois Estados: a República da Coreia e a República Popular e Democrática da Coreia do Norte.

Entretanto, o grau de tensões do período, a Guerra Fria e, principalmente, a vitória dos comunistas chineses em 1949 geraram um quadro de instabilidade política na região. **Insuflados** pela vitória de Mao na China, os norte-coreanos invadiram o Sul, em 1950, derrubando o governo pró-Occidente e promovendo a unificação do país sob seu domínio.

A reação americana não tardou. Obtendo a condenação da Coreia do Norte na ONU, os Estados Unidos enviaram tropas para a região, sob o comando do general MacArthur. Em oposição, a China e a União Soviética apoiaram militarmente a Coreia do Norte. Era o primeiro conflito da Guerra Fria,

Insuflados
Provocados, instigados.

que colocava em campos diferentes as potências, inclusive em termos de ação militar efetiva, com todos os riscos que isso representava.

Assim, buscou-se uma forma de paz negociada. A morte de Stalin em 1953, e a ascensão de Khrushchev facilitaram o acordo de paz, que foi assinado em julho daquele ano como o **Armistício de Pan Mujon**. Ele restabelecia as antigas fronteiras do país, mantendo acirrada a divisão entre comunistas e pró-ocidentais.



Fig. 28 Tanque norte-americano na Guerra da Coreia.

Mesmo com uma duração curta, a guerra teve um impacto enorme. Não só alimentou o antagonismo da Guerra Fria como também significou a morte de mais de 300 mil sul-coreanos, 30 mil norte-americanos, quase 20 mil soldados das forças da ONU, além de cerca de 1 milhão de combatentes chineses e norte-coreanos e mais de 1 milhão de civis.

A Revolução Cubana

A independência de Cuba foi tardia se comparada à independência das demais colônias espanholas. Ela ocorreu apenas em 1901, em um momento em que os Estados Unidos cobriam toda a América Latina com o manto da *Big Stick Policy*.

Assim, houve uma forte presença dos EUA no processo de independência cubana, presença que se ampliou de forma total dentro do novo Estado formalmente independente.

Ainda em 1901, os Estados Unidos fizeram aprovar na Constituição norte-americana e na cubana uma emenda constitucional, denominada **Emenda Platt**, que dava ao governo americano o direito de intervir militarmente sobre Cuba para assegurar interesses norte-americanos na região. Essa presença foi simbolizada pelo estabelecimento de Guantánamo, uma base da marinha americana dentro do território cubano.

A partir daí, a história cubana foi pontuada pela presença crescente dos interesses do imperialismo norte-americano, que se manifestaram no controle de um terço da economia do país e na imposição de governantes, como o General Machado e Fulgêncio Batista, que governou o país de 1934 até 1958.

A ditadura de Batista acentuou as contradições sociais, levando a população da ilha a um quadro de miséria cada vez mais intenso, ao mesmo tempo em que abria possibilidades ainda maiores para o capital norte-americano. Ao lado disso, uma violenta repressão política procurava neutralizar os focos crescentes de oposição. Em 1953, um grupo de jovens, liderados por um advogado chamado **Fidel Castro**, tentou ocupar um

quartel em Santiago de Cuba, mas foi contido. Castro chegou a ficar dois anos preso após essa que foi a primeira manifestação de uma luta aberta contra o regime.

Em 1956, após um período foragido no México, Castro voltou clandestinamente a Cuba, liderando um grupo de opositores do regime dispostos a um movimento guerrilheiro visando tomar o poder. Ao todo, eram 72 homens, que foram atacados por tropas de Batista no momento em que desembarcavam em território cubano; 60 deles morreram. Os 12 sobreviventes, entre eles Fidel Castro, **Ernesto “Che” Guevara**, Raúl Castro e Camilo Cienfuegos, fugiram para as montanhas de Sierra Maestra, procurando ganhar apoio junto à população camponesa.



Fig. 29 Fidel Castro e “Che” Guevara.

A impopularidade do governo Batista bem como a situação de miséria da população foi elemento decisivo para que o grupo de Fidel fosse ampliando sua penetração junto aos camponeses. Reorganizando-se militarmente e obtendo sucessivas vitórias, os guerrilheiros conseguiram entrar em Havana, em 1º de janeiro de 1959, obrigando Batista a fugir para os Estados Unidos.

As primeiras medidas do novo governo assustaram os setores mais conservadores e notadamente o governo americano. Formando seu governo com líderes da guerrilha e opositores do regime derrotado, Castro iniciou um programa de reforma agrária, expropriando os latifúndios, que eram a característica fundamental da estrutura de propriedade da terra no país. Nacionalizou as empresas estrangeiras e decretou o fuzilamento dos colaboradores do regime deposto, além de adotar uma postura autoritária em termos políticos, com a perseguição a todos os opositores.

Os Estados Unidos reagiram, decretando o embargo econômico à ilha e suspendendo a importação do açúcar cubano, base da economia do país. Ante esse estrangulamento, o governo cubano viu-se obrigado a buscar novos parceiros, inclinando-se em direção à União Soviética.

Dentro do contexto da Guerra Fria, essa aproximação gerou uma reação mais intensa por parte dos americanos. Eram os piores temores da postura anticomunista que pareciam se confirmar, ainda mais se levada em consideração a proximidade geográfica de Cuba com os Estados Unidos e o fato de que, até então, a ilha nada mais fora do que um quintal do imperialismo norte-americano.

Em 1961, após romper relações com o governo cubano, o presidente John Kennedy autorizou a invasão de Cuba por um grupo de exilados cubanos com o apoio da Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA). Essa tentativa foi facilmente rechaçada pelo governo cubano na Baía dos Porcos, mas selou de modo definitivo a ruptura entre os dois regimes. Não por acaso, em dezembro do mesmo ano, Fidel declarou sua adesão ao Comunismo, consumando sua aproximação com a União Soviética.

Em reação a isso, o governo dos EUA pressionou seus aliados no continente a aprovarem a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), ao mesmo tempo em que decretava o total bloqueio ao comércio com a ilha. Por outro lado, ao aderir ao bloco socialista, Cuba tornava-se um aliado estratégico fundamental para a União Soviética, que procurou ampliar sua presença militar na região.

Em 1962, os soviéticos instalaram mísseis nucleares em Cuba, sob a alegação de que eles teriam meramente a função de defender a ilha de um eventual ataque norte-americano. Tratava-se de uma evidente mentira, uma vez que a natureza ofensiva de mísseis apontados para os Estados Unidos era clara. Contra isso, o governo americano reagiu exigindo a imediata retirada dos mísseis de Cuba, sob pena de um ataque sobre a ilha. Poucas vezes, durante todo o período da Guerra Fria, a perspectiva de um enfrentamento direto entre as duas superpotências pareceu tão próxima. E poucas vezes durante esse período, a insanidade do confronto foi tão facilmente constatada como durante os treze dias em que durou o impasse. Kennedy chegou a afirmar que não tinha medo de um confronto nuclear com os soviéticos, pois os Estados Unidos tinham poderio para destruir a União Soviética três vezes, enquanto os soviéticos tinham poderio para destruir a América apenas uma vez. Khrushchev respondeu que à União Soviética bastava destruir os Estados Unidos uma única vez.

Khrushchev foi obrigado a recuar, retirando os mísseis, mas o episódio deixou marcas que acentuaram as investidas de ambos os lados. Os Estados Unidos, temendo a disseminação do “perigo vermelho” no continente, lançaram a Aliança para o Progresso, um programa de ajuda econômica aos países da América Latina com o objetivo de ampliar a dependência destes em relação a Washington. Mais do que isso, o governo americano passou a apoiar golpes militares e a instalação de regimes ditatoriais, vistos como únicas armas eficazes na contenção da ameaça comunista.

Cuba, por sua vez, adotou uma política de “exportar” a revolução para outros países, por meio do apoio a movimentos guerrilheiros ou mesmo da criação de focos de combate em algumas regiões. Fez parte dessa política a criação, em 1967, da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), voltada a estimular a formação de focos guerrilheiros em algumas regiões.

Dentre os líderes cubanos, o maior adepto da política de exportação da revolução era Che Guevara. Em 1966, Che saiu secretamente de Cuba, passando a organizar focos guerrilheiros no Congo e mais tarde na Bolívia, onde acabou morto em 1967.



Fig. 30 Guevara morto na Bolívia.

A Guerra do Vietnã

Vimos que a Conferência de Genebra, de 1954, dividira o Vietnã em dois Estados, o Norte, sob o domínio do Viet Minh, e o Sul, sob o governo de Bao Dai. Previa, ainda, que fossem realizadas eleições para a reunificação do país, em 1956.

Entretanto, conforme crescia o sentimento de rejeição ao domínio ocidental, ficou claro que o Viet Minh ganharia a eleição, o que alarmava o governo dos Estados Unidos, já às voltas com a vitória de Mao na China e a perda da Coreia do Norte. Assim, Washington apoiou um golpe militar, no Vietnã do Sul, que depôs Bao Dai e levou ao poder o primeiro ministro Ngo Dinh Diem. Instaurando uma ditadura militar no país, Diem cancelou as eleições e perseguiu violentamente os opositores do regime, particularmente a esquerda, que apoiava o Viet Minh. A violência do regime foi tamanha que, em menos de um ano, mais de 70 mil pessoas foram executadas.

A isso, a população apoiada pelo Vietnã do Norte respondeu com o crescimento do movimento de guerrilha contra o governo. Já em 1957 eclodiram os primeiros conflitos entre guerrilheiros comunistas e tropas fiéis ao regime de Saigon. Em dois anos, esses conflitos generalizaram-se, configurando uma verdadeira guerra civil.

Ante a incapacidade do governo de Diem de conter o avanço dos comunistas, os Estados Unidos passaram a intervir diretamente no conflito. O envio de “conselheiros militares”, forma eufemística através da qual os Estados Unidos procuravam ocultar o fato de que estavam mandando tropas para combater efetivamente no conflito vietnamita, chegou a 10 mil soldados em 1962. Já em 1960 havia sido criada a Frente de Libertação Nacional (FLN) no Vietnã do Sul, um exército de guerrilha que lutava ostensivamente contra o governo de Saigon com o apoio do Vietnã do Norte. Foram os Estados Unidos que deram à FLN o apelido de *Vietcong*, termo que no idioma local significa vietnamita comunista, em uma tentativa de desmoralizar o movimento.

A partir de junho de 1963, a reação no Vietnã do Sul contra o regime de Diem intensificou-se, tendo como manifestação mais dramática o suicídio de monges budistas que se imolavam em protesto contra o regime. A impopularidade de Diem e a sua incapacidade de conter a crescente onda de protestos geraram

um golpe militar, no qual ele foi assassinado, assumindo o poder os generais Nguyen Van-Thieu e Cao Ky. Nesse mesmo ano, em novembro, o presidente Kennedy foi assassinado em Dallas e seu vice, Lyndon Johnson, assumiu o poder.



Fig. 31 Monge suicida-se em protesto contra o governo de Diem.

Foi a partir daí que a presença norte-americana tornou-se maciça no conflito. O número de “conselheiros militares” enviados pelos Estados Unidos foi crescente, chegando a cerca de 500 mil soldados entre 1965 e 1968.

Já nesse momento, embora ainda que timidamente, começavam as primeiras manifestações internacionais contra a presença americana na guerra. Essas manifestações eram um sintoma do movimento cultural que marcou os anos de 1960 e que significou a emergência de toda uma nova geração na cena política. Tratava-se da geração que nasceu nos anos da Segunda Guerra Mundial ou imediatamente após o seu final, vivendo em um mundo destruído, dividido e com o iminente terror da Guerra Fria. Jovens nos anos sessenta, eles se pautaram pela reação aos valores que norteavam o pós-guerra, pela negação do discurso político tradicional e por uma atitude de contestação à moral vigente, que se traduzia em uma nova maneira de se vestir e de se comportar, por um novo gosto musical, que tinha no rock a sua grande expressão. Pautavam-se ainda por uma nova postura em relação ao sexo e ao amor, provocando uma das mais intensas revoluções nos costumes em toda a história recente.

Contestação social nos EUA e no mundo

Havia outros componentes nesse turbilhão social que marcou os anos sessenta; um dos principais foi a nova condição da mulher. Desde os anos da guerra, necessária como força de trabalho, a mulher superou a sua antiga condição de elemento apenas doméstico, submetida ao domínio masculino, passando a reivindicar um papel maior na sociedade. Sintoma dessa nova posição da mulher no contexto social foi a invenção e a popularização da pílula anticoncepcional, em 1958, que, muito além de seu significado como um avanço da medicina, teve um sentido social revolucionário. Era a admissão pública do direito da mulher ao sexo, independentemente de sua opção pela maternidade, uma afirmação da emancipação feminina ante seu próprio corpo, negando a ditadura patriarcal que marcava a sociedade.

Também a questão dos negros ganhava um conteúdo explosivo. Desde o final da guerra, as reivindicações dos negros por liberdades civis vinham crescendo e, na década de 1960, dentro do clima de contestação que marcou o período, atingiram seu ponto crucial. Nos EUA, essa luta teve na figura do pastor **Martin Luther King** seu maior expoente e defendia o fim das leis discriminatórias que ainda vigoravam em grande parte do país, principalmente nos estados do Sul.



Fig. 32 Uma manifestante oferece uma flor a um policial militar em um protesto contra a Guerra do Vietnã em 21 de outubro de 1967.

De certa forma, a guerra do Vietnã catalisou todo esse clima de descontentamento e de contestação, gerando um movimento que fundia essas diversas vertentes contra a presença dos Estados Unidos no conflito. Frases como “Faça amor, não faça a guerra” ou “Esta é uma luta na qual brancos mandam negros lutar contra amarelos por uma terra que eles roubaram dos vermelhos” eram uma síntese de um amplo movimento de repulsa social à guerra e à ordem vigente.

O fim do conflito

Ao mesmo tempo em que aumentava o descontentamento da opinião pública contra a guerra, fato que se alastrou por todo o mundo ocidental, o governo americano procurava acelerar a vitória de suas tropas, lançando mão de táticas cada vez mais violentas, como o uso de bombas de napalm (incendiárias, que provocavam imensa devastação), desfolhantes (que provocavam a queda das folhas das árvores, visando impedir que os vietcongues usassem as florestas como esconderijo), além de bombardeios maciços sobre o Norte, penalizando acima de tudo a população civil.



Fig. 33 Crianças vietnamitas fogem de um bombardeio com napalm.

Entretanto, as vitórias do Vietnã do Norte e do Vietcongue aumentavam. Em janeiro de 1968, os comunistas desfecharam um ataque maciço em todo o território do Vietnã do Sul, na chamada “Ofensiva do Tet”, chegando a ocupar até mesmo a embaixada dos Estados Unidos em Saigon. Contra isso, o governo americano lançou mão de ataques violentos contra o Vietnã do Norte, inclusive com o bombardeio de Hanói.

Porém, para os Estados Unidos a guerra estava perdida. A pressão crescente da opinião pública, a resistência heroica do Vietcongue e do Vietnã do Norte e também o progressivo enfraquecimento do governo Nixon, minado por denúncias de corrupção eleitoral, fizeram com que os norte-americanos iniciassem negociações que levariam à assinatura do Acordo de Paris em 1973, prevendo a gradual retirada de suas tropas do Vietnã.

Com isso, a vitória dos comunistas tornou-se questão de tempo. Em 1975, tropas do Vietcongue tomaram Saigon, provocando a fuga humilhante dos últimos funcionários e militares americanos no país. A cidade teve seu nome mudado para Cidade de Ho Chi Minh e, no ano seguinte, promoveu-se a reunificação oficial do país, com o nome de República Socialista do Vietnã.

O Oriente Médio

Um dos maiores focos de tensão do planeta após a Segunda Guerra, o Oriente Médio concentrou uma série de conflitos, dos quais o principal, mas não o único, é a disputa entre árabes e israelenses. Mas há ainda uma série de questões que tornam essa região altamente explosiva, como a guerra no Líbano, o fundamentalismo islâmico, fortalecido após a revolução no Irã, a guerra entre Irã e Iraque e, mais recentemente, as duas guerras movidas pelos Estados Unidos e seus aliados contra o Iraque.

Diversas razões explicam a grande concentração de conflitos nessa região. Em primeiro lugar, a localização estratégica, no encontro entre o Ocidente e o Oriente, catalisando tensões que envolvem a África, a Europa e a Ásia, sem esquecer a importância econômica e militar do canal de Suez. Também as grandes reservas petrolíferas da região a tomam palco de grandes interesses econômicos.

Essas questões geográficas aliavam-se à evolução histórica da região, libertada recentemente do domínio colonialista europeu, e, principalmente, às disputas internacionais que caracterizaram a Guerra Fria, concentrando os interesses das duas superpotências na região e amplificando os conflitos.

Os conflitos entre árabes e israelenses

Inicialmente, duas questões são necessárias para que se compreenda a origem do conflito entre o Estado de Israel e os povos árabes no Oriente Médio. A primeira delas é a própria fragilidade dos Estados árabes da região, estabelecidos em uma área que passou imediatamente do domínio turco para o controle anglo-francês após a Primeira Guerra Mundial. Outra questão decisiva para o clima de tensão na região foi a proposta de dar ao povo judeu uma pátria.

Ainda em 1922, a Inglaterra, então mantendo um mandato na região da Palestina, fez aprovar na Liga das Nações a **Declaração Balfour**, segundo a qual o governo inglês comprometia-se a apoiar a criação de um Estado judeu na região. A partir

daí, intensificou-se a migração de judeus espalhados pelo mundo todo para a região, gerando conflitos cada vez mais intensos com a população árabe da região.

As tensões agravaram-se ao final da Segunda Guerra Mundial. A Inglaterra, enfraquecida e sem condições de lidar com os conflitos na região, renunciou ao controle sobre a Palestina, passando-o à recém-criada ONU. Ao mesmo tempo, a comoção mundial gerada pelo genocídio dos judeus durante o Nazismo e a guerra ampliou o apoio internacional à proposta da criação de uma pátria para os judeus, o que acentuou largamente a imigração judaica para a região e, conseqüentemente, os choques entre estes e os árabes. Mesmo antes disso, os judeus já haviam criado um exército clandestino, o *Haganah*, que procurava, por meio de ações de guerrilha, fazer frente às investidas árabes, chegando a expulsar camponeses árabes de algumas regiões da Palestina.

Ante o clima crescente de confronto, a ONU decidiu-se pela divisão da região da Palestina, com uma área judaica, que ocuparia 57% da área, e uma área do povo palestino, representando 43% da região. Cabe lembrar que a população palestina era de mais de 1,3 milhão de habitantes, contra cerca de 700 mil judeus. A divisão previa ainda uma zona neutra, situada em Jerusalém.

No dia 14 de maio de 1948, foi proclamada oficialmente a criação do Estado de Israel. No dia seguinte, os países da Liga Árabe, que englobava Egito, Síria, Jordânia, Iraque e Líbano e tinha sido fundada justamente para se opor a essa medida, invadiram a região para dar início à **Primeira Guerra Árabe-Israelense**.



Fig. 34 David Ben-Gurion proclama a fundação do Estado de Israel.

A vitória israelense permitiu ao Estado ocupar a Galileia, região ao norte da Palestina, e o deserto do Neguev, na fronteira com o Egito. Com isso, o território de Israel passou de 14.500 km² para cerca de 20.000 km². Essa primeira guerra deu origem à questão social dos refugiados da Palestina, a mais aguda na região. Cerca de 1 milhão de palestinos, que até então ocupavam áreas agora dominadas por Israel, foram expulsos ou fugiram, dando origem a uma massa gigantesca de refugiados, em luta pela retomada de sua pátria de origem. A Cisjordânia (na fronteira entre Israel e Jordânia) e a Faixa de Gaza (na fronteira com o Egito) que faziam parte do Estado Palestino, foram incorporadas respectivamente por Jordânia e Israel.

Havia um forte interesse ocidental nos conflitos da região. Além da óbvia importância estratégica e econômica, o Oriente Médio viu-se incorporado como alvo de um aspecto fundamental da Guerra Fria. Desde a perda do mandato britânico na região, o Oriente Médio preocupava os países capitalistas, que temiam uma aproximação entre os países árabes e a União Soviética. Assim, a implantação do Estado de Israel servia aos interesses capitalistas na medida em que se tratava de um Estado relativamente frágil, alvo dos constantes ataques de seus vizinhos árabes e que, para sua própria sobrevivência, não poderia abrir mão de aliados ocidentais.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que buscava consolidar-se internamente, Israel tomou-se uma peça fundamental na geopolítica da Guerra Fria. Tal situação ficou clara com a **Segunda Guerra Árabe-Israelense**, também chamada de Guerra de Suez, que eclodiu em 1956.

As razões para essa guerra, além do crescimento dos conflitos na região, ligavam-se ao crescente antagonismo dos países árabes, liderados pelo Egito, contra o Ocidente. Em 1956, o presidente egípcio **Gamal Abdel Nasser** decretou a nacionalização do Canal de Suez, prejudicando os interesses britânicos e franceses na região. Em represália, Israel, com apoio da Inglaterra e da França, ocupou a Península do Sinai, ao mesmo tempo em que tropas inglesas e francesas tomaram Port Said, na entrada do canal. A tensão criou espaço para a entrada da União Soviética no conflito, apoiando o Egito e ameaçando a França e a Inglaterra com um bombardeio nuclear caso as tropas não fossem retiradas do território egípcio. A ONU, pressionada tanto pelos americanos quanto pelos soviéticos, interveio na região, enviando forças de paz e impondo a saída dos britânicos e dos franceses ao mesmo tempo em que obrigou Israel a se retirar do Sinai, restaurando, assim, as fronteiras de 1949.

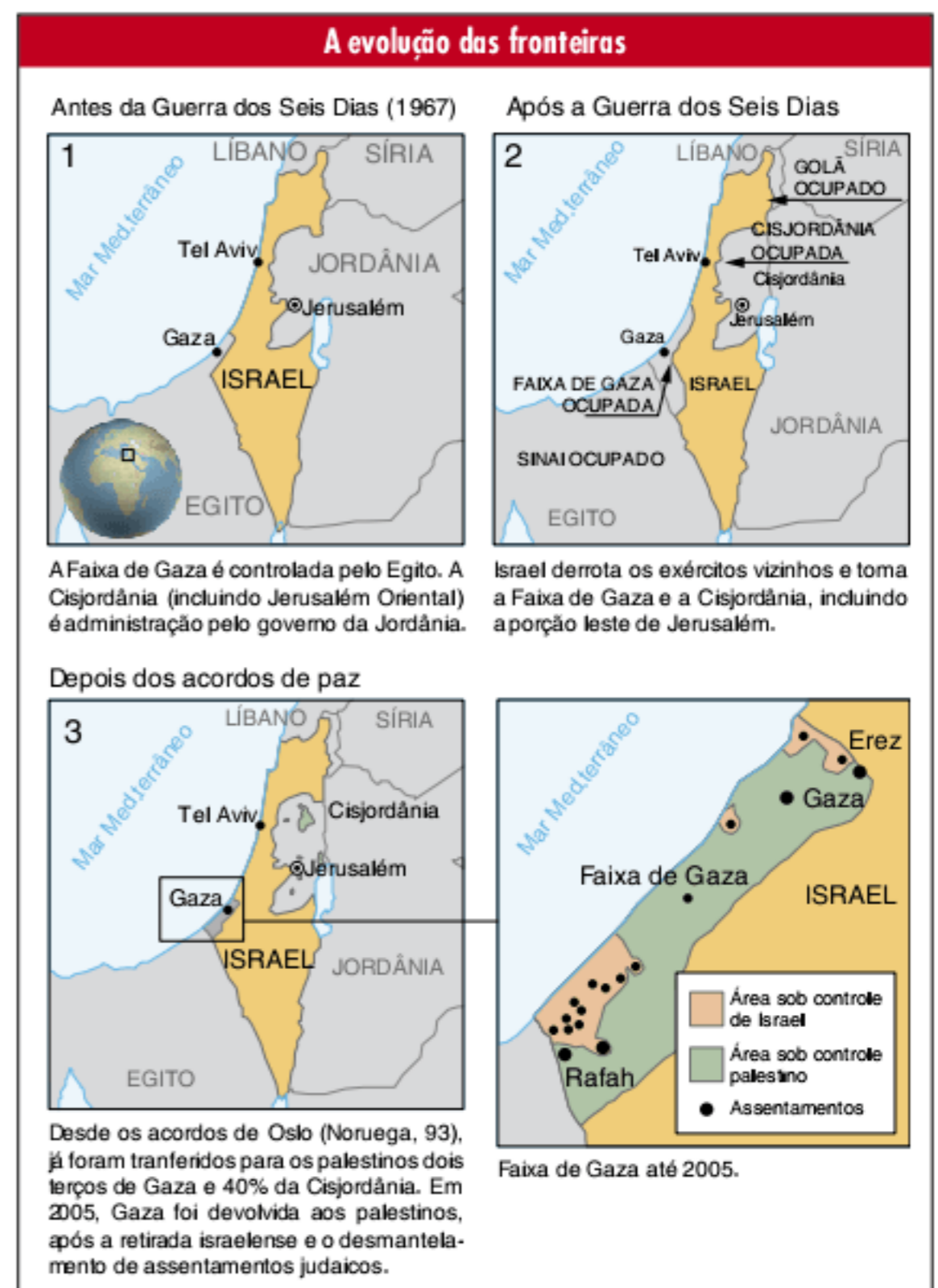
Em represália à **belicosidade** de Israel, foi criado, em 1956, o **Movimento pela Libertação da Palestina** (MLP), que, com seu braço armado, a *Al Fatah*, passou a promover atentados terroristas contra os israelenses na região. Com isso, Israel passa a responder com bombardeios sobre os países árabes, principalmente a Síria e a Jordânia, que apoiavam as ações da MLP. O quadro de confronto foi crescendo até que, em 1967, aviões israelenses atacaram a Jordânia. Em represália, o Egito ocupou o golfo de Ácaba, bloqueando o porto israelense de Eilat. No dia 5 de junho, após uma declaração de guerra conjunta da Síria, Jordânia e Egito contra Israel, a força egípcia foi destruída ainda em terra por bombardeios israelenses. A rapidez da ação de Israel permitiu-lhe uma fácil vitória, que lhe rendeu a ocupação do Sinai, da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e das colinas de Golã, aumentando em mais de quatro vezes sua área. Esse fato agravou muito mais a questão palestina, gerando um novo contingente de mais de 1,6 milhão de refugiados. Essa foi a **Terceira Guerra Árabe-Israelense**, também chamada de Guerra dos Seis Dias.

Mesmo com a resolução da ONU, que impunha a retirada israelense dos territórios ocupados, Israel recusou-se a obedecer. A atitude provocou a reação árabe, dando origem à **Quarta Guerra Árabe-Israelense**, ou Guerra do Yom Kippur, em 1973. No dia 6 de outubro, dia do feriado judeu do Yom Kippur, tropas sírias e egípcias atacaram Israel de surpresa. Em

represália, os israelenses bombardearam Damasco, capital da Síria. Com a intervenção do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, e do presidente da União Soviética, Leonid Brejnev, o conflito encerrou-se dezoito dias depois, sem que tivesse havido alterações territoriais.

A guerra, entretanto, trouxe decorrências fundamentais. Uma delas foi a de fomentar a união entre os países árabes contra o Ocidente, então comprometido pelo apoio a Israel. A manifestação maior dessa unidade se deu a criação da **OPEP** (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e a elevação brutal dos preços do petróleo, gerando uma crise mundial sem precedentes.

Outro efeito foi o surgimento dos primeiros entendimentos entre árabes e o Estado de Israel. Esses entendimentos tiveram como primeiro esboço a realização de uma reunião promovida pelo presidente norte-americano, Jimmy Carter, entre o presidente egípcio, Anuar Sadat, e o primeiro-ministro israelense, Menahem Begin, que resultou nos **Acordos de Camp David**. Por esses acordos, Israel retirar-se-ia do Sinai, que retornaria ao domínio egípcio. Era o início de uma nova fase que buscava na negociação a resolução dos conflitos na região. Entretanto, várias das questões trazidas pelo confronto árabe-israelense continuavam longe de uma solução.



Belicosidade

Inclinação para a guerra, para o combate.

A questão palestina

A questão dos refugiados palestinos ocupou o centro das preocupações na região a partir do final das guerras entre os governos. Trata-se de uma massa de refugiados espalhada pelos países árabes da região, sendo que aqueles que permaneceram em território israelense foram relegados à condição de cidadãos de segunda categoria e discriminados pelo Estado judeu.

Desde o início dos anos 50, a ONU comprometeu-se a prover moradia e alimento a essa população, criando campos de refugiados que se espalharam por toda a região. As constantes ações militares de Israel sobre os Estados árabes aumentaram a massa de refugiados, o que agravou a tensão na região.

A ação palestina ocorreu por meio de pequenos grupos guerrilheiros contra Israel. Em 1964, os diversos grupos uniram-se ao MLP, dando origem à **Organização pela Libertação da Palestina (OLP)**, presidida desde 1969 por **Yasser Arafat**. A ação da OLP cresceu, traduzindo-se em ações de guerrilha e terrorismo contra Israel, ao mesmo tempo em que se intensificavam as negociações pela paz na região, tendo o Sul do Líbano como base de suas operações.



Fig. 35 Yasser Arafat, líder da OLP, em discurso na Assembleia Geral da ONU, em 1974.

Em março de 1978, em represália aos ataques da OLP, Israel invadiu o sul do Líbano, em guerra civil desde 1975, acirrando os confrontos entre populações civis palestinas, libanesas e guerrilheiros palestinos, além dos milicianos cristãos apoiados por Israel.

A partir de 1980, Arafat passou a dar sinais de que aceitaria iniciar negociações com Israel. Essa posição não encontrou apoio junto aos setores radicais da OLP, gerando conflitos internos que enfraqueceram a luta árabe. Com isso, Arafat foi obrigado a buscar apoio junto a governos árabes da região, aproximando-se de Mubarak, do Egito, e do rei Hussein, da Jordânia. No ano seguinte, Hussein e Arafat estabeleciam sua proposta de paz, que, pela primeira vez, reconhecia o direito à existência do Estado de Israel, mas exigia a retirada israelense das regiões ocupadas. Israel não aceitou a proposta e intensificou sua política de enviar colonos judeus para essas áreas, de modo a assegurar a posse da região.

Por outro lado, a reação da população palestina não pôde ser controlada. Em 9 de dezembro de 1987, reagindo contra

o atropelamento de 4 palestinos por um caminhão do exército israelense na Faixa de Gaza, a população explodiu em uma rebelião espontânea, usando pedras contra as tropas israelenses. Era o início da *Intifada* (sobressalto, em árabe). A rebelião palestina logo se alastrou para toda a região, o que motivou mais uma reação violenta de Israel.



Fig. 36 Jovem palestino atira pedra contra um tanque israelense.

Um dos efeitos da *Intifada* foi o de tornar inevitável a resolução da questão palestina. Assim, a proposta de criação de um Estado palestino autônomo não apenas uniu todas as facções da OLP como também conquistou quase unânime apoio internacional. Em 15 de novembro de 1988, o Conselho Nacional Palestino proclamou a criação do **Estado da Palestina** e declarou sua aceitação da existência de Israel. Além disso, declarou sua rejeição ao terrorismo como arma de luta política, dando um passo fundamental no sentido do entendimento.

Esse entendimento, entretanto, ainda hoje está longe de ser plenamente atingido. Os extremismos de ambos os lados, inclusive religiosos (os fundamentalistas islâmicos ainda defendem a destruição de Israel, ao mesmo tempo em que os fundamentalistas judaicos consideram seu direito à região uma concessão feita por Deus ao “povo eleito”), o precário equilíbrio político nos países da região e os interesses dos países desenvolvidos pelo petróleo dificultam a paz definitiva na Palestina; também impedem que o princípio da autodeterminação do povo palestino seja plenamente respeitado.

A guerra no Líbano

Desde a década de 1970, o Líbano viveu um quadro de Guerra Civil cujas origens estão ligadas à gama de questões que assolam a região. Trata-se de um conflito que funde questões religiosas e políticas e incorpora os interesses externos dos países árabes da região, de Israel e de potências estrangeiras.

A guerra civil, alternando momentos de maior ou menor agudização, estende-se até os dias atuais e explica-se pela complexidade da organização social e religiosa da população local. Uma população de maioria muçulmana era dominada por uma minoria cristã de origem europeia, que controlava as atividades econômicas e detinha o domínio político do país. O quadro é agravado

pela diversidade dentro dos próprios grupos, com os muçulmanos divididos em xiitas e sunitas, e os cristãos entre católicos romanos, protestantes, ortodoxos e maronitas. Soma-se a isso o apoio da OLP à maioria muçulmana e o apoio de Israel aos cristãos.

A partir da década de 1970, os choques entre esses grupos agravaram-se devido à luta da população muçulmana por maior representatividade política. Essa luta foi acentuada pela presença cada vez mais intensa de guerrilheiros palestinos no sul do país. Contra isso, Israel ocupou o Líbano em 1982, expulsando os guerrilheiros da OLP e permanecendo no país até 2000. Em 2006, em resposta aos ataques do Hezbollah, grupo xiita apoiado pelo Irã, Israel invadiu novamente o sul do Líbano, base de organização xiita, após pesados bombardeios aéreos e de artilharia que atingiram Beirute. O conflito, que durou 34 dias, deixou mais de 1.200 libaneses mortos. Além disso, a Síria exerce influência na política libanesa, tendo ocupado a capital Beirute de 1976 a 2005, com o pretexto de proteger o Líbano de agressões israelenses e pressionando o governo local de acordo com os seus interesses.

Assim, a luta no Líbano vem devastando o país, acumulando, até hoje, um saldo de 150 mil mortos e mais de 500 mil desabrigados, em uma população de apenas quatro milhões de habitantes. Trata-se de mais uma região na qual os extremismos políticos e religiosos bem como os interesses internacionais envolvidos têm impedido que se chegue a uma solução negociada entre as várias facções.

A Revolução Iraniana

Desde o final da Segunda Guerra, o Irã era governado pela ditadura pró-Occidente do xá Mohammad Reza Pahlevi. Instituído um regime extremamente repressivo, ao mesmo tempo em que promovia uma modernização marcada pela abertura do país ao capital norte-americano, Reza Pahlevi foi perdendo popularidade, até que, a partir de 1977, começaram a eclodir manifestações intensas pela sua derrubada. Essas manifestações tinham no clero **xiita** sua principal expressão.

Cabe aqui uma análise mais detalhada acerca do xiismo e de suas implicações políticas. Sabemos que o livro sagrado islâmico é o **Corão**, ou Alcorão, conjunto de ditos, feitos e determinações de Maomé. Entretanto, a expansão do Império Islâmico impôs uma série de realidades não previstas nos ditos do profeta. Assim, o Império Islâmico impôs a **Suna**, um conjunto de determinações de natureza social e política, também apresentadas como parte indissociável do Islã.

Vários povos, por outro lado, embora islamizados, não foram submetidos ao Império Islâmico. Assim, esses povos adotaram apenas o Corão e não a Suna. Com isso, a rejeição da Suna passou a ser um componente de afirmação da autonomia desses povos ante o Império, ao mesmo tempo em que a aceitação do Corão como única verdade tornou-se um elemento de afirmação nacional. Assim, não surpreende a ação do clero xiita contra uma ditadura acusada de ser favorável aos infieis ocidentais.

A liderança da luta contra Reza Pahlevi passou a ser exercida pelo *aiatolá* Ruhollah Khomeini, que havia acabado de retornar ao país, após o exílio, desde 1963, na França. Em 1979, em meio a crescentes agitações da população, que chegou a enfrentar as tropas do exército fiel ao governo, Reza Pahlevi foi obrigado a fugir.

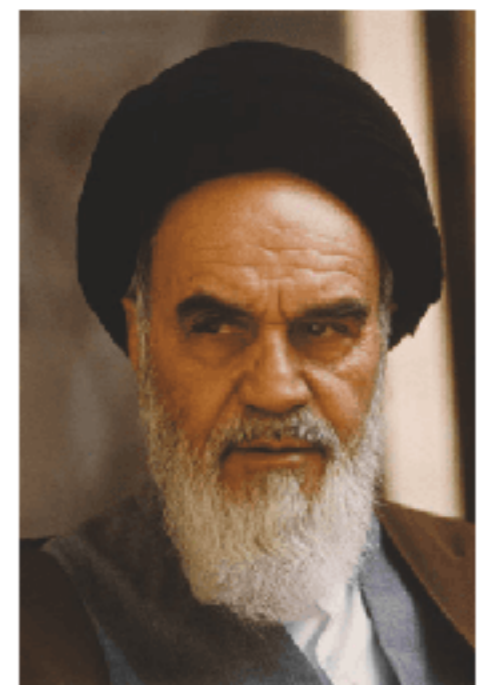


Fig. 37 O aiatolá Khomeini.

Khomeini assumiu a liderança do país, instituindo um regime fundamentalista que tinha como grande inimigo os Estados Unidos, por ele chamado de o Grande Satã. O crescimento do fanatismo tomou o Irã um polo de intensa rejeição aos EUA, culminando com a invasão da embaixada norte-americana em Teerã e com a captura de 64 reféns.

Em 1981, o ditador do Iraque, país de maioria xiita, o sunita **Saddam Hussein**, com o apoio dos Estados Unidos, que nele viam a única possibilidade de deter o avanço do fundamentalismo iraniano, declarou guerra ao Irã. As razões específicas do conflito ligam-se à reivindicação do Iraque sobre o estreito de Chatt-el-Arab, no golfo Pérsico. Por trás da ação de Saddam estava, entretanto, seu desejo de isolar o regime do Irã e consolidar sua posição como líder do mundo árabe.

A **Guerra Irã-Iraque** deixou um saldo de quase 1 milhão de mortos, terminando em 1988, sem que houvesse um vencedor claro. Deixava, entretanto, um balanço político ainda mais grave para a região. Fortalecido pelo apoio dos Estados Unidos, Saddam Hussein passou a implantar uma política cada vez mais agressiva, aproximando-se da União Soviética e tornando-se um inimigo declarado do Ocidente. Foi esse antagonismo que o levou, em 1990, a invadir o Kuwait, gerando mais um violento conflito na região, mas dessa vez opondo-se aos Estados Unidos.

As relações internacionais a partir da década de 1960

As tensões da década de 1960 provocaram algumas tentativas de amenizar as relações entre as duas superpotências, o que não impediu momentos de acirramento do confronto. Conforme vimos, a questão dos mísseis de Cuba provocara um endurecimento da postura dos Estados Unidos na América Latina, patrocinando a Aliança para o Progresso e apoiando golpes militares e mesmo intervenções com o objetivo de deter a ameaça comunista. Ao mesmo tempo, na União Soviética, o discurso liberalizante de Khrushchev não era acompanhado por medidas práticas no sentido de maior abertura política do regime, nem de um abrandamento do domínio soviético sobre o Leste Europeu ou mesmo do intervencionismo em questões políticas no terceiro mundo.

Assim, os momentos de tensão mantiveram o mundo em permanente estado de alerta. Em 1963, John Kennedy foi assassinado em Dallas, em um episódio até hoje mal-explicado.

No ano seguinte, em função dos revezes de sua política externa, principalmente pela humilhação na questão dos mísseis cubanos, Khrushchev foi derrubado do poder na União Soviética. Dessa forma, dois novos líderes assumiam o poder nas duas superpotências: **Lyndon Johnson**, vice de Kennedy, e **Leonid Brejnev**, o novo presidente soviético.

Johnson completou o mandato de Kennedy até 1964 e foi eleito para o mandato de 1964 a 1968. Seu governo ampliou de forma intensa a intervenção armada no Vietnã e procurou conter de modo mais efetivo o que era visto como a ameaça comunista, chegando a intervir militarmente na República Dominicana, e buscando deter o movimento de esquerda que ameaçava tomar o poder no país. Ao mesmo tempo, internamente, teve que lidar com os crescentes protestos de repulsa à participação na Guerra do Vietnã e com o movimento negro, liderado pelo pastor Martin Luther King. O agravamento das tensões internas, em um momento particularmente rico em contestações que vinham de todos os lados, provocou o surgimento de grupos radicais, como os **Panteras Negras**, negros muçulmanos contrários à política de Luther King que, inspirado em Gandhi, defendia a não violência como forma de conquistar direitos sociais. Crescia também o movimento **hippie**, com todo o seu significado em termos de contestação aos valores da sociedade americana e ao engajamento dos Estados Unidos na guerra.

Esse mesmo radicalismo provocou ainda dois eventos traumáticos: o assassinato de Robert Kennedy, irmão de John e candidato do Partido Democrata nas eleições presidenciais de 1968, e do próprio Martin Luther King.

O mundo todo explodia em um quadro de contestação à ordem vigente. Era a geração do pós-guerra, que vivera sob a ameaça de uma hecatombe nuclear e crescera sobre os escombros da Segunda Guerra. Agora adulta, buscava se afirmar na busca por novos valores sociais e políticos, fazendo do final dos anos sessenta um dos períodos mais ricos, em termos sociais e culturais, da História.

As manifestações espalharam-se pelo mundo todo, com a ação dos estudantes em Paris, criando barricadas contra o governo de Charles de Gaulle; na América Latina, tendo inclusive no Brasil suas formas mais agudas na luta estudantil e operária contra a ditadura militar; também se alastraram pelo Leste Europeu.

Na Tchecoslováquia, um dos países da “Cortina de Ferro” diretamente sob o domínio da União Soviética, iniciou-se um movimento liberalizante que teve o presidente **Alexander Dubcek** como seu principal líder. Defendendo o que ficou conhecido como “Socialismo de face humana”, o movimento, denominado **Primavera de Praga**, propunha a liberalização do regime, maior liberdade política e menor dependência em relação aos ditames de Moscou.

Entretanto, o reformismo tcheco ameaçava os interesses soviéticos. Em meio às contestações ao governo norte-americano no mundo todo, Brejnev via uma possibilidade imensa de crescimento da influência soviética no planeta, sendo que para isso seria necessário exercer um controle cada vez mais rígido sobre as áreas já influenciadas. O risco de uma rebelião contra o domínio soviético dentro da “Cortina de Ferro” era intolerável a Moscou. Assim, em agosto de 1968, tropas do

Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia, prenderam os líderes do movimento, inclusive Dubcek, e colocaram no poder Gustáv Husák, um títere a serviço de seus amos soviéticos.

A resistência da população tcheca à agressão soviética constituiu um dos episódios mais belos do período. Utilizando o humor e a não violência, em uma situação na qual a reação militar seria suicida, em virtude da disparidade de forças, os tchecos adotaram a resistência pacífica aos soviéticos, ao mesmo tempo em que cobriam Praga com pichações, como, por exemplo: “Circo de Moscou em cartaz na cidade. Não alimente os animais!” ou “Acorda, Lenin, eles enlouqueceram!”, nas quais ficava claro que, além de uma repulsa à ação soviética, persistia um forte sentimento socialista.



Fig. 38 Populares cercam tanque soviético em Praga.

A reação da população dos Estados Unidos, majoritariamente conservadora, ante o clima de incerteza e o desgaste de Johnson, foi eleger para a presidência o republicano, e de passado altamente conservador, **Richard Nixon**. Na biografia do novo presidente americano constava ter sido o principal auxiliar de Joseph McCarthy na caça às bruxas dos tempos mais críticos da Guerra Fria. No entanto, a realidade que esperava Nixon inviabilizava a postura internacional que sua biografia anunciava. Eram tempos marcados pela dramaticidade das contestações à guerra em todo o mundo, tempos nos quais a própria Europa Ocidental, até então uma aliada quase incondicional dos Estados Unidos, pressionada por suas próprias sociedades, buscava soluções que apontassem no caminho da paz. Não podemos esquecer que a perspectiva de um conflito nuclear entre as duas superpotências colocava a Europa no centro da linha de fogo.

Simultaneamente, a economia da União Soviética começava a dar os primeiros sinais de desaquecimento, fruto da ineficiência da máquina burocrática que controlava o Estado. Contribuíam para isso os imensos gastos militares que absorviam a maior parte dos recursos do país e impossibilitavam os investimentos necessários à modernização das atividades produtivas. Assim, era fundamental para os soviéticos reduzir a corrida armamentista, o que motivou entendimentos entre as duas potências para a limitação das armas nucleares.

Ao mesmo tempo, visando aproveitar-se do crescente desentendimento entre Pequim e Moscou, Nixon buscou uma aproximação com a China. Em 1971, por pressão dos EUA, a ONU aprovava a entrada da China, com a retirada de Taiwan,

província rebelde chinesa não reconhecida como nação pela China continental. No ano seguinte, Nixon visitou Pequim, conferenciando com Mao Tsé-Tung. Fortalecido com essa aproximação com a grande rival da URSS, Nixon visitou Moscou em 1972, iniciando um processo de aproximação que resultou na assinatura do **SALT** (*Strategic Arms Limitation Treaty* – “Tratado de Limitação de Armas Estratégicas”).

Por outro lado, essa melhora na relação com as potências comunistas não significou um abrandamento da política dos Estados Unidos em relação ao seu quintal, a América Latina. Não apenas o governo americano seguiu apoiando ditaduras como a do Brasil, como também patrocinou diretamente o golpe militar no Chile que depôs o presidente socialista Salvador Allende e levou ao poder o regime sangrento do general **Augusto Pinochet**.

Entretanto, Nixon via-se às voltas com graves problemas internos. Em 1972, pouco antes das eleições que o levariam a mais um mandato, o jornal *Washington Post* iniciou uma série de denúncias que envolviam uma tentativa do Partido Republicano de colocar escutas telefônicas na sede do Partido Democrata, situada no edifício **Watergate**, em Washington. A partir daí, as denúncias se alastraram, passando a envolver altos funcionários do governo e o próprio presidente. Mesmo reeleito, Nixon teve que lidar com uma crescente oposição e com uma população indignada e moralmente zelosa. Cada vez mais desgastado e sofrendo um processo de *impeachment* no Congresso por obstrução da justiça e por interferir nas investigações de Watergate, Nixon foi obrigado a renunciar, assumindo o poder o vice **Gerald Ford**.

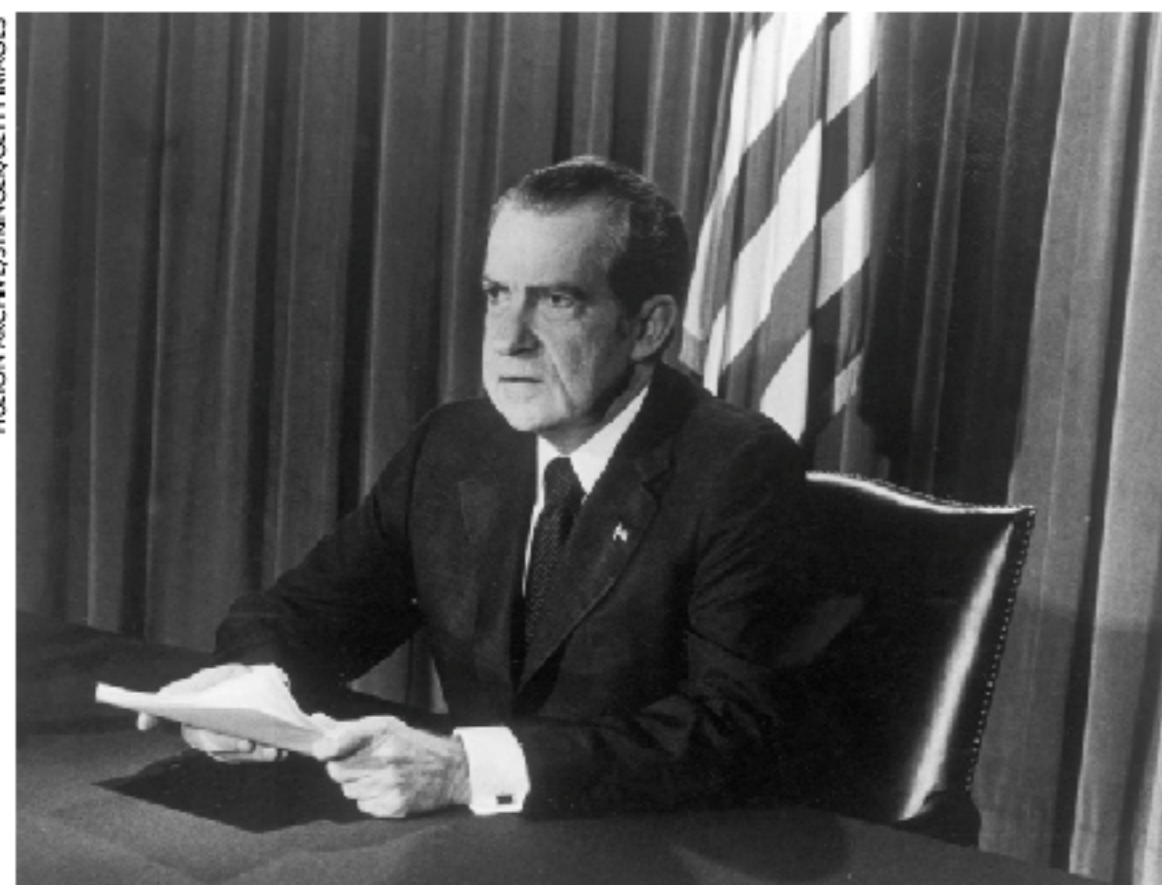


Fig. 39 Nixon anuncia sua renúncia.

Durante esse período, enfraquecido interna e externamente, Nixon fora obrigado a negociar a saída dos EUA da Guerra do Vietnã. Ford, enfrentando a perda de prestígio causada pela derrota na guerra e pelo escândalo envolvendo seu partido, não conseguiu reeleger-se presidente, sendo derrotado pelo democrata **Jimmy Carter**.

A chegada de Carter à presidência foi fruto das pressões sociais dos anos sessenta, aliada à indignação provocada pelo escândalo Watergate. Fruto desse momento que alguns analistas da época caracterizaram como um “complexo de culpa” da

sociedade americana, o governo Carter (1977-1980) pautou-se por um abrandamento na postura dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo. Essa postura traduziu-se na intensificação dos acordos de limitação de armas nucleares com a União Soviética, na defesa dos direitos humanos e no afastamento norte-americano de regimes ditatoriais na América Latina, incluindo o Brasil, e em outras partes do mundo, política apresentada como de defesa dos direitos humanos. Com isso, o governo americano retirou ou reduziu o apoio a regimes como o de Anastácio Somoza, na Nicarágua, e o do xá Reza Pahlevi no Irã. Os efeitos dessa política foram desastrosos para os interesses dos Estados Unidos nessas duas regiões estratégicas. Em 1979, caíram os regimes de Somoza, deposto pela Revolução Sandinista de orientação esquerdista, e de Pahlevi, deposto pela revolução que levou Khomeini e o fundamentalismo islâmico ao poder.

Foi ainda durante o governo Carter que se celebraram os acordos de Camp David, que iniciou os entendimentos entre os países árabes e Israel, com vistas ao fim dos conflitos no Oriente Médio.

Ao mesmo tempo, já às voltas com graves problemas econômicos internos, a União Soviética voltava a ter que lidar com contestações ao seu domínio dentro de seus satélites europeus. Em 1979, começava a surgir na Polônia um movimento sindical, a partir da cidade de Gdansk, que deu origem ao sindicato **Solidariedade**, tendo como principal líder o operário **Lech Walesa**. Tratava-se de um movimento reivindicatório por melhores condições de vida e, ao mesmo tempo, político, questionando o modelo de gestão soviética e requerendo maior liberdade política. Era a terceira grande contestação ao domínio soviético, depois da Hungria e da Tchecoslováquia, mas, diferente das anteriores, essa ocorria em um momento em que a capacidade soviética de reagir já era significativamente menor, em função de suas crescentes dificuldades econômicas.



Fig. 40 Bandeira do movimento liderado pelo sindicato Solidariedade.

Mesmo assim, o governo soviético procurava tirar partido desse momento de indefinição da política externa norte-americana, buscando ampliar sua influência em algumas regiões. Em 1980, os soviéticos invadiram o Afeganistão com o objetivo de apoiar um governo comunista na região. Em represália, o governo Carter adotou sanções econômicas contra os soviéticos, mas já era tarde para reverter a sensação de que seu

governo fora responsável pelo enfraquecimento da posição internacional dos Estados Unidos. O efeito disso foi sua derrota, na eleição presidencial, para o candidato republicano **Ronald Reagan**.

Representando um momento de retorno ao conservadorismo da sociedade americana, Reagan foi fiel ao sentimento que o levou à presidência, iniciando um vigoroso endurecimento nas relações com a União Soviética, à qual ele, por várias vezes, referiu-se como o “império do mal”. O governo Reagan também buscou ampliar o papel dos Estados Unidos no cenário internacional, particularmente na Europa. Fez parte dessa política a adoção de sanções severas contra a União Soviética, em represália à invasão soviética do Afeganistão e à repressão ao movimento Solidariedade, bem como a instalação de mísseis nucleares na Europa com o objetivo de reforçar as defesas da Otan e intimidar seu principal oponente.

Reagan também ampliava sua presença na América Central, promovendo a invasão de Granada e pressionando o governo sandinista da Nicarágua. Essa pressão manifestou-se por meio do apoio aos guerrilheiros antissandinistas.

Simultaneamente, o governo Reagan promoveu um período de grande crescimento econômico. Para isso, contou com um momento internacional favorável e também lançou mão de uma política de corte nos benefícios sociais e incentivos fiscais, gerando uma grande redução das despesas do Estado, mas, ao mesmo tempo, provocando uma enorme concentração de renda.

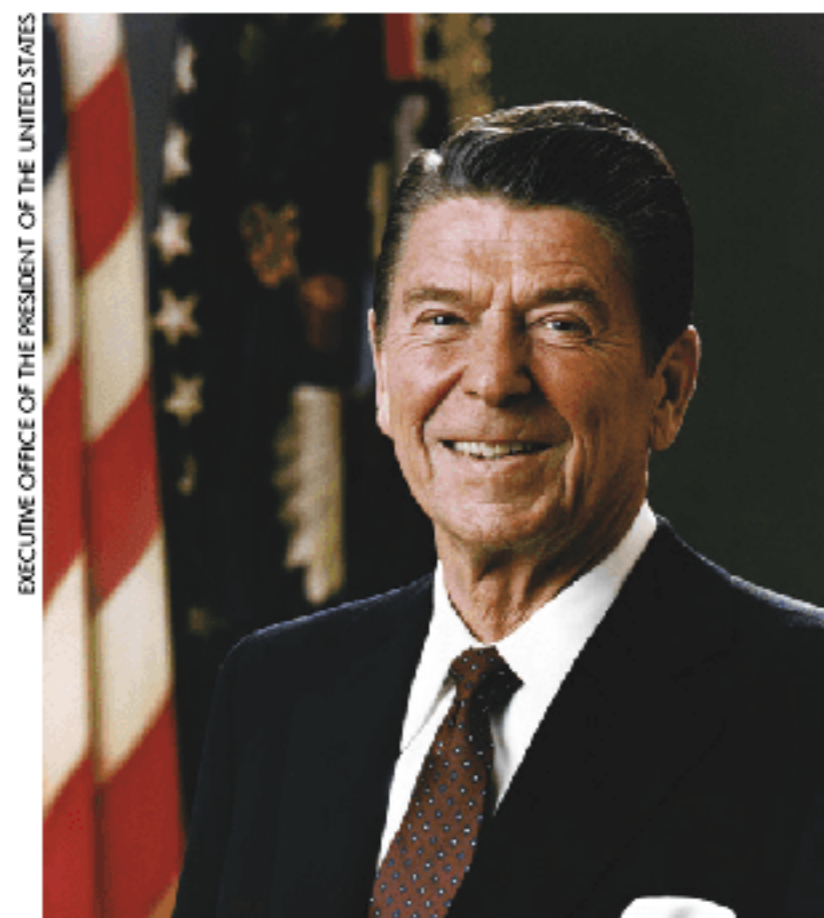


Fig. 41 Ronald Reagan.

Paralelamente a isso, a economia soviética dava claros sinais de esgotamento. Na primeira metade da década de 1980, o crescimento da economia caiu à taxa de meros 2% ao ano contra uma população que crescia em índices de 2,5% ao ano. Além disso, os gastos militares eram maiores a cada ano. A ineficiência da administração burocrática da economia era tal que a União Soviética passou, no início dos anos 80, de maior exportadora de petróleo do mundo para importadora, mesmo contando com gigantescas reservas na Sibéria. Entretanto, estas eram impossíveis de ser exploradas pelo caráter obsoleto da tecnologia do país. A morte de Brejnev, em 1982, substituído por **Yuri Andropov** (1982-1984) e **Konstantin Chernenko** (1984-1985),

não trouxe qualquer alteração nesse quadro, que apontava na direção de um colapso econômico do país, com suas óbvias decorrências políticas e sociais.

Entretanto, o governo Reagan também sofria revezes internos. Em 1986, a imprensa norte-americana denunciou que o governo, por meio da CIA, vendera armas ao governo xiita iraniano para obter recursos para financiar a guerrilha antissandinista na Nicarágua. Cabe lembrar que, desde o episódio dos reféns norte-americanos no Irã, o Congresso aprovara sanções ao governo iraniano que impediam qualquer negociação com o país, quanto mais a venda de armas a um regime hostil. Enfraquecido pelas denúncias e sofrendo o risco de *impeachment*, Reagan perdeu grande parte do apoio para manter sua política agressiva em relação à União Soviética, ainda mais que essa já não representava a ameaça de outros tempos.

O fim da Guerra Fria

Um dado que contribuiu sensivelmente para a mudança nas relações internacionais foi a ascensão ao poder, na URSS, de **Mikhail Gorbachev**. Um líder surpreendentemente jovem, se comparado a seus antecessores, substituiu Chernenko, morto em 1985, aos 73 anos, após pouco mais de um ano no poder.



Fig. 42 Mikhail Gorbachev.

Embora sempre tivesse sido um membro da burocracia dirigente, Gorbachev era fruto de um novo momento, no qual o colapso da economia e a ineficiência da máquina burocrática não podiam mais ser ocultados. Herdando uma situação interna caótica, na qual a produção soviética era incapaz de suprir as demandas do país em qualquer setor no qual a tecnologia fosse minimamente necessária, e às voltas com o risco de que a ineficiência administrativa provocasse a fome generalizada no país, Gorbachev tinha clara a necessidade de amplas reformas em todos os níveis da vida nacional.

Gorbachev sabia, acima de tudo, que seriam necessários pesados investimentos na modernização tecnológica, exigindo recursos que o país teria que tirar de algum setor. A única opção seria reduzir drasticamente as despesas monstruosas do Estado com o setor militar, o que implicava não apenas na redução da capacidade ofensiva do exército como também no desmantelamento da máquina repressiva interna, com o enfraquecimento

de órgãos como a KGB, fundamentais para a repressão aos focos de descontentamento. Assim, estava claro que seria impossível uma reestruturação econômica sem uma reestruturação política. Essa é a razão da indissociabilidade dos dois programas por ele estabelecidos: a **Perestroika** (reestruturação, utilizada no sentido econômico) e a **Glasnost** (transparência em russo, significando uma maior abertura política, com a liberalização do regime).

Gorbachev sabia que iria enfrentar sérias dificuldades em seu projeto. A emperrada máquina política do país gerara uma burocracia dirigente que sobrevivia à custa dessa estrutura, gerando a perpetuação de velhas lideranças com as quais ele teria que se defrontar. Com uma rapidez surpreendente para os padrões soviéticos, Gorbachev foi afastando os velhos líderes, trazendo novas lideranças para os cargos-chave da administração. Seu principal objetivo, sobretudo, era a redução dos gastos militares, o que só poderia ser feito se houvesse uma correspondência do lado ocidental. Assim, Gorbachev caracterizou sua política externa por uma aproximação com os Estados Unidos e por gestos de abrandamento da política externa soviética, como a retirada das tropas russas do Afeganistão, antes que este se transformasse em um verdadeiro Vietnã soviético.

Os encontros com Reagan resultaram em acordos sem precedentes de limitação de armamentos nucleares, banindo os mísseis de médio e curto alcance situados na Europa e na Ásia. Ao mesmo tempo, os acordos abrangiam questões como direitos civis e liberdades políticas, até então ausentes em qualquer entendimento entre as potências.

No plano interno, Gorbachev empreendeu um amplo processo de desmontagem da estrutura repressiva, incluindo o fim do regime de partido único e a redução drástica dos poderes da KGB. Ao mesmo tempo, reduzia sensivelmente a presença de tropas soviéticas nos Estados da Europa Oriental, reduzindo assim o controle soviético sobre eles.

Claro que essas medidas não se apoiavam apenas em uma visão política liberal de Gorbachev, mas principalmente na incapacidade da economia soviética de sobreviver com a manutenção do gigantesco orçamento militar, que drenava totalmente seus recursos.

Entretanto, os efeitos foram imediatos, tanto interna quanto externamente. As reformas internas geravam oposição de todos os setores da velha guarda do partido descontente com o que era visto como a negação do Comunismo. Ao mesmo tempo em que sofria a crítica de setores que queriam apressar as reformas em direção à restauração pura e simples do Capitalismo, o enfraquecimento da máquina militar por meio da qual a União Soviética mantivera o domínio sobre o Leste Europeu gerou um rapidíssimo processo de desmontagem da “Cortina de Ferro”.

Entre 1989 e 1991, todos os países do Leste Europeu passaram por revoluções internas que varreram os antigos governos comunistas apoiados pela União Soviética. Além de Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária e Albânia, casos mais graves ou emblemáticos foram representados pela Alemanha Oriental e pela Iugoslávia.

Na **Alemanha Oriental**, o colapso do regime foi atestado pela queda de Eric Honecker, ao mesmo tempo em que caía

também aquele que fora o maior símbolo da Guerra Fria: o Muro de Berlim. Em 1991, a própria Alemanha Oriental deixava de existir, tendo sido unificada à Alemanha Ocidental.

Na **Iugoslávia**, o fim do governo Tito, ao mesmo tempo em que a União Soviética deixava de ter a força de outros tempos, provocou as mudanças mais violentas da região. A rígida centralização mantida pelo regime comunista foi eliminada, abrindo espaço às lutas nacionais que desintegraram a federação e a uma série de conflitos nacionais, étnicos e religiosos. Esses conflitos geraram a independência da Eslovênia, da Croácia e da Bósnia-Herzegovina e também os movimentos separatistas na região albanesa do Kosovo.

Ao mesmo tempo em que o domínio soviético entrava em colapso no Leste Europeu, o próprio governo de Gorbachev chegava ao fim na União Soviética. Em agosto de 1991, a velha guarda do Partido Comunista, com apoio dos setores do exército e da antiga KGB, descontentes com sua perda de poder, tentou um golpe de estado para afastar Gorbachev. A reação foi imediata. A população saiu às ruas em manifestação contra o golpe, na maior mobilização popular no país desde a revolução de 1917. Nesse processo, consolidou-se a liderança de **Boris Yeltsin**, presidente da Rússia e maior defensor do acirramento das reformas econômicas pró-capitalistas.



Fig. 43 Yeltsin, do alto de um tanque, comanda a resistência ao golpe.

A popularidade de Yeltsin ao comandar a resistência ao golpe foi tamanha que seu prestígio e influência suplantaram a do próprio Gorbachev, que, ao retornar ao poder, enfraquecido, foi forçado a renunciar ao cargo de secretário geral do Partido Comunista e a dissolver o partido, tendo sido acusado diretamente pela tentativa de golpe. Seu único cargo, agora meramente formal, era o de presidente da URSS, uma unidade cada vez menos real, dado o quadro de esfacelamento que se verificava. Ainda em 1991, a República da Estônia, da Letônia e da Lituânia declararam sua independência, no que seriam acompanhadas por uma série de outras Repúblicas.

Em dezembro, a Rússia, presidida por Yeltsin, a Ucrânia e a Belarus assinaram o Acordo de Minsk, que criava a **Comunidade de Estados Independentes (CEI)**, pondo fim à antiga

União Soviética. Foi esse o marco mais claro do fim de uma era. Nos Estados Unidos, o colapso do bloco soviético teve um efeito óbvio de afirmar o triunfo do Capitalismo e de fortalecer os princípios da liberdade econômica da democracia e da propriedade privada. Não por acaso, mesmo abalado pelo escândalo Irã-Contras, Reagan teve seu prestígio mantido a ponto de conseguir eleger seu vice-presidente, **George Bush**, como sucessor.

Bush, tendo assumido ainda na era de Gorbachev na União Soviética, manteve a política de entendimentos com o líder russo, ao mesmo tempo em que se aproveitava do enfraquecimento da potência rival para reforçar sua liderança no mundo. Ele foi, para isso, agraciado com duas crises. A primeira delas foi a invasão do Kuwait pelo Iraque, levando à **Guerra do Golfo**, na qual os americanos lideraram a maior coligação militar mundial desde a Segunda Guerra, contra o ditador iraquiano Saddam Hussein. A segunda foi o próprio golpe na União Soviética, no qual sua atitude foi a de não reconhecer o governo que depusera Gorbachev, contribuindo para o fim do regime comunista.

Com o fim da União Soviética e do bloco socialista, a supremacia dos valores capitalistas no mundo pareceu inconteste, a ponto de gerar fotos e artigos até de historiadores e cientistas sociais de que a História havia acabado e que o triunfo do Capitalismo atestava o erro das concepções de Marx. A euforia capitalista foi marcada pelo triunfo do **Neoliberalismo**, que, ao lado da **globalização**, abria-se como um dos grandes temas do cenário internacional naquilo que se convencionou chamar de **Nova Ordem Internacional**.



Fig. 44 Alemães em cima do Muro de Berlim, em 1989, um dia antes de começar a ser demolido.

Revisando

1 Foi afirmado, ao longo do capítulo, que o ano de 1942 marcou a virada no curso da guerra. Mencione dois elementos que possam justificar essa afirmação.

2 Da mesma forma que os EUA foram os grandes vencedores da Primeira Guerra Mundial, na Segunda Guerra, a grande vencedora foi a União Soviética. Quais as principais razões que permitem essa afirmação?

3 Dê uma definição de Guerra Fria.

4 Qual a relação direta que se pode estabelecer entre a Segunda Guerra Mundial e o processo de descolonização afro-asiática que se inicia logo após seu final?

5 O que foi a Revolução Cultural dentro do contexto da Revolução Chinesa?

6 Qual a razão que explica a intervenção militar dos EUA na Coreia e, mais tarde, no Vietnã?

7 Uma das questões mais críticas envolvendo os conflitos no Oriente Médio envolve a população palestina. Quem são os palestinos e quais as principais questões envolvendo esse grupo humano?

8 Perestroika e Glasnost são termos que designam dois componentes básicos das reformas pretendidas pelo então presidente da URSS Mikhail Gorbachev. O que significam esses termos, qual o objetivo dessas reformas e por que os dois programas eram, na visão de Gorbachev, indissociáveis?

Exercícios propostos

1 Sobre os fatos antecedentes à Segunda Guerra Mundial, assinale a alternativa incorreta.

- (a) Os Estados Unidos cortaram o envio de ferro, aço, petróleo e borracha e bloquearam capitais japoneses na América do Norte por causa da invasão da China pelo Japão.
- (b) Passando por cima das disposições dos tratados do pós-guerra, em 1938, Hitler, com o apoio de fascistas austríacos, ordenou a ocupação da Áustria.
- (c) Em 1936, um grupo de generais, chefiados por Franco, iniciou uma revolta contra o governo de esquerda, legalmente constituído, na Espanha.
- (d) A euforia econômica decorrente da valorização da Bolsa de Nova Iorque em 1929, favoreceu a recuperação econômica e a consolidação das democracias na Europa.
- (e) Em 1939, Stalin conseguiu se aproximar da Alemanha por meio do Pacto Germano-Soviético, negociado entre Ribbentrop e Molotov.

2 A participação da Itália na Segunda Guerra Mundial, para a estratégia alemã:

- (a) foi decisiva, porque assegurou o controle do Eixo sobre o Mediterrâneo.
- (b) foi acessória, porque imobilizou os ingleses no Egito e no Oriente Médio.
- (c) foi benéfica, porque decidiu a derrota da França.
- (d) foi danosa, porque implicou na dispersão de forças.
- (e) foi acessória, porque permitiu o controle dos Bálcãs e da Turquia.

3 A respeito do desenvolvimento da Segunda Guerra, não se pode dizer que:

- (a) a incapacidade da Alemanha em invadir a Inglaterra condenou-a à derrota, uma vez que ela não conseguiu mais alcançar vitórias sobre seus antagonistas.
- (b) a fase das bem-sucedidas ofensivas alemãs, e sua possibilidade de vencer a guerra, encerrou-se em 1942, com as derrotas de Stalingrado, na União Soviética, e de El Alamein, no norte da África.
- (c) a Blitzkrieg, vitoriosa na Polônia, na França, na Bélgica, na Holanda e nos Bálcãs, encontrou na União Soviética seu limite, dadas as precárias condições da infraestrutura do país.
- (d) a derrota estratégica do Japão deveu-se à ação combinada da guerra submarina à sua marinha mercante e ao bombardeio metódico de seu parque industrial.
- (e) a entrada dos Estados Unidos no conflito desequilibrou a relação de forças, em razão de sua imensa capacidade de produção industrial.

4 A ocupação da Polônia marca o início da Segunda Guerra Mundial. A alternativa de manter a paz a qualquer custo, como foi feito em Munique, revelou-se impossível. Hitler não se dava por satisfeito com a reconquista do “espaço vital”, queria mais e mais. Sobre a Segunda Guerra, é correto afirmar que:

- (a) a Itália, aliada da Alemanha desde a assinatura do Pacto de Aço, declarou guerra à Inglaterra e à França em junho de 1940. Em setembro do mesmo ano, a Itália atacou o Egito e a Turquia.
- (b) em 1941, tropas alemãs invadiram o território soviético e dominaram definitivamente Leningrado e Moscou.
- (c) a partir dos sucessos na frente ocidental, da invasão e conquista da Bélgica, Holanda e França e do recuo inglês para o outro lado do canal, Hitler voltou sua atenção para a Polônia.
- (d) o sucesso definitivo alemão deveu-se à sua tática militar, conhecida como “guerra relâmpago”; essa consistia no uso de forças motorizadas, tanques e aviação, conjugados e combinados entre si, em uma ação defensiva.
- (e) a partir da declaração da guerra, feita por Inglaterra e França, contra a Alemanha, outros países foram entrando no conflito; a cada entrada de um novo beligerante de ambos os lados, a relação de forças alterava, e a guerra entrava em uma nova fase. Inicialmente, uma guerra europeia estendeu-se paulatinamente à Ásia e à África.

5 Na cronologia da Segunda Guerra Mundial, o ano de 1941 ocupa um papel de assinalada relevância. Dentre alguns fatos ocorridos naquele ano, que estiveram na origem do próprio desfecho do conflito e do resultado que este apresentou, destaca-se:

- (a) a invasão da Iugoslávia e da Grécia pela Alemanha, transferindo para o Mediterrâneo o eixo do conflito, favorecendo, assim, a hegemonia naval britânica na área.
- (b) a entrada efetiva dos Estados Unidos no conflito, antes limitada à lei de Empréstimos e Arrendamentos, dotando o bloco dos chamados países aliados de um volume de recursos econômicos e militares que alteraria as relações de força entre os países envolvidos na guerra.
- (c) a derrota do Japão na batalha de Midway, circunstância que assinalou o começo da recuada japonesa no Pacífico e a consequente manifestação da hegemonia norte-americana na área.
- (d) a derrota alemã na batalha de Stalingrado, ponto de partida da ofensiva aliada, que levaria as forças da Rússia e dos Estados Unidos ao interior da Alemanha, provocando a capitulação de Berlim.
- (e) a revolução socialista que derrubou o governo de Mussolini, permitindo aos países aliados a invasão da Itália e a montagem do que seria, em 1942, a abertura da chamada segunda frente de guerra na Europa Ocidental.

6 Sobre a Guerra no Pacífico, é correto afirmar que:

- (a) Midway, verão de 1942, foi uma estratégica vitória aeronaval do Japão.
- (b) a guerra submarina isolou o Japão das suas fontes de matérias-primas.
- (c) Nagasaki foi a primeira cidade japonesa arrasada por uma bomba atômica.

- (d) os ataques camikases derrotaram os norte-americanos na batalha das Filipinas.
- (e) o Japão expulsou os soviéticos da Manchúria em 1945.

7 O país que pode ser considerado como o grande vencedor da Segunda Guerra Mundial:

- (a) foi a Inglaterra, porque sua resistência à Alemanha permitiu-lhe conservar seu enorme império colonial.
- (b) foram os Estados Unidos, que ocuparam militarmente o Japão e as colônias europeias na Ásia.
- (c) foi a França, que, mesmo ocupada pelos alemães, não perdeu sua esquadra nem suas colônias.
- (d) foi a União Soviética, que passou a controlar a Europa Centro-Sul e a influir diretamente na Ásia.
- (e) foi a Itália, que, declarando guerra à Alemanha, conservou sua integridade territorial.

8 Foi o encontro do primeiro ministro inglês W. Churchill e dos presidentes Roosevelt, dos Estados Unidos, e Stálin, da União Soviética, onde se confirmou o desmembramento da Alemanha e da Coreia:

- (a) Conferência do Cairo.
- (b) Conferência de Teerã.
- (c) Conferência de Yalta.
- (d) Conferência de Potsdam.
- (e) Conferência de Bandung.

9 A reunião da conferência de Potsdam, logo após a capitulação da Alemanha ao final da Segunda Guerra Mundial, tratava, entre outras questões, de uma particularmente importante para a política mundial pós-1945, a saber:

- (a) a divisão da Prússia Oriental entre a Rússia e a Polônia, fato que estabeleceria um novo foco de tensões internacionais no Leste Europeu que foi particularmente marcante para o começo da Guerra Fria.
- (b) a extensão do plano Marshall à Iugoslávia e à Grécia, contrariando as pretensões soviéticas de transformar os Bálcãs em zona de influência de Moscou.
- (c) a divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação (norte-americana, soviética, inglesa e francesa). Essa divisão faria da Alemanha um foco de tensão internacional, o que se efetivou com o bloqueio de Berlim pela Rússia.
- (d) a aplicação, com o máximo rigor, da Doutrina de Truman sobre a Alemanha, para a desnazificação e a desmilitarização do país, condição que asseguraria a hegemonia dos Estados Unidos sobre a Europa Central.
- (e) o acordo para que o uso da energia nuclear com fins militares ficasse limitado aos países aliados, sendo vedado o emprego pela Alemanha por um espaço de tempo de trinta anos.

10 Leia o texto a seguir.

Por outro lado, as guerras foram visivelmente boas para a economia dos Estados Unidos da América. Sua taxa de crescimento nas duas guerras foi bastante extraordinária, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, quando aumentou mais ou menos 10% ao ano, mais rápido que nunca, antes ou depois.

Eric Hobsbawn. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 55.

Após as duas Grandes Guerras, a situação econômica dos Estados Unidos, descrita anteriormente, deve-se:

- (a) ao afastamento geográfico dos Estados Unidos do cenário de luta, constituindo-se, entretanto, no principal arsenal de seus aliados.
- (b) à conquista da Argélia e de Marrocos, que lhe forneciam grande quantidade de matéria-prima.
- (c) aos investimentos europeus maciços nos Estados Unidos durante o período Entreguerras.
- (d) à participação na Tríplice Aliança, que congregava os países vencedores da Primeira Guerra.
- (e) às reformas tributárias na América Latina, cujos países passaram a enviar para os Estados Unidos maior montante de capitais no período Entreguerras.

11 Sobre os efeitos da Segunda Guerra Mundial, tanto no plano nacional como no internacional, é possível afirmar corretamente que:

- 01 a Organização das Nações Unidas (ONU), criada logo após o término da Segunda Guerra, tem mantido, até hoje, seu objetivo de resolver os conflitos internacionais pela via diplomática, rejeitando qualquer ação militar ou intervenção de força em países-membros daquela instituição.
- 02 a chamada “Guerra Fria”, fruto da desconfiança e da rivalidade entre países capitalistas e socialistas, revelou a manutenção das tensões e crises entre os mesmos países que se defrontaram durante a Segunda Guerra.
- 04 o plano Marshall foi utilizado pelos norte-americanos como um instrumento para conter a expansão do Socialismo.
- 08 o temor do avanço do Socialismo no mundo resultou no aprofundamento da intolerância política e ideológica em países capitalistas, a exemplo dos Estados Unidos, onde a política conhecida como “macarthismo” perseguiu intelectuais, cientistas e artistas, suspeitos de ligações com grupos comunistas.
- 16 a participação do Brasil na Segunda Guerra, ao lado do bloco de nações aliadas, possibilitou a derrubada do Estado Novo, ao revelar a contradição entre seus fundamentos fascistas e a formação democrática de participantes daquele bloco.
- 32 a revolução socialista chinesa exemplifica o fortalecimento dos laços de dominação neocolonialista, pela manutenção da dependência dessa nação das diretrizes político-econômicas estabelecidas pelo imperialismo soviético.
- 64 tanto no primeiro pós-guerra quanto no segundo, as forças vitoriosas tomaram sérias medidas para a submissão da Alemanha, por meio, no primeiro pós-guerra, de restrições à recomposição de seu arsenal bélico e de seus efetivos militares, e no segundo pós-guerra, por meio da divisão do seu território.

Soma =

12 Unicamp Leia o texto a seguir.

A tentativa dos nazistas de dissimular suas atrocidades nos campos de concentração e de extermínio resultou em completo fracasso. Muitos sobreviventes desses campos sentiram-se investidos

na missão de testemunhar e não deixarem de cumpri-la, alguns logo depois de serem libertados e outros, quarenta e até cinquenta anos mais tarde.

Tzevetan Todorov. *Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX*. ARX. 2002. p. 211. (Adapt.).

- Caracterize o contexto histórico em que surgiram os campos de concentração e de extermínio.
- Que parcelas da população foram aprisionadas nesses campos?
- Com base no texto, explique a importância do testemunho dos sobreviventes.

13 O conceito de Guerra Fria, aplicado às relações internacionais após 1945, significa basicamente:

- o conjunto de lutas travadas pelo povo iraniano contra a dinastia Pahlevi.
- a formação de blocos econômicos rivais: o MCE e o Comecon.
- as disputas diplomáticas entre árabes e israelenses pela posse da península do Sinai.
- a rivalidade entre dois blocos antagônicos, liderados pelos EUA e URSS, respectivamente.
- o conjunto de guerras pela independência nacional ocorridas na Ásia.

14 Em relação ao quadro apresentado pelo mundo após terminar a Segunda Guerra Mundial, é possível assegurar que:

- a reorganização imediata da França e sua participação ativa na política do pós-guerra já indicavam a efetiva liderança que os franceses exerceriam na Europa dos anos de 1950.
- isolada em relação à política mundial, a União Soviética, sob o governo de Stalin, tratou de consolidar as posições conquistadas durante o conflito, organizando, para tanto, as chamadas Repúblicas Soviéticas.
- abalados pelo esforço econômico despendido durante o conflito, os Estados Unidos viram a sua hegemonia econômica no Oriente e na América Latina serem partilhados entre Inglaterra e França.
- a situação da Alemanha e o papel que ocuparia no processo da reorganização da política mundial representaram dois dos mais delicados fatores a pesar na nova balança das relações internacionais.
- para assegurar sua hegemonia econômica e política sobre a Europa, os Estados Unidos proclamaram que a navegação pelo Atlântico Norte ficaria permanentemente sob a fiscalização e o controle norte-americano.

15 Após o término da Segunda Guerra Mundial, o lançamento do Plano Marshall, pelo governo dos EUA, constituiu manobra estratégica fundamental no contexto da Guerra Fria, pois o Plano:

- era um instrumento decisivo, tanto econômico quanto político-ideológico, da luta contra o perigo do avanço ainda maior do Comunismo na Europa arrasada do pós-guerra.
- visava, principalmente, deter as ameaças soviéticas sobre os países do Oriente Médio, cuja produção petrolífera era vital para as economias ocidentais.

- representava uma retomada, em moldes mais eficazes, da tradicional política da “boa vizinhança” dos EUA com relação à América Latina, vinda dos tempos de Roosevelt.
- garantia, para os norte-americanos, o retorno a uma política isolacionista, voltada para os seus interesses internos, deixando por conta dos europeus ocidentais as tarefas da reconstrução.
- assegurava a livre penetração dos capitais norte-americanos no continente europeu, inclusive nos países da Europa Oriental.

16 Em agosto de 1961, na Conferência Econômica e Social de Punta Del Este, o presidente John Kennedy apresentou aos países latino-americanos o projeto da Aliança para o Progresso, o qual previa, em linhas gerais, o “aperfeiçoamento e fortalecimento das instituições democráticas, mediante a autodeterminação dos povos, a aceleração do desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos, a erradicação do analfabetismo e a garantia aos trabalhadores de uma justa remuneração e adequadas condições de trabalho.” Situando a Aliança para o Progresso no contexto das relações internacionais vigentes no pós-guerra, constatamos que sua criação se deveu ao desejo do governo norte-americano de:

- bloquear a acentuada evasão de capitais latino-americanos, resultante da importação maciça de bens de consumo japoneses e das altas taxas de juros pagas aos países integrantes do “Pacto de Varsóvia” por conta dos empréstimos contraídos na década de 50.
- conter o avanço dos movimentos revolucionários na América Latina, reafirmando assim a liderança exercida pelos EUA sobre o Continente, em uma conjuntura de acirramento da Guerra Fria por conta da Revolução Cubana.
- desviar, para a América Latina, parte dos investimentos previstos no “Plano Global de Descolonização Afro-Asiática”, em virtude das revoluções socialistas de Angola e Moçambique, que tornaram a posição norte-americana na África insustentável.
- impedir que a República Federal Alemã, país de orientação socialista, firmasse acordos com a finalidade de transplantar tecnologia nuclear para o Terceiro Mundo, a exemplo do que havia ocorrido no Brasil sob o governo JK.
- reabilitar os acordos diplomáticos entre os EUA e os demais países latino-americanos, que haviam sido rompidos quando da invasão de Honduras e do Equador pelas tropas norte-americanas, fortalecendo assim a OEA.

17 Que crise(s) internacional(is) impediu(ram) o governo Kennedy de fazer uma “revolução pacífica”, ou seja, executar os propósitos da Aliança para o Progresso?

- O episódio da Baía dos Porcos, quando exilados cubanos, treinados nos EUA, tentaram derrubar Fidel Castro.
- A escalada do Vietnã, quando Kennedy mandou “conselheiros militares” ajudarem o governo pró-ocidental de Saigon.
- A Crise dos Mísseis, em 1962, quando os EUA descobriram que a URSS instalava bases de lançamento em Cuba, o que levou as relações soviético-americanas a ponto crítico.

Está(ão) correta(s):

- (a) apenas I.
- (b) apenas II.
- (c) apenas III.
- (d) apenas II e III.
- (e) I, II e III.

18 No período de 1948 a 1952, mudanças na conjuntura internacional obrigaram os EUA a alterar a sua política em relação ao Japão. Essa alteração ocasionou o fim da intervenção americana no país. Assinale a alternativa que apresenta fatores que motivaram a alteração da política americana em relação ao Japão.

- (a) A ascensão de Nikita Khrushchev na URSS e a invasão da Hungria.
- (b) O advento da Guerra Fria.
- (c) O macarthismo e a criação do Kominform.
- (d) O surgimento da Cortina de Ferro e o conflito entre Tito e Stalin.
- (e) Os conflitos da Coreia e do Vietnã.

19 Em 1955, a Conferência de Bandung, na Indonésia, reunia vinte e nove novas nações afro-asiáticas, que procuravam uma alternativa para a bipolarização do mundo, refletindo a realidade do processo de descolonização. Sobre tal processo, especialmente com relação à Ásia, é correto afirmar que:

- (a) o temor da União Soviética foi fator importante na concessão, por parte da Holanda e da França, da autonomia nacional a suas colônias.
- (b) a imposição dos Estados Unidos em favor de uma Ásia independente foi fundamental para que a França abandonasse o domínio sobre a Indochina e sobre a Malásia.
- (c) a ação do Japão na Segunda Guerra feriu de modo letal o imperialismo, tanto pela concessão unilateral de independência às áreas ocupadas, como pela vitória de um povo asiático sobre os colonizadores europeus.
- (d) a Inglaterra só concedeu a independência à Índia e ao Paquistão pela impossibilidade de derrotar a revolta pela emancipação que se deflagrou nos dois países.
- (e) a França acabou concedendo autonomia à sua colônia na Indochina pela contribuição que ela lhe prestou durante a Segunda Guerra.

20 Após a Segunda Guerra Mundial, o Colonialismo europeu entra em colapso, embora as chamadas regiões periféricas mantenham-se dependentes, sob muitos aspectos, de suas antigas metrópoles. Assinale a única afirmação sobre essas regiões periféricas que não caracteriza sua dependência.

- (a) Escassez de capitais nacionais, dificultando um projeto de desenvolvimento autossustentado.
- (b) Participação na divisão internacional do trabalho como fornecedores de produtos primários.
- (c) Desenvolvimento de economias agrícolas sob o controle de companhias estrangeiras.
- (d) Pobreza de quadros técnicos nacionais e dificuldade de inovações tecnológicas.
- (e) Carência de recursos minerais e fontes de energia para servirem a um processo de industrialização.

21 O filósofo francês Jean-Paul Sartre, falecido em 1980, foi convocado para servir ao exército ao eclodir a Segunda Guerra Mundial. Ele registrou em um diário:

[...] tenho vergonha de confessar, começo a esperar o fim da guerra. Oh, é uma crença imaginária, eu a espero como durante o inverno de 38 esperava o fim da paz, sem acreditar. Mas, afinal, estou tão deslocado da guerra como em 38-39 estava deslocado da paz.

J. P. Sartre. *Diário de uma guerra estranha*.

Destaque os acontecimentos ocorridos antes da ofensiva alemã que levaram o filósofo, em 1938-1939, a sentir-se deslocado da paz.

- (a) A assinatura do Pacto Anti-Komintern e a realização da Conferência de Potsdam.
- (b) A formação da Liga das Nações e a invasão da URSS.
- (c) A Conferência de Munique e Pacto de Não Agressão Nazissoviético.
- (d) A conferência de Yalta e a divisão da Alemanha.
- (e) O rompimento de acordos de paz de Brest-Litovsky e a consolidação de duas superpotências.

22 *Não é a submissão dócil à vontade do causador do mal, mas a mobilização total da alma contra essa vontade do tirano. Aplicando no trabalho essa lei de nosso ser, é possível a um só indivíduo desafiar toda a força bruta de injusta dominação, salvar assim a sua honra, sua religião, sua alma e preparar a queda ou regeneração do império opressor.*

A citação de Mohandas K. Gandhi deve ser relacionada:

- (a) ao nazismo e à eclosão da Segunda Guerra Mundial.
- (b) à intervenção norte-americana na Indochina.
- (c) à luta dos hindus contra a supremacia dos muçulmanos na Índia.
- (d) à desagregação do império britânico na China.
- (e) a doutrina da não violência e à descolonização no pós-Segunda Guerra.

23 **UFRGS 2005** Considere as seguintes afirmações, em relação às causas do processo de descolonização europeu pós-Segunda Guerra Mundial.

1. A reestruturação do Capitalismo mundial patrocinada pelos EUA implicou que os monopólios coloniais existentes deviam abrir seus mercados cativos.
2. A tomada de consciência e a mobilização dos povos oprimidos contra o Colonialismo se aceleraram com a sua participação no esforço de guerra das suas metrópoles contra o Eixo.
3. A Crise do Petróleo e a pressão política da Opep sobre os países industrializados da Europa Ocidental inviabilizaram a manutenção dos impérios coloniais.
4. A URSS apoiou os movimentos de libertação nacional com vistas a ampliar sua área de influência internacional.
5. A Segunda Guerra Mundial produziu o esgotamento econômico, político e militar das metrópoles europeias.

Dessas cinco afirmações, apenas uma é incorreta. As afirmações corretas são:

- (a) 1 – 2 – 3 – 4.
- (b) 1 – 2 – 3 – 5.
- (c) 1 – 2 – 4 – 5.
- (d) 1 – 3 – 4 – 5.
- (e) 2 – 3 – 4 – 5.

24 UFRGS 2007 Nos anos 70, a Península Ibérica foi sacudida pelos acordes da canção “Grândola, Vila Morena”, transformada no sinal que desencadeou as primeiras ações da Revolução dos Cravos, movimento de jovens militares que derrubou:

- (a) a ditadura espanhola, instalou a Monarquia do rei Juan Carlos e restabeleceu a democracia no país.
- (b) a ditadura portuguesa, prendeu o primeiro-ministro Mário Soares e impôs o governo do Estado Novo.
- (c) a ditadura espanhola, impôs um governo de frente popular e gerou as condições para a eclosão da Guerra Civil.
- (d) a ditadura portuguesa, iniciou a redemocratização do país e encaminhou as negociações políticas para a independência de Angola e Moçambique.
- (e) a ditadura espanhola, abriu espaço para a ascensão política de Felipe González e impediu a redemocratização do país.

25 A eleição presidencial em Taiwan, no dia 2 de março de 2004, reelegeu o presidente Chen Shui-bien do Partido Democrático Progressista, cujo programa histórico exigia a soberania do país frente ao governo da China. Sobre as relações entre China e Taiwan, podemos afirmar que:

- (a) Taiwan é uma região encravada no centro da China, que se rebelou contra o governo comunista de Mao Tsé-Tung nos anos 50. Desde então, tenta conseguir sua autonomia desafiando o governo chinês, apesar de não ser reconhecida por muitos países, como o Brasil.
- (b) Taiwan está sob controle da Inglaterra desde o século XIX. Os governos da China e da Inglaterra estabeleceram para o ano de 2008 uma consulta popular para decidir o futuro de Taiwan, seguindo o mesmo caminho de Hong Kong.
- (c) Os nacionalistas chineses foram derrotados pelos comunistas e se refugiaram em Taiwan em 1949. Desde então, a China considera Taiwan como província rebelde e não reconhece sua autonomia.
- (d) Taiwan foi tomada pelo Japão na Segunda Guerra Mundial e com o final da guerra decretou sua independência. Desde então, a China tenta restabelecer o controle da ilha, a qual considera como sua província.
- (e) A República Popular da China e a República Democrática da China (Taiwan) brigam na ONU pelo direito de usar o nome China. O Brasil é um dos países que apoiam Taiwan na ONU.

26 Fuvest Em outubro de 1949, Mao Tsé-Tung, derrotando os nacionalistas, proclamou a República Popular da China. Mostre a importância desse fato no interior do chamado campo socialista.

27 PUC-MG 2004 As fotos a seguir retratam dois momentos da chamada “Revolução Cultural” chinesa iniciada em 1966. A observação atenta das imagens reproduzidas e sua contextualização histórica permitem as seguintes conclusões, exceto:



- (a) Contestando a postura reacionária da direção do Partido Comunista, os manifestantes dirigiram toda sua ira contra Mao Tsé-Tung, tido como corrupto e traidor.
- (b) O discurso de regeneração do Socialismo chinês foi prontamente absorvido pela população jovem, mobilizando principalmente os estudantes daquele país.
- (c) Utilizando de forma dogmática o “Livro Vermelho”, os jovens chineses assumiram uma postura radical e sectária, levando à constituição de milícias civis.
- (d) O movimento perseguiu inúmeros intelectuais, políticos e burocratas, taxados como inimigos do povo e humilhados publicamente em manifestações de rua.

28 Mackenzie 2009 [...] Para os mais velhos, Mao é um constrangimento. É raro encontrar quem o defenda. Ao fim da viagem, quando eu já me conformava com o ritmo lento e as respostas esquivas dos chineses, testemunhei a única reação direta, quase intempestiva, de um professor de Economia da Universidade de Tsing-Hua, Denggao Long. Ao indagar se as mudanças na China mostravam uma verdadeira revolução de Deng, Long deu um pulo na cadeira e até arriscou o inglês: “Revolução? Não! Reforma.” Eu sorri, e ele continuou: “Revolução, nunca mais na China. A Revolução Cultural foi uma tragédia, um erro [...]”.

Revista Época, jun. 2008.

Que aspecto da Revolução Cultural Chinesa, ocorrida entre as décadas de 1960/1970, justificaria a afirmação destacada no trecho anterior? Assinale a alternativa que responde, corretamente, à questão.

- (a) A Revolução Cultural agiu em favor da burocratização do Estado chinês e da planificação excessivamente centralizada da economia.
- (b) No plano econômico, a Revolução Cultural atrasou o avanço tecnológico do país, entre outros aspectos, devido às inúmeras perseguições a intelectuais, cientistas e educadores.
- (c) Por meio da mudança de mentalidade, o governo maoísta pretendia consolidar os ideais revolucionários burgueses, em detrimento da massa camponesa.
- (d) A Revolução Cultural combateu, duramente, o isolamento tradicional da cultura chinesa, valorizando o cosmopolitismo e a inovação criadora trazida pelo Comunismo.
- (e) Defendendo uma revolução proletária urbana, nos moldes da Revolução Russa, Mao Tsé-Tung precisou usar de extrema violência para conter a participação da massa camponesa, o que resultou em massacre.

29 Cesgranrio Quanto à Revolução Chinesa, podemos afirmar que:

- I. a partir de 1905, com a pressão do Partido Nacionalista (*Kuomintang*), se iniciam as tentativas de deposição da dinastia Manchu, ao mesmo tempo em que as rivalidades no interior do partido acabam por dividir a China provocando conflitos entre republicanos e partidários da manutenção do domínio dinástico.
- II. os focos de resistência ao domínio dinástico, de tendência comunista, iniciam-se em Xangai após a fundação, em 1921, do Partido Comunista Chinês e acabam por provocar tensões entre os nacionalistas, chefiados por Chiang Kai-Shek, e os comunistas, chefiados por Mao Tsé-Tung, fato que dará início à Grande Marcha de 1934 e conduzirá à proclamação da República Popular da China em 1949.
- III. a partir do término da 2ª Guerra Mundial, em função dos acordos firmados entre EUA e URSS, as duas Chinas, a de Formosa e a continental, se unem sob a liderança de um colegiado que incluía comunistas e nacionalistas e que desempenhou papel importante na realização da Revolução Cultural de 1960.

Assinale a opção que contém a(s) afirmativa(s) correta(s):

- (a) Apenas I. (c) Apenas II. (e) Apenas III.
 (b) Apenas I e II. (d) Apenas II e III.

30 Ufes 2000 A excelente posição estratégica da Coreia, situada entre o Arquipélago Japonês, a Manchúria, a Sibéria e a China, tornou-a alvo preferencial das potências que sustentaram a Guerra Fria. A Guerra na Coreia, iniciada em 25 de junho de 1950, traduzia a transferência dos conflitos armados entre os EUA e a URSS para as regiões periféricas.

Analise a participação dos seguintes países no conflito:

- a) URSS.
 b) EUA.

31 FGV 2003 Entre junho de 1950 e julho de 1953, transcorreu a chamada Guerra da Coreia, sobre a qual é correto afirmar:

- (a) o conflito foi provocado pelos interesses expansionistas do governo sul-coreano, que procurava estabelecer sua hegemonia político-militar na região.
 (b) o conflito foi provocado pela negativa japonesa em aceitar a desmilitarização imposta após a Segunda Guerra Mundial.
 (c) a ameaça de uma revolução socialista levou o governo da Coreia do Sul a solicitar ajuda norte-americana, o que provocou a reação do governo da Coreia do Norte.
 (d) tratou-se de uma guerra civil que resultou na divisão da Coreia em dois Estados independentes.
 (e) o conflito teve início com a tentativa de unificação da Coreia sob iniciativa do regime comunista da Coreia do Norte, com apoio da China.

32 UFBA Considere a expansão do bloco socialista no mundo, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1960. Assim, pode-se afirmar que:

- 01 a União Soviética contentou-se com os territórios ocupados no Leste europeu e estabeleceu uma política de alinhamento e cooperação com os países ocidentais, através do Pacto de Varsóvia.

- 02 a China realizou sua revolução socialista na década de 1940, definindo uma política de cooperação econômica e militar com o Japão e a Índia.

- 04 a Revolução Cultural instalada na China, entre as décadas de 1960 e 1970, pretendia estabelecer uma grande transformação ideológica, alterar profundamente as estruturas socioculturais e garantir o poder de Mao Tsé-Tung.

- 08 a instalação do regime socialista na ilha de Cuba entrou em choque com a política capitalista norte-americana, resultando no episódio de invasão da Baía dos Porcos.

- 16 após a Segunda Guerra Mundial, o Japão estabeleceu uma política de reconstrução nacional, proclamando a república e organizando um governo de base socialista.

- 32 a América Latina manteve-se distante das influências socialistas, como resultado da severa vigilância dos seus governos e da incapacidade de trabalhadores e intelectuais para organizar partidos e associações de caráter socialista.

Soma =

33 Cesgranrio A Indochina, após a rendição japonesa, em 1945, resistiu ao retorno dos seus antigos senhores – os franceses. Daí uma sucessão de conflitos e negociações, tais como:

- I. a derrota dos franceses em Dien Bien Phu (1954), que afastou definitivamente a hipótese de se manter o domínio francês nessa região;
- II. a divisão provisória do Vietnã em duas partes, uma comunista (Norte) e a outra capitalista (Sul), pelos Acordos de Genebra (1956);
- III. o progressivo desenvolvimento dos Estados Unidos no conflito para conter o Vietcong e evitar a queda de toda a Indochina em poder dos comunistas;
- IV. o triunfo militar norte-americano sobre os guerrilheiros comunistas, prejudicado pelas manobras diplomáticas que acabaram por entregar aos comunistas o Vietnã do Sul.

Assinale se estão corretas apenas:

- (a) I e II.
 (b) II e III.
 (c) III e IV.
 (d) I, II e III.
 (e) I, III e IV.

34 Cesgranrio O Acordo de Paris, que marcou o início do fim da Guerra do Vietnã, negociado por Henry Kissinger e Le Duc Tho, estabelecia, além do cessar fogo imediato:

- (a) a criação de uma área neutra entre o Vietnã do Sul e o do Norte, onde seriam iniciadas as trocas de prisioneiros.
 (b) a retirada das tropas americanas, a libertação dos prisioneiros de guerra e eleições livres no Vietnã do Sul.
 (c) a entrega do governo do Vietnã do Sul aos vietcongues, a libertação dos prisioneiros de guerra e a retirada das tropas americanas.
 (d) a manutenção da divisão entre o Vietnã do Sul e do Norte, com o estabelecimento da administração soviética no Norte.
 (e) a retirada das tropas americanas, a fixação de um calendário de democratização para o Vietnã do Norte e a eleição da China como árbitro da região.

35 FGV 2001 Há 25 anos terminava um dos maiores conflitos do século XX: a Guerra do Vietnã. Por mais de dez anos as Forças Armadas do EUA tentaram destruir a guerrilha vietcongue e impor seu modelo político-econômico aos rebeldes. Entre os fatos que definiram a derrota dos EUA, não está:

- (a) a liberação de cerca de US\$ 700 milhões ao Vietnã do Sul, impedida pelo Congresso dos EUA.
- (b) a mobilização internacional contra a Guerra e pela autonomia dos povos.
- (c) a pressão da opinião pública estadunidense, impactada ao receber sua juventude morta ou mutilada.
- (d) a convocação da Conferência de Paris (1973), que resultou no acordo para a desocupação das tropas estadunidenses da região.
- (e) o acordo de Ho Chi Minh com Ngo Dinh Dien, unificando o Vietnã.

36 PUC-MG A Guerra do Vietnã ultrapassa os limites da luta pela libertação do domínio estrangeiro e se insere nos quadros da Guerra Fria, quando:

- (a) a URSS oferece seu apoio irrestrito ao partido comunista de Ho Chi Minh.
- (b) os EUA atuam no sentido de impedir o avanço do Comunismo no Sudeste Asiático.
- (c) o regime comunista do Vietnã do Norte se alia ao regime socialista de Mao Tsé-Tung.
- (d) a aliança França-EUA se consolida na luta contra a libertação da Indochina.
- (e) a política bem-sucedida de Ho Chi Minh se expande por toda a Península Indochinesa.

37 Quanto aos conflitos entre árabes e israelenses, podemos dizer que:

- I. se aceleram com a partilha da Palestina realizada pela ONU em 1947, a qual deu origem ao Estado de Israel e da qual decorreu a guerra de 1948/49, que terminou com um acordo de cessar-fogo no qual ficavam estabelecidas a divisão de Jerusalém e a fixação das fronteiras entre Israel e os países árabes.
- II. na década de 1960, os conflitos adquirem maior violência em função do aumento dos atos terroristas palestinos e da aliança militar e política entre Egito, Síria e Jordânia, o que leva ao bloqueio econômico de Israel e dá início à Guerra dos Seis Dias.
- III. na década de 1970, os conflitos determinam a explosão da Guerra do Yom Kippur, em 1973, da qual resultou a fixação dos limites territoriais no Oriente Médio e o reconhecimento, por parte de Israel, da OLP, comandada por Arafat, como representante legítima dos interesses palestinos.

Assinale a opção que aponta a(s) afirmativa(s) correta(s).

- (a) Apenas I.
- (b) Apenas I e II.
- (c) Apenas II.
- (d) Apenas II e III.
- (e) Apenas III.

38 Em agosto de 1990, o presidente iraquiano Saddam Hussein ordenava a invasão do Kuwait, pequeno emirado petrolífero, situado entre o Iraque e a Arábia Saudita, com litoral no Golfo Pérsico. A invasão representava a retomada do projeto geopolítico iraquiano, fundado na modernização econômico-militar e na conquista de uma posição de liderança não fundamentalista do mundo árabe, após uma década de confronto com o Irã. A crise originada pela invasão determinou a intervenção militar dos Estados Unidos, com amplo leque de apoio regional e global, a qual se conclui, em 1991, com a desocupação do Kuwait e a derrota humilhante do Iraque. Dentre as consequências regionais do conflito, não é correto mencionar:

- (a) a afirmação do Egito como liderança árabe pró-ocidental.
- (b) a confirmação da Arábia Saudita como líder petroleira do Golfo.
- (c) a conquista, pela Síria, da liderança árabe anti-israelense.
- (d) o término do regime fundamentalista do Irã.
- (e) a pacificação interna do Líbano, sob influência da Síria.

39 UEL 2008 Leia o texto a seguir.

As religiões, que em princípio, deveriam servir para aperfeiçoar o ser humano, aproximando-o da divindade, têm sido responsáveis por manifestações acabadas de fanatismo. Massacres, torturas, guerras, perseguições, intolerância e outras atitudes e práticas deploráveis têm testemunhado o que de pior o ser humano apresenta, e muitas vezes tais atrocidades são feitas em nome de Deus.

J Pinsky; C. Pinsky (Orgs.), *Faces do fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 15.

Sobre os conflitos históricos e religiosos que ocorrem no período contemporâneo, é correto afirmar:

- (a) a derrubada pelos aiatolás xiitas da Monarquia iraniana protegida do governo estadunidense reacendeu na região uma série de conflitos de caráter religioso, político e cultural, tendo se desdobrado em um conflito contra o Iraque.
- (b) os cristãos ortodoxos radicados em Istambul são resultantes da diáspora árabe e utilizam-se de sua concepção política e religiosa para combater, ao lado dos aliados, a presença militar sionista que ocupou a Cisjordânia para explorar os poços de petróleo da região.
- (c) no período da Guerra Fria, a URSS, aliada do Talibã, infiltrou-se no Afeganistão com uma ideologia religiosa e, ao dominarem o país, construíram um corredor de transporte seguro para o escoamento de sua produção de petróleo para o Golfo Pérsico.
- (d) a concepção religiosa politeísta da Índia traduziu os textos divinos, "Devas", em ensinamentos apreendidos por cristãos e muçulmanos, que os utilizaram na realização de uma guerra de cisão interna, levando à criação dos estados do Paquistão e do Sri Lanka.
- (e) no conflito da Bósnia-Herzegovina, os sérvios, em sua maioria muçulmanos, entraram em guerra contra os albaneses, por estes terem ocupado militarmente a região da Eslovênia e realizado um massacre contra os habitantes que professam o islamismo.

40 Enem 2007 Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou um plano de partilha da Palestina que previa a criação de dois Estados: um judeu e outro palestino. A recusa árabe em aceitar a decisão conduziu ao primeiro conflito entre Israel e países árabes.

A segunda guerra (Suez, 1956) decorreu da decisão egípcia de nacionalizar o canal, ato que atingia interesses anglo-franceses e israelenses. Vitorioso, Israel passou a controlar a Península do Sinai. O terceiro conflito árabe-israelense (1967) ficou conhecido como Guerra dos Seis Dias, tal a rapidez da vitória de Israel.

Em 6 de outubro de 1973, quando os judeus comemoravam o Yom Kippur (Dia do Perdão), forças egípcias e sírias atacaram de surpresa Israel, que revidou de forma arrasadora. A intervenção americano-soviética impôs o cessar-fogo, concluído em 22 de outubro.

A partir do texto apresentado, assinale a opção correta.

- (a) A primeira guerra árabe-israelense foi determinada pela ação bélica de tradicionais potências europeias no Oriente Médio.
- (b) Na segunda metade dos anos 1960, quando explodiu a terceira guerra árabe-israelense, Israel obteve rápida vitória.
- (c) A guerra do Yom Kippur ocorreu no momento em que, a partir de decisão da ONU, foi oficialmente instalado o Estado de Israel.
- (d) A ação dos governos de Washington e de Moscou foi decisiva para o cessar-fogo que pôs fim ao primeiro conflito árabe-israelense.
- (e) Apesar das sucessivas vitórias militares, Israel mantém suas dimensões territoriais tal como estabelecido pela resolução de 1947, aprovada pela ONU.

41 Mackenzie 2009 *Em nenhum outro lugar, o passado reverbera no presente de maneira tão profunda.*

Revista *Superinteressante*, referindo-se à cidade de Jerusalém, fev. 2008.

- I. Jerusalém, berço do Judaísmo, é considerada pelos judeus a capital eterna e indivisível do Estado de Israel.
- II. Na Guerra dos Seis Dias (1967), entre Israel e a Liga Árabe, Israel conquistou Jerusalém Oriental, que estava sob domínio da Jordânia desde a Guerra de independência de Israel, entre 1948/1949.
- III. No início da década de 1990, apesar da assinatura do Acordo de Oslo entre Yitzhak Rabin e Yasser Arafat, a disputa pelo controle de Jerusalém não foi solucionada, tornando-se um obstáculo para a paz na região.

Considerando I, II e III anterior, o texto da Revista se reforça pelo que se afirma:

- (a) em I e em II somente
- (b) em II e em III somente
- (c) em I e em III somente
- (d) em I somente
- (e) em I, em II e em III

42 PUC-Rio 2008 Em janeiro de 1979, Reza Pahlevi, xá do Irã, frente à crescente oposição política e popular, fugiu do país, criando uma crise política que culminou com a vitória dos partidários do clérigo xiita Ruholá Khomeini.

Assinale a alternativa que indica corretamente a política da República Islâmica do Irã após a revolução.

- (a) A nacionalização dos recursos naturais impedia o processo de exploração do petróleo pelas grandes empresas multinacionais que, até então, tinham sede no país.
- (b) A adesão do Irã à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o que agravou ainda mais tensões da chamada segunda Guerra Fria.
- (c) A criação de um sistema político multipartidário e democrático.
- (d) A imediata declaração de “guerra santa” contra os sunitas do Iraque, governado nessa época por Saddam Hussein.
- (e) Aceitação da existência de um Estado judeu na Palestina e o estabelecimento de relações diplomáticas com Israel.

43 Em 1959, Fidel Castro e companheiros tomaram o poder em Cuba, dando início a transformações revolucionárias. Passado algum tempo, as relações com os Estados Unidos começaram a se deteriorar. Em 1961, no governo Kennedy, os Estados Unidos patrocinaram uma invasão à ilha. Tal invasão ficou conhecida como:

- (a) invasão da Baía dos Porcos.
- (b) invasão a partir da base de Guantánamo.
- (c) operação Fênix.
- (d) operação pan-americana.
- (e) invasão da Baía de Santiago.

44 UFG 2005 O regime socialista de Cuba, desde a sua implantação, representou na América um exemplo de alternativa ao Capitalismo, gerando reações imediatas de oposição por parte dos Estados Unidos. Identifique e analise dois exemplos dessas reações norte-americanas contra Cuba, na década de 1960.

45 FGV 2007 Com o afastamento de Fidel Castro do poder, muitos especulam sobre o destino de Cuba sem Fidel. Sobre a história de Cuba, desde a independência, é correto afirmar que:

- (a) a guerra de libertação contra a Espanha ocorreu somente no final do século XIX, com apoio da Grã-Bretanha, maior investidora de capital na produção de açúcar na ilha, e também dos Estados Unidos.
- (b) a imposição da Emenda Platt à Constituição de Cuba assegurou aos Estados Unidos o direito de nomear os presidentes cubanos, de intervir na ilha e de instalar bases, como a de Guantánamo.
- (c) o movimento guerrilheiro que derrubou o ditador cubano Fulgêncio Batista, liderado por Fidel Castro e Che Guevara, declarou-se comunista desde o início, o que provocou a imediata oposição norte-americana.
- (d) a instalação de mísseis soviéticos em Cuba desencadeou, além da invasão da baía dos Porcos, um conflito militar entre os Estados Unidos e a União Soviética, no auge da Guerra Fria.
- (e) o fim da União Soviética fez Cuba perder seu grande parceiro comercial, o que agravou os efeitos do bloqueio norte-americano e forçou o país a buscar novos mercados e a atrair o turismo.

46 Fuvest 2006 Na América Latina, no século XX, aconteceram duas grandes revoluções: a Mexicana de 1910 e a Cubana de 1959. Em ambas, os:

- (a) camponeses sem terra lideraram sozinhos os movimentos.
- (b) EUA enviaram tropas que lutaram e quase derrotaram os rebeldes.
- (c) grupos socialistas iniciaram a luta armada, tornando hegemônicas suas ideias.
- (d) revolucionários derrubaram governos autoritários e alcançaram a vitória.
- (e) programas revolucionários foram cópias de movimentos europeus.

47 PUC-Rio 2006 Desde o final do século XIX, os Estados Unidos intervieram política e economicamente várias vezes em países do continente, em especial no Caribe e América Central [...] A esse intervencionismo foi dado o nome de “Big Stick”, inspirado numa frase famosa do Presidente Theodore Roosevelt sobre a política americana para o continente.

Gerson Moura. *Tio Sam chega ao Brasil*. p. 15-16.

Sobre o “Big Stick” estão corretas as afirmativas, à exceção de:

- (a) O governo dos EUA defendeu o lema da “América para os americanos”, opondo-se às tentativas de intervenção de potências europeias.
- (b) O governo norte-americano, em nome da preservação da ordem e da democracia, justificava a intervenção armada dos EUA em países da América.
- (c) A inclusão da Emenda Platt (1901) na primeira Constituição do Estado independente cubano exemplificou a política intervencionista dos EUA.
- (d) O apoio norte-americano à independência do Panamá, em 1903, garantiu, entre outros aspectos, a exploração financeira e comercial da região do canal.
- (e) O presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) resumiu sua política internacional sob a máxima do “fale macio e use um porrete”.

48 PUC-Rio 2007



Cuba's Freedom Is Not Far Off
Thomas May, *Detroit Journal*, 1907.

“A liberdade de Cuba não está distante”, charge de Thomas May, *Detroit Journal*, 1907.

Publicada em 1907, a charge representa de modo crítico as relações desiguais de poder entre Cuba e os Estados Unidos.

Das afirmativas a seguir, quais apresentam acontecimentos que expressam corretamente esta relação?

- I. A Emenda Platt, imposta ao governo cubano em 1901, garantia aos Estados Unidos o direito de intervenção na política interna daquele país.
- II. Após a Revolução Cubana, em 1959, o novo governo estatizou empresas estrangeiras, o que provocou a represália dos Estados Unidos por meio de medidas como o boicote à compra do açúcar cubano.
- III. Em 1961, exilados cubanos, com o apoio da CIA, tentaram derrubar o regime castrista invadindo Cuba, no episódio conhecido como a Invasão da Baía dos Porcos.
- IV. O governo revolucionário cubano, a despeito das pressões norte-americanas, conseguiu manter Cuba como membro da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Estão corretas:

- (a) somente as afirmativas II e III.
- (b) somente as afirmativas I, II e III.
- (c) somente as afirmativas I e IV.
- (d) somente as afirmativas I, II e IV.
- (e) todas as afirmativas.

49 Na década de 1980, a URSS enfrentou uma guerra, ao invadir o Afeganistão. Em relação a essa guerra, é correto afirmar que:

- I. os oponentes dos soviéticos eram identificados como os “combatentes da liberdade” pelo presidente Reagan, sendo apoiados pelos EUA.
- II. os soviéticos se retiraram durante o governo de Gorbachev, sem ter derrotado os guerrilheiros afegãos.
- III. a resistência afegã contou com a participação de Osama Bin Laden, que teria sido recrutado pela CIA entre os fundamentalistas islâmicos da Arábia Saudita.

Quais estão corretas?

- (a) Apenas I.
- (b) Apenas I e II.
- (c) Apenas I e III.
- (d) Apenas II e III.
- (e) I, II e III.

50 Mackenzie 2010 Em um zoológico, satisfazem-se as necessidades materiais básicas, mas não se pode sair da clausura. Nessas circunstâncias, muitos animais suspiram por voltar à selva. Sem dúvida, esquecem, ou nunca souberam, que o mundo da selva é cruel e que poucos ali sobrevivem decentemente e menos ainda são os que triunfam. Além disso, durante o período da grande transição, as vantagens do zoológico são subestimadas e as da selva, exageradas.

L. Enmerij. “Perestroika en Occidente”. In: R. Haesbaert. *Blocos internacionais no poder*.

Considerando o processo de declínio do mundo socialista, o texto sugere que:

- (a) os problemas sociais observados nos países do antigo Bloco Socialista não seriam solucionados com a simples transição para o Capitalismo.
- (b) a Glasnost – e sua proposta de transparência política – deixou nítida a superioridade técnica e social gerada pelo Capitalismo, em comparação com o Socialismo.

- (c) havia, a partir da Perestroika, esperanças de que o mundo sucumbisse à estabilidade econômica e social promovida pelo Socialismo Utópico.
- (d) a democracia e a liberdade, típicas do mundo capitalista, promoveram a superação dos problemas de ordem social que o sistema possa ter originado, daí sua supremacia.
- (e) o elevado padrão de vida, a igualdade social e a democracia, garantidos pela estrutura socialista, a exemplo da ex-URSS, nunca serão atingidos dentro do mundo capitalista.

51 Uerj 2010 Os monumentos da cidade vão permanecer como leões nas areias do deserto

*Desafiando o destino
E quando os muros forem derrubados com estrondo
A queda vai ecoar
Para o testemunho de toda Europa*

Gottfried Benn. In: *Folha de S. Paulo*, 16 nov. 1989.
O *Globo*, 19 mar. 2009. (Adapt.).



Próxima às ruínas do Muro de Berlim, está preservada uma placa com o seguinte aviso em inglês, russo, francês e alemão: "Você está deixando o setor americano".

O *Globo*, 19 mar. 2009. (Adapt.).

Em 2009, comemoram-se na Alemanha vinte anos da derubada do muro de Berlim. Sua construção, em 1961, esteve relacionada à:

- (a) divisão étnica da cidade.
- (b) crise dos regimes democráticos europeus.
- (c) bipolaridade das relações internacionais.
- (d) reação nacionalista à influência estrangeira.

52 UFC 2010 Um aspecto fundamental da Guerra Fria (com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945) foi a reorganização das alianças internacionais e o recrudescimento das relações entre nações que pouco tempo antes estavam aliadas. De um lado estava a União Soviética, parte significativa da Europa Oriental, e a China (após 1949), e do outro lado, a Europa Ocidental, com o apoio explícito dos Estados Unidos, Canadá e os governos dos países da América Latina. Assim, a Guerra Fria representou uma busca permanente pelo equilíbrio de poder entre as duas potências globais. Mesmo que a disputa nunca tenha resultado em um conflito bélico direto entre os Estados Unidos e a União Soviética, em outros continentes, como a África, a Ásia e a América Latina, e no Caribe, a Guerra Fria foi marcada por conflitos armados prolongados, passando a se incorporar à geopolítica das lutas anticoloniais e de libertação nacional.

- a) Identifique dois países asiáticos com os quais os Estados Unidos estiveram envolvidos diretamente em conflitos militares depois de 1945.
- b) Cite três países africanos de língua portuguesa que iniciaram processos de libertação nacional na década de 1960.
- c) Explique as razões apresentadas pelos Estados Unidos para a invasão da Baía dos Porcos (Cuba), em abril de 1961.

53 Unesp 2010 Analise os textos e a charge.

O arsenal do neoliberalismo inclui o farto uso de neologismos que procuram destruir a perspectiva histórica dando novos nomes a velhos processos ou conferir respeito a pseudoconceitos. Surgem, assim, o pós-moderno, o desenvolvimento sustentável, os movimentos sociais urbanos, a exclusão social, os atores (sociais), as ONGs, a globalização, o planejamento estratégico..., que procuram encobrir, ao invés de revelar, a natureza do Capitalismo contemporâneo.

Disponível em: <www.usp.br/fau/docentes/deprojeto>. (Adapt.).



Disponível em: <www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/6782>.

Certezas que não se desmancham no ar

Os efeitos sociais da atual crise capitalista são pouco mencionados, especialmente nos veículos de comunicação. Existe uma distorção ideológica nesses veículos e em muitas mensagens governamentais sobre a retomada econômica, mas secundarizando o principal problema aí existente: a hecatombe social sobre milhões de trabalhadores. Não é algo automático ou “natural” a retomada econômica e o retorno dos empregos. Depois do fim das crises econômicas, analisa a OIT, entre quatro a cinco anos são necessários para a recuperação dos empregos. [...] A história social parece-nos que sempre se repete no que se refere às crises capitalistas. Por isso, a pergunta é também histórica: quem vai pagar os custos sociais dessa crise.

Luiz Fernando da Silva. Disponível em: <www.unesp.br/aci/debate>. (Adapt.).

Explícite os princípios básicos do Neoliberalismo e faça afirmações que o vinculem à crise econômica global e ao contexto brasileiro.

54 Uerj 2011



Disponível em : <<http://pt.wikipedia.org>>. Cidade de Hiroshima após o lançamento da bomba atômica em 06 de agosto de 1945.

Os EUA enviaram, em 2010, pela primeira vez, um embaixador, John Ross, para participar das comemorações relativas ao ataque nuclear em Hiroshima. A cidade industrial de Hiroshima foi bombardeada no dia 6 de agosto de 1945, o que resultou na morte de cerca de 140 mil pessoas. Essa é considerada a maior tragédia nuclear da história. Três dias mais tarde, os EUA lançaram uma segunda bomba em Nagasaki, causando mais 70 mil mortes. No âmbito das comemorações em Hiroshima, o Secretário Geral da ONU, Ban-Ki-Moon, voltou a apelar pelo desarmamento nuclear no mundo.

Disponível em: <<http://dn.sapo.pt>>. (Adapt.).

O lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki possibilitou o fim da Segunda Guerra Mundial, acarretando, para todos os países envolvidos no conflito, muitas transformações e inaugurando novas tensões internacionais. Aponte dois efeitos da Segunda Guerra Mundial para a sociedade japonesa e dois efeitos da utilização de armamentos nucleares para as relações internacionais no pós-guerra.

55 UFRGS 2007 O colapso da URSS e do Leste Europeu, a partir da segunda metade dos anos 80, foi antecedido por diversos fatos que apontavam para o esgotamento do poder da liderança soviética e de seus aliados regionais e para a dificuldade em manter o controle sobre situações cada vez mais tensas. Entre esses fatos, pode-se citar corretamente:

- (a) o desgaste produzido pelas reivindicações do sindicato Solidariedade na Polônia e a invasão russa do Afeganistão.
- (b) a queda do Muro de Berlim e a unificação da Alemanha Oriental.
- (c) o processo de desintegração iugoslavo e o fortalecimento do poder instituído em Belgrado.
- (d) a explosão de conflitos separatistas na Tchetchênia e na República moldava.
- (e) a vitória soviética no embate econômico com os EUA e na corrida armamentista conhecida como “Guerra nas Estrelas”.

56 PUC-MG 2009 A Guerra entre Rússia e Geórgia implica uma reflexão sobre nacionalismo e globalização. Sobre a construção do sentimento nacional no mundo globalizado, marque a única afirmativa correta.

- (a) A “implosão” do império soviético nos anos 1990 coincide com o surgimento de uma nova geração de nações diferentes daquelas formadas ao longo das lutas anticoloniais. O sistema capitalista global caracteriza o mundo numa movimentação de unificação em torno das grandes potências.
- (b) O nacionalismo vem sendo esvaziado do seu sentimento de autonomia com a lembrança, de forma constante, de que o mundo se tornou menor e mais integrado, onde vínculos estreitos são forjados entre as economias e as sociedades, Estados e nações numa “comunidade internacional”.
- (c) A profecia da “aldeia global” de McLuhan vem sendo confirmada pela generalização dos meios de transporte de massa e de comunicação eletrônica. Certos símbolos, como o da Coca-Cola, tornaram-se universais, invertendo o nacionalismo por universalismo com a ideia de que todos somos um.
- (d) O desafio contemporâneo é marcado pelo paradoxo da tendência à globalização e à superação desta, criando laços estreitos das nações do mundo entre si por um lado, e, simultaneamente, pelos conflitos que se assentam sobre as identidades políticas, de um lado, e à fragmentação étnica por outro.

TEXTOS COMPLEMENTARES

A bomba de Hiroshima

Às 8h15 da manhã de 6 de agosto de 1945, um relâmpago de luz tão brilhante como o sol explodindo cruzou o céu de Hiroshima. Numa flama branca de calor e fogo, milhares de seres vivos vaporizaram-se na morte; muitos outros milhares ficaram sofrendo e morrendo lentamente; a mais horrorosa era humana havia começado.

Até mesmo a 3,5 quilômetros de distância do centro da explosão, todos os edifícios foram reduzidos a destroços, e os soldados de um destacamento japonês que estivera trabalhando numa colina cavando um abrigo subterrâneo, saíram do interior da terra, feridos e estonteados, com sangue a correr dos rostos, costas e peitos. A manhã estivera muito límpida, mas o sol fora subitamente encoberto por uma imensa nuvem negra em forma de cogumelo, que se elevava da infeliz Hiroshima e pairava no céu, tapando tudo num espaço de vários quilômetros. A manhã fora calma e agradável, porém agora grandes rajadas de vento começaram a soprar, rodopiando loucamente em todas as direções, aumentando e espalhando-se cada vez mais, atizando os incêndios e destruindo tudo com indomável fúria. Uma simples centelha era suficiente para incendiar um edifício inteiro, envolvendo-o num lençol de chamas; um redemoinho de ar escaldante apoderara-se da subitamente esquelética cidade; e, mesmo a quilômetros de distância, a explosão abalara profundamente os sobreviventes, cobrindo-os de cinzas.

Os refugiados, os mais afortunados e os moribundos, foram saindo de Hiroshima, cambaleando e até de rastos, e procuraram abrigo num parque dos arredores. As suas roupas haviam-se convertido em farrapos, e a pele de suas mãos e rostos, horrivelmente queimada, deixara-os em carne viva; quase todos eles estavam mortalmente enfermos, não parando de vomitar ou de soltar queixumes angustiosos. No parque, cerca de vinte soldados, talvez membros

de uma unidade antiaérea, estavam deitados no chão, num grupo imóvel, símbolo do horror. Haviam olhado para o céu no momento em que a bomba explodira e, agora, caídos por terra, continuavam olhando para cima com os olhos esvaziados e mortos.

Os inválidos e os feridos arrastavam-se lentamente pelo parque, como animais letalmente atingidos, morrendo em grupos compactos entre os arbustos. Começou então a chover pesadamente, e um vento terrível soprou assustadoramente por toda a região uma tempestade de força devastadora. Árvores enormes foram arrancadas do solo e as mais frágeis voaram pelos ares como se fossem folhas de papel. O cataclismo era horrendo e total!

O horror durou todo o dia e toda a noite, e ainda todo o dia seguinte. Hiroshima, que às 8h14min da manhã fora uma cidade de 245.000 pessoas, convertera-se às 8h15min num intolerável e negro necrotério para os 100.000 mortos, desaparecidos e moribundos; e das suas fumegantes e prostradas ruínas outros 100.000 haviam fugido, muitos deles levando consigo as sementes da morte prematura da radiação, do câncer e da leucemia. A era atômica nascera à custa de toda a humanidade.

Essa foi a sua origem, no mais verdadeiro dos sentidos, pois a bomba atômica que explodimos sobre Hiroshima foi a mais rudimentar e elementar de todas as armas da nova era da ciência nuclear. As bombas da Segunda Guerra Mundial – que haviam causado tanta devastação em Londres, Roterdã, Hamburgo e Berlim – tinham apenas 2.000 libras de poder explosivo. A bomba atômica de Hiroshima explodiu com a tremenda força de 20.000 toneladas de TNT. Mas, atualmente, a bomba de Hiroshima já é antiquada e insignificante no arsenal da guerra, tal como tornara antiquadas as bombas da Segunda Guerra Mundial.

Fred J. Cook. *O estado militarista*. p. 296-7.

Armas atômicas ameaçam humanidade, diz El Baradei

Premiado áita em Oslo 27 mil artefatos nucleares armazenados

Na cerimônia em que recebeu, ontem, em Oslo, o Prêmio Nobel da Paz de 2005, o egípcio Mohamed El Baradei, 63, lamentou que ainda existam 27 mil artefatos nucleares nos arsenais “de sete ou oito países” e alertou para o risco de grupos terroristas terem acesso a essa tecnologia de destruição.

Afirmou, com dramaticidade, que a humanidade ainda está diante da opção entre manter as armas nucleares ou sobreviver. El Baradei é o diretor-geral da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), braço das Nações Unidas para questões de não proliferação, com sede em Viena. A agência divide com ele o prêmio de US\$ 1,3 milhão.

El Baradei doará sua parte a programas de assistência a órfãos no Egito, enquanto a AIEA criará um fundo para pesquisa sobre câncer e nutrição.

O alto funcionário da ONU fez um discurso analítico, sem mencionar diretamente países – como o Irã e a Coreia do Norte

– que estão no centro de suas atuais preocupações, em razão de esforços sigilosos para obter a bomba.

Tampouco citou os Estados Unidos e a Rússia – embora o trecho de seu discurso tivesse um claro endereço – ao lamentar que, 15 anos após o fim da Guerra Fria, inexistisse um cronograma para a supressão dos arsenais.

O presidente da Comissão do Nobel, Ole Danbolt Mjoes, disse que os esforços desarmamentistas encalharam num longo impasse, o que leva novos países a procurarem produzir armas nucleares, com o aumento paralelo do risco de elas caírem em mãos de grupos extremistas.

El Baradei mencionou dados já conhecidos ao criticar os investimentos em armas. Disse que em 2004 foi gasto US\$ 1 trilhão em armamentos, enquanto menos de um décimo dessa quantia era destinado aos países mais pobres.

Lembrou que, nos últimos dez anos, 13 milhões morreram em conflitos armados, 9 milhões dos quais na região mais pobre do planeta, a África Subsaariana. Ao mesmo tempo, afirmou, a globalização tornou anacrônica a noção de segurança restrita aos espaços nacionais. Grupos extremistas ganharam em liberdade de locomoção.

Eles teoricamente dispõem de um mercado negro de equipamento nuclear. Essas fontes de abastecimento apenas secariam se os arsenais atômicos existentes fossem destruídos. Ou ainda se, para o uso pacífico dos reatores, fosse criado um banco mundial de combustível nuclear, em lugar de permitir que muitos se lancem no enriquecimento do urânio.

50 anos depois do Sputnik, espaço ainda vê Guerra Fria

Perspectiva de uso militar faz com que países evitem compartilhar tecnologia na área

Há muitos motivos para crer que o espaço mudou pouco no último meio século, apesar de as coisas estarem diferentes aqui na Terra.

Em 4 de outubro de 1957, quando os soviéticos colocaram em órbita o primeiro satélite artificial – o Sputnik-1 –, o mundo vivia sob tensão constante. Com a polarização entre EUA e União Soviética, o temor era que o planeta acabasse de um dia para o outro, destruído por armas nucleares. E a corrida espacial foi alimentada pelo medo que essas nações tinham uma da outra.

Hoje, a Guerra Fria não existe mais, mas o clima no espaço ainda está longe de refletir o ambiente de interação globalizada que mudou a economia, a política e a ciência em terra firme. Ao contrário do que acontece em outras áreas tecnológicas, o país que quiser lançar satélites por conta própria hoje tem de aprender sozinho.

“Os americanos não querem que a tecnologia de lançadores de satélites – que pode ser utilizada para lançar bombas – caia na mão de determinados países, mesmo que sejam amigos”, diz Fernando Ramos, assessor de cooperação internacional do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

“Mesmo quando existe um projeto envolvendo vários países, como a Estação Espacial Internacional, a colaboração se dá mais pela divisão do trabalho do que pela transferência da tecnologia entre os países.”

Reeditadas em 2006 pelo governo Bush, as diretrizes do programa espacial dos EUA deixam clara a visão do país. O documento “rejeita qualquer limitação do direito fundamental dos Estados Unidos de operar e adquirir informação no espaço”. Americanos “negarão a adversários, se preciso, o uso de capacidades no espaço hostis a interesses americanos”.

Sobrou até para o Brasil, que nem está entre os países do chamado “eixo do mal”, alvos de sanções dos EUA. O programa sino-brasileiro de satélites de observação da Terra, o CBERS, tem dificuldade de comprar material que passa pelos EUA. “Isso tem ocasionado problemas para o Brasil, sim, desde o início, mas sobretudo depois do ensaio que os chineses fizeram de destruir um satélite em órbita [em janeiro]”, diz Ramos, do Inpe, entidade que participa do CBERS.

Em suma, disse El Baradei, os esforços de não proliferação obterão sucesso caso se reforcem os mecanismos de controle de estoques de combustível e se coíba o tráfico de tecnologia ou equipamentos que não se destinem à produção de eletricidade.

Mencionou, por fim, a AIEA, com 2.300 funcionários e técnicos de 90 países, constantemente em missões de assessoria em todas as partes do mundo. “O Prêmio Nobel da Paz foi para nós uma mensagem poderosa”, disse ele.

Redação. *Folha de S.Paulo*. Mundo, 11 dez. 2005.

Apesar de a cooperação ter levado ao sucesso na área de satélites de imagem, os chineses tampouco mostram disposição em ensinar aos brasileiros como fazer foguetes. O Brasil ainda tenta, com orçamento limitado, levar a cabo o programa VLS (Veículo Lançador de Satélites), na infâmia desde a explosão que matou 21 pessoas no Centro de Lançamento de Alcântara (MA), em 2003.

Hoje, apenas EUA, União Europeia, Rússia, China, Índia e Japão são capazes de colocar satélites em órbita. Cada um aprendeu a fazê-lo sozinho. O fim da Guerra Fria, afinal, também não selou uma paz espacial definitiva. “Que existe a possibilidade de uma militarização do espaço não há a menor dúvida” afirma o físico e historiador Shozo Motoyama, da USP. Segundo ele, porém, a revolução das comunicações e a globalização da economia tornam o mundo menos vulnerável a uma polarização como da Guerra Fria. “Acho que isso vai impedir a hegemonia de um único país querendo militarizar o espaço.” Para o historiador da USP, o evento que desencadeou a corrida espacial mostrou sobretudo que a ciência ajuda a moldar a geopolítica.

“O Sputnik-1 foi o triunfo de uma política centralizada em direção a um determinado objetivo, e isso fez com que a URSS conseguisse uma vitória num primeiro momento”, diz Motoyama. “Enquanto isso, nos países capitalistas, tudo estava ocorrendo de maneira dispersa, também em laboratórios de pesquisa das empresas.”

Um “mutirão científico” ocidental já havia sido feito com o projeto Manhattan – que construiu a primeira bomba atômica –, mas o governo dos EUA não dera continuidade a uma política de Estado com direcionamento claro à ciência.

Ouvir os bipes da primeira máquina em órbita, em outubro de 1957, mudou o modo americano de fazer ciência. E isso mudou a cara do século 20.

Rafael Garcia. *Folha de S.Paulo*. Caderno Ciência, 30 dez. 2007.

RESUMINDO

O mundo que se inaugura após a Segunda Guerra Mundial foi um mundo marcado pelo terror da guerra e por uma perspectiva sombria de um novo confronto de dimensões inimagináveis, dimensões que as bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki apenas deixavam entrever.

A vitória sobre o nazifascismo não significou o triunfo da liberdade e o advento de uma época de paz, como se poderia sugerir. Ao contrário, o clima que se instalou a partir dali foi marcado por um iminente confronto entre as duas superpotências e pela perspectiva, por vezes aparentemente muito próxima, de que a nova guerra.

A Guerra Fria foi apenas a manifestação mais geral e visível desse clima de confronto. Entretanto, questões como a descolonização afro-asiática, a Revolução Chinesa, a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã e os conflitos no Oriente Médio geraram décadas de incertezas e a permanente sensação de que a paz mundial era impossível.

Foi somente com o declínio do império soviético, a partir dos anos de 1980, que a situação de confronto mundial começou a abrandar. O colapso do Socialismo e o aparente triunfo do Capitalismo, trazendo consigo elementos como o Neoliberalismo e a globalização, geraram uma suposta superioridade não contestável, pondo fim à bipolaridade que marcara as décadas anteriores.

Mesmo que não haja mais o clima de guerra entre superpotências, outra ameaça à paz mundial ronda o mundo. Trata-se de manifestações que partem de grupos, nem sempre isolados, que se ressentem da atitude política hegemônica e lançam mão de práticas, não necessariamente militares, para se contrapor a essa política. Uma dessas manifestações é o terrorismo; outra é a ação de grupos neonazistas na Europa. Todas elas mostram o inconformismo de setores da sociedade, não necessariamente de países pobres, contra os rumos adotados pelas nações capitalistas hegemônicas.

Se, por um lado, a paz é hoje uma perspectiva muito mais próxima do que o era nas primeiras décadas após a Segunda Guerra, por outro lado, ela ainda não triunfou nem se tornou um valor universal.

■ QUER SABER MAIS?



FILMES

- *O resgate do soldado Ryan*. Direção de Steven Spielberg. EUA, 1998. 169 min.
- *Casablanca*. Direção de Michael Curtiz. EUA, 1942. 102 min.
- *A conquista da honra e Cartas de Iwo Jima*. Direção de Clint Eastwood. EUA, 2006.
- *Platoon*. Direção de Oliver Stone. EUA, 1986. 120 min.
- *Apocalypse Now*. Direção de Francis Ford Coppola. EUA, 1979. 153 min.
- *O ano em que vivemos em perigo*. Direção de Peter Weir. Austrália, 1983. 115 min.
- *Diários de motocicleta*. Direção de Walter Salles. Brasil, Argentina, Chile, Reino Unido, Peru, EUA, Alemanha, França e Cuba, 2004. 126 min.
- *Adeus, Lenin*. Direção de Wolfgang Becker. Alemanha, 2003. 121 min.

Exercícios complementares

1 Unesp Num de seus últimos discursos, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, declarou o seguinte:

A conferência da Crimeia foi um esforço bem-sucedido das três Nações principais de encontrar um terreno comum para a paz. Ela representa o fim do sistema da ação unilateral, das alianças exclusivas, das esferas de influência, do equilíbrio de forças e de todos os outros expedientes que há séculos são experimentados – e falham.

- a) Quais as “três Nações principais” a que se refere Roosevelt?
- b) Caracterize sucintamente as relações internacionais do pós-guerra que contrariaram as previsões otimistas de Roosevelt.

2 UFPE A 2ª Guerra Mundial, acontecimento funesto e deplorável, permanece presente na memória da humanidade pelas suas consequências sociais e políticas, que mudaram a face da Europa. Entre elas, podemos destacar:

- 01 Na Conferência de Potsdam, realizada em 1945, o território alemão foi dividido em quatro zonas de ocupação: a dos EUA, a da URSS, a da Áustria e a da Inglaterra.
- 03 Os territórios da antiga Prússia e da Baviera transformaram-se na República Democrática Alemã, a qual ficou sob a influência soviética.
- 05 Com a divisão da Alemanha em dois países, os cidadãos alemães da República Democrática Alemã eram proibidos de transitar pela Alemanha Ocidental sob qualquer pretexto.
- 07 A construção do muro de Berlim, sob pretexto de organizar melhor a economia da Alemanha Oriental (RDA), não foi apoiada pela URSS.
- 09 A criação do Estado de Israel, consequência positiva para os judeus, está diretamente relacionada com um acontecimento dos mais condenáveis: a perseguição aos judeus.

Soma =

3 UFPE Em torno de fatos relacionados à Segunda Guerra Mundial, estabeleça a correspondência:

1. BLITZKRIEG
2. KAMIKAZES
3. GRANDE ALIANÇA
4. AS NAÇÕES DO EIXO
5. NAGASAKI

- Guerra Relâmpago
- Cidade arrasada pela bomba atômica
- Piloto suicida utilizado pela aviação japonesa
- Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos
- Japão, Itália e Alemanha

A sequência correta é:

- (a) 2, 3, 5, 4 e 1 (c) 1, 5, 2, 4 e 3 (e) 1, 2, 3, 4 e 5
- (b) 1, 2, 5, 4 e 3 (d) 1, 5, 2, 3 e 4

4 Unifesp 2008 “Este é o maior evento da história” (do presidente norte-americano H. Truman, ao ser informado do lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima). “Era importante que a bomba atômica fosse um sucesso. Havia-se gastado tanto para construí-la... Todas as pessoas interessadas experimentaram um alívio enorme quando a bomba foi lançada” (do alto oficial cujo nome em código era Manhattan District Project). Essas afirmações revelam que o governo norte-americano:

- (a) desconhecia que a bomba poderia matar milhares de pessoas inocentes.
- (b) sabia que sem essa experiência terrível não haveria avanço no campo nuclear.
- (c) esperava que a bomba atômica passasse despercebida da opinião pública.
- (d) estava decidido a tudo para eliminar sua inferioridade militar frente à URSS.
- (e) ignorava princípios éticos para impor a sua primazia político-militar no mundo.

5 Enem 2008 Em discurso proferido em 17 de março de 1939, o primeiro-ministro inglês à época, Neville Chamberlain, sustentou sua posição política: *Não necessito defender minhas vistas à Alemanha no outono passado, que alternativa existia? Nada do que pudéssemos ter feito, nada do que a França pudesse ter*

feito, ou mesmo a Rússia, teria salvado a Tchecoslováquia da destruição. Mas eu também tinha outro propósito ao ir até Munique. Era o de prosseguir com a política por vezes chamada de “apaziguamento europeu”, e Hitler repetiu o que já havia dito, ou seja, que os Sudetos, região de população alemã na Tchecoslováquia, eram a sua última ambição territorial na Europa, e que não queria incluir na Alemanha outros povos que não os alemães.

Disponível em: <www.johndclare.net> (Adapt.)

Sabendo-se que o compromisso assumido por Hitler em 1938, mencionado no texto, foi rompido pelo líder alemão em 1939, infere-se que:

- (a) Hitler ambicionava o controle de mais territórios na Europa além da região dos Sudetos.
- (b) a aliança entre a Inglaterra, a França e a Rússia poderia ter salvado a Tchecoslováquia.
- (c) o rompimento desse compromisso inspirou a política de “apaziguamento europeu”.
- (d) a política de Chamberlain de apaziguar o líder alemão era contrária à posição assumida pelas potências aliadas.
- (e) a forma que Chamberlain escolheu para lidar com o problema dos Sudetos deu origem à destruição da Tchecoslováquia.

6 PUC-Rio 2007 A Segunda Guerra Mundial, que se estendeu de 1939 a 1945, se diferenciou de todas as guerras ocorridas em tempos passados, configurando um novo tipo de conflito: uma guerra total.

Corroborar tal afirmativa o fato de aquele conflito ter:

- I. envolvido um número nunca visto de países e continentes.
- II. promovido uma mobilização total de recursos humanos e materiais.
- III. aumentado o apelo ao trabalho feminino nos países aliados.
- IV. acelerado o crescimento tecnológico que vinha se desenvolvendo desde o final da Primeira Guerra Mundial.

Assinale a alternativa correta.

- (a) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- (b) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (d) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (e) Todas as afirmativas estão corretas.

7 FGV 2008 Em 12 de março de 1947, em mensagem enviada ao Congresso, o presidente norte-americano Harry Truman declarou que acreditava que “a política dos Estados Unidos deve consistir no apoio aos povos livres que estão resistindo à subjugação por minorias armadas ou pressões externas”. Esse é o ponto de partida da Doutrina Truman. Essa doutrina é reforçada em 1949, pois:

- (a) começam a Guerra do Vietnã e a revolução socialista na Mongólia.
- (b) a Iugoslávia comanda a criação do Pacto de Varsóvia e eclode a Revolução Iraniana.
- (c) ocorre a Revolução Chinesa e há o primeiro experimento nuclear bélico soviético.
- (d) forma-se o Mercado Comum Europeu e Stalin é afastado do poder soviético.
- (e) a União Soviética invade a Hungria e o Egito nacionaliza o canal de Suez.

8 PUC-PR 2009 Durante a Guerra Fria, desenvolveu-se, nos Estados Unidos, uma ideologia conhecida como macarthismo. Essa ideologia tinha como objetivo:

- (a) caracterizar as bases da política externa dos Estados Unidos para a América Latina depois da Revolução Cubana.
- (b) definir os fundamentos da doutrina geopolítica dos Estados Unidos para as Américas e para a região do oceano Pacífico.
- (c) definir os princípios da presença das multinacionais americanas nas regiões de grande interesse estratégico dos Estados Unidos.
- (d) fundamentar organizações internacionais, como a ONU, a OEA e a Otan, que se tornaram grandes instrumentos de execução da política externa americana durante a Guerra Fria.
- (e) vigiar e impedir que simpatizantes de ideologias de esquerda ocupassem cargos de liderança e influência no funcionalismo público, no governo, nas universidades, nos meios de comunicação e nas grandes corporações econômicas americanas.

9 UEPG 2008 A Segunda Guerra Mundial diminuiu a importância política das nações europeias e inaugurou a bipolarização do mundo, liderada pelos Estados Unidos da América, de um lado, e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de outro. Essa divisão, que caracterizou um período de conflitos e hostilidades, recebeu a denominação Guerra Fria. Sobre esse tema, assinale o que for correto.

- 01 A origem dos desentendimentos entre EUA e URSS está relacionada com os acordos entre os países vencedores da Grande Guerra antes mesmo de seu término. Nas conferências de Yalta e Potsdam, os representantes dos países vitoriosos queriam assegurar seus interesses estratégicos e econômicos e garantir áreas de influência em todo o mundo.
- 02 Após a Segunda Guerra, os países que não se envolveram diretamente no conflito puderam, a despeito do clima de equilíbrio precário existente, alcançar um amplo desenvolvimento econômico, baseado em uma política de exportação.
- 04 A Guerra Fria era conveniente tanto para os norte-americanos quanto para os soviéticos, porque, ao mesmo tempo em que não se envolviam diretamente em guerras localizadas ou de libertação nacional, enviavam armas, ajuda financeira e logística, o que poderia definir os conflitos.
- 08 Além da forte propaganda ideológica desenvolvida pelos dois blocos, a Guerra Fria foi marcada por uma corrida armamentista, instituindo o “equilíbrio do terror”, visto que as duas nações tinham poder para destruir de forma total uma à outra.
- 16 A Guerra Fria foi um estado de tensão entre um sistema político livre e outro autoritário; entre duas formas de organização econômica, o Capitalismo e o Socialismo.

Soma =

10 PUC-RS 2008 Em 1963, fundou-se, em Adis-Abeba, a Organização para a Unidade Africana (OUA), com o objetivo de defender a soberania de seus membros e de auxiliar na completa erradicação do colonialismo na África, logo após o reconhecimento da independência de 17 ex-colônias da França e da Inglaterra. Ficou de fora da OUA, devido a seu regime político, então racista:

- (a) o Congo.
- (b) o Zaire.
- (c) a Argélia.
- (d) a África do Sul.
- (e) o Marrocos.

11 Ufpe 2007 *A primeira coisa, portanto, é dizer-vos a vós mesmos: “Não aceitarei mais o papel de escravo. Não obedecerei às ordens como tais, mas desobedecerei quando estiverem em conflito com minha consciência”. O assim chamado patrão poderá surrar-vos e tentar forçar-vos a servi-lo. Direis: “Não, não vos servirei por vosso dinheiro ou sob ameaça”. Isso poderá implicar sofrimentos. Vossa prontidão em sofrer acenderá a tocha da liberdade, que não pode jamais ser apagada.*

Alceu L. Pazzinato e Maria Helena V. Senise. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Ática, 2002.

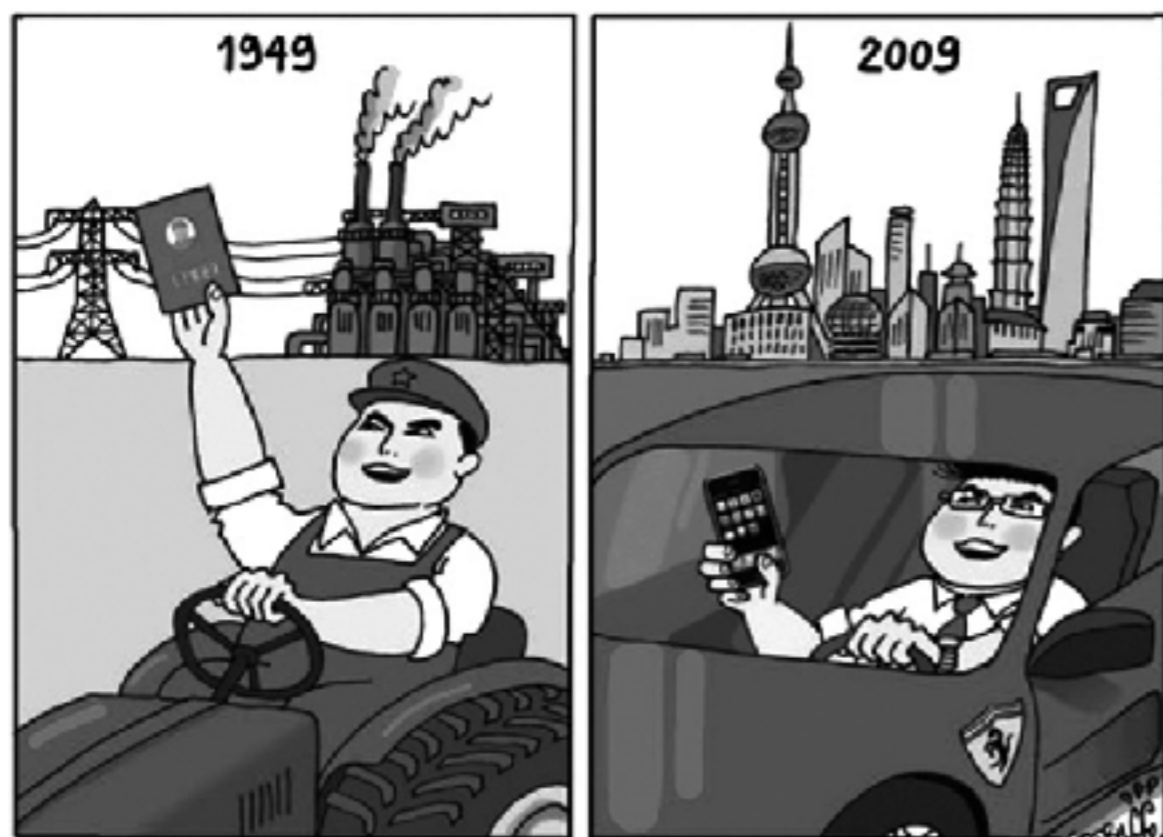
O texto caracteriza a política de Desobediência Civil defendida por:

- (a) Mahatma Gandhi, como estratégia para a independência da Índia.
- (b) Nelson Mandela, no processo de descolonização e independência da África do Sul.
- (c) Agostinho Neto, na luta pela independência de Angola.
- (d) Patrice Lumumba, líder nacionalista do Congo Belga.
- (e) Abdel Nasser, na luta pela libertação do Egito.

12 UFPI 2007 Assinale a alternativa que caracteriza, corretamente, a formação do chamado “Terceiro Mundo”.

- (a) A união de países africanos e asiáticos a favor do bloco econômico dirigido pela União Soviética, no pós-Primeira Guerra Mundial.
- (b) O apoio dos países latino-americanos, recém-saídos de processos de independência, no século XIX, aos Estados Unidos da América.
- (c) O alinhamento de países africanos e asiáticos com o bloco econômico liderado pelos Estados Unidos, no pós-Segunda Guerra Mundial.
- (d) A autonomia de países africanos, asiáticos e latino-americanos em relação aos Estados Unidos e à União Soviética, no pós-Segunda Guerra Mundial.
- (e) A aliança entre os países latino-americanos, recém-saídos de processos de independência, no século XIX, a favor da criação de uma rede de solidariedade entre os países da América Latina.

13 Cesgranrio 2010 Há sessenta anos, com a proclamação da República Popular da China, nascia a maior nação comunista do planeta. Durante esse período, o panorama mundial se transformou, e sucessivos governos chineses promoveram campanhas e reformas que imprimiram ao país um novo perfil.



29 set. 2009. Disponível em: <www.politicalcartoons.com>.

Em 1949, a vitória da Revolução levou Mao Tsé-Tung à presidência da recém-proclamada República Popular da China. Analise o panorama político mundial da época, explicando dois fatores que conduziram a população chinesa à Revolução.

14 UEL 1996 As mudanças no panorama internacional, representadas pela vitória socialista de Mao Tsé-Tung na China, pela eclosão da Guerra da Coreia e pelas crescentes dificuldades no relacionamento com a URSS, repercutiram na forma de tratamento dispensada pelos Estados Unidos ao Japão. Este, de “inimigo vencido”, passou a:

- atuar como o mais forte aliado da URSS naquela região.
- ser a principal base de operações norte-americanas na Ásia.
- competir com as forças econômicas alemãs e inglesas.
- buscar o seu nível econômico de antes da Primeira Guerra Mundial.
- menosprezar o “consenso” – política de participação de pessoal, que visa à integração do trabalhador no esquema da empresa capitalista.

15 PUC-MG Sobre a Guerra da Coreia (1950-1953), é correto afirmar, exceto:

- O teatro de operações estendeu-se pelo território chinês, ficando a população submetida a um clima de “fogo cruzado” entre os norte-americanos e os russos.
- O início do conflito está relacionado com a invasão da Coreia do Sul por tropas da Coreia do Norte sob a influência dos russos e chineses.
- O sul da Coreia, área de influência norte-americana, tendia para o regime democrático e a Coreia do Norte, para o regime socialista, sendo que as duas partes não conseguiram chegar a um acordo político.

- A Coreia era uma antiga possessão japonesa que fora ocupada durante a Segunda Guerra Mundial e, após o conflito, com a vitória dos aliados, transformou-se em cenário da Guerra Fria.
- As tropas da ONU, comandadas pelo general MacArthur, conseguiram rechaçar os norte-coreanos, sendo, posteriormente, fixadas as fronteiras entre os dois países na altura do paralelo 38°.

16 UFG 2001 O filme “Apocalypse Now”, dirigido por Francis Ford Coppola, data de 1979 e trata dos horrores da Guerra do Vietnã. Antes dele, “O Franco Atirador” (1977), de Michael Cimino, e o documentário “Corações e Mentes” (1975), de Peter Davies, também abordaram essa temática. Mais recentemente, são conhecidos os filmes de Oliver Stone e as produções em série de “Rambo”.

Os comentários anteriores indicam que, além de ainda render bilheteria, a Guerra do Vietnã significa para a sociedade norte-americana um problema malresolvido.

Sobre o impacto da Guerra do Vietnã para os EUA, pode-se dizer que:

- a participação norte-americana no Vietnã, circunstanciada pela Guerra Fria, inseriu a economia estadunidense numa crise sem precedentes, o que motivou, desde o início da década de 1970, uma posição governamental contrária à guerra.
- a participação dos EUA na Guerra do Vietnã esteve associada mais a uma lógica econômica do que política. Os americanos buscavam, na verdade, conquistar mercados consumidores e fontes de abastecimento de matéria-prima, visto que o Vietnã possuía vastas reservas petrolíferas.
- no final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970, um novo estado de ânimo dominou parte da sociedade norte-americana. As imagens da guerra alimentaram uma oposição que teve nas manifestações pacifistas sua expressão maior.
- o dilema norte-americano, diante da guerra, persiste porque não foi possível uma vitória, mas sim uma paz honrosa, como havia dito Nixon. No entanto, essa paz não cicatrizou as feridas abertas pela guerra. Os filmes sobre o Vietnã insistem em difundir o sofrimento dos soldados e a insensatez da guerra, abrindo um espaço de discussão acerca de sua memória.

17 UFMG 2005 Entre 1961 e 1973, um total de 57.939 norte-americanos morreram no conflito da Indochina, a mais longa e custosa guerra externa na história dos Estados Unidos. A Força Aérea dos EUA jogou sobre o Vietnã uma tonelagem de bombas mais de três vezes superior ao que foi jogado na Alemanha durante a Segunda Guerra.

William R. Keylor. *The twentieth-century world: an international history*. Nova York: Oxford University Press, 1996. p. 375.

Considerando-se a Guerra do Vietnã, é correto afirmar que:

- (a) o conflito foi motivado pela intenção do Governo norte-americano de impedir a expansão do Comunismo no Sudeste Asiático.
- (b) os norte-americanos deram apoio decidido às ações de seu governo no Vietnã e manifestaram insatisfação quando suas tropas foram retiradas de lá.
- (c) os vietnamitas que enfrentavam o exército dos EUA lutavam em condições difíceis, pois não dispunham de apoio externo.
- (d) a saída das tropas norte-americanas e a subsequente derrota das forças locais pró-Occidente levaram à divisão do Vietnã.

18 Ufpel 2007 Em 1887, o Vietnã passou a ser, oficialmente, uma colônia, situada na Península da Indochina, e era fornecedora de arroz, borracha e madeira para o mercado europeu, nos moldes do modelo imperialista implantado pelas grandes nações capitalistas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, foi fundada a Liga para a Independência do Vietnã (Viet Minh), de orientação socialista e liderada por Ho Chi Minh.

Depoimento do advogado português Jorge Santos. In: Urbano Tavares Rodrigues (org.). *A Guerra do Vietname*. Lisboa: Estampa, 1968.

A colonização referida foi efetivada no século XIX, pelo seguinte país:

- (a) China.
- (b) Japão.
- (c) Estados Unidos.
- (d) Inglaterra.
- (e) França.

19 PUC-Rio 2009 O Estado de Israel, que completou 60 anos em maio deste ano, teve suas fronteiras definidas a partir de várias guerras com países vizinhos. A esse respeito, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O plano de partilha da ONU (Resolução 181) de 1947 previa a retirada das tropas do Império russo, a criação de um Estado judaico e de um Estado independente árabe-palestino na região da Palestina.
- II. Os árabes rejeitaram o plano de partilha da Palestina aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas e atacaram o recém-formado Estado de Israel em 1948: era o começo dos conflitos árabe-israelenses e do dilema dos refugiados palestinos.
- III. A vitória israelense na Guerra dos Seis Dias (1967) permitiu a ocupação de quase toda a Palestina, isto é, do Sinai, da Faixa de Gaza, da Cisjordânia, de Jerusalém e do Iraque.
- IV. A partir de 1987, a população civil palestina começou a série de levantes (Intifada) contra a ocupação israelense usando paus, pedras e atentados.

Assinale a alternativa correta.

- (a) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (b) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (c) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- (d) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (e) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

20 Uece 2008 A invasão do Kuwait por tropas do Iraque, iniciada em 02 de Agosto de 1990, deu início à Guerra do Golfo. Sobre esse conflito militar, são feitas as seguintes afirmações:

- I. Sem a sanção da ONU, o conflito teve uma longa duração. Não foram utilizados armamentos ou técnicas avançadas de guerra. Os Estados Unidos não se preocuparam em empregar armas sofisticadas e avançadas tecnologicamente.
- II. Ficou conhecida como “a guerra pós-moderna” devido à utilização de sofisticados equipamentos eletrônicos, bombas guiadas a laser e mísseis teleguiados. Constituiu-se em uma intervenção militar eficaz e rápida.
- III. Foi travada por uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e países do Oriente Médio, como Arábia Saudita e Egito, contra o Iraque. Obteve a sanção da ONU.

Assinale o correto.

- (a) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- (b) Apenas as afirmações I e III são falsas.
- (c) Apenas as afirmações II e III são verdadeiras.
- (d) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.

21 UFPE 2008 No Oriente Médio, as disputas políticas existentes mostram o fortalecimento das crenças islâmicas nas últimas décadas. Uma análise histórica da trajetória do Islamismo nos afirma que essa religião:

- (a) teve uma atuação pouco importante para a vida cultural do povo árabe na Idade Média, mas foi aceita pelos grupos mais tradicionais.
- (b) representou uma crença ética e escatológica, fundada em profetas do bem, sem ter semelhança com o cristianismo.
- (c) contribuiu com suas crenças monoteístas para a construção da identidade política de todos os asiáticos.
- (d) restringiu sua atuação a países do Oriente Médio e da África, sem repercussões nos povos do Ocidente.
- (e) justificou a participação dos líderes religiosos na política, ideia que mantém na contemporaneidade.

22 Ufpel 2006



Historie- Geographie. Paris: Hartier, 1991. (Adapt.).

O mapa demonstra:

- (a) o efeito dos mísseis soviéticos sobre o território americano durante a Revolução Cubana que levou Fidel Castro ao poder.
- (b) um aspecto bélico da Guerra Fria na década de 1960, que levou ao poder Fidel Castro, na denominada Revolução Cubana.
- (c) um episódio da Guerra Fria na América Latina durante o governo Kennedy, quando os soviéticos tiveram que retirar as armas nucleares de Cuba.
- (d) o conflito entre o Capitalismo e o Socialismo, militarmente representados, respectivamente, pelo Pacto de Varsóvia e pela Otan no episódio denominado Guerra Fria.
- (e) a ocupação soviética e norte-americana em Cuba, através das bases militares, respectivamente, em Havana e Guantánamo, todas posteriormente dominadas pela Revolução Cubana.

23 UFSC 2008 A Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, estimulou a intelectualidade de esquerda na América Latina na busca por um futuro melhor para os povos latino-americanos. Em relação à Revolução Cubana, é correto afirmar que:

- 01 a tomada do palácio La Moneda deu início ao processo revolucionário em Cuba.
- 02 contou com a participação decisiva do grupo guerrilheiro de inspiração marxista chamado Sendero Luminoso.
- 04 no processo da Revolução, o governo corrupto e repressivo de Fulgêncio Batista foi derrubado do poder por meio de um golpe apoiado pelos EUA.
- 08 na década de 1950, a economia cubana, controlada por capital norte-americano, baseava-se fundamentalmente na produção de açúcar.
- 16 com a vitória da Revolução, empresas foram estatizadas e as propriedades rurais submetidas à reforma agrária. Em represália, os EUA suspenderam a compra do açúcar cubano, criando dificuldades econômicas e forçando Cuba a se aproximar da URSS.
- 32 teve início em 1959 e o seu significado para a América Latina equivale ao significado que a Revolução Russa (1917) teve para a Europa e a Revolução Chinesa (1949) para a Ásia.

Soma =

24 UFU 2006 Leia o trecho do discurso a seguir.

Que toda nação saiba... que pagaremos qualquer preço, suportaremos qualquer fardo, enfrentaremos qualquer privação, apoiaremos qualquer amigo, obstaremos qualquer inimigo, para assegurar a sobrevivência e o triunfo da liberdade.

John F. Kennedy, Discurso de Posse. Citado por A. Nevins e H. S. Commager. *Breve História dos Estados Unidos*. São Paulo: Alfa-Omega. 1986. p. 591.

Baseando-se na citação e na política externa do governo norte-americano na década de 1960, assinale a alternativa incorreta.

- (a) No início do governo Kennedy, ocorreram intervenções e conflitos envolvendo Cuba e União Soviética. Os Estados Unidos apoiaram a invasão da Baía dos Porcos, promoveram o bloqueio naval e aéreo à ilha e exigiram a retirada dos foguetes soviéticos instalados em Cuba.

- (b) Ao enfatizar a aplicação do Plano Marshall e da Doutrina Truman, o governo Kennedy foi marcado pelas negociações com a União Soviética e a China, que objetivaram solucionar os conflitos envolvendo a Coreia e o Vietnã e evitaram a expansão do Comunismo na Ásia.
- (c) Em relação à América Latina, o governo norte-americano formulou a Aliança para o Progresso, cuja proposta era conceder ajuda e financiamentos para o desenvolvimento econômico, a fim de evitar o crescimento da influência comunista sobre as populações latino-americanas.
- (d) O governo norte-americano organizou iniciativas de treinamento das forças armadas e dos serviços de repressão da América Latina, a fim de reprimir manifestações populares e opositores aos governos favoráveis à influência norte-americana.

25 Uerj 2009



Muro de Berlim antes de novembro de 1989.

Disponível em: <www.wikipedia.com>.



Muro de Berlim em novembro de 1989.

Disponível em: <www.sao-paulo.diplo.de>.

A derrubada do Muro de Berlim completará vinte anos em 2009. Construído em agosto de 1961, sua destruição é lembrada como marco do fim de uma época. Indique o significado político da queda do Muro de Berlim para a Alemanha e o significado simbólico desse acontecimento para o contexto político internacional.

26 FGV 2008 O novo secretário-geral do PC soviético, Mikhail Gorbachev, de 54 anos, assumiu o poder [...]. Gorbachev é o mais jovem líder soviético desde Josef Stalin [...].

Jayme Brener. *Jornal do século XX*. São Paulo: Moderna, 1998.

Sobre esse governo, é correto afirmar que foi caracterizado:

- (a) pela ampliação do arsenal atômico da União Soviética e dos aliados no Leste Europeu, como decorrência direta do Programa Guerra nas Estrelas do presidente Ronald Reagan.
- (b) pelo projeto e execução de profundas reformas econômicas e políticas que superassem a estagnação econômica e garantissem o desenvolvimento da democracia.
- (c) pelo aumento constante da produtividade soviética na indústria e na agricultura, com o conseqüente aumento do PIB, que superou o dos Estados Unidos em 1990.
- (d) pela realimentação da Guerra Fria com a acusação formal contra espões norte-americanos e ingleses, além do rompimento das relações diplomáticas com a China.
- (e) pela recuperação de vários princípios da era stalinista, como os planos quinquenais, a coletivização da terra e a obrigatoriedade de salários iguais para os operários industriais.

27 Ibmecc-RJ 2009 A chamada Nova Ordem Mundial, que marcou o final do século XX, é caracterizada por uma série de importantes acontecimentos, exceto:

- (a) a queda do Muro de Berlim.
- (b) a implosão da União Soviética.
- (c) a redemocratização da Europa Oriental.
- (d) a reunificação da Coreia.
- (e) o fim da Guerra Fria.

28 Ibmecc-RJ 2009 A última década do século XX foi marcada pela crise que atingiu o bloco socialista. Sobre esse processo, são feitas as seguintes afirmativas.

- I. Sob o ponto de vista econômico, a planificação é uma das características desse sistema.
- II. Sob o ponto de vista político, o unipartidarismo é uma marca até hoje presente em países como Cuba.
- III. Sob o ponto de vista social, a grande herança deixada pelos socialistas foi um significativo aumento das taxas de analfabetismo.

Assinale:

- (a) Se apenas a afirmativa I for correta.
- (b) Se apenas a afirmativa II for correta.
- (c) Se apenas a afirmativa III for correta.
- (d) Se apenas as afirmativas I e II forem corretas.
- (e) Se todas as três afirmativas forem corretas.

29 Ibmecc-RJ 2009 Desde o início dos anos 80 o mundo assiste a uma “onda neoliberal” em toda a economia, processo que hoje vive uma crise de proporções ainda indefinidas. Sobre o Neoliberalismo são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Cabe ao Estado, nesse processo, o papel de gestor e interventor.
- II. Desprezar qualquer tipo de preocupação com os gastos públicos é uma característica marcante do Neoliberalismo.
- III. A ocorrência de fusões de empresas e bancos permitiu o surgimento das empresas transnacionais, atuantes nos mais diversos setores da economia.

Assinale:

- (a) Se apenas a afirmativa I for correta.
- (b) Se apenas a afirmativa II for correta.
- (c) Se apenas a afirmativa III for correta.
- (d) Se as afirmativas I e II forem corretas.
- (e) Se as afirmativas II e III forem corretas.

Frente 1

10

A redemocratização (1945-1964)

Revisando

- O Populismo surgiu de uma série de elementos que se combinaram ao longo da primeira metade do século XX.
Em primeiro lugar, o crescimento industrial e urbano levou ao surgimento de uma ampla camada de trabalhadores urbanos, a qual já não mais podia ser ignorada como força social. Por outro lado, a derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial, com a evidente ampliação do sentimento democrático, inviabilizou a adoção de qualquer saída autoritária para se lidar com as demandas dos trabalhadores.
Outro aspecto é a própria ausência de lideranças operárias efetivas e reconhecidas, gerando um vácuo político que foi aproveitado por lideranças burguesas que extraíram sua sustentação justamente da proximidade com os trabalhadores e movimentos sociais.
- No plano político, Dutra intensificou o combate à esquerda, colocando o PCB na ilegalidade e intervindo sistematicamente nos sindicatos. Em termos econômicos, o governo Dutra pautou-se por uma política de abertura aos EUA, notadamente em termos de importações. Ideologicamente, a criação da Escola Superior de Guerra, voltada a formar a alta oficialidade das Forças Armadas no Brasil, era diretamente influenciada pela ótica da necessidade de combate ao comunismo, como grande inimigo interno do país, plenamente alinhada com os ditames da Guerra Fria.
- Inegavelmente foi a criação da Petrobras e a luta pela nacionalização da exploração e distribuição do petróleo e derivados em território nacional. A campanha "O petróleo é nosso", surgida ainda durante os anos do governo Dutra, mas largamente intensificada durante o governo Vargas, foi o grande símbolo da polarização entre a defesa dos interesses nacionais e a adesão aos interesses do grande capital internacional, dicotomia que marcou o debate político no período.
- O desenvolvimentismo dos anos JK partiu da visão de que o capital internacional seria decisivo para possibilitar o crescimento interno. Ao Estado caberia, portanto, prover obras de infraestrutura necessárias a esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, criar condições que atraíssem esse capital externo. Tais condições envolviam o controle sobre as reivindicações de trabalhadores, com uma postura mais dura sobre os sindicatos, e, ao mesmo tempo, garantia uma política econômica que não se constituísse em entrave a esse capital externo, por exemplo, impedindo a aprovação de leis que limitassem a remessa de lucros para as matrizes.
- Contando com a oposição cada vez mais forte do Congresso e, ao mesmo tempo, com o medo dos militares de que o vice-presidente, João Goulart, viesse a assumir, Jânio aparentemente procurou criar uma situação, na qual, ante uma suposta reação popular contra sua renúncia, o Exército apoiaria uma medida extrema de fechamento do Congresso, dando a ele plenos poderes para governar de modo ditatorial.
- Havia no Populismo uma contradição inerente ao seu funcionamento. A sustentação política das lideranças populistas passava, necessariamente, por uma proximidade em relação às reivindicações e aos anseios populares. Todavia, essa proximidade tornava essas lideranças

reféns dessa pressão popular, a qual tinha por objetivo conquistas que iam muito além dos limites que essas lideranças poderiam conceder. Com isso, regimes como o de Jango situaram-se em uma faixa insustentável, na qual sua timidez em atender as reivindicações populares criava constantes focos de atrito com esses setores. Ao mesmo tempo, sua proximidade em relação aos trabalhadores gerava uma forte oposição entre as elites, as quais passam a buscar um regime capaz de conter a ação popular.

Exercícios propostos

Populismo – Conceito teórico e governo Dutra

- V; V; V; V; F
 - E
 - B
 - E
 - Com efeito, a democracia no Brasil jamais viveu longe das conturbações. Ao longo desse período, o clima de golpe foi uma constante e manifestou-se na pressão sobre Vargas, levando ao seu suicídio quando já se prenunciava um golpe da UDN aliada aos militares; na ação militar e de setores conservadores contra a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio; e no próprio Golpe Militar de 1964 que depôs João Goulart e deu início ao longo período da ditadura militar.
 - É o nome que se dá à forma de governo típica da América Latina no pós-Segunda Guerra, caracterizada pela manipulação, por lideranças burguesas, das aspirações populares com vistas a obter apoio político.
 - Algumas concessões, como garantias trabalhistas, e, em alguns casos, ampliação dos salários.
 - Porque, apesar de sua postura popular, não podemos deixar de lado o fato de que se trata de regimes de elite, comprometidos com a propriedade e com o capital.
 - A
 - Em primeiro lugar, podemos citar a industrialização, a qual foi responsável pelo surgimento de um proletariado que já não podia mais ser ignorado politicamente. Também a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial que inviabilizou qualquer solução política baseada na repressão pura e simples ao movimento operário, obrigando a burguesia a desenvolver mecanismos de aproximação com os trabalhadores. Mais que isso, a inexistência de partidos operários com real representatividade no continente criava um vácuo político que pode ser ocupado por lideranças burguesas.
 - B
 - E
 - D
 - D
- #### Governos Vargas e Juscelino
- B
 - 26
 - C
 - A
 - Vargas via como grande inimigo da liberdade nacional a presença do capital externo. Daí a necessidade de garantir o domínio nacional, notadamente nos setores estratégicos.
 - Todo o texto é marcado por essa postura, mostrando-se como um defensor do povo contra seus inimigos e que até mesmo sua morte era uma forma de servir a este povo.
 - 29
 - A
 - D

- O texto de Vargas salienta a necessidade de fortalecer o capital nacional, dentro da perspectiva que o levou, por exemplo, a criar a Petrobras e a nacionalizar toda a atividade de pesquisa, extração e refino de petróleo. Já o texto de Juscelino defende a abertura ao capital internacional como fator modernizador da economia brasileira.

22. C

Governos Jânio, João Goulart e o Golpe de 1964

- C
- C
- E
- A
- C
- D
- A desapropriação de grandes propriedades próximas a rodovias e ferrovias federais.
 - A Constituição, que garantia a propriedade e impedia legalmente a reforma, e a oposição das elites e do Congresso.
 - A posição das Ligas Camponesas foi de apoio, buscando, pela força, criar um clima que tornasse a Reforma Agrária inevitável.
- C
- D
- B
- D

Exercícios complementares

Populismo – Conceito Teórico e Governo Dutra

- B
- 21
- B
- C
- E
- A

Governos Vargas e Juscelino

- V; F; V; F; V; F
- C
- O princípio essencial do programa de JK era o desenvolvimentismo, através da industrialização do país com a forte presença do capital estrangeiro. Sua vinculação com as elites econômicas fica clara na pequena atenção aos problemas sociais, sem sequer tocar nas relações de trabalho no campo.
- A construção de Brasília fazia parte do Plano de Metas, programa desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek que previa a modernização do Brasil sob o lema "50 anos em 5", simbolizando a modernidade de seu governo e a integração nacional.
 - A transferência da capital federal para o planalto central acabou por promover o distanciamento do centro das decisões do governo em relação às eventuais pressões políticas e sociais nas diferentes regiões do país. Estando Brasília no centro do país, o isolamento das autoridades assegurou maior segurança às instituições do poder central. Deve-se considerar ainda que a construção de Brasília criou um polo de desenvolvimento econômico e demográfico no Centro-Oeste.
- Entre as realizações do segundo governo Vargas podem ser citadas a criação de empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobras, a Eletrobras ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Além disso, podem ser citadas medidas como a concessão de crédito fácil ao setor privado por parte dos bancos oficiais, especialmente o Banco do Brasil, o estabelecimento de programas de habitação popular, controle de preços, distribuição

de cestas básicas, entre outros. Todos esses elementos apresentam um claro tom nacionalista e popular, utilizando bandeiras como o nacionalismo econômico e a recuperação da dignidade do trabalhador como bandeiras políticas.

12. D

Governos Jânio, João Goulart e o Golpe de 1964

13. D

14. A

15. B

16. B

17. A

18. A

11

O regime militar (1964-1985)

Revisando

- Atualmente, fica explícito que não havia uma elaboração teórica clara para o golpe e para o tipo de Estado que se pretendia criar a partir dele. Entretanto, é possível identificar duas correntes mais fortes. Uma delas, tendo como expressões mais claras Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva, apresentava uma visão mais branda sobre o papel dos militares, defendendo um saneamento da vida política do país, com a eliminação dos setores esquerdistas e uma volta, em médio prazo, do poder aos civis. A outra, usualmente chamada de "linha dura", apresentava uma visão mais radical quanto ao papel dos militares, defendendo uma repressão mais intensa e uma maior eliminação da atividade política, não apresentando qualquer perspectiva de uma volta aos quartéis e de entrega do poder aos civis.
- Em um quadro de profundo crescimento dos setores de oposição, o qual fora enfrentado com a publicação do AI-5, o afastamento de Costa e Silva criou a possibilidade de um recrudescimento do regime, com a posse da Junta Militar, fato que seria impossível com a posse de um civil na Presidência da República.
- As grandes obras eram parte da propaganda política do regime, incorporando *slogans* como *Esse é um país que vai para a frente*, ocultando a outra face do regime: a violenta repressão política e o forte arrocho salarial imposto aos trabalhadores. Médici, por trás da face extremamente autoritária do seu governo, buscou um apoio popular através da propaganda do "milagre econômico", da melhoria das condições de vida das classes médias urbanas e da ilusão de um crescimento econômico do país. As grandes obras seriam um símbolo da grandeza de seu governo.
- Era claro naquele momento que o regime autoritário só foi possível com a cooptação da classe média e do empresariado através do intenso crescimento econômico da era do "milagre". Entretanto, a crise, com a drástica redução dos índices de crescimento, o desemprego, a quebra de empresas, apontava para um momento no qual esses setores não mais apoiariam o regime. Com isso, a atitude violenta e repressiva não encontraria mais apoio entre o empresariado e a imprensa, tornando necessário mudar a face do regime.
- Tancredo e toda a liderança do então MDB sabiam perfeitamente da impossibilidade de aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Entretanto, também sabiam que a campanha, pelo que representou de mobilização popular, seria um símbolo da recusa da população em aceitar a continuidade do regime militar, um clamor pela

democracia. Ao mesmo tempo, a campanha serviu para aumentar em muito o cacife político da oposição, a qual passou, de uma forma inegável, a representar o anseio dos milhões que se mobilizaram pelo fim da ditadura.

Exercícios propostos

Governos Castelo Branco, Costa e Silva e Médici

- C
- A
- C
- Pelo próprio sentido do termo, apresentado pelo autor, nota-se que em 1964 não se verificou uma alteração radical das estruturas sociais e políticas do país, mas apenas, a exemplo do que já ocorrera em 1930, uma reordenação política do Estado, procurando priorizar novos setores da elite.
- Uma ditadura altamente repressora, beneficiadora do grande capital e responsável pelo maior arrocho salarial que o país já conheceu.
 - À classe média urbana, cuja ação política contrária ao governo Goulart fora decisiva para o apoio social aos golpistas de 1964 e agora se via como vítima da política econômica do regime que ajudara a criar.
- B
- C
- A
- Prevaleceu a alternativa: a aprovação do AI 5, representando a consolidação da violência do regime militar.
 - Costa e Silva
 - O definitivo endurecimento do regime, intensificação do processo de cassações políticas, repressão e censura, gerando, em contrapartida, a radicalização da oposição, com a luta armada, os sequestros e as organizações clandestinas.
- E
- D
- 41
- Um alto grau de concentração de renda, condenando grande parte da população a um índice de miséria incompatível com o crescimento que se verifica no período.
 - A indústria de bens de consumo duráveis, a indústria de bens de consumo imediato e a indústria de base, como a siderurgia e o setor energético.

Governos Geisel, Figueiredo e o fim do regime militar.

- A
- D
- D
- D
- A
- A
- 25
- C
- B
- D
- D
- E
- E
- A
- C
- C

Exercícios complementares

Governos Castelo Branco, Costa e Silva e Médici

- A
- D
- C
- A
- D
- Podem ser citados: o arrocho salarial sobre os operários e trabalhadores de baixa ren-

da; o favorecimento das grandes empresas, sobretudo as estrangeiras, pelo Estado; a obtenção de empréstimos externos pelo governo para financiar as multinacionais;

- O "milagre brasileiro" trouxe para a classe trabalhadora um brutal achatamento salarial, com o conseqüente encarecimento da cesta básica. Ante esse arrocho, os operários foram obrigados a trabalhar mais de 44 horas semanais, em vários turnos de trabalho, de modo a tentar recuperar o poder de compra de seu salário. Desse processo decorreram tanto o aumento do número de acidentes de trabalho no Brasil (pelo cansaço e má alimentação), quanto o crescimento do trabalho feminino e infantil como forma de recomposição salarial da família. Faz parte, ainda, desse quadro, o aumento dos índices de subnutrição e mortalidade infantil no país. Ademais, com o fim da estabilidade instaurada no pós-64, o "milagre brasileiro" consolidou a alta rotatividade no sistema de trabalho fabril, com perdas evidentes para o operariado.

7. E

8. D

Governos Geisel, Médici e o fim do regime militar

- Nos quadros do processo de abertura política dos governos militares, foi apresentada, no Congresso Nacional, a proposta de implementação de eleições diretas para a Presidência da República. Houve, paralelamente, no ano de 1984, a organização de comícios populares, em diversas capitais do país, visando a sensibilizar a opinião pública e, ao mesmo tempo, ampliar os mecanismos de pressão da sociedade civil pelo que se tornou a campanha nacional pelas Diretas Já. Apesar da mobilização popular conseguida pelo movimento, o Congresso não aprovou a emenda que restituía as eleições diretas. Novamente, o Colégio Eleitoral, indiretamente, elegeu o novo presidente; dessa vez, um civil, Tancredo Neves. A interrupção da presença de generais do Exército na presidência do governo do Estado, prática instituída desde o golpe de 1964, foi, ao fim, comemorada nos termos do início de uma Nova República.
 - Entre as ações do governo da Nova República destinadas ao restabelecimento dos direitos e prerrogativas democráticas, destaca-se a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a promulgação de uma nova Constituição, em 1988. Esta, entre outras medidas, instaurou eleições diretas para a Presidência da República; a defesa da liberdade de expressão e de reunião e da livre organização partidária e sindical, além da adoção de medidas trabalhistas destinadas a minimizar problemas e desigualdades sociais, como o seguro-desemprego, a redução da jornada semanal de trabalho e a licença-paternidade.
- B
- E
- D
- A ausência do direito de greve; a aplicação da Lei de Segurança Nacional; a tortura e as violações dos Direitos Humanos; a extinção de partidos políticos e de entidades políticas como a UNE e as UEEs.
 - As manifestações estudantis; a anistia ampla, geral e irrestrita a todos exilados e perseguidos pelo regime militar; a formação do Partido dos Trabalhadores.

14. A anistia política iniciada em 1979 favoreceu o retorno de políticos, intelectuais e artistas exilados durante o período de linha dura. E a reformulação partidária acabou com o bipartidarismo (Arena e MDB), possibilitando o surgimento de novos partidos como o PDS, PMDB, PP, PTB, PDT e PT.
15. O Brasil enfrentava uma grave crise econômica decorrente do aumento da inflação e o governo militar enfrentava protestos dos mais diversos setores da sociedade, com destaque para as greves no ABC paulista. Durante o governo Figueiredo foi restaurado o pluripartidarismo suprimindo-se o bipartidarismo (Arena e MDB).
16. D

12

O Brasil contemporâneo
(1985-2010)

Revisando

1. Tratava-se da primeira Constituição do país após duas décadas de ditadura. O termo “cidadã” foi usado para enfatizar o caráter dessa constituição como restauradora das liberdades civis e políticas, e resgatadora da cidadania em sua plenitude, que havia sido perdida durante os anos de ditadura.
2. A garantia da estabilidade monetária obtida pelo Plano Real foi obtida, entre outras coisas, através da paridade com o dólar. Para tanto, foi necessário que o governo detivesse imensas reservas em dólar, o que foi obtido através da atração a capitais internacionais. Essa atração foi feita basicamente com a utilização de uma política de altíssimos juros internos, capazes de atrair capitais estrangeiros. Essa política, ao mesmo tempo em que atraía investimentos em títulos do governo brasileiro, criava uma dificuldade natural de obtenção de créditos para a atividade produtiva, sendo assim responsável pela recessão econômica que marcou os anos seguintes no país.
3. Várias razões determinaram a perda de popularidade do governo. Em primeiro lugar, a recessão econômica vivida pelo país, que levou ao aumento dos índices de desemprego nas principais capitais brasileiras. Ao lado disso, a pouca ação do governo no campo social retirou seu apoio da parte das camadas mais pobres da população. Também devem ser citadas as denúncias de corrupção, notadamente nos processos de privatizações de empresas estatais e na votação da Emenda Constitucional que permitiu a reeleição dos ocupantes de cargos executivos. A combinação desses elementos foi decisiva para minar o apoio da população ao governo FHC.
4. Uma delas, evidente, é o nível de gastos públicos com a manutenção desses programas. Para vários críticos, caso o volume de recursos despendidos pelo governo com esses programas sociais fosse investido na atividade produtiva o crescimento econômico gerado por eles poderia ser mais benéfico para o conjunto da população. A outra crítica central é política, na medida em que os programas assistenciais do governo Lula foram vistos como forma de garantir uma base de apoio social ao governo capaz de possibilitar a perpetuação do PT do poder.

Exercícios propostos

Governo Sarney, Collor e Itamar

1. A
2. B
3. E
4. E
5. E
6. A

7. C
8. E
9. C
10. Tratava-se de um período de indefinição política, no qual a ascensão da candidatura de Lula, do PT, parecia irreversível. O sucesso do Plano e a estabilidade econômica obtida foram fundamentais para alicerçar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República e sua vitória.

Governos FHC e Lula

11. C
12. A
13. D
14. C
15. B
16. Entre as semelhanças, pode-se apontar que, em ambos os casos, a partir de denúncias de corrupção no governo veiculadas por órgãos de imprensa, foram estabelecidas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que através de investigações e depoimentos comprovaram parte das denúncias e evidenciaram esquemas de tráfico de influências e corrupção no governo. A principal diferença é que, a partir da comprovação das denúncias, uma grande mobilização popular, em particular as manifestações dos “Caras Pintadas”, levou o Congresso Nacional a mover um processo de *impeachment* que resultou no afastamento do presidente. No caso do presidente Lula, apesar do esforço de parte de seus opositores em querer vincular sua pessoa diretamente aos esquemas de corrupção comprovadamente existentes no governo, nada se comprovou contra ele, que gozava ainda de grande apoio popular, sendo reeleito no ano seguinte.
17. C
18. B
19. E
20. D

Exercícios complementares

Governo Sarney, Collor e Itamar

1. B
2. D
3. A
4. F; V; F; V
5. B
6. C

Governo FHC e Lula

7. F; F; V; F; V; F; V.
8. a) Sim. A última vez em que esse episódio ocorreu foi quando Juscelino Kubitschek passou a faixa presidencial à Jânio da Silva Quadros, em 31 de janeiro de 1961. O período entre 1961 e 2003 corresponde aos governos militares e ao de José Sarney, eleito indiretamente, ao *impeachment* de Fernando Collor e à reeleição de Fernando Henrique.
b) De 1946 a 1964, o Presidente da República era eleito pelo voto direto dos cidadãos. De 1964 a 1985, passou a ser eleito indiretamente por um colégio eleitoral, formado pelo Congresso Nacional e representantes dos Legislativos estaduais. A partir de 1990, por força da Constituição de 1988, as eleições presidenciais voltaram a ser diretas. E, em 1994, pela primeira vez na história republicana do Brasil, o Presidente da República pôde ser reeleito.
9. D
10. C
11. A
12. a) A primeira imagem está ligada ao governo de Médici e a segunda ao governo Lula. Politicamente, a principal diferença entre eles está

no fato de Médici ter representado o momento mais intenso da ditadura militar, ao passo que Lula realizou um governo democrático.

- b) Embora em ambos os momentos o país vivesse um processo de crescimento econômico, no caso de Médici esse crescimento era alicerçado em um forte arrocho salarial e um alto nível de endividamento externo. No governo Lula, o crescimento econômico, embora menor, foi acompanhado por uma recuperação dos salários e pela ação do governo através de programas que ampliaram a renda média da população, auxiliando na ampliação do mercado interno.

Frente 2

10

O período Entreguerras

Revisando

1. Essas primeiras medidas foram claramente no sentido de erradicar o capital externo, a atividade bancária privada e grande parte da propriedade privada. As fábricas foram coletivizadas, as terras expropriadas e entregues aos comitês agrários, o grande comércio foi nacionalizado e os bancos nacionalizados e estatizados. São medidas que, claramente, apontam para a derubada dos pilares que sustentam a atividade capitalista.
2. Trotsky defendia a necessidade de a revolução expandir-se, como forma de assegurar as conquistas do proletariado russo. Para tanto, seria fundamental a ação do Estado soviético no sentido de apoiar a ocorrência de revoluções socialistas em outros países europeus, impedindo o isolamento soviético. Stalin, ao contrário, defendia a posição que se consolidava ante a burocracia que passara a dominar o partido, de que a revolução deveria consolidar-se primeiro internamente. Com isso, defendia o fortalecimento do Estado soviético e o aumento de seu poderio, inclusive militar, como forma de garantir a manutenção do socialismo.
3. A crise que levou à quebra da Bolsa de Nova Iorque e à Grande Depressão do início dos anos 1930 pode ser compreendida a partir da combinação de dois aspectos básicos. Em primeiro lugar, o aspecto basicamente econômico, marcado pela incapacidade do mercado de acompanhar o ritmo de crescimento da atividade econômica, notadamente dada a retração provocada pelo fim da Primeira Guerra Mundial. A esse aspecto econômico junta-se o componente político, determinado pela visão liberal de que o mercado seria capaz de regular naturalmente a economia. Com isso, o governo dos EUA nada fez para impedir a crise que se aproximava. Foi o colapso de 1929 que marcou o fim da visão rigidamente liberal e deu início a uma nova concepção que dava ao Estado o papel de gerenciador da atividade capitalista.
4. Podem ser citados, entre outros, a concepção totalitária de Estado, a repressão a todas as formas de oposição, o forte intervencionismo, a censura aos meios de comunicação, o controle sobre os sindicatos e todas as formas de organização, o regime de partido único e o culto à figura do líder.
5. Um dos principais elementos da concepção de Hitler é o racismo, que se expressa diretamente em dois aspectos. Um deles é o mito da superioridade germânica, raça destinada, segundo ele, a impor a civilização aos demais povos do mundo. Em contrapartida, esse racismo manifestou-se no antissemitismo, com os judeus vistos por

ele como corruptores do povo alemão. Outro aspecto é a pregação violenta contra a política tradicional, apontada por ele como traidora do povo alemão na Primeira Guerra Mundial. Um terceiro elemento que pode ser mencionado é a visão do “espaço vital”, segundo a qual o crescimento alemão necessitaria de espaço para seu crescimento, o que justificava a política expansionista e militarista.

Exercícios propostos

Revolução Russa

1. A
2. E
3. C
4. E
5. A
6. C
7. D
8. A
9. E
10. B
11. B
12. E

Crise de 1929 e a Depressão da década de 1920

13. D
14. C
15. C
16. A
17. B
18. E
19. B
20. B
21. A
22. C
23. B
24. C

Nazifascismo

25. C
26. E
27. D
28. C
29. D
30. D
31. A
32. A
33. D
34. D
35. D
36. E

Exercícios complementares

Revolução Russa

1. a) A saída russa da Primeira Guerra Mundial era um ponto fundamental do programa dos bolcheviques, que classificavam a guerra com um conflito imperialista que em nada traria benefícios ao povo russo e, principalmente, custava a esse povo milhões de mortos e uma miséria absoluta.
b) A frente russa era altamente desgastante para o esforço de guerra alemão, obrigando à manutenção de um imenso contingente de homens. A paz possibilitaria à Alemanha concentrar seus esforços na luta na frente ocidental.
2. Stalin era a favor de consolidar a Revolução Russa e depois expandi-la. Trotsky queria aproveitar-se do momento e expandir a Revolução, consolidando-a em cada país. Stalin, contando com o apoio da burocracia estatal e partidária, para quem suas concepções poderiam significar a ampliação de seu próprio poder, foi vitorioso e Trotsky banido.
3. a) Na medida em que o projeto bolchevique prometia acabar com as desigualdades sociais, através de conselhos populares.

- b) Stalin provocou a coletivização força da terra e neutralizou o poder dos comitês agrários.
4. As derrotas sofridas pela Rússia na Primeira Guerra Mundial provocaram a crise do czarismo e a derrubada do Estado liberal que o substituiu, favorecendo a ascensão dos bolcheviques (socialistas revolucionários) que tomaram o poder em outubro de 1917, implantando o Estado socialista.
5. B
6. A

Crise de 1929 e a Depressão da década de 1920

7. No Brasil a crise de 29 provocou uma queda nas exportações do café, desestabilizando a elite dominante, através da ruptura da política do café com leite e precipitando a Revolução de 30.
8. a) Falta de planejamento econômico e a superprodução.
b) A internacionalização da economia criou uma interdependência do capital e dos países.
9. Intervenção do estado na economia, obras públicas para empregar a população e empréstimos para os pequenos proprietários etc. Em suma, o Estado assumia o papel de gerenciador da economia, negando o liberalismo que havia predominado nas concepções políticas até então.
10. A
11. C
12. B

Nazifascismo

13. O fascismo prega um Estado forte, antiliberal, negando a democracia e defendendo o nacionalismo. Constituiu-se numa ideologia totalitária e militarista que foi vitoriosa na Alemanha (nazismo), na Espanha (franquismo) e Portugal (salazarismo), além, obviamente, da Itália.
14. 25
15. 39
16. F; F; V; V
17. E
18. D

11

A Segunda Guerra Mundial e o mundo pós-guerra

Revisando

1. Um deles é a entrada dos EUA no conflito, após o ataque japonês a Pearl Harbor. O outro é a resistência encontrada pelos nazistas, tanto na URSS quanto na Batalha da Inglaterra. No primeiro caso, tratava-se da maior potência econômica e militar do mundo, entrando na guerra com todo o seu peso contra o Eixo. No segundo caso, o desgaste sofrido pelo exército e pela aviação alemães tanto na Batalha da Inglaterra (para cada avião inglês abatido, foram abatidos ao menos 3 aviões alemães) quanto na Rússia (grande parte do poderio militar alemão havia sido deslocado para a URSS) foi decisivo para exaurir os recursos alemães e para dar um novo alento aos aliados.
2. Com a derrota alemã e o declínio definitivo da Inglaterra e da França, a URSS saiu da guerra como a única potência europeia e a segunda maior potência militar do mundo. A esse dado junta-se o enorme aumento do prestígio da URSS na guerra, não apenas por ter sido a única nação capaz de conter uma invasão alemã e derrotá-la, como também por ter sido a nação que formalmente invadiu a Alemanha e obteve sua rendição. Além disso, a URSS saiu da guerra como detentora da hegemonia em toda a Europa Oriental, pois estava cercada por um cinturão de países de regime comunista.

Outro aspecto era a perspectiva de um grande crescimento internacional com o processo de descolonização afro-asiático, que colocava no cenário internacional uma infinidade de nações independentes e que apresentavam uma clara postura contra as antigas potências imperialistas, tendendo, naturalmente, para uma aproximação com os soviéticos.

3. Trata-se do confronto diplomático, que por vezes chegou às raias de um confronto armado, entre as duas superpotências que restaram após a Segunda Guerra Mundial (EUA e URSS) na disputa pela hegemonia global e pela afirmação de seus modelos político-econômicos (Capitalismo x Comunismo)
4. Um dos efeitos mais drásticos trazidos pela Segunda Guerra Mundial foi o colapso das economias da Inglaterra e principalmente da França, detentoras dos maiores impérios coloniais. Esse colapso econômico tornou impossível a essas nações manter o domínio sobre suas colônias, tendo que aceitar, pacificamente ou não, suas independências. Outro aspecto a ser considerado foi o enorme crescimento do poderio da URSS e do prestígio do Comunismo como única força que fora capaz de deter o nazifascismo. Assim, verificou-se um crescimento dos grupos de esquerda nessas colônias, vários deles constituindo-se nas lideranças dos movimentos de independência, como também a própria força da URSS representava uma possibilidade de apoio internacional a essas novas nações independentes.
5. A Revolução Cultural representou o momento mais radical da implantação do Comunismo na China. Tratou-se, basicamente, da tentativa do Estado de impor seu domínio absoluto, envolvendo a completa aceitação pela população dos dogmas do comportamento comunista impostos pelo Partido e pelo Estado. Tratava-se também de uma forma de eliminar qualquer foco de oposição, sendo os opositores tachados de contrarrevolucionários e revisionistas da Revolução.
6. As intervenções foram claras manifestações do ideário da Guerra Fria, nesse caso específico a tentativa de impedir a expansão do Comunismo no leste da Ásia. Cabe lembrar que essa atitude tornou-se mais intensa a partir da Revolução Chinesa, que instalou um regime comunista no país mais populoso do mundo e que teve como efeito a disseminação do ideal comunista em todo o leste asiático. Assim, para os EUA, era necessário deter, por todos os meios, a possibilidade de um alastramento comunista na região.
7. Embora Palestina seja a designação original de toda a área ao sul do Líbano, o termo “palestinos” acabou sendo usado para designar as populações de origem árabe que viviam na região e que foram desalojadas pela criação do Estado de Israel. Trata-se de uma questão explosiva na medida em que se trata de um contingente populacional bastante grande, sem uma pátria própria e cuja existência representa seguidos focos de tensão nas regiões ocupadas por Israel.
8. Perestroika era o nome dado à reestruturação da economia soviética, necessária ante a clara distância entre o progresso técnico do mundo capitalista e a estagnação da economia soviética. Entretanto, os recursos necessários a essa reestruturação necessariamente exigiriam a redução das despesas do Estado soviético com seu aparato militar, o que envolvia toda a máquina de repressão aos focos de oposição no país. Daí a necessidade de uma abertura do regime, a qual foi chamada de Glasnost (transparência). Ambos os programas foram a forma como Gorbachev tentou reverter a crise que marcava o mundo soviético.

Exercícios propostos

Segunda Guerra Mundial

1. D
2. D
3. A
4. E
5. B
6. B
7. D
8. D
9. C
10. A
11. 92
12. a) Implantação de regimes totalitários na Europa, durante o período entre guerras e no contexto da polarização ideológica.
- b) Minorias étnicas como judeus e ciganos, deficientes físicos, adversários políticos e elementos considerados “antissociais”, tais como deficientes mentais, homossexuais e pacifistas.
- c) Preservação da memória sobre as violências e o genocídio praticados durante o período em questão.
13. D
14. D
15. A
16. B
17. E
18. E
19. C
20. E
21. C
22. E
23. C
24. D

Revolução Chinesa, Guerra da Coreia e Guerra do Vietnã

25. C
26. Por um lado, a Revolução Chinesa marcou a expansão do chamado Bloco Socialista para o Leste Asiático, comprometendo o domínio ocidental na região. Esse dado pode ser facilmente atestado com a ação dos comunistas na Coreia, fato que levou à intervenção dos EUA e à Guerra da Coreia, e a ação dos comunistas no Vietnã. Por outro lado, a ruptura entre o regime chinês e a URSS impediu a unidade do Socialismo, possibilitando às nações capitalistas penetrarem pelas brechas abertas por essa rivalidade para defenderem seus interesses.
27. A
28. B
29. B
30. a) A URSS apoiou a Coreia do Norte na implantação de uma República Popular e, com a eclosão da guerra, manteve seu apoio, juntamente com a China, aos norte-coreanos.
- b) Os EUA intervieram em favor da Coreia do Sul após a eclosão do conflito, sob a alegação de que os norte-coreanos violaram a soberania do sul ao impor a unificação sob o regime socialista.
31. E
32. 12
33. D
34. C
35. E
36. B

Guerra Fria

37. B
38. D
39. A
40. B
41. E
42. A
43. A

44. Podem ser indicados o bloqueio econômico imposto pelos EUA a Cuba, a invasão da Baía dos Porcos, a crise dos mísseis soviéticos instalados em Cuba em 1962, a atuação dos EUA na OEA, forçando a adesão dos países latino-americanos ao bloqueio econômico a Cuba e a expulsão de Cuba da OEA. Em todos esses exemplos fica evidente a atitude norte-americana no sentido de isolar Cuba no cenário continental e, acima de tudo, impedir o crescimento das ideias socialistas na região.

45. E
46. D
47. B
48. B

As relações internacionais a partir da década de 1960 e o fim da Guerra Fria

49. E
50. A
51. C
52. a) Os dois países asiáticos com os quais os Estados Unidos estavam diretamente envolvidos em conflito armado são a Coreia do Norte (1950) e o Vietnã (1964). Em 1950, poucos meses depois da vitória de Mao Tsé-Tung na China, os Estados Unidos (liderando uma força militar das Nações Unidas) enviaram tropas à Coreia do Sul depois que a Coreia do Norte rompeu o paralelo que dividia os dois países. O conflito rapidamente se expandiu para guerra, envolvendo, além dos Estados Unidos, as Nações Unidas, a Coreia do Norte, a Coreia do Sul e a China. A Guerra da Coreia só terminou quando os Estados Unidos e a Coreia do Norte assinaram um acordo de paz em 1953. No caso do Vietnã, depois de as tropas do Ho Chi Minh derrotarem a França em 1954, paulatinamente os Estados Unidos iniciaram sua intervenção naquele país, enviando cada vez maior número de tropas. O conflito inspirou um massivo movimento pela paz nos Estados Unidos, mas a guerra só terminou em abril de 1975, quando as tropas norte-vietnamitas tomaram Saigon (antiga capital do Vietnã do Sul).
- b) Os três países da África de língua portuguesa que iniciaram lutas de libertação nacional na década de 1960 foram Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964). Todos lutaram contra a dominação colonial portuguesa, que só terminou a partir de 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal.
- c) A invasão da Baía dos Porcos (Cuba) foi uma operação militar organizada pelo serviço secreto norte-americano (CIA), em abril de 1961. Armando refugiados cubanos, o governo de John F. Kennedy tentou derrubar o governo de Fidel Castro, que rapidamente se identificava com os países socialistas e com os movimentos de libertação nacional na África e na América Latina. Mais uma vez, a justificativa apresentada pelos Estados Unidos para a ação foi a de deter o avanço do Comunismo.

53. O Neoliberalismo é uma teoria econômica que resgata os princípios básicos do Liberalismo tradicional de Adam Smith, adaptando-o à realidade capitalista do final do século XX, início do XXI. Parte do pressuposto de que é o mercado, suas necessidades e dinâmica que devem definir o desenvolvimento da economia e, consequentemente, o Estado não deve interferir. Daí a ideia de “Estado Mínimo”, que representa o aumento de possibilidades e o fortalecimento da iniciativa privada. O lucro é o componente que

move a economia das empresas e o componente social é eliminado. Os textos e a charge fazem críticas a essa situação, vinculando o Neoliberalismo à crise atual do Capitalismo (iniciada em 2008 nos EUA). O primeiro texto destaca a maneira como a ideia neoliberal é apresentada e acobertada, vinculada a um processo de alienação. A charge faz referência a uma expressão utilizada pelo presidente Lula – marolinha – para se referir ao fato de que o Brasil seria pouco afetado pela crise internacional. O segundo texto destaca os efeitos sociais nefastos da crise e da política neoliberal sobre a maior parte das sociedades, principalmente de países do chamado “terceiro mundo”.

54. Entre os efeitos para a sociedade japonesa podem ser apontados: a destruição de cidades, a proibição do rearmamento do país, a aceitação da rendição incondicional perante os EUA e a adoção de reformas políticas de restrição ao poder exercido pelo imperador. Para as relações internacionais, os efeitos maiores foram: o início da Guerra Fria, o desenvolvimento de políticas armamentistas nucleares e a concorrência entre os países pela posse de arsenal nuclear.
55. A
56. D

Exercícios complementares

Segunda Guerra Mundial

1. a) Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética.
- b) Uma ordem mundial bipolarizada EUA x URSS, dando origem à Guerra Fria.
2. 14
3. C 4. E 5. A 6. E

Guerra Fria e Descolonização Afro-Asiática

7. C 9. 29 11. A
8. E 10. D 12. D

Revolução Chinesa, Guerra da Coreia e Guerra do Vietnã

13. A Revolução Chinesa de 1949, que levou à implantação do Socialismo no país, ocorreu no contexto do início da Guerra Fria e em meio às iniciativas imperialistas de países capitalistas em relação à China. A exploração imperialista, agravada com o desemprego e a inflação vivida pelos chineses nos anos que antecederam a Revolução, estimulou um sentimento nacionalista entre a maioria dos chineses e favoreceu a difusão dos ideais socialistas, sobretudo entre os camponeses, fatores que contribuíram para o êxito do movimento liderado por Mao Tsé-Tung.
14. B
15. A
16. F; F; V; V
17. A 19. C 21. E 23. 56
18. E 20. C 22. C 24. B

As relações internacionais a partir da década de 1960 e o fim da Guerra Fria

25. Para a Alemanha, a queda do muro significou o fim da divisão do país, abrindo espaço para a reunificação das duas Alemanhas, ocorrida oficialmente dois anos depois. Em termos simbólicos, a queda do muro é o grande símbolo do fim da Guerra Fria, acenando na direção de um período de maior paz entre as potências.
26. B
27. D
28. D
29. C